

SUAPE Global / SUAPE Local

O Caminho Sinuoso do Desenvolvimento Integrado

Workshop
Setembro 15 / Outubro 2009

**EcoPolis Master em políticas ambientais e territoriais para
a sustentabilidade e o desenvolvimento local**



Partecipantes

Director del Master
Prof. Gianfranco Franz (UNIFE)

Tutores

Dott.ssa. De Menna Emanuela (UNIFE)
Mgr. Delaune, Gregory (UNIFE)
Dott. Dini, Marco (UNIFE)
Dott.ssa Perez Roxana (UNIFE)
Mgr. Sardo, Daniel (UCC-UNIFE)
Dott. Zupi, Massimo (UNICAL)



ALUNOS ECOPOLIS

Valentino Aleotti (Italia)
Jeanmy Ballestas Ruedas (Colombia)
Sara Blandolino (Italia)
Luca Barraco (Italia)
Marcello Folegatti (Italia)
Tatiana Fonti (Argentina)
Valeria Groppo (Argentina)
Nora Guanes (Paraguay)
Francesca Indolfi (Italia)
Elisa Leggieri (Italia)
Maria Vittoria Mastella (Italia)
Paola Maria Miranda Morales (Colombia)
Francesca Palli (Italia)
Mariana Rietti (USA/Brasil)
Camilla Sabbatini (Italia)
Jua Paulo Schwerz (Brasil)
Fernanda Secco (Brasil)
Nicola Simboli (Italia)
Ornella Sottile (Italia)
Roberto Tinella (Italia)
Eros Toppiano (Italia)

ALUNOS UNIVERSITA' DEGLI STUDI DI FERRARA

Margherita Bernardi (Italia)
Chiara Porretta (Italia)

ALUNOS PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ

Suelen Fuchs (Brasil)

PARTECIPANTES LOCAIS

Ana Cláudia Arruda (SEBRAE)
Catarina Jucá (DIAGONAL URBANA)
Maria Clézia Pinto (BANCO DO NORDESTE S.A.)
Ericka Silva Felix (IEL)



O Máster
Introdução

o Máster

O Projeto Suape Global

Suape Global

Leitura do território
Análises de governança e instituições
Análise Econômica
Análises de Dinâmicas Urbanas
Análises Território e Ambiente

Exemplos Negativos

Cenários Negativos
Cenários Combinados
Cenário Extremo

Potencialidade

Suape Global / Suape Local

Chave de Leitura
Estratégia: dos Objetivos a os Projetos
Quadro dos Propostas
Governança Estratégica
Suape, um Pacto para o Desenvolvimento
Instrumentos
 Plano Territorial
 A governança para o Plano territorial
 Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) Métodos
 Tecnológica para a Gestão do Território Um SIG Por um Sistema
 Produtivo
 Um SIG para os Assentamentos e as Cadeias Produtivas Informais
 Uma Ferramenta para a Valorização e Preservação do Meio Ambiente
 GAS com SIG
 A Aplicação Local do Método de Planejamento "form-based"

Projetos
Cadeia de Reciclagem
Coleta e Reciclagem
Cluster de Reciclagem
Gestão Integrada dos Resíduos
Criação de um Sistema Turístico Territorial
Agricultura "Km 0"
Suape, Paisagem do Açúcar - Litoral
Sul de Pernambuco
Marca Territorial de Qualidade

Suape Local

Conclusões

Bibliografia

0 MASTER

Suape Global

Suape Global / Suape Local

Suape Local



Massimo (Italia)

Nicola (Italia)

Francesca (Italia)

Camilla (Italia)

Fernanda (Brasil)

Margherita (Italia)

O Máster

APRESENTAÇÃO

Eco-Polis, Máster Internacional em Políticas Ambientais e Territoriais para a Sustentabilidade Local é um curso itinerante de formação avançada e multidisciplinar.

Eco-Polis tem como finalidade transmitir os conhecimentos e práticas mais inovativas em matéria de sustentabilidade e desenvolvimento local, através do cruzamento de um amplo espectro de conhecimentos específicos.

O nome mesmo do Máster Eco-Polis, sintetiza o objetivo cultural, científico e didático de conjugar as dimensões da economia e da ecologia com aquelas do território e da cidade, do ambiente e da paisagem.

A visão estratégica de Eco-Polis está orientada à prover os instrumentos para perseguir o desenvolvimento econômico, social e espacial, ecologicamente orientado e democraticamente participativo nos processos de governo, na promoção das políticas e na definição dos instrumentos.

Portanto, o objetivo do Máster Internacional Eco-Polis é formar os graduados em diversas disciplinas com conhecimentos técnicos e culturais sólidos e específicos, desenvolvendo assim, uma visão sistêmica dos problemas e das possíveis soluções em diversas escalas e sobre as diversas dimensões de governo, de desenvolvimento e do território.

Da análise das políticas à dimensão do planeamento;
Da dimensão da programação até a escala do projeto;

Da lógica e da técnica de avaliação até o problema da gestão.

Eco-Polis propõe um modelo de formação multidisciplinar fundamentado sobre a integração das competências e o enfrentamento entre diversos enfoques multidisciplinares (direito, economia, ecologia, planeamento) e práticos. Os docentes do Máster são especialistas do mundo académico, da administração pública, profissional e empresarial. Os conteúdos didáticos se dividem em momentos teórico-metodológicos e momentos prático-projetuais, com ilustrações e discussão de casos de estudos concretos e realizados. Como complemento do curso de estudos, as competências dos estudantes serão confrontadas através de trabalhos de workshop (Itália e América Latina), durante os quais se promove a prática de trabalho em grupo com docentes e profissionais.

A característica específica do Máster Eco-Polis é de ser um curso itinerante, que se desenvolve em distintas sedes, nações e com o apoio de docentes de diversas universidades e países. Este enfoque é destacado como fundamental já que ajuda a superar os restritos enfoques que frequentemente abatem as práticas da sustentabilidade e do desenvolvimento local.

Desta forma, os estudantes têm a possibilidade de conhecer realidades profundamente diversas, desenvolvendo a capacidade de elaborar propostas adequadas ao contexto no qual lhes corresponde a operar. Eco-Polis tem o objetivo de ampliar os horizontes culturais e técnicos de referência dos alunos, favorecendo a construção de redes transnacionais e a realização de experiências de estudo e trabalho em outros países.

Introdução

O caminho sinuoso do desenvolvimento integrado

Suape é uma palavra indígena que significa “Caminhos sinuosos”.

Cada território deve buscar um caminho próprio que o leve ao desenvolvimento; não é possível imaginar tal caminho como um percurso direto que transforma ou destrói tudo aquilo que encontra pela frente, uma linha reta proporcional somente ao andamento do PIB. Os caminhos do desenvolvimento são determinados pelas características e pelas peculiaridades do território. O território, tomado como ambiente natural, antrópico e cultural compreendido pela sua população local, não é um sujeito neutro que absorve passivamente as recaídas dos investimentos econômicos, mas representa um somatório de valores e recursos não negociáveis. Somente através da construção de um caminho sinuoso que compreenda tais valores e recursos é possível alcançar um desenvolvimento que seja integrado e sustentável, de maneira que o preço a pagar não seja demasiadamente elevado para o ambiente, para a sociedade e as comunidades locais.

Suape Global hoje representa um sonho, uma ocasião, uma esperança de desenvolvimento de um território inteiro. O termo “global”, usado no slogan escolhido para promover a iniciativa testemunha a vontade de um país inteiro, Brasil, de posicionar-se no cenário mundial, de abrir-se a relações cada vez mais amplas, que superam os limites nacionais, para interceptar fluxos de dinheiro, produção, tecnologia, conhecimento.

Esta aspiração, legítima e que deve necessariamente ser alimentada, arrisca obscurecer a dimensão local do desenvolvimento. É iminente, de fato, o risco de um possível conflito entre “Suape Global” e “Suape Local”, entre o desejo de projetar seu futuro e o dever de gerir e prevenir as recaídas negativas.

Portanto, o trabalho proposto indica um percurso que, partindo da oportunidade “Suape Global” e passando pela representação dos potenciais conflitos entre “Suape Global” e “Suape Local”, aporta à definição de uma lógica de integração entre as duas dimensões. Tal lógica comporta o reconhecimento do papel de “Suape Local”. Nesta ótica, “Suape Global” e “Suape Local” não representam mais duas entidades em contraposição e em conflito, mas se sustentam e se reforçam reciprocamente.

As fases de trabalho

A primeira parte do trabalho visou o desenvolvimento de uma fase de análise, subdividida em quatro setores de pesquisa considerados estratégicos para o território: economia, território e ambiente, dinâmicas urbanas e governance e instituições. Tal trabalho de análise foi conduzido através de levantamentos de campo,

encontros e entrevistas com atores institucionais e da sociedade civil e palestras sobre aspectos específicos. Os resultados das pesquisas foram sintetizados através do método FOFA, obtendo assim uma representação das forças e das debilidades do território, bem como dos principais riscos e oportunidades.

Os riscos assim individuados foram a base para a construção de possíveis cenários negativos, cujo significado é aquele de ilustrar e tornar mais evidentes (mesmo com algumas representações visíveis de impacto) as consequências negativas de uma gestão não integrada e não sustentável do processo de desenvolvimento em curso. Do ponto de vista metodológico não se trata de uma rigorosa aplicação da técnica de construção de cenários, mas de um modo para tornar eficaz a comunicação sobre os perigos cujo território vai de encontro. Os cenários negativos foram precedidos de um repertório de exemplos negativos que ilustra situações análogas que determinaram pesadas recaídas negativas sobre o território e sobre o ambiente, porque não foram corretamente guiadas.

Esta parte do trabalho se fecha com a representação do cenário pessimista, resultado da contemporânea realização de todas as ameaças. Tal cenário extremo serve de aviso, mas também do ponto de partida para individuar um caminho virtuoso para o território de Suape. Isto foi feito selecionando as múltiplas potencialidades do território e indicando uma chave de leitura: “o território necessita de Suape, mas Suape também necessita do território”.

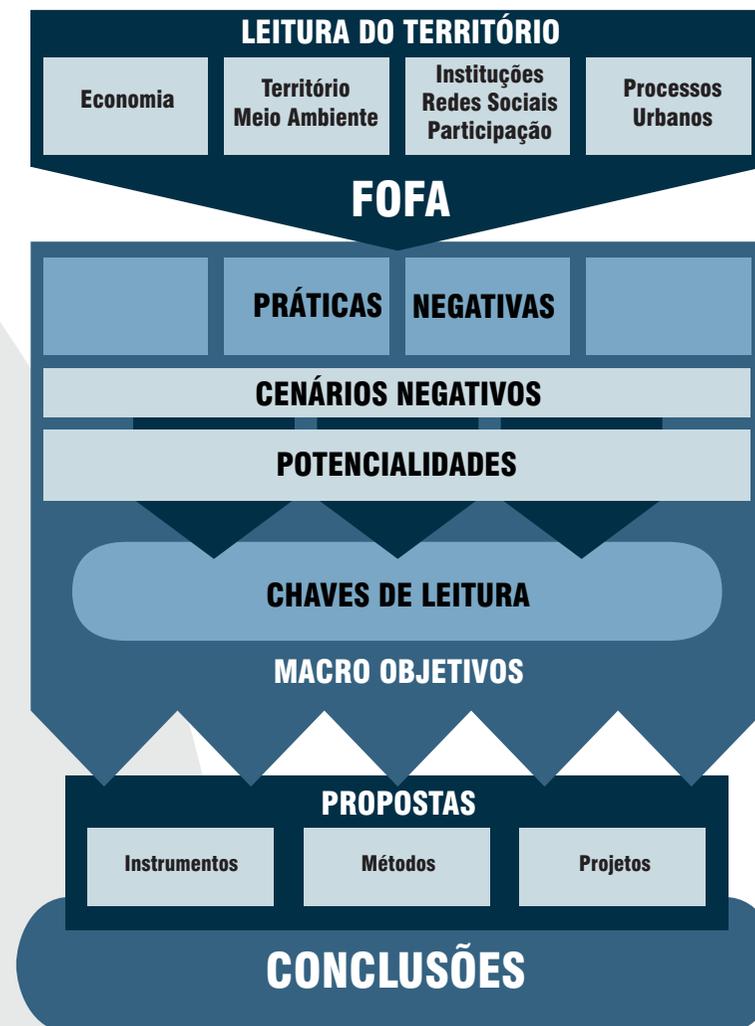
A individuação de uma chave de leitura única consente selecionar os objetivos principais e estruturar as propostas operativas. O quadro complexo das propostas é articulado em instrumentos de caráter geral, método e projetos que são acompanhados da indicação de um sistema de governance estratégica que guie o processo inteiro.

A última parte do trabalho é dedicada ao aprofundamento das propostas. Não se trata obviamente de um tratamento exaustivo, mas de um rico repertório de sugestões, recomendações, metodologias, considerados idôneos para indicar a direção de um desenvolvimento integrado às dinâmicas atualmente em curso no território.

O trabalho se conclui com uma síntese de sugestões voltadas tanto ao setor público, quanto ao sistema indústria e ao sistema “S”, enquanto sujeitos-chave para o governo dos processos que incidem sobre o território de Suape.

SUAPE
Global

SUAPE
Local





SUAPE GLOBAL

o Master

Suape Global / Suape Local

Suape Local

Suape Global



COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO DE SUAPE

O Complexo Industrial Portuário de Suape encontra-se localizado no litoral Sul do Estado de Pernambuco, Região Nordeste do Brasil. O Estado de Pernambuco é o segundo maior centro econômico da região Nordeste. Conta com uma área geográfica de 98,5 mil km² e abriga uma população de cerca de 8,5 milhões de habitantes, tendo um Produto Interno Bruto estimado em US\$ 25,8 bilhões e PIB per capita de US\$ 3.050,00. A população é predominantemente urbana e fortemente concentrada na capital, Recife.

O complexo industrial de Suape possui grande potencial de desenvolvimento constituindo-se uma das principais vantagens competitivas de Pernambuco e da Região Nordeste no processo de atração de investimentos nacionais e internacionais, ocupa uma área de 13.500 hectares e possui localização privilegiada e estratégica em relação às principais rotas marítimas de navegação, conectando-se com mais de 160 portos em todos os continentes.



O mapa a seguir apresenta a localização estratégica de Suape na Região Nordeste do Brasil. Cumpre destacar que a 800 km no entorno da cidade do Recife, gera-se 90% da economia regional.

O Porto de Suape, localizado no complexo industrial, com capacidade de receber grandes navios, possui calado de 15,5 metros e é dotado de moderna infra-estrutura física e operacional, com terminais de containers, com capacidade de 400.000 TEU's por ano, equipado com modernos containers - 65 toneladas; terminal de minérios; terminal de carga geral; e, em construção, terminais especializados em grãos, granéis sólidos e novo terminal de containers. Possui parque de tancagem de granéis líquidos e gases, com 520.000 metros cúbicos de sistema de atracação monitorada a laser, central de facilitação de desembarço aduaneiro, extensa retroárea para expansão das atividades de movimentação e



estocagem de mercadorias, área física para a implantação de indústrias e está interligado à rede rodoviária.

O Porto de Suape vem se destacando, ao longo dos últimos dez anos, em um excelente destino para investimentos externos, devido às oportunidades geradas por demanda identificada por terminais de grãos, granéis sólidos, açúcar, petróleo, derivados de petróleo e etanol, além de terminal de regaseificação de gás natural liquefeito.

O quadro a seguir apresenta os principais investimentos estruturadores em fase de implantação no Estado de Pernambuco. É necessário ressaltar que tais investimentos vão alterar o perfil produtivo não só do Estado, bem como de toda a Região Nordeste do Brasil, abrindo oportunidades de atração de investimentos e intercâmbios internacionais.

Dentre os empreendimentos em negociação, destacam-se:

EMPREENHIMENTOS EM NEGOCIAÇÃO NO ESTADO DE PERNAMBUCO	
Atividades	Investimentos (*) em US\$ (x1.000)
Terminal de açúcar	53.000
Terminal de grãos	60.000
Terminal de minérios	150.000
Terminal de regaseificação	400.000
Centro de distribuição de peças	6.700
Montadoras de automóveis	2.000.000
3 novas usinas termelétricas (2x350MW e 1x700MW)	1.600.000
1 nova usina termelétrica (600 MW)	1.000.000
Unidade de calcinação de coque de petróleo	150.000
Unidade de produção de tintas marítimas e industriais	30.800
Unidade de produção de ETBE	580.000
Processadora de celulose	2.500.000
Plantas de gases	400.000
Novo terminal de containers	150.000
Moinho de trigo	100.000
Unidade produtora de pás para turbinas eólicas	200.000
Fábrica de pneus	120.000
Unidade de construção de guindastes	25.000
Siderúrgica	600.000
Total	10.125.300

(*) Estimado (posição 05/07/09)
Fonte: Secretaria de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco, 2009.

Empreendimentos estruturadores em fase de implantação no Estado de Pernambuco.

Empresa	Atividades	Área (ha)	Situação atual	Investimentos (*)
				em US\$ (x1.000)
1 Petrobras / PDVSA	Refinaria de petróleo	630,0	Em obras	10.000.000
2 Petroquímica Suape	Fábrica de PTA	16,0	Em obras	1.000.000
3 Petroquímica Suape	Fábrica de POV	20,0	Em obras	442.000
4 Petroquímica Suape	Fábrica de PET	19,0	Em obras	266.000
5 Estaleiro Atlântico Sul	Estaleiro	156,0	Em obras	780.000
6 CSN	Siderúrgica	337,00	A ser iniciada	6.000.000
Subtotal				18.488.000

Além do Complexo Industrial e Portuário de Suape, Estado de Pernambuco é dotado de extensa infraestrutura, que inclui:

- ≪ moderno Aeroporto Internacional Gilberto Freyre, com capacidade para 5 milhões de passageiros por ano e pista de 3.305 metros;
- ≪ centros de ensino e pesquisa de excelência reconhecidos internacionalmente;
- ≪ Competente base científica e tecnológica e recursos humanos qualificados , com destaque para a UFPE, Universidade Estadual, UFRPE, UNIVASF e Universidade Católica. O Estado dispõe de mais de 3.000 PhDs e mestres e de 2.336 pesquisadores CNPQ;
- ≪ Escolas técnicas especializadas com estruturas de formação voltadas para a qualificação profissional a exemplo do CEFET, ETEPAM e SENAI;
- ≪ Elevar significativamente a qualidade de ensino básico e médio e do interesse pelo conhecimento entre os alunos.
- ≪ Competência em tecnologia da informação e comunicação e prestação de serviços especializados na Região Metropolitana do Recife- RMR, a exemplo do Porto Digital que reúne 107 empresas na área de TIC geram 4.800 postos de trabalho(90% com curso superior).A cidade do Recife possui também uma gama de serviços especializados de consultoria nacionalmente reconhecidas nas áreas de engenharia, direito, contabilidade, auditoria entre outras.
- ≪ Atenção ao processo de ocupação que ocorrerá coordenando esforços de planejamento de novas intervenções de infra-estrutura econômica e social no território estratégico de Suape que deveria ser sustentável.

Suape Global



O QUE É A INICIATIVA SUAPE GLOBAL

SUAPE GLOBAL consiste em um conjunto de iniciativas que têm como objetivo estruturar, no Estado de Pernambuco, Região Nordeste do Brasil, um Pólo Nacional fornecedor de Bens e Serviços para a indústria de petróleo, gás natural, off shore e naval na Região de Suape, através do envolvimento de vários atores.

A idéia central da Iniciativa SUAPE GLOBAL é consolidar os seguintes objetivos:

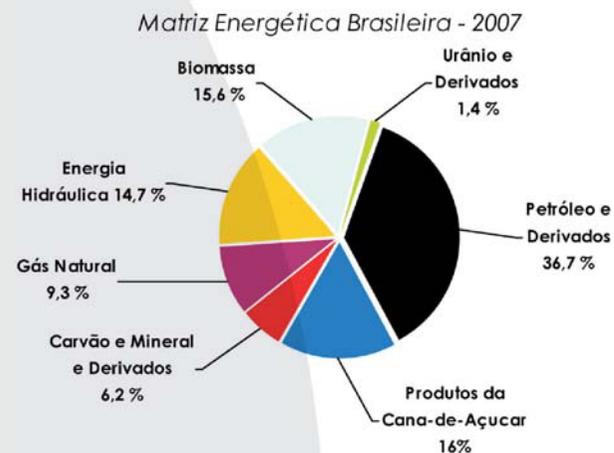
- desenvolvimento de uma atividade industrial local inovadora e de forte base científica e tecnológica, para os próximos 50 anos;
- consolidar a região de SUAPE como a melhor alternativa no Brasil para abrigar investimentos da cadeia produtiva de petróleo, gás, off shore e naval, criando efeitos multiplicadores na região de influência.

Para o alcance desses objetivos estratégicos a iniciativa SUAPE GLOBAL contará com um moderno modelo de gestão sob a coordenação da UFPE- Universidade Federal de Pernambuco, Governo Estadual e entidades do setor privado (Sistema FIEPE e Sistema S)

PRINCIPAL MOTIVAÇÃO DA INICIATIVA SUAPE GLOBAL

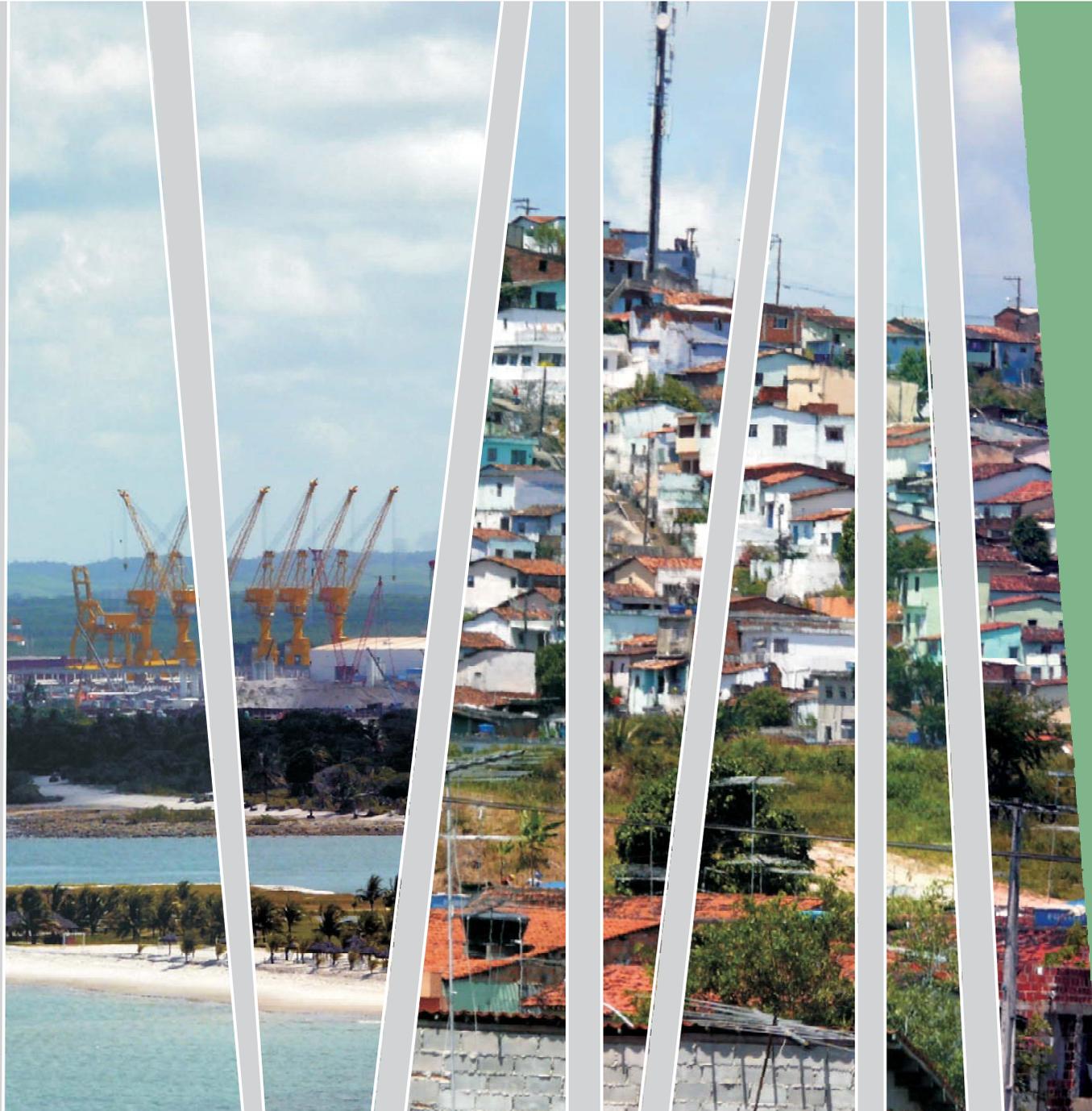
A principal motivação da Iniciativa SUAPE GLOBAL é decorrente das perspectivas de crescimento da economia brasileira apoiada sobretudo nas novas descobertas de petróleo (poço no campo petrolífero de Tupi, localizado na Bacia de Santos, Estado de São Paulo) novas formas de extração (pré-sal) e a diversidade e abundância de fontes de energia. A chamada camada pré-sal é uma faixa que se estende ao longo de 800 quilômetros da costa brasileira. O petróleo encontrado nessa área está a uma profundidade de 7 mil metros, abaixo de uma extensa camada de sal. O Poço Tupi tem uma reserva estimada pela Petrobrás entre 5 e 8 bilhões de barris de petróleo.

O gráfico a seguir apresenta a rica matriz energética brasileira.



Fonte: Empresa de Pesquisa Energética, 2007

A principal estratégia da Petrobrás tem sido a de estimular a indústria nacional através do incentivo de pólos de desenvolvimento provedores em diversas regiões do país. É dentro desta estratégia que o Estado de Pernambuco está inserido.



o Master

Suape Global

SUAPE GLOBAL SUAPE LOCAL

Suape Local

Leitura do território

GRUPOS

Para completar a parte de análise do estudo, o grupo de pesquisa e os tutores foram divididos estrategicamente em grupos direcionados à aspectos particulares do território. Estes grupos foram estruturados para maximizar as competências profissionais dos participantes, permitindo ainda uma relação interdisciplinar que abarcasse os diferentes conhecimentos específicos. Os levantamentos de campo e entrevistas foram subsequentemente estruturados para incluir representantes de todos os grupos, sobre o foco particular das atividades de campo. O direcionamento dos grupos incluiu:

GOVERNANCE:

Elisa Leggieri (Itália) – Socióloga Urbana
Emanuela De Menna (Itália) – Planejadora/Arquiteta
Fernanda Secco (Brasil) – Arquiteta Urbanista
Francesca Palli (Itália) – Cientista Relações Internacionais
Mariana Rietti (EUA/ Brasil) – Historiadora da Arte
Nicola Simboli (Itália) - Filósofo

DINÂMICAS URBANAS:

Camilla Sabattini (Itália) - Arquiteta
Chiara Porretta (Itália) - Arquiteta
Gregory Delaune (EUA) – Planejador/Arquiteto
Sara Blandolino (Itália) - Arquiteta
Suélen Fuchs (Brasil) – Arquiteta (estudante)
Tatiana Fonti (Argentina) - Arquiteta
Valeria Groppo (Argentina) - Arquiteta

ECONOMIA:

Ana Cláudia Arruda (Brasil) - Economista
Daniel Sardo (Argentina) - Arquiteto
Ericka Silva Félix (Brasil) - Administradora
Francesca Indolfi (Itália) - Filósofa
Luca Barraco (Itália) – Cientista Político
Maria Clézia Pinto (Brasil) - Economista
Nora Guanes (Paraguai) – Turismóloga
Ornella Sottile (Itália) - Economista
Valentino Aleotti (Itália) - Economista

TERRITÓRIO E AMBIENTE:

Catarina Jucá (Diagonal Urbana) - Advogada
João Paulo Scherz (Brasil) – Arquiteto Urbanista
Marcello Folegatti (Itália) – Químico Industrial
Margherita Bernardi (Itália) – Arquiteta
Maria Vittoria Mastella (Itália) - Arquiteta
Massimo Zupi (Itália) - Engenheiro
Paola Maria Miranda Morales (Colômbia)–Engenheira Ambiental
Roberto Tinella (Itália) – Cientista Ambiental

SISTEMA INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS:

Eros Toppino (Itália) – Planejador Territorial
Jeanmy Ballestas Ruedas (Colômbia) - Arquiteta



Palestras e Trabalho de Grupo



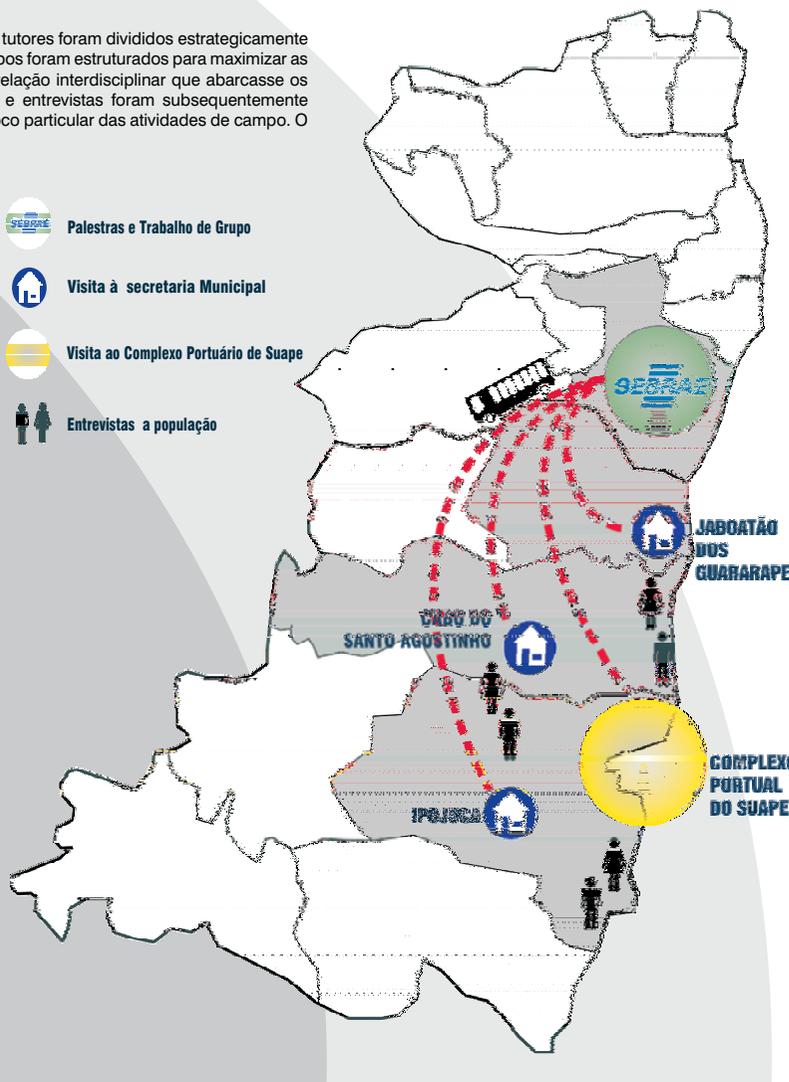
Visita à secretaria Municipal



Visita ao Complexo Portuário de Suape



Entrevistas a população



PALESTRAS e VISITAS

- 15/09: SEBRAE**
 CONPEDE FIDEM :Luiz Quental, Ruskin Freitas e Antônia Santamaría
- 16/09: SEBRAE**
 Sistema FIEPE: Antônio Sotero
 PROMINP
 IBN
 ONIP
 SENAI: Uaci Matias
 SEBRAE: Gustavo Aguiar
 BNDES: Fernando Castilhos
 SIMMEPE: Girley Brasileiro
- 17/09: VISITAS e PALESTRAS**
 Complexo Portuário de Suape
 Refinaria
 Estaleiro Atlântico Sul
 Desenvolvimento Econômico de Suape, Plano Diretor de Suape e Suape Global
- 18/09: SEBRAE**
 BNB: Marcelo Guimarães
 SESI: Cristina Antero
 Sistema FIEPE: Antônio Sotero
- 19/09: VISITA**
 Porto de Galinhas
- 21/09: SEBRAE**
 BID DT: Paco e Marco Dini
 TI: Cláudio Marinho
- 22/09: VISITAS**
 Secretaria Municipal do Cabo de Santo Agostino: Alex Gomes
 Secretário de Planejamento Econômico do Cabo de S. Agostinho
- 23/09: SEBRAE**
 Trabalho de Grupo com estudantes
 BETÃO: Presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Setor Metalúrgico
 TGI: Fátima Brayner
- 24/09: VISITAS**
 Secretaria de Infra- Estrutura de Ipojuca: Simone Osias
 SESI e SENAI DO Cabo de Santo Agostinho
 Ipojuca: Gisele Lourenco, Articuladora de COMTUR Ipojuca
 Associação Agricultores familiares
 Associação Moradores
 Segreteria acoes social
 Centro Promocao do Cultura
 Casa das Artes
 Maracatu Nascer do Sol
 ASBECA Associação beneficiante do distrito de Camela
- 25/09:SEBRAE**
 Trabalho de Grupo com estudantes
 Consultoria Projetc: José Resena
 Diagonal Urbana: Deise Coelho
 Presidente Sindicato Metalmeccanici Pernambuco
 CONDEPE/FIDEM
- 1/10: SEBRAE**
 Sebrae Cabo de San.o Agostinho: Valeria Augusta, Gestora do Projeto Petroleo e Gas
 ARCOR do Brasil, Ltda. Planta Recife: Gerente Umberto Vallerini, Claudia Olivera, Consultora de Capital Humano.
 Conselho estadual de meio ambiente.
 RDS Litoral Sul: Fátima Carvalho (SBPC), Giannina Cysneiros (SECTMA);
 Francisco Araújo (UPE) e Fausto Pontual (SDEC).
 Giannina Cysneiros (SECTMA)

Análises de Governança e Instituições

Introdução Geral

INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo sobre instituições e participação é analisar o processo de governança no Território Suape, que compreende a área industrial e municípios do entorno (área de influência).

Definiremos como Governança o “conjunto de normas (leis), valores e organizações (instituições) que contribuem a estimular a capacidade dos atores locais a desenvolver estratégias comuns” (Dini-Perez). Para uma melhor avaliação deste processo foram utilizadas três chaves de leitura: a nível institucional, a nível de organizações e de sociedade.

Entendemos que com essa divisão se compreende melhor como é a articulação entre os atores que

promovem o desenvolvimento econômico e territorial, e os vínculos entre as instituições em todos os níveis, como também com os setores da sociedade.

As informações foram obtidas através de consultas a alguns documentos de planejamento e programas implantados, diferenciados entre previstos por lei e voluntários, e através de entrevistas a atores chaves, como representantes de empresas, prefeituras e de associações. A análise foi conduzida fazendo-se referimentos principalmente as seguintes temáticas:

- ≠ Como foi desenvolvido o processo
- ≠ Quais os atores participantes da elaboração dos Planos e Programas

- ≠ Quais os mecanismos de diálogo entre os atores
- ≠ Se esses Planos ou Programas são estabelecidos por lei
- ≠ Avaliação das formas de participação
- ≠ Quem organiza as formas de participação (ex: Audiências, Fóruns)
- ≠ Como são escolhidos os atores
- ≠ Se essas formas de diálogo e participação tem obtido sucesso

A estrutura deste capítulo ilustra a documentação analisada e é articulada nos seguintes pontos:

Planos Institucionais:
Planos Diretores dos Municípios de Ipojuca, Cabo de

Santo Agostinho e Escada.
Planos Voluntários:
Orçamento Participativo do Cabo de Santo Agostinho
Plano Estratégico de Suape
Programas:
Projeto Petróleo - Gás – Unidade de Negócios Mata Sul
Projeto Vínculos – Pernambuco

Como consequência foi desenvolvida uma análise FOFA e uma síntese das principais questões. Durante as pesquisas não foi possível recolher todas as informações necessárias, para tanto seria preciso um aprofundamento nos estudos das leis vigentes como também outras tantas entrevistas.



Análises de Governança e Instituições

Análises dos Planos Institucionais

PLANOS DIRETORES MUNICIPAIS: ASPECTOS GERAIS

O Plano Diretor, segundo a Lei Federal 10.257/01 é um pacto entre a sociedade civil e os poderes Executivo e Legislativo Municipais para orientar o desenvolvimento urbano. A lei promove a participação da população através de audiências públicas e debates, nos quais tomam parte cidadãos e associações representativas de vários segmentos da cidade (cap. 3 art. 39, 40). Também a lei estabelece o princípio de transparência do processo de elaboração da mesma e do documento final. Os atores que contribuem para a elaboração e definição dos Planos Diretores são: a Prefeitura Municipal, a Câmara de Vereadores e representantes da sociedade.

Plano diretor de Ipojuca

O Plano Diretor de Ipojuca foi elaborado no tempo de um ano e meio, baseado no Programa Agenda 21 local, que define uma melhor relação entre as autoridades e comunidades no planejamento e execução das políticas públicas, e nas considerações ao fim de treze laboratórios de discussão organizados pelo Município e com a participação da população através de Associações diversas, ONGs, Sindicatos, Empresários. O resultado final foi aprovado pela Câmara de Vereadores e em última instância pelo Prefeito Municipal.



Processo de elaboração do Plano Diretor de Ipojuca. Fonte: elaborado a partir de interpretação do Plano Diretor de Ipojuca

PLANO DIRETOR DE CABO DE SANTO AGOSTINHO

Dentro do Plano Diretor de Cabo de Santo Agostinho foi encontrado um interessante projeto de Plano de Gestão Urbana, que consiste na realização de atividades que tem por objetivo ordenar as funções da cidade e direcionar o desenvolvimento urbano.

Este projeto prevê que a gestão urbana será exercida pelo município, que terá a função de mobilizador, articulador e coordenador da formulação do projeto de desenvolvimento da cidade e também órgão decisório e gestor das ações municipais. Porém esse plano também prevê que esta gestão tenha a participação da sociedade e se dará da seguinte forma: serão realizadas audiências públicas e assembleias territoriais de políticas urbanas sempre que houver necessidade.

Estão previstas a realização de Conferências Municipais de Política Urbana a cada dois anos. Nessa ocasião serão avaliadas as diretrizes e a implementação do plano diretor e também poderão ser debatidas críticas, sugestões e adequações de estratégias para o próximo biênio.

As propostas emergidas destas reuniões serão discutidas, analisadas e sistematizadas pelo Conselho de Controle Urbanístico que será composto de 12 membros, sendo 6 representantes do poder público e 6 representantes da sociedade civil, assim distribuídos: do Poder Público: 1

representante da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico e Ambiental, 1 representante da Secretaria de Assuntos Jurídicos e Defesa da Cidadania, 1 representante do Complexo Industrial-Portuário de Suape, 1 representante do Poder Legislativo Municipal, 1 representante da Agência de Planejamento Metropolitano, 1 representante do Órgão Estadual de Meio Ambiente. da sociedade civil: 1 representante de entidades empresariais, 3 representantes das Áreas Políticas Administrativas, 2 representantes de associações comunitárias e não governamentais a serem nomeados por Decreto.

A Secretaria Executiva do Conselho de Controle Urbanístico será exercida pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico e Ambiental. O Presidente do Conselho de Controle Urbanístico será o Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Econômico e Ambiental. No processo de decisão o Conselho tem somente poder consultivo.

Por fim, o Fórum da Cidade é a instância deliberativa máxima da gestão urbana. Suas funções são avaliar a aplicação das diretrizes do Plano diretor e das leis vigentes, revisar e propor mudanças na legislação, avaliar e definir a viabilidade de fundos de investimentos.



Processo de elaboração do Plano de Gestão Urbana. Fonte: elaborado a partir de interpretação do Plano Diretor de Cabo de Santo Agostinho



Análises de Governança e Instituições

Análises dos Planos Institucionais

PLANO DIRETOR DE ESCADA

Os trabalhos foram desenvolvidos através de oficinas de planejamento participativo, com o apoio de equipes técnicas das prefeituras municipais e de segmentos representativos da sociedade civil, contando com o envolvimento do Comitê Gestor do Plano Diretor. As oficinas de planejamento participativo possibilitaram a sistematização do elenco de problemas e potencialidades que embasaram os diagnósticos e as proposições presentes na fundamentação dos referidos Planos Diretores Municipais. O processo de elaboração dos Planos Diretores dos municípios da Zona da Mata, apoiados pelo PROMATA (Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco) foi estruturado em três etapas sucessivas e interdependentes:

1. A primeira etapa consistiu na elaboração de estudos e diagnósticos, com base em informações técnicas para discussão com a sociedade local, especialmente o Comitê Gestor do Plano Diretor, instalado em cada um dos 19 municípios apoiados pelo PROMATA, com representantes das prefeituras municipais e dos diversos segmentos sociais locais – através de oficinas de capacitações e escutas junto à população em geral, atores e agentes governamentais e não-governamentais do município. A realização de reuniões, plenárias e

Audiência Pública, com a aplicação de metodologias e ferramentas de planejamento participativo como o quadro FOFA e a Matriz de Hierarquização e Relevância, com vistas à qualificação e complementação da leitura técnica resultaram em uma leitura da realidade do município, que expressa a CIDADE QUE TEMOS.

2. Na segunda etapa, foram aprofundadas as discussões nas reuniões, plenárias e Audiências Públicas, com o objetivo de formular propostas consensuais, eixos estratégicos e temas prioritários, na perspectiva da elaboração coletiva do Relatório Final e do Anteprojeto de Lei do Plano Diretor. Discussões entre os especialistas nas áreas de planejamento urbano, transportes, meio ambiente e direito urbanístico, contratados pelo PROMATA foram incentivadas para apoiar os municípios e os respectivos Comitês Gestores Locais do Plano Diretor, e os representantes dos diversos segmentos sociais municipais. Dessa forma, esta etapa resultou na construção de um cenário futuro desejado para o município, que expressa a CIDADE QUE QUEREMOS.

3. A terceira e última etapa consistirá na sistematização das deliberações da Conferência da Cidade, na forma de Projeto de Lei, que será encaminhado à Câmara Municipal.

CONSIDERAÇÕES

Fazendo uma comparação entre os três Planos Diretores analisados, é possível notar algumas diferenças no que diz respeito às formas de participação.

No Plano Diretor de Ipojuca (seção V art 17) é explícito o referimento ao direito dos cidadãos, e de suas organizações, a participação na formulação, execução e controle das políticas públicas municipais e urbanas. Como base para tal participação parece ser a transparência do processo decisório.

Apesar destas declarações, é possível evidenciar a omissão de informações sobre métodos de envolvimento da sociedade civil e, especificamente, quais representações estão envolvidas.

Também no Plano Diretor, mas de Cabo de Santo Agostinho, a participação é expressa como objetivo através do Plano de Gestão Urbana, porém este parece ser melhor estruturado e articulado, e apresenta todas as informações sobre os processos decisórios e sobre os atores que participarão deste processo.

O poder de decisão dos representantes da sociedade civil é limitado tanto no Conselho de Controle Urbanístico como no Fórum da Cidade.

No primeiro, a relação entre os membros do poder público e os representantes da sociedade civil é de 1:1, porém esse órgão tem função somente consultiva. Quem dispõe de poder de decisão é o Fórum da Cidade, onde a sociedade civil tem um representante, mas na qual se pode notar um desequilíbrio na distribuição do poder decisório: o Fórum é presidido pelo prefeito e os membros do poder público estão em maioria.

Segundo entrevistas feitas a dirigentes públicos, um problema existente é a falta de trabalhos de capacitação de líderes comunitários, que tem dificuldade de enxergar os problemas do território como um todo, o que dificulta o diálogo e a tomadas de decisões que visam o bem comum e geral.

Entre os três planos analisados, o de Escada parece ser o mais claro do ponto de vista da estrutura do processo decisório, e o único no qual se declara em modo explícito que o plano nasce da definição das necessidades, das exigências e expectativas da população expressas nas oficinas de planejamento participativo.

Outro elemento diferencial no município de Escada, resulta no apoio de um órgão externo à elaboração do plano através do programa PROMATA, que acompanhou esse processo como órgão consultante.



Processo de elaboração do Plano Diretor de Escada
Fonte: elaborado a partir de interpretação do Plano Diretor de Escada



Análises de governança e instituições

Instrumentos Voluntários

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DO CABO DE SANTO AGOSTINHO

O Orçamento Participativo do município de Cabo de Santo Agostinho consiste num plano de investimento municipal anual que é decidido com a participação de todos os setores da sociedade. Cada comunidade pode organizar-se em grupos de até vinte moradores que juntos preenchem um formulário com as ações que reivindicam ou com projetos já existentes e que necessitam mais apoio. Com base nestes formulários será construída uma grade de carências de serviços e obras públicas indicadas pela Secretaria de Planejamento. Cada microregião elege delegados que escolherão seus representantes no Conselho Municipal do Orçamento, onde, juntamente com a Secretaria de Planejamento decidem as prioridades para investimento dos recursos.



Processo de elaboração do Orçamento Participativo
Fonte: elaborado a partir de interpretação do Programa de Orçamento Participativo do Cabo de Santo Agostinho através do site: www.cabo.pe.gov.br

PLANO ESTRATÉGICO DE SUAPE

O Plano Estratégico de Suape é uma proposta, sem valor legal, de um referencial de ação que tem como objetivo promover o desenvolvimento do território de forma integrada. Este plano foi elaborado com a participação dos cinco municípios que até então faziam parte do território estratégico de Suape. O processo de elaboração durou 2 anos, com pelo menos dois encontros ao mês entre todos os participantes. O diálogo entre os atores e a coordenação do projeto foi feito pela CONDEPE/FIDEM – Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco.



Esquema do processo de elaboração do Plano Estratégico
Fonte: Plano Território Estratégico Suape

CONSIDERAÇÕES

Analisando o processo de elaboração deste plano, percebe-se como aspecto positivo o fato de que pela primeira vez foi organizada uma mesa de discussões sobre todos os interesses comuns a todo território de influência de Suape. Essas reuniões foram dirigidas por um órgão estatal (CONDEPE/FIDEM), o que demonstra o interesse do estado em criar uma gestão coordenada e integrada do território. Porém, infelizmente constata-se que essa forma de diálogo e gestão foi perdida logo após a aprovação do plano e são retomadas somente em setores específicos como o de transporte público e habitação. Conclui-se, portanto que o território não tenha ainda a capacidade de promover uma gestão territorial integrada e de modo contínuo, enquanto conseguem obter

sucesso em iniciativas pontuais, ligadas a um tema ou objetivo específicos. A sociedade civil não participou diretamente nos processos consultivo e decisório. Esses processos foram conduzidos exclusivamente com representantes institucionais, acreditando que estes possam ser portadores dos interesses públicos. Ficaram, portanto, ausentes os Conselhos Municipais, que geralmente fazem parte de decisões, como por exemplo na elaboração dos planos Diretores. Uma ameaça é o fato que os mesmos órgãos estatais possam planejar ações conflitantes entre si ou em derrogação das disposições do plano estratégico aprovado (como por exemplo o traçado da Ferrovia Transnordestina). Outras formas de diálogo seriam necessárias para sanar o problema de concorrência fiscal entre os municípios.



Análises de governança e instituições Programas

PROJETO PETRÓLEO GÁS UNIDADE DE NEGÓCIOS MATA SUL



Trata-se de um projeto de integração entre grandes e pequenas/micro empresas, que nasce em função dos investimentos na área de Suape.

Este projeto consiste em um trabalho de capacitação das pequenas e micro empresas e incentivo ao empreendedorismo e a criação de redes e cadeias produtivas entre as empresas.

O projeto, iniciado no ano de 2008, era previsto com a duração de três anos, porém já foi renovado por mais três. Até o atual momento foram vinte e cinco as pequenas e micro empresas capacitadas nas cidades de Olinda, Recife e Cabo de Santo Agostinho.

A implantação deste projeto é financiada e obedece as diretrizes nacionais vindas de um Comitê Gestor Nacional composto do SEBRAE nacional e Petrobras.

O Comitê Gestor Local se reúne periodicamente para decidir as fases do projeto com base nas diretrizes estabelecidas pelo Comitê Nacional e com os resultados obtidos através de consultas as pequenas e micro empresas envolvidas no projeto.

O Comitê Local está elaborando estratégias de capacitação também aos municípios para que estes participem do projeto através das Secretarias de Desenvolvimento Econômico.

Conclui-se, a partir das informações obtidas através da entrevista, que é ausente a participação no processo de elaboração do programa, de representantes das pequenas e micro empresas, como também dos municípios, que somente farão parte do Comitê Local mas já com o projeto em andamento, sem a possibilidade de definir aspectos de base.

Adicionando a essas conclusões a fonte de financiamento, verifica-se que é um projeto top-down, no qual tanto as instituições municipais quanto a sociedade civil não tem a

PROJETO VÍNCULOS PERNAMBUCO



Este programa tem o propósito de contribuir para a geração de vínculos de negócios sustentáveis entre grandes empresas compradoras e micro, pequenos e médios fornecedores locais.

O Projeto Vínculos é resultado da cooperação da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), a Agência Alemã de Cooperação Técnica (GTZ), a Fundação Dom Cabral, o

Instituto Ethos e o SEBRAE. O projeto atua na área Suape há cinco anos. O financiamento é proveniente das empresas que fazem parte do programa, sejam estas micro, pequenas ou médias e também da municipalidade local.

Estrutura de parceiros:

Trata-se de um projeto internacional, cujas linhas de funcionamento são decididas a nível internacional.

A nível nacional o projeto vem gestido de um Comitê de Gestão Nacional composto da GTZ, SEBRAE Nacional, SENAI Nacional, Sesi Nacional, IEL Nacional.

A nível estadual existe um Comitê de Gestão Estadual composto da GTZ, SEBRAE Pernambuco, Sistema FIEPE (SENAI-PE, Sesi-PE, IEL-PE). Finalmente, a nível local, a gestão do projeto cabe ao Comitê de Gestão Local (que tem poder de decisão), composto da GTZ, SEBRAE Local, Sistema FIEPE Local, um representante por cada grande empresa envolvida, um representante para cada dez micro/pequena empresas envolvidas (eleito entre elas). Trabalhando em conjunto com o Comitê de Gestão Local estão dois Fóruns que tem poder consultivo: o Fórum de Fornecedores e o Fórum das Grandes Empresas.

O primeiro é composto de representantes das micro e pequenas empresas e um representante da GTZ que atua como mediador e moderador.

A função do Fórum é discutir o andamento do projeto e formular as propostas que serão apresentadas ao Comitê de Gestão Local.

Já o Fórum das Grandes Empresas é composto somente por representantes das grandes empresas e também tem a função consultiva de formular propostas para serem apresentadas ao Comitê de Gestão Local.

Tanto as reuniões dos Fóruns, quanto as do Comitê são feitas uma vez por mês.

As grandes empresas que fazem parte do projeto são: Gerdau Açonorte, Alcoa, Philips, Estaleiro Atlântico Sul, Companhia Pernambucana de Gás - COPERGAS. O número de micro e pequenas empresas que participam do projeto são 66.

A impressão é que o tecido social, produtivo e institucional local seja pouco envolvido nos processos de decisões. Se revela, de fato, à primeira vista a ausência de representantes dos municípios locais, assim como um grande desequilíbrio existente entre os poderes de decisão das grandes e das pequenas empresas.

Já faz parte do projeto o fato de as grandes empresas participantes decidirem quais as pequenas empresas a serem qualificadas e como receberão essa capacitação.

O Fórum de Fornecedores tem função puramente consultiva e não pode influenciar as decisões a nível de desenvolvimento do projeto. Outro dado significativo é o fato que o Fórum das Grandes Empresas, mesmo existindo formalmente, não se reúne nunca porque a sua presença no Comitê Gestor Local, que realmente tem poder de definição das linhas de estratégia do projeto, é de 1:1 enquanto a relação das pequenas empresas é de 1:10.



Análises de governança e instituições

Análise FOFA

GOVERNANÇA - FOFA

	FORÇAS	FRAQUEZAS
INSTITUCIONAL	<ul style="list-style-type: none"> Experiência de mesas redondas com participação dos municípios para a elaboração do Plano Estratégico de Suape. Prosseguimento espontâneo desta colaboração em torno a interesses comuns (ex: habitação). 	<ul style="list-style-type: none"> Tendência dos municípios a fazer programas e projetos setoriais Falta de recursos humanos e de capacitação. Falta de um ente gestor para projetos intermunicipais. Modelo de gestão do Plano Estratégico hierárquico e burocrático. Setor privado tem, na prática, maior poder de decisões que o institucional (municípios).
INSTITUIÇÃO - SOCIEDADE	<ul style="list-style-type: none"> Participação de Associações na elaboração dos Planos Diretores Municipais. Existência de Conselhos setoriais. Existência, ainda que apenas formalmente, de um programa Agenda 21 Orçamento Participativo em Cabo de Santo Agostinho Existência de entidades como SESI, SEBRAE, etc, que promovem o diálogo Existência de formas de Governança no setor de Turismo. 	<ul style="list-style-type: none"> Decisão dos programas em modo top-down Fragmentação e perda de forças dos Conselhos existentes. Fraca comunicação dos projetos da parte dos municípios gerando falta de informação. Sistema de benefícios mais ligado a setores econômicos do que a cidadania. Falta de um Fórum de discussão aberto com a sociedade na elaboração do Plano Estratégico Suape.
ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL	<ul style="list-style-type: none"> Existência de um grande número de Associações e a capacidade de trabalhar em rede. (sociedade civil dinâmica e com capacidade de auto organização). Presença de grupos organizados, no setor de Turismo, que cooperam entre si e reinvidicam propostas junto as Instituições. Existência de muitos programas sociais e de capacitação (SENAI, SEBRAE, PROJOVEM...) 	<ul style="list-style-type: none"> Falta de recursos financeiros. Grande numero de trabalhadores sazonais, informais e imigrantes, o que torna difícil sua representação Lei de responsabilidade fiscal que não obriga as empresas a desenvolverem os projetos na área onde estão implantadas.

	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
INSTITUCIONAL	<ul style="list-style-type: none"> Possibilidade de mobilização dos municípios de evitar que Suape se torne um território estadual. Diálogo entre os dois municípios aos quais pertence o território Suape Estrutura de gestão do plano estratégico modificável. Possibilidade de usufruir das várias agências de consultoria que desenvolvem estudos e tem um alto grau de especialização. 	<ul style="list-style-type: none"> Perda de controle sobre o Território Suape, se este for declarado distrito estadual. Desencontros entre interesses de Suape e dos municípios. Falta de ação do Plano Estratégico devido ao fato deste não haver valor legal. Mudança dos líderes públicos a cada quatro anos podem mudar o foco de interesse e de investimentos.
INSTITUIÇÃO - SOCIEDADE	<ul style="list-style-type: none"> Possibilidade de criação de consórcios e associações para a gestão e ação do projeto integrado elaborado pela diagonal urbana para a Petrobras. Possibilidades de vincular a lei de responsabilidade social das empresas a investimentos no território. Possibilidade de usufruir do PAC. 	<ul style="list-style-type: none"> Aumento do poder do setor privado e consequentemente subordinação das instituições as suas exigências deixando em segundo plano as necessidades básicas da sociedade. Risco de os lucros de suape irem para fora do território. Risco que a piora das condições de vida façam com que as políticas sociais sejam sempre mais assistencialistas e mediatistas. Falta de consenso pode bloquear os processos de decisão.
ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL	<ul style="list-style-type: none"> Consolidação de setores de trabalhadores que podem organizar-se de modo que aumentem seu poder. Criação de uma força de trabalho diferenciada no setor naval (alto nível). Maior controle sobre os projetos de responsabilidade fiscal. 	<ul style="list-style-type: none"> O crescimento e surgimento de favelas colocam em perigo a qualidade de vida e consequentemente o foco das atenções as necessidades mais imediatas. Trabalhadores mais especializados vem de fora do território tornando este um território sempre pobre.

CONCLUSÃO

Desta análise ve-se como ponto principal o conhecimento e existência de instrumentos para a participação e governança, porém estes não estão sendo utilizados de maneira eficaz, deixando a participação de representantes sociais em segundo plano. Verifica-se também uma falta de coordenação entre as diversas instituições que provoca fragmentação nas decisões e marginalização dos atores com menos poder participativo. Observa-se também que apesar de uma fragmentação em todos os setores, seja dentro do município ou entre os setores, existe uma positiva mobilização do estado, através da Agência CONDEPE/FIDEM, de promover o diálogo entre os municípios do território para que trabalhem juntos buscando benefícios e procurando resolver problemas comuns, porém faltaria talvez um

órgão intermunicipal para a gestão desses interesses. Resulta, portanto, muito positiva a experiência de concertação intermunicipal já desenvolvida. Observa-se que a problemática principal de tais processos consiste na falta de continuidade e na excessiva burocracia das mesas de técnicas que prevêem a participação, à semelhança dos grupos deliberativos, dos representantes de cada ente em questão. Seria, portanto, desejável que as formas de concertações prevessem uma forma mais estáveis e uma simplificação na articulação das mesas redondas que se apresentam sobrecarregadas. Em termos gerais fica evidente a repetição da estrutura, desde os níveis institucionais superiores aos inferiores, desde a articulação interna dos órgãos executivos o que

(Secretarias), o que determina uma excessiva fragmentação organizativa e de decisão dos recursos humanos e das capacidades técnicas. Em contraste a essa fragmentação, vemos um dinamismo na sociedade civil, que é capaz de organizar-se, porém existe uma falta de visão a longo prazo, nota-se que tanto as reivindicações quanto os projetos e propostas são imediatistas. Por fim, temos a percepção que Suape Global funcione atualmente como se o Complexo Industrial fosse um mundo isolado do território onde está inserido, fazendo na maioria das vezes referência Suape – Recife. A partir das entrevistas conduzidas e dos dados analisados parece que os diferentes órgãos participativos existentes no território não tem a possibilidade de influenciar as escolhas de Suape Global.



Análise Econômica

Introdução Geral

ECONOMIA BRASILEIRA

Com uma população de 191 milhões de habitantes e um PIB de US\$ 1,3 trilhão de dólares, juntamente com a China, Rússia e Índia, o Brasil faz parte do grupo das potências econômicas emergentes no mundo.

O Brasil, porém, tem posição diferenciada e relativamente favorável nesta grande crise. Em 2008, cresceu 5,6% do PIB; tem reservas internacionais de US\$ 200 bilhões, e, sobretudo, já tinha dado fortes passos no caminho do fortalecimento do seu grande mercado interno.

No que diz respeito ao fortalecimento do mercado interno, as principais medidas adotadas foram:

- inflação baixa e controlada, o que permite defender o poder de compra e o consumo da população;
- crescimento efetivo do PIB, ou seja, da renda real média da população (5,60% em 2008);
- política de crescimento do Salário Mínimo Real, que tem subido sempre acima da taxa de crescimento do PIB, estando hoje cerca de US\$ 210,00, além dos acréscimos legais de 13% salário e férias de 30 dias, vale refeição e vale-transporte;
- políticas públicas compensatórias de renda, como o Vale Educação, PETI, Vale Alimentação e a atual "Bolsa Família".

A REGIÃO NORDESTE

O Nordeste é a região brasileira mais próxima dos mercados europeu e norte-americano, o que lhe confere vantagens consideráveis no comércio internacional, com um PIB de US\$ 155 bilhões (ano de 2005).

O Nordeste dispõe de infraestrutura de apoio às atividades produtivas e ao bem-estar de sua população. Possui 14 portos comerciais, alguns com capacidade para receber navios de grande porte, como os portos de Suape, localizado no Estado de Pernambuco, Itaqui, no Estado do Maranhão, e Pecém, no Estado Ceará, além de 405.390 km de estradas pavimentadas e ferrovia em construção, a exemplo da Transnordestina. Conta ainda com unidades geradoras hidrelétricas de 10.142 MW interligadas. A região possui uma malha de gás natural de 1.344,4 km, com movimentação de 9.223.000 m³/dia.

O COMPORTAMENTO RECENTE DA REGIÃO NORDESTE

A região Nordeste nos últimos dois anos cresceu mais que a média nacional, sobretudo em decorrência dessas políticas públicas compensatórias de renda supra-citadas, vez que por seu menor nível e onde se concentra perto de 50% da população abaixo da linha pobreza. Para 2010 espera-se que crescerá também nesse mesmo ritmo, sendo a razão principal o ainda pelo impacto positivo das políticas compensatórias de renda, como por investimentos pesados do PAC - Plano de Aceleração Econômica.

COMPORTAMENTO RECENTE DA ECONOMIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

A estrutura produtiva da economia do Estado de Pernambuco se caracteriza pelo grande peso do setor "Comércio e Serviços" e uma certa desconcentração das atividades e ramos produtivos do setor industrial (quando se compara com outros Estados do Nordeste). Com efeito, em 2006 o Setor Comércio e Serviços excluindo os Serviços Públicos de Eletricidade, Gás e Água, participaram nada menos que 53% do PIB estadual.

No mesmo ano, o setor secundário, composto da Indústria extrativa mineral, Construção civil, Indústria de Transformação e dos Serviços de utilidade pública (eletricidade, gás e água), contribuiu com 21,6% do PIB estadual e o setor primário formado pela agricultura, pecuária, pesca e silvicultura apresentou, uma participação do PIB pernambucano em 2006 de 5,2%.

Um dos aspectos notáveis do comportamento da economia de Pernambuco é a reversão da performance da economia do Estado a partir do ano de 2006, quando o estado passou a crescer a taxas acima de 5% a.a. em função, sobretudo dos novos investimentos industriais, chamados investimentos estruturadores. O valor total desses investimentos é de US\$ 20 bilhões, e contemplam investimentos industriais e de infraestrutura, com destaque para a Refinaria Abreu e Lima, o Estaleiro Atlântico Sul, o Pólo Petroquímico de Suape, a Ferrovia Transnordestina e a Transposição do Rio São Francisco.

Diante do exposto, o que se observa, é o fato de a crise econômica mundial ter encontrado o Estado de Pernambuco em excelente fase de intensidade econômica. Ressalte-se,

também que o baixo grau de abertura do Estado para o mercado externo garante-lhe algumas vantagens competitivas, em detrimento de outros Estados nordestinos, a exemplo da Bahia e do Maranhão, cujas exportações são fundamentais para a sustentação da economia.

Acompanhando a tendência da economia nacional, a economia do estado de Pernambuco deverá crescer menos em 2009. Segundo alguns analistas de mercado, a taxa de crescimento deverá ser da ordem de 4% contra uma taxa média de crescimento de 7% no ano de 2008. Para a Região Nordeste está sendo esperada uma taxa de crescimento de 3% do PIB.

A indústria foi no Nordeste brasileiro uma das principais atividades favoráveis para contribuir para a redução do modelo de concentração dos investimentos industriais no Brasil. Iniciada na década de 70 a estratégia de industrialização da economia regional, liderada pela SUDENE, embora não tendo sido capaz de gerar efetivamente uma dinâmica interna setorial e multisetorial integrativa entre as diversas unidades federativas da Região Nordeste, foi capaz, de gerar pólos de modernidade atrelados à dinâmica nacional, em particular ao Sudeste do país.

O exemplo de maior sucesso na história do desenvolvimento econômico regional da Região Nordeste é a indústria petroquímica baiana.

O mesmo não pode ser dito com a economia pernambucana. Apesar da diversidade da estrutura produtiva industrial do Estado de Pernambuco, não houve, ainda, no Estado de Pernambuco a consolidação de um setor industrial auto-sustentável articulado e intensivo em tecnologia. Na realidade, o que vem ocorrendo ao longo dos últimos anos com a economia pernambucana é uma forte tendência ao crescimento das atividades terciárias (comércio e serviços), que respondem por mais de 50% do PIB pernambucano. Todavia, a partir do primeiro quinquênio do ano 2000, o Estado de Pernambuco passou a receber novos investimentos industriais, chamados investimentos estruturadores. Estes investimentos tem como consequência atenuar os desequilíbrios inter e intra-regionais e deverão dar uma nova configuração à atividade industrial do Estado.

Os investimentos industriais em curso permitirão efetivar e dinamizar o potencial industrial estadual. Para consolidar e maximizar os benefícios macroeconômicos desses investimentos, o grande desafio é construir uma estratégia de integração com as cadeias produtivas existentes dentro do Estado e a integração entre a grande e pequena empresa, de forma a fazer com que parte dos empregos diretos e indiretos gerados por esses grandes projetos fiquem em Pernambuco.



Esses grandes empreendimentos abrirão novas frentes de atração para investimentos estrangeiros e negócios de comércio exterior em Pernambuco.

A evolução da estrutura produtiva de Pernambuco nos próximos 13 anos será o resultado combinado das seguintes variáveis:

- a distribuição setorial dos investimentos produtivos previstos para o Estado de Pernambuco;
- os impactos dos grandes investimentos na estrutura produtiva
- os investimentos em infra-estrutura previstos influenciando na competitividade de atividades e potencialidades de Pernambuco;
- os fatores externos (mundiais e nacionais) com impacto na estrutura produtiva do Estado;
- a continuidade das políticas públicas compensatórias de renda do governo federal.

Análise Econômica Introdução Geral

Atividades econômicas	Pernambuco				
	2002	2003	2004	2005	2006
	Participação (%)				
Agricultura, silvicultura e exploração florestal	3,4	3,7	3,7	3,6	3,7
Pecuária e pesca	1,5	1,9	1,4	1,5	1,5
Indústria extrativa mineral	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1
Indústria de transformação	11,1	12,7	11,7	10,9	10,9
Construção	6,6	5,7	5,1	5,6	5,1
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	3,7	4,5	5,9	5,5	5,5
Comércio e serviços de manutenção e reparação	12,2	12,3	13,4	14,2	13,5
Serviços de alojamento e alimentação	2,5	1,8	2,1	2,0	1,9
Transportes, armazenagem e correio	4,2	4,5	4,6	4,4	4,6
Serviços de informação	3,4	3,8	3,2	3,7	3,6
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	5,2	4,5	3,9	4,6	5,2
Serviços prestados às famílias e associativos	2,5	2,5	2,5	2,4	2,7
Serviços prestados às empresas	4,2	4,0	5,1	4,5	4,4
Atividades imobiliárias e aluguel	10,7	10,2	9,9	9,4	9,0
Administração, saúde e educação públicas	23,5	22,8	22,4	23,2	23,6
Saúde e educação mercantis	3,7	3,7	3,5	3,0	3,2
Serviços domésticos	1,3	1,3	1,5	1,4	1,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco.

Nota: Ano referência 2002. Dados sujeitos a revisão.

COMPLEXO PORTUÁRIO-INDUSTRIAL DE SUAPE

O Complexo Industrial Portuário de Suape, localizado a 40 km ao sul do Recife, nos municípios de Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho, ocupa uma área de 13.500 hectares, dividida em quatro zonas: portuária, industrial, administrativa e de preservação ecológica e cultural. Suape é, acima de tudo, um espaço para o qual se voltam as esperanças pernambucanas de reaver o papel de estado líder da economia regional e da capacidade potencial de promover uma retomada do crescimento da economia do Estado, através da implantação de grandes investimentos estruturadores (Kehrl, 2006).

O Porto de Suape é um excelente destino para investimentos externos devido às oportunidades geradas por demanda identificada por terminais de grãos, granéis sólidos, açúcar, petróleo, derivados de petróleo e etanol, além de terminal de regaseificação de gás natural liquefeito.

Atualmente estão sendo implantados grandes projetos estruturadores no Complexo Industrial e Portuário de Suape, com fortes efeitos de encaadeamento para amplos setores da economia local, destacando-se a Refinaria de Petróleo Abreu e Lima, projeto de parceria entre a Petrobras (60%) e a PDVSA (40%), orçado em US\$ 10,0 bilhões e com capacidade de processar 200 mil bpd, cujo início das operações está previsto para o final de 2010.

O TERRITÓRIO ESTRATÉGICO DE SUAPE

O Território Estratégico de Suape compreende sete municípios: Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Escada, Sirinhaém e Ribeirão. A área de jurisdição do Porto de Suape são os município do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca considerados territórios de influência direta.

O PIB do Território Estratégico de Suape, no ano de 2005, foi da ordem de R\$ 10.791 bilhões, concentrados nos municípios de Jaboatão dos Guararapes, Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho, de acordo com tabela a seguir.

Por estar localizado na Região Metropolitana do Grande Recife, o Território Estratégico de Suape possui uma população significativa. Estima-se que no ano de 2007 viviam na Região cerca de 1 milhão de habitantes dos quais grande parte, cerca de 60%, encontravam-se localizadas no município de Jaboatão dos Guararapes, seguido do Cabo de Santo Agostinho (com 16%) e Ipojuca.

A tabela a seguir, apresenta uma análise das características econômicas do Território Estratégico de Suape. Os dados foram fornecidos e elaborados pelo CONDEPE-FIDEM.

Este capítulo é uma síntese dos Boletins Econômicos do Observatório Empresarial do SEBRAE-PE, cujo texto e responsabilidade técnica é da economista Ana Cláudia Arruda Laprovitera (SEBRAE e UNICAP). Os estudos completos estão publicados no site www.pe.sebrae.com.br

DISCRIMINAÇÃO	VALOR ADICIONADO BRUTO – EM MILHÕES DE R\$				PIB EM MILHÕES DE R\$	POPULAÇÃO EM MILHÕES	PIB PER CAPITA EM R\$	PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS (DESCRIÇÃO)
	Agropecuária	Indústria	Serviços	APU*				
Total Pernambuco	2.201	9.490	27.472	9.961	49.904	8.413,6	5.931	Os serviços com 73% do VAB - com destaque APU, Comércio (2º maior atividade) e Aluguéis. Destaque ainda para a transformação (3º maior atividade), construção civil, SIUP e agropecuária.
RD Metropolitana	204	6.689	17.651	4.336	32.585	3.601,5	9.048	Os serviços com 74% do VAB - com destaque: Comércio (maior atividade), APU e Aluguéis. Principais segmentos comerciais - atacadista de alimentos, bebidas, combustíveis e artigos de uso pessoal ou doméstico, varejista diversificado e automotores. A indústria de transformação é a 3º maior atividade os maiores gêneros são alimentar, química, bebidas, produtos de metal, metalurgia básica e produtos plásticos. Destaque ainda para a construção civil. Mesmo a agropecuária participando somente com 0,8% do VAB tem importância na produção de alguns produtos como: cana-de-açúcar (25% de PE) pesca (49% de PE), ovos (19% de PE), mandioca (21% de PE) e aves (18% de PE).
Jaboatão dos Guararapes	17	941	2.071	721	4.061	640,7	6.338	Os serviços com 72% do VAB são como principais atividades a APU, Aluguéis e o comércio sendo sua 2º maior atividade - principais segmentos - varejista bastante diversificado, o atacadista de alimentos e produtos químicos e automotores. A indústria de transformação é a sua 3º principal atividade os principais gêneros industriais: alimentar, química, bebidas e material elétrico. É o 3º maior na indústria e 2º maior nos serviços de PE.
Ipojuca	32	521	1.891	101	3.499	68,0	51.486	Os serviços com 80% do VAB - principal atividade é o comércio com destaque para: atacadista de combustíveis e gás, seguido da APU, transportes e Alojamento e Alimentação. A indústria de transformação é a 2º maior atividade com destaque o gênero alimentar. É o 9º maior município da agropecuária de PE com destaque para a cana-de-açúcar (2º maior de PE). É o 3º maior nos serviços e 4º na indústria de PE.
Cabo de Santo Agostinho	39	1.417	828	213	2.848	169,2	16.828	A indústria com 61% do VAB sendo a indústria de transformação a maior atividade - principais gêneros industriais: química, bebida, produtos de metal e alimentar. Nos serviços dos destaques são APU, Transportes e Comércio principalmente o varejista. Na agropecuária é o 5º maior de PE - principal produto cana-de-açúcar (maior produtor de PE). É o 2º maior na indústria e o 7º nos serviços de PE.
Escada	14	41	117	74	211	58,3	3.622	Os serviços com 71% do VAB - as principais atividades APU e Aluguéis. A indústria de transformação é a 2º maior atividade onde os principais gêneros são: metal (mód) e química (álcool). A Agropecuária é a 4º maior atividade com o principal produto: cana-de-açúcar.
Moreno	32	22	98	62	172	55,5	3.096	Os serviços com 67% do VAB - principais atividades: APU e Aluguéis. A Agropecuária é a segunda maior - principais produtos: ovos (maior produtor de PE), cana-de-açúcar (4º maior produtor de PE) e aves (3º maior efetivo de PE). É o 7º maior na agropecuária de PE. Destaque ainda para a construção civil.
Soma do TES (Território Estratégico de SUAPE)	134	2.943	5.005	1.171	10.791	991,7	10.881	Os serviços com 65% do VAB - principais atividades: Comércio sendo a maior, especialmente do atacadista (combustíveis e alimentar) e um varejo diversificado e ainda a APU e os Transportes. A transformação como 2º maior atividade tem os principais gêneros - alimentar, bebidas, química, metal e plástico. Mesmo a agropecuária representando 2% do VAB essa região é responsável por 23% da produção de cana-de-açúcar, 16% de abacaxi, 14% dos ovos, 12% da pesca e 11% do efetivo de aves de PE.
Participação (%) do TES em PE	6,1	31,0	18,2	11,8	21,6	11,8	-	-
Participação (%) do TES na RD Metropolitana	65,5	44,1	28,4	27,0	33,1	27,5	-	-

Análise Econômica

Descrição Econômica do Território

DESCRIÇÃO ECONÔMICA DO TERRITÓRIO

O território de análise considera sete municípios pertencentes à Região Metropolitana de Recife e à Mata Sul, que compartilham uma vocação, sobretudo, direcionada ao setor de serviços, o qual registra a maior contribuição ao Valor Agregado Bruto VAB e a maior concentração de estabelecimentos e trabalhadores empregados. No mesmo setor, com papel predominante, encontra-se o comércio; faz-se referência, sobretudo, ao comércio atacadista de combustíveis, atacadista e varejista de automóveis, alimentos e bebidas.

Cabo de Santo Agostinho pode ser considerado a única exceção no assunto, onde a maior participação ao VAB

provém da Indústria¹. Destaca-se o número de empresas que se dedicam as indústrias de transformação, dentre elas a química (ligada à produção de álcool) e as que se dedicam à alimentícia e bebidas.

O setor primário em geral possui menor relevância; os Municípios que estão relativamente mais relacionados com o setor agropecuário são: Sirinhaém, Moreno e Escada, onde as atividades se baseiam fundamentalmente na cana-de-açúcar e na pesca. Além de Moreno que se destaca entre os maiores produtores de aves e derivados de Pernambuco.

Produto Interno Bruto PIB a preços de mercado de território de análise 2002-2006

RD's/Municípios	PIB (R\$ milhões)					Ranking no PIB de PE				
	2002	2003	2004	2005	2006	2002	2003	2004	2005	2006
Metropolitana	23.167,0	25.590,9	28.792,3	32.720,5	36.146,0	1	1	1	1	1
Recife	12.602,4	13.098,4	14.414,3	16.322,8	18.318,5	1	1	1	1	1
Jaboatão dos Guararapes	2.817,9	3.335,2	3.849,9	4.221,2	4.736,4	2	2	2	2	2
Ipojuca	1.991,0	2.308,7	2.984,4	3.991,5	4.307,6	3	4	3	3	3
Cabo de Santo Agostinho	1.784,2	2.447,2	2.693,3	2.772,5	2.838,1	4	3	4	4	4
Moreno	114,4	139,7	149,3	170,3	199,4	33	32	34	33	33
Escada	159,7	180,1	193,9	201,4	221,6	25	23	26	26	27
Sirinhaém	104,9	112,1	135,9	146,9	163,7	37	39	35	37	37
Ribeirão	93,3	107,0	113,7	129,9	145,6	40	41	42	40	42

Composição setorial do Valor Adicionado Bruto VAB por Regiões de Desenvolvimento

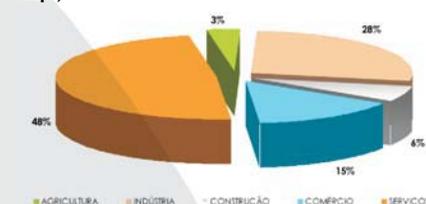
Municípios	Agropecuária					Indústria					Serviços				
	2002	2003	2004	2005	2006	2002	2003	2004	2005	2006	2002	2003	2004	2005	2006
Metropolitana	0,6	0,8	0,8	0,8	0,6	24,4	25,7	25,4	25,0	24,8	75,0	73,5	73,8	74,2	74,6
Recife	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	19,0	18,9	18,0	17,6	17,4	81,0	81,1	82,0	82,3	82,5
Jaboatão dos Guararapes	0,4	0,6	0,5	0,5	0,5	26,6	26,4	24,9	24,5	26,4	73,0	73,1	74,6	75,1	73,2
Ipojuca	1,2	1,6	1,3	1,0	0,5	12,5	16,0	23,1	28,9	27,6	86,4	82,4	75,5	70,1	71,9
Cabo de Santo Agostinho	1,4	1,8	1,7	1,7	0,6	59,2	63,5	62,2	61,2	59,9	39,3	34,8	36,2	37,1	39,5
Moreno	13,2	22,5	19,4	20,0	17,8	12,4	10,1	11,2	12,3	14,4	74,4	67,4	69,3	67,7	67,8
Escada	8,5	9,4	7,2	7,3	7,3	23,2	24,8	25,5	21,1	18,8	68,3	65,8	67,3	71,7	73,9
Sirinhaém	15,3	14,9	18,0	19,1	17,3	29,3	30,9	28,7	26,1	27,2	55,4	54,2	53,3	54,8	55,4
Ribeirão	10,1	10,7	11,8	13,5	11,1	16,4	19,4	17,0	16,7	18,7	73,5	70,0	71,2	69,8	70,2

Fonte: Agência Condepe/Fidem

Nota: Seja o PIB considerado na primeira tabela, que o VAB na segunda, são utilizados como indicadores do valor da produção interna do território objeto deste estudo. Esclare-se, no entanto, que o VAB, diferentemente do PIB, engloba também os impostos indiretos.

Considerando o mercado de trabalho¹, como já citado, a maioria dos trabalhadores se concentra no setor de serviços, acredita-se que seja pela vocação do território ou por questões estruturais do setor. Os dados de 2008 (RAIS-MTB) evidenciam que no setor primário trabalham 5.401 pessoas, na indústria 54.228 (sendo 9.480 na construção civil) e nos serviços 102.848 (sendo 23.894 no comércio), totalizando 162.477 trabalhadores.

Composição do mercado de trabalho por setor na região de Suape, 2008

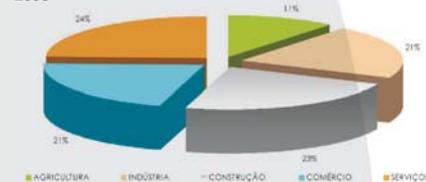


Fonte: M T E (RAIS) | Elaboração: Observatório Empresarial (SEBRAE - PE)

Nota: O gráfico apresenta, em percentual, os dados que foram descritos no texto; Para verificação e aprofundamento aconselha-se a consulta das informações originais na Tabela 1 do Dossiê de Economia: Anexo Tabela Região de Suape (2008) - Número de Trabalhadores.

No que diz respeito ao número de estabelecimentos produtivos², 292 empresas trabalham no setor agrícola; 2.190 no setor industrial (sendo 587 na construção civil) e 14.630 no setor terciário (sendo 7.959 no comércio), totalizando 17.112. Quanto ao tecido econômico do território 98,08% é constituído por MPES4.

Percentual de Estabelecimentos por setor na região de Suape, 2008

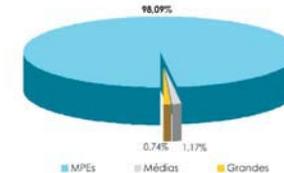


Fonte: M T E (RAIS) | Elaboração: Observatório Empresarial (SEBRAE - PE)

Nota II: O gráfico apresenta, em percentual, os dados que foram descritos no texto; Para verificação e aprofundamento aconselha-se a consulta das informações originais na Tabela 2 do Dossiê de Economia: Anexo Tabela Região de Suape (2008) - Número de Estabelecimentos.

Tipos de Estabelecimentos que caracterizam o tecido econômico

ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE/95)	MPEs	Médias	Grandes	Total
Região de Suape	16785	201	126	17112
Participação	98,09%	1,17%	0,74%	100,00%



Fonte: M T E (RAIS) | Elaboração: Observatório Empresarial (SEBRAE - PE)

Tendo em vista a inexistência de dados para a economia informal, utilizou-se a título de referência números de operações realizadas nos anos 2006- 2008 do Programa de Microcrédito do BNB- Banco do Nordeste do Brasil³.

Em 2008 o número de operações de acessos ao microcrédito foi de 1.083: ditos empréstimos, como também se poderia prever da estrutura do crédito e da economia informal, destinados em primeiro lugar ao setor do comércio, seguido ao da agricultura e pecuária.

1 Anexo tabela Região de Suape (2008) - Número de Trabalhadores

2 Anexo tabela Região de Suape - Pernambuco (2008) - Número de Estabelecimentos

3 Anexo tabelas BNB CrediAmigo

Quando possível, os dados se discriminam por Município ou se considera os da Região de Suape.

Fonte: Sérgio Buarque, "Cidade do futuro" Sebrae Recife 2008
http://www2.condepedem.pe.gov.br/ci/portal/layout?p_i_id=PUB.1557.62



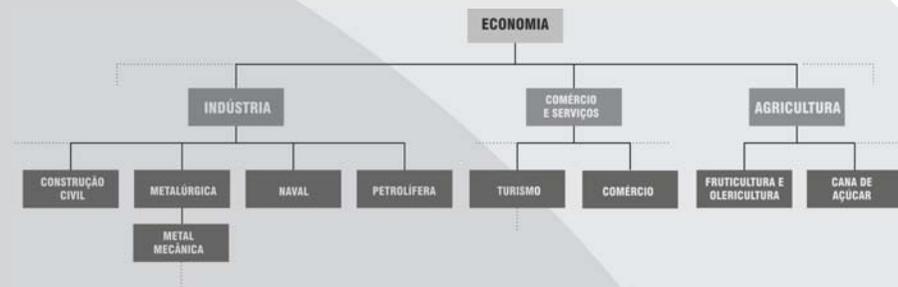
Análise Econômica

Organização Econômica da Área

ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA DA ÁREA

ORGANOGRAMA SIMPLIFICADO DOS SETORES QUE IDENTIFICAMOS

Composição por setores e sub-setores principais que compõem o tecido econômico local.



SETOR SERVIÇOS - TURISMO

O turismo é considerado atualmente como um dos maiores pilares da economia do território, considerar o impacto do turismo é complexo e sumamente importante por sua grande capacidade de criar externalidades e gerar divisas.

As análises feitas, partem dos dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) o mesmo não considera a categoria da cadeia de turismo, individualmente, mas o considera como parte do comércio e serviços.

Partindo desta classificação, para poder estimar os impactos da geração de empregos formais foram considerados dados dos sub-setores de "alojamento e alimentação", atividades anexas e auxiliares do transporte e agências de viagem" e "atividades recreativas, culturais e desportivas" dos Municípios de Cabo, Escada, Ipojuca, Jaboatão, Moreno, Ribeirão Sirinhaém. Fonte IBGE, 2008.

A quantidade de empregos demandada para estes três sub-setores é de 10.125 empregos, sendo assim distribuídos: a cadeia de alojamentos e alimentação gera 7309 empregos, atividades anexas e auxiliares do transporte e agências de viagem geram 2471 empregos e as atividades recreativas, culturais e desportivas geram 345 empregos. Pode-se dizer que o impacto é muito maior considerando que estes dados se referem ao número de trabalhadores formais, e não considera os demais atores formais e informais.

Ver tabela 1. Tabela Região de Suape (2008) – Número de Trabalhadores.

A participação por Município, em relação ao número de estabelecimentos alcança um total de 1.140 estabelecimentos, concentrados principalmente nos Municípios de Jaboatão, Ipojuca e Cabo.

Ver tabela 4. Número de Estabelecimentos.

O tipo de turismo demandado especialmente pelos Municípios de Ipojuca e Cabo é de lazer (sol, praia) e de eventos (negócios, encontros, seminários etc, principalmente nos resorts).

O setor de alojamentos cresceu de modo relevante nos últimos tempos. O mesmo se encontra dividido em várias categorias, sendo as mais significativas as pousadas e os resorts que no período de 1996/2004 teve um crescimento de 42,9%.

Existem várias associações e grupos que se uniram para gerar competitividade no setor turístico atual, trabalhando de forma coordenada para o escopo de objetivos comuns. Como exemplo tem-se os núcleos de governança existentes UNETUR (Cabo), PROTUR – PG (Ipojuca) e ACA – Associação Turística de Costa dos Arrecifes, com o objetivo de criar Qualificação Turística utilizando como instrumento de monitoração o Sistema GEOR do Sebrae.

Ver tabela 5. Cadeia produtiva do turismo.

SETOR SERVIÇOS - COMÉRCIO

Do ponto de vista da geração econômica, a atividade comercial é historicamente importante para o Estado de Pernambuco e, apesar do leve decréscimo, continua a ser muito relevante. Em 2004 o comércio foi responsável pela geração de mais de 5,3 bilhões de reais em termos de Valor Adicionado (VA). O Valor Adicionado do comércio em 2004 foi maior que o VA da agropecuária (4,2 bilhões de reais) e da construção civil (4,3 bilhões de reais). Em média, no últimos dez anos, mais de 21% do produto gerado no setor terciário advinha do comércio.

O comércio para Pernambuco é relativamente mais importante do que para qualquer outra Unidade da Federação. Em 2006, o setor do comércio foi responsável por mais de 665 mil postos de trabalho (mais de 18% do total de pessoas ocupadas em Pernambuco), nas mais variadas funções (vendedores, gerentes, donos e sócios dos negócios, entre outras).

Em 2006, apenas 34,3% do total de pessoas ocupadas em Pernambuco estavam no setor formal do mercado de trabalho, enquanto os segmentos do varejo moderno (super e hiper-mercados e lojas de departamento) registraram índice de 66,7% de formalização. O comércio, de uma maneira geral, segue a tendência do mercado, com 66,4% de informalidade.



Análise Econômica

Organização Econômica da Área

SETOR AGRICULTURA

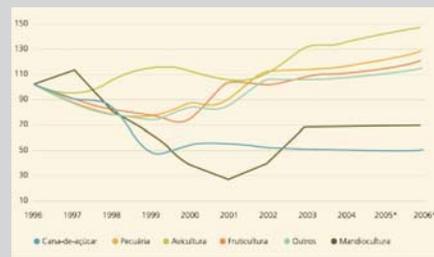
As culturas de destaque são a cana-de-açúcar, a olericultura e a fruticultura. A cana de açúcar é a atividade mais desenvolvida e a olericultura caracteriza-se pela facilidade de comercialização dos produtos, obtenção de linhas de crédito e inovação de tecnologia de produção orgânica. Em relação à fruticultura, destacam-se a implementação de tecnologias e processos de beneficiamento da produção.

MUNICÍPIOS	CULTURA	PRODUTOS
Cabo de Santo Agostinho	Cana de Açúcar Olericultura Fruticultura	Cana de Açúcar Mandioca e Batata Doce Banana, Cóco de Baha, Goiaba e Manga.
Escada	Cana de Açúcar Olericultura Fruticultura	Mandioca Banana, Cóco da Baha e Maracujá.
Ipojuca	Cana de Açúcar Olericultura Fruticultura	Cana de Açúcar Mandioca Cóco da Baha e Banana.
Jaboatão	Cana de Açúcar Olericultura	Cana de Açúcar Mandioca, Milho e Feijão.
Moreno	Cana de Açúcar Olericultura	Cana de Açúcar Mandioca, Milho e Feijão.
Ribeirão	Cana de Açúcar Olericultura Fruticultura	Mandioca Banana, Cóco da Baha e Maracujá.
Sirinhaém	Cana de Açúcar Olericultura Fruticultura	Cana de Açúcar Mandioca Banana e Cóco da Baha.

Fonte: Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA)

A assistência técnica, a capacitação e a organização dos produtores são determinantes para dinamizar o desempenho destas atividades.

A agricultura representa 3% da atividade econômica da área que está sendo estudada. Neste setor encontram-se representadas 9000 famílias agrupadas em 25 associações. Estas associações se encontram representadas no Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável. Os dados compilados e analisados foram fornecidos pelo município de Ipojuca e se utilizaram como referencial para toda a área de trabalho.



Evolução do setor agropecuário
Fonte: IBGE

SETOR AGRICULTURA FRUTICULTURA E OLERICULTURA

A caracterização da agricultura local é de base familiar com forte presença de assentamentos da reforma agrária.

Os agricultores familiares são portadores de uma tradição, tanto no trabalho com a terra, quanto em seu modo de vida. Tal tradição inclui uma relativa autonomia, e uma organização familiar que compreende, dentre outros aspectos, o trabalho da família na propriedade; a produção de alimentos para consumo próprio, a produção destinada ao mercado.

SETOR AGRICULTURA CANA-DE-AÇÚCAR

No estado de Pernambuco existem atualmente 24 unidades agroindustriais de cana-de-açúcar, das quais sete unidades encontram-se em seis municípios do território estratégico e processaram aproximadamente 1,5 milhões de toneladas/ano, envolvendo mais de 3 mil fornecedores.

É importante destacar o perfil dos cultivadores do Estado, onde 92,92% produzem cana-de-açúcar em áreas inferiores a 20 hectares, ou seja, suas bases produtivas estão classificadas como do tipo agricultura familiar.

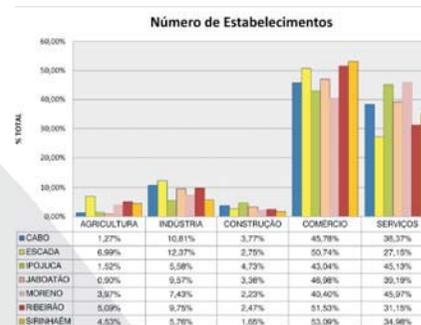
A atividade tem um forte significado para o Estado, pois o cultivo da cana remete ao período colonial brasileiro (século XVI) quando foram introduzidas as primeiras técnicas da atividade pré-industrial nos engenhos.

SETOR INDUSTRIAL - METALÚRGICO METALURGIA E PRODUTOS DE METAL

A cadeia produtiva "metalurgia e produtos de metal" é formada pela combinação de duas atividades fortemente integradas: metalurgia básica e produtos de metal. A cadeia produtiva apresenta na parte central, uma sequência de atividades produtivas que convergem para a produção de produtos metalúrgicos, partindo do ferro-guisa e da siderurgia, e passando para a indústria de laminados e semiacabados.

A cadeia articula-se a montante com as atividades de mineração, sucatas e recicladas, carvão, máquinas e equipamentos e mecânica pesada, das quais recebe os insumos básicos; a jusante ela é formada, principalmente, pela construção civil e pela indústria metal-mecânica.

Ver tabela 6. Cadeia produtiva Metalúrgica.



SETOR INDUSTRIAL - METALÚRGICO METAL MECÂNICA

O chamado complexo metalmeccânico constitui, na verdade, um conjunto extremamente amplo e diversificado de setores de atividade econômica que o compoem. Atividades como construção naval, metalurgia e fabricação de autopeças fazem parte dessa indústria: tal peculiaridade faz com que parte da produção do setor seja consumida por ele próprio. Tradicionalmente, o setor metalmeccânico envolve atividades que se caracterizam por seu alto dinamismo, pela integração entre os elos da cadeia e, sobretudo, pelo grau de internacionalização de seu comércio, o potencial estruturador e os efeitos dinâmicos na economia.

SETOR INDUSTRIAL - METALÚRGICO METAL MECÂNICA

A cadeia produtiva da indústria naval tem como núcleo central o estaleiro com a estrutura básica para a construção, montagem e reparação de navios e plataformas, formando a cadeia principal com o fornecimento de insumos básicos e peças dos produtos finais. A cadeia principal articula-se a montante com as seguintes atividades: metalurgia e produtos de metal, indústria madeiro-moveleira, máquinas e equipamentos, produção de peças para navios e plataformas, serviços de metrologia e serviços educacionais para formação de mão de obra. A cadeia articula-se a jusante com a indústria petrolífera e as transportadoras navais, compradoras dos produtos da indústria naval.



SETOR INDUSTRIAL CONSTRUÇÃO CIVIL

A cadeia produtiva da construção civil tem como atividades-âncora as obras de edificação, com a demanda direta de insumos na cadeia principal.

Na cadeia a montante, destacam-se atividades produtivas, principalmente industriais, responsáveis pela produção e oferta de insumos básicos da construção civil, que serão estimuladas pelo crescimento da cadeia principal, independente ainda da capacidade de produção e resposta da economia pernambucana.

A jusante da cadeia produtiva central, aproveitando o seu produto final ou dando continuidade ao processo de beneficiamento e preparação, foram identificadas as atividades da indústria moveleira, da manutenção de construção civil, do transporte e aproveitamento de resíduos da construção, e dos serviços de decoração de ambiente.

SETOR INDUSTRIAL CADEIA PETROLÍFERA

A cadeia produtiva do refino tem na refinaria a sua âncora central com a produção de diferentes combustíveis e produtos químicos, com destaque para etano e nafta, matérias primas da indústria química de poliéster. A cadeia a montante concentra-se em três grandes atividades produtivas: a indústria de petróleo e gás, materiais básicos da refinaria.

Destacam-se a jusante como atividades principais: indústria química, de poliéster, a indústria produtora de energia e a indústria de tintas, vernizes e esmaltes, utilizando e beneficiando os produtos da refinaria.

Análise Econômica

Análise FOFA

ECONOMIA - FOFA

		FORÇAS	FRAQUEZAS
		FATORES ENDÓGENOS	
FATORES EXÓGENOS	TURISMO	<ul style="list-style-type: none"> Muitos financiamentos em um tempo relativamente breve Atração de força de trabalho (com diferentes níveis de especialização) 	<ul style="list-style-type: none"> O crescimento descontrolado (déficit de infraestrutura, habitação e mão de obra qualificada) Fraco relacionamento entre grandes indústrias estabelecidas no Porto e as MPEs locais Falta de dados econômicos-sociais baseados em pesquisas metodológicas
	PORTO	<ul style="list-style-type: none"> Associação de 9 mil famílias de agricultores locais (divididos em 25 grupos) 	<ul style="list-style-type: none"> Fragil organização entre os produtores agrícolas locais Falta de uma clara gestão legal da terra Falta de dados econômicos-sociais baseados em pesquisas metodológicas
	AGRICULTURA	<ul style="list-style-type: none"> Representação do setor através da Câmara Dirigentes Lojistas 	<ul style="list-style-type: none"> Falta de produção local de artesanato Percentual elevado de comércio informal Falta de parcerias e iniciativas de cooperação entre os atores do comércio Falta de dados econômicos-sociais baseados em pesquisas metodológicas
	COMÉRCIO	<ul style="list-style-type: none"> - Base histórica / tradição da atividade metalúrgica no 	<ul style="list-style-type: none"> Falta de mão de obra qualificada no setor de metal-mecânico Falta de dados econômicos-sociais baseados em pesquisas metodológicas
	METAL MECÂNICO		



		OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
		FATORES EXÓGENOS	
FATORES EXÓGENOS	TURISMO	<ul style="list-style-type: none"> O crescimento econômico na região, estimulará indiretamente outros diversos setores Capacidade de criar algumas cadeias produtivas ligadas à economia do Porto 	<ul style="list-style-type: none"> Trade off: Turismo – indústria Ameaça de empregos temporais para trabalhadores não- qualificados
	PORTO	<ul style="list-style-type: none"> Possibilidade de fornecer à indústria do turismo os produtos agrícolas locais Potencial para criar um associativismo de base dos produtores agrícolas 	<ul style="list-style-type: none"> Perda de trabalhadores rurais que migram para indústria
	AGRICULTURA	<ul style="list-style-type: none"> Existência de uma lei que possibilitará a formalização de uma parte dos trabalhadores informais – Lei Complementar n° 123, de 14/12/2006 - Lei Geral da MPE 	<ul style="list-style-type: none"> Perda de trabalhadores do comércio que migram para a indústria
	COMÉRCIO	<ul style="list-style-type: none"> Cluster de estaleiros relacionadas com a metalurgia Criação de um distrito eólico (para alimentar os campos eólicos dos estados do CE e RN) Cluster Petroquímico (ligado à construção civil e metalurgia) Conexões com o cluster de cana 	<ul style="list-style-type: none"> Infra-estrutura incapaz de sustentar a indústria metal-mecânica Concorrência nacional e internacional para o setor metal-mecânico



ECONOMIA POSSIBILIDADES E AMEAÇAS

A economia local encontra-se hoje diante da possibilidade de desfrutar dos grandes investimentos econômicos que interessarão à região nos próximos anos. Estes podem representar um forte estímulo, seja em termos de ocupação e efeitos indiretos, seja através da criação de verdadeiras cadeias produtivas ligadas às atividades da área industrial do Porto de Suape. Também em relação aos outros setores o crescimento do setor turístico, na região litorânea, poderá trazer um desenvolvimento dos serviços coligados a oferta turística, além de estimular investimentos do setor público na infra-estrutura primária. Poderá nascer, também, uma 'rede de trocas' entre os empreendimentos turísticos e os produtores agrícolas locais, estimulando o setor primário. Este último poderia extrair vantagens potencializando a capacidade de associar-se dos produtores que, atualmente, conseguem com dificuldade agir de maneira conjunta.

A estas numerosas potencialidades poderia, porém, corresponder uma perigosa, e de difícil controle, aceleração dos processos econômicos sociais e ambientais. O risco que esta região corre é que não saiba conduzir na justa direção este enorme investimento econômico: diante da presença de grande volume de capital privado não se desenvolve, paralelamente, uma adequada preparação e gestão dos atores públicos. O déficit infra-estrutural e habitacional, unido as fragilidades do controle ambiental, dão a impressão de um crescimento desordenado com efeitos potencialmente desastrosos. Preocupa, no entanto, que uma tão grande transformação não tenha sido adequadamente planejada de maneira participativa com o território e a população: esta última poderá se beneficiar dos efeitos positivos do crescimento econômico, mas, certamente, deverá enfrentar também, as eventuais ameaças. Conseguirá o território, em um breve tempo, apresentar uma resposta adequada a esta grande oferta de emprego? O ambiente e conseqüentemente o setor turístico está preparado para suportar a enorme carga provocada por um complexo produtivo de um tal dimensão? Parece claro que a região se encontrará diante do difícil exercício de traçar um limite entre a necessidade de um desenvolvimento industrial e a preservação ambiental, cumprindo o esforço de vislumbrar um delicado ponto de equilíbrio.

Análise Econômica Dados

1. Tabela Região de Suape (2008) – Número de Trabalhadores

ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE/95)	Cabo	Escada	Ipojuca	Jaboatão	Moreno	Ribeirão	Sitinhoém	Total
AGRICULTURA	849	758	182	1514	1115	759	224	5401
Agricultura, pecuária e serviços relacionados	848	758	159	1514	1115	759	118	5271
Silvicultura, exploração florestal e serviços relacionados	0	0	3	0	0	0	0	3
Pesca, aquicultura e serviços relacionados	1	0	20	0	0	0	106	127
INDÚSTRIA	10998	3510	7258	16310	693	856	5123	44748
Extração de carvão mineral	0	0	2	4	0	0	0	6
Extração de petróleo e serviços relacionados	0	0	105	0	0	0	0	105
Extração de minerais metálicos	0	0	18	0	0	0	0	18
Extração de minerais não metálicos	0	0	30	140	0	0	0	170
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	4817	2838	4356	6021	331	105	5098	23566
Fabricação de produtos do fumo	0	0	0	0	0	0	0	0
Fabricação de produtos têxteis	526	0	25	1104	20	3	0	1678
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	21	1	21	391	2	0	3	439
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de	24	0	0	38	0	0	0	62
Fabricação de produtos de madeira	36	12	0	64	17	0	0	129
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	690	125	0	960	40	0	0	1815
Edição, impressão e reprodução de gravacoes	13	1	290	75	0	2	9	390
Fábrica de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nu	0	1	121	155	0	0	0	277
Fabricação de produtos químicos	556	28	540	1233	1	0	0	2358
Fabricação de artigos de borracha e plástico	960	24	159	1592	7	0	0	2742
Fabricação de produtos de minerais não metálicos	1405	1	63	269	125	67	0	1930
Metalurgia básica	153	0	0	173	0	0	0	326
Fabricação de produtos de metal - exclusiv. máquinas e equipamentos	598	325	11	1222	20	611	13	2800
Fabricação de máquinas e equipamentos	718	57	6	625	63	10	0	1479
Fábrica de máquinas para escritório e equipamentos de informatic	0	0	0	8	0	0	0	8
Fábrica de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	2	5	0	1090	49	0	0	1146
Fábrica de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de com	7	0	0	0	0	0	0	7
Fábrica de equipamentos de instrumentação para usos médico hospital	0	0	0	18	0	0	0	18
Fábrica e montagem de veículos automotores, reboques e carroceri	43	2	0	345	0	0	0	390
Fabricação de outros equipamentos de transporte	0	3	1501	2	12	0	0	1518
Fabricação de móveis e indústrias diversas	137	87	5	618	6	7	0	860
Reciclagem	0	0	0	99	0	0	0	99
Betlicidade, gás e água quente	289	0	5	59	0	14	0	367
Captação, tratamento e distribuição de água	3	0	0	5	0	37	0	45
CONSTRUÇÃO	2171	34	3624	3545	96	4	6	9480
COMÉRCIO	3497	976	2276	15857	537	397	354	23894
Com e rep de veículos automotores e motocicletas, com a varejo de comb	430	198	115	2989	53	23	19	3827
Com por atacado e representantes comerciais e agentes do comércio	274	13	726	2884	40	16	0	3953
Com varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos	2793	765	1435	9984	444	358	335	16114
SERVIÇOS	11205	2958	11332	47844	3247	1448	942	78954
Alojamento e alimentação	554	99	3552	3025	40	18	11	7309
Transporte terrestre	1031	151	569	6453	55	19	9	8287
Transporte aquaviário	0	0	0	12	0	0	0	12
Transporte aéreo	0	0	0	0	0	0	0	0
Atividades anexas e auxiliares do transporte e agências de viagem	159	0	861	1445	2	0	4	2471
Correio e telecomunicações	55	9	18	1948	5	18	3	2056
Intermediação financeira	103	35	54	329	27	19	11	578
Seguros e previdência complementar	7	0	0	7	0	0	0	14
Atividades auxiliares da intermediação financeira, seguros e prevcomplemen	0	0	0	76	25	2	0	106
Atividades imobiliárias	1222	0	359	2262	1	0	0	3844
Aluguel de veículos, máquinas e equipamentos sem condutores ou op	61	5	56	175	1440	2	0	1739
Atividades de informática e serviços relacionados	38	6	3	116	71	1	0	235
Pesquisa e desenvolvimento	1	0	0	0	0	0	0	1
Serviços prestados principalmente as empresas	662	46	276	13793	83	54	1	14915
Administração pública, defesa e seguridade social	6220	2342	5223	10545	1295	1073	841	27539
Educação	493	153	89	2531	53	67	19	3405
Saúde e serviços sociais	309	33	26	1421	6	1	0	1796
Limpeza urbana e esgoto e atividades relacionadas	9	0	10	2357	41	61	0	2478
Atividades associativas	119	33	183	656	66	70	42	1169
Atividades recreativas, culturais e desportivas	45	4	15	229	16	35	1	345
Serviços pessoais	107	22	32	460	21	6	0	648
Serviços domésticos	0	0	3	4	0	0	0	7
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	28720	8216	24672	85070	5688	3462	6449	162477

Fonte: M T E (RAIS)

2. Tabela Região de Suape – Pernambuco (2008) – Número de Estabelecimentos

ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE/95)	Cabo	Escada	Ipojuca	Jaboatão	Moreno	Ribeirão	Sitinhoém	TOT 08	TOT 00	00 08
AGRICULTURA	38	61	27	88	32	35	11	292	237	23.21%
Agricultura, pecuária e serviços relacionados	36	60	23	71	32	35	9	266	221	20.36%
Silvicultura, exploração florestal e serviços relacionados	0	0	1	7	0	0	0	8	8	0.00%
Pesca, aquicultura e serviços relacionados	2	1	3	10	0	0	2	18	8	125.00%
INDÚSTRIA	324	108	99	931	40	67	14	1603	1109	44.54%
Extração de carvão mineral	0	0	1	1	0	0	0	2	0	-
Extração de petróleo e serviços relacionados	0	0	1	1	0	0	0	2	0	0.00%
Extração de minerais metálicos	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0
Extração de minerais não metálicos	5	1	3	16	0	0	1	26	20	30.00%
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	73	43	33	261	16	26	9	461	367	25.61%
Fabricação de produtos do fumo	0	0	0	0	0	0	0	0	1	-100.00%
Fabricação de produtos têxteis	10	0	7	25	7	2	0	51	38	34.21%
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	14	3	11	65	4	5	7	104	77	35.06%
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de	2	0	0	9	1	0	0	12	8	50.00%
Fabricação de produtos de madeira	8	8	0	18	3	2	0	39	32	21.88%
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	6	1	1	15	2	0	0	25	13	92.31%
Edição, impressão e reprodução de gravacoes	14	3	7	43	5	7	1	80	47	70.21%
Fábrica de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nu	1	2	2	6	0	0	0	11	0	-
Fabricação de produtos químicos	26	3	4	62	2	0	0	97	68	42.65%
Fabricação de artigos de borracha e plástico	21	1	2	70	1	0	0	95	55	72.73%
Fabricação de produtos de minerais não metálicos	23	6	5	36	6	3	0	79	73	8.22%
Metalurgia básica	5	0	0	15	0	0	0	20	27	-25.93%
Fabricação de produtos de metal - exclusiv. máquinas e equipamentos	46	12	5	66	3	6	1	139	86	61.63%
Fabricação de máquinas e equipamentos	21	6	4	55	3	3	0	92	24	283.33%
Fábrica de máquinas para escritório e equipamentos de informatic	0	0	0	2	0	0	0	2	0	-
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	8	3	4	28	3	2	0	48	24	100.00%
Fábrica de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de com	1	0	0	2	0	0	0	3	4	-25.00%
Fábrica e montagem de veículos automotores, reboques e carroceri	8	1	0	14	1	0	0	24	15	60.00%
Fabricação de outros equipamentos de transporte	0	1	2	2	1	0	0	6	4	50.00%
Fabricação de móveis e indústrias diversas	23	14	5	81	2	7	0	132	90	46.97%
Reciclagem	2	0	0	18	0	0	0	20	4	400.00%
Betlicidade, gás e água quente	5	0	1	6	0	3	0	15	15	0.00%
Captação, tratamento e distribuição de água	1	0	0	5	0	1	0	7	8	-12.50%
CONSTRUÇÃO	113	24	84	327	18	17	4	587	395	48.61%
COMÉRCIO	1372	443	744	4571	324	354	129	7959	5479	45.26%
Com e rep de veículos automotores e motocicletas, com a varejo de comb	138	63	30	488	21	25	7	772	449	71.94%
Com por atacado e representantes comerciais e agentes do comércio	76	21	62	573	100	11	2	845	489	72.80%
Com varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos	1158	359	672	3510	205	318	120	6342	4541	39.66%
SERVIÇOS	1150	237	801	3813	371	214	85	6471	4375	52.48%
Alojamento e alimentação	208	48	324	451	14	36	5	1086	687	58.88%
Transporte terrestre	133	24	104	389	39	17	5	711	333	113.51%
Transporte aquaviário	0	0	1	2	0	0	0	3	1	200.00%
Transporte aéreo	0	0	0	0	0	0	0	2	3	-33.33%
Atividades anexas e auxiliares do transporte e agências de viagem	27	3	33	79	9	2	2	155	73	112.33%
Correio e telecomunicações	12	1	5	45	4	4	1	72	41	75.61%
Intermediação financeira	11	5	8	47	4	4	2	81	53	52.83%
Seguros e previdência complementar	1	0	0	14	0	0	0	15	25	-40.00%
Ativ. Aux. da intermediação financeira, seguros e prevcomplementar	6	0	2	27	5	2	0	42	25	68.00%
Atividades imobiliárias	20	0	38	660	5	0	1	724	621	16.59%
Aluguel de veículos, máquinas e equipamentos sem condutores ou op	52	6	20	136	26	2	0	242	125	93.60%
Atividades de informática e serviços relacionados	22	4	5	60	35	2	1	129	61	111.48%
Pesquisa e desenvolvimento	1	0	0	1	0	0	0	2	0	-
Serviços prestados principalmente as empresas	144	38	62	475	85	40	4	848	644	31.68%
Administração pública, defesa e seguridade social	5	4	5	15	4	8	3	44	38	15.79%
Educação	169	29	58	533	52	36	5	882	603	46.27%
Saúde e serviços sociais	85	10	15	164	13	6	1	294	235	25.11%
Limpeza urbana e esgoto e atividades relacionadas	4	0	4	10	1	1	0	22	8	175.00%
Atividades associativas	178	41	68	369	48	43	47	794	529	50.99%
Atividades recreativas, culturais e desportivas	46	14	29	13						

Análise Econômica Dados

3 Tabelas de Crédito Crediamigo BNB

3.1 Número de operações por Setor e Município

Qtde Empréstimo Desembolsado	2006	2007	2008	Por Ano
CABO DE SANTO AGOSTINHO				
Agricultura	0	0	35	35
Agroindustria	0	0	0	0
Comercio	100	55	74	229
Comunicações	0	0	0	0
Construcao Civil	0	0	0	0
Energético	0	0	0	0
Ind. Extrativa	0	0	0	0
Ind. Transformacao	0	0	0	0
Intermediacao Financeira,Imob	0	0	0	0
Outros Servicos	0	0	0	0
Pecuaria	0	0	0	0
Pesca, Extrativismo, Silvicult	0	0	0	0
Reparacao e Conservacao	0	0	0	0
Serv. a Empresas	0	0	0	0
Servicos Basicos	0	0	0	0
Servicos Coletivos,Sociais e P	0	0	0	0
Transportes	0	0	0	0
Turismo, Alimentacao, Cultura	3	0	3	6
Setor Atividade	103	56	112	271
RIBEIRAO				
Agricultura	57	58	86	201
Agroindustria	0	0	0	0
Comercio	27	32	37	96
Comunicações	0	0	0	0
Construcao Civil	0	0	0	0
Energético	0	0	0	0
Ind. Extrativa	0	0	0	0
Ind. Transformacao	5	0	1	6
Intermediacao Financeira,Imob	0	0	0	0
Outros Servicos	16	11	10	37
Pecuaria	10	0	3	13
Pesca, Extrativismo, Silvicult	0	0	0	0
Reparacao e Conservacao	0	0	0	0
Serv. a Empresas	0	0	0	0
Servicos Basicos	0	0	0	0
Servicos Coletivos,Sociais e P	0	0	0	0
Transportes	8	0	0	8
Turismo, Alimentacao, Cultura	0	0	0	0
Setor Atividade	393	56	526	1.226
ESCADA				
Agricultura	13	7	4	24
Agroindustria	0	0	0	0
Comercio	5	10	8	23
Comunicações	0	0	0	0
Construcao Civil	1	0	0	1
Energético	0	0	0	0
Ind. Extrativa	0	0	0	0
Ind. Transformacao	0	0	0	0
Intermediacao Financeira,Imob	0	0	0	0
Outros Servicos	0	0	0	0
Pecuaria	0	0	0	0
Pesca, Extrativismo, Silvicult	0	0	0	0
Reparacao e Conservacao	0	0	0	0
Serv. a Empresas	0	0	0	0
Servicos Basicos	0	0	0	0
Servicos Coletivos,Sociais e P	0	0	0	0
Transportes	0	0	0	0
Turismo, Alimentacao, Cultura	0	0	0	0
Setor Atividade	19	18	40	77
IPOJUCA				
Agricultura	0	1	1	2
Agroindustria	0	0	0	0
Comercio	10	3	1	11
Comunicações	3	0	3	6
Construcao Civil	4	0	4	8
Energético	0	0	0	0
Ind. Extrativa	0	0	0	0
Ind. Transformacao	0	0	0	0
Intermediacao Financeira,Imob	0	0	0	0
Outros Servicos	0	3	3	6
Pecuaria	0	0	0	0
Pesca, Extrativismo, Silvicult	0	0	0	0
Reparacao e Conservacao	0	0	0	0
Serv. a Empresas	0	0	0	0
Servicos Basicos	0	0	0	0
Servicos Coletivos,Sociais e P	0	0	0	0
Transportes	0	0	0	0
Turismo, Alimentacao, Cultura	0	0	0	0
Setor Atividade	17	4	9	30
JABOTAO DOS GUARARAPES				
Agricultura	0	0	0	0
Agroindustria	0	0	0	0
Comercio	312	194	242	748
Comunicações	0	0	0	0
Construcao Civil	0	0	0	0
Energético	0	0	0	0
Ind. Extrativa	0	0	0	0

Ind. Transformacao	0	0	0	0
Intermediacao Financeira,Imob	0	0	0	0
Outros Servicos	0	0	0	0
Pecuaria	9	1	2	12
Pesca, Extrativismo, Silvicult	0	0	0	0
Reparacao e Conservacao	0	0	0	0
Serv. a Empresas	0	9	14	23
Servicos Basicos	0	0	0	0
Servicos Coletivos,Sociais e P	0	0	0	0
Transportes	0	0	0	0
Turismo, Alimentacao, Cultura	6	0	6	12
Setor Atividade	327	204	264	795
MORENO				
Agricultura	0	0	0	0
Agroindustria	0	0	0	0
Comercio	74	41	43	158
Comunicações	0	0	0	0
Construcao Civil	0	0	0	0
Energético	0	0	0	0
Ind. Extrativa	0	0	0	0
Ind. Transformacao	0	0	0	0
Intermediacao Financeira,Imob	0	0	0	0
Outros Servicos	0	0	0	0
Pecuaria	25	11	19	55
Pesca, Extrativismo, Silvicult	0	0	0	0
Reparacao e Conservacao	0	0	0	0
Serv. a Empresas	0	0	0	0
Servicos Basicos	0	0	0	0
Servicos Coletivos,Sociais e P	0	0	0	0
Transportes	0	0	0	0
Turismo, Alimentacao, Cultura	0	0	0	0
Setor Atividade	109	56	70	235
SIRINHAEM				
Agricultura	20	15	20	55
Agroindustria	0	0	0	0
Comercio	20	20	42	82
Comunicações	0	0	0	0
Construcao Civil	0	0	0	0
Energético	0	0	0	0
Ind. Extrativa	0	0	0	0
Ind. Transformacao	0	0	0	0
Intermediacao Financeira,Imob	0	0	0	0
Outros Servicos	0	0	0	0
Pecuaria	0	0	0	0
Pesca, Extrativismo, Silvicult	0	0	0	0
Reparacao e Conservacao	0	0	0	0
Serv. a Empresas	0	0	0	0
Servicos Basicos	0	1	1	2
Servicos Coletivos,Sociais e P	0	0	0	0
Transportes	0	0	0	0
Turismo, Alimentacao, Cultura	0	0	0	0
Setor Atividade	40	35	62	137

Fonte BNB

3.1.1 Número de operações por Setor

	N. OPERAZIONI 2006	N. OPERAZIONI 2007	N. OPERAZIONI 2008
AGRICULTURA	90	81	146
COMMERCCIO	548	352	447
COMUNICACOES	3	0	0
CONSTRUCCION	5	0	4
IND TRASFORMAC	5	0	1
OUTROS SERVICIO	16	11	10
PECUARIA	44	16	55
PESCA	0	1	0
TRANSPORTE	8	0	0
TURISMO	15	1	10

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco do Nordeste (BNB).

Nota: A tabela refere-se ao número das operações de alguns setores em comparação com o setor mais significativo, que é o comércio.

3.2 Valores de crédito por Setor e Município

Valor Empréstimo Desembolsado	2006	2007	2008	Por Ano
CABO DE SANTO AGOSTINHO				
Agricultura	0,00	0,00	21.740,00	21.740,00
Agroindustria	0,00	0,00	0,00	0,00
Comercio	74.208,06	40.072,07	80.307,67	174.587,80
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00
Construcao Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Energético	0,00	0,00	0,00	0,00
Ind. Extrativa	0,00	0,00	0,00	0,00
Ind. Transformacao	0,00	0,00	0,00	0,00
Intermediacao Financeira,Imob	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Servicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Pecuaria	0,00	0,00	0,00	0,00
Pesca, Extrativismo, Silvicult	0,00	621,00	0,00	621,00
Reparacao e Conservacao	0,00	0,00	0,00	0,00
Serv. a Empresas	0,00	0,00	0,00	0,00
Servicos Basicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Servicos Coletivos,Sociais e P	0,00	0,00	0,00	0,00
Transportes	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo, Alimentacao, Cultura	1.700,00	0,00	1.700,00	3.400,00
Setor Atividade	79.709,85	40.893,87	83.442,67	204.046,39
RIBEIRAO				
Agricultura	47.865,21	40.848,85	85.222,85	173.936,91
Agroindustria	0,00	0,00	0,00	0,00
Comercio	30.000,00	28.164,34	42.000,00	100.164,34
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00
Construcao Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Energético	0,00	0,00	0,00	0,00
Ind. Extrativa	0,00	0,00	0,00	0,00
Ind. Transformacao	2.700,00	0,00	3.700,00	6.400,00
Intermediacao Financeira,Imob	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Servicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Pecuaria	0,00	0,00	0,00	0,00
Pesca, Extrativismo, Silvicult	0,00	0,00	0,00	0,00
Reparacao e Conservacao	0,00	0,00	0,00	0,00
Serv. a Empresas	0,00	0,00	0,00	0,00
Servicos Basicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Servicos Coletivos,Sociais e P	0,00	0,00	0,00	0,00
Transportes	2.806,28	0,00	0,00	2.806,28
Turismo, Alimentacao, Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00
Setor Atividade	276.802,79	248.024,14	472.481,47	997.308,40
ESCADA				
Agricultura	19.300,00	15.400,00	15.300,00	49.000,00
Agroindustria	0,00	0,00	0,00	0,00
Comercio	4.212,76	8.930,00	8.701,05	21.843,81
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00
Construcao Civil	600,00	0,00	0,00	600,00
Energético	0,00	0,00	0,00	0,00
Ind. Extrativa	0,00	0,00	0,00	0,00
Ind. Transformacao	0,00	0,00	0,00	0,00
Intermediacao Financeira,Imob	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Servicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Pecuaria	0,00	1.540,00	12.021,43	13.561,43
Pesca, Extrativismo, Silvicult	0,00	0,00	0,00	0,00
Reparacao e Conservacao	0,00	0,00	0,00	0,00
Serv. a Empresas	0,00	0,00	0,00	0,00
Servicos Basicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Servicos Coletivos,Sociais e P	0,00	0,00	0,00	0,00
Transportes	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo, Alimentacao, Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00
Setor Atividade	24.172,76	25.871,00	31.452,48	81.496,24
IPOJUCA				
Agricultura	0,00	1.070,04	1.070,04	2.140,08
Comercio	6.101,14	0,00	105,34	6.206,48
Comunicações	2.360,00	0,00	0,00	2.360,00
Construcao Civil	1.040,00	0,00	2.040,00	3.080,00
Energético	0,00	0,00	0,00	0,00
Ind. Extrativa	0,00	0,00	0,00	0,00
Ind. Transformacao	0,00	0,00	0,00	0,00
Intermediacao Financeira,Imob	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Servicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Pecuaria	0,00	1.080,00	1.080,00	2.160,00
Pesca, Extrativismo, Silvicult	0,00	0,00	0,00	0,00
Reparacao e Conservacao	0,00	0,00	0,00	0,00
Serv. a Empresas	0,00	0,00	0,00	0,00
Servicos Basicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Servicos Coletivos,Sociais e P				

Análise Econômica Dados

4. Número de Estabelecimentos

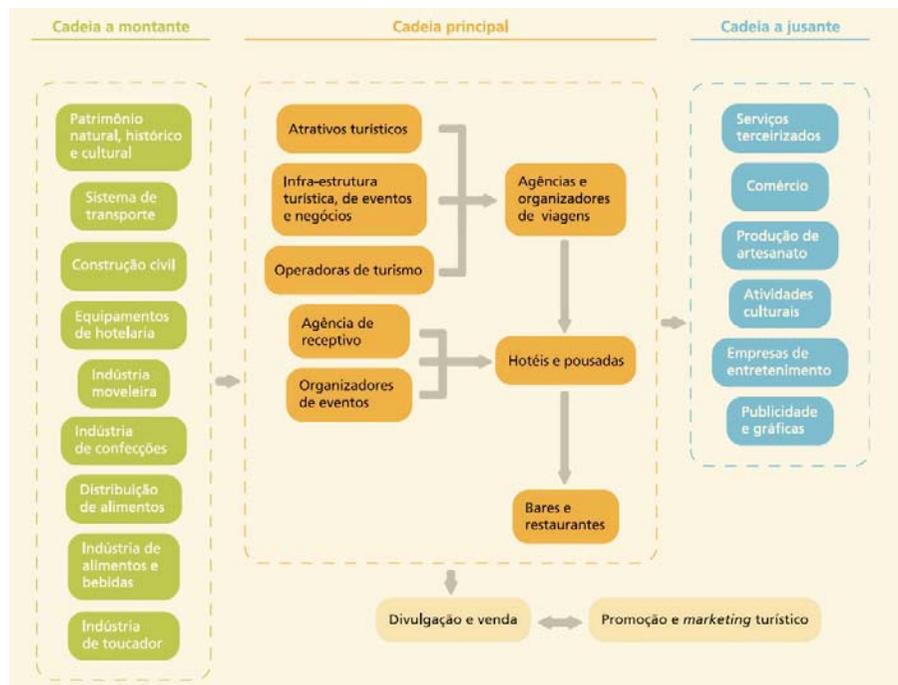
NÚMERO DE ESTABELECIDAMENTOS - 2008 (Região de Suape)

Classe de Atividade Econômica, CNAE - versão 2.0	Cabo de Santo Agostinho	Escada	Ipojuca	Jaboatão dos Guararapes	Moreno	Ribeirão	Sirinhaem	Total
Hóteis e similares	22	6	88	29	0	6	2	153
Outros tipos de alojamento não especificados anteriormente	11	0	57	12	0	0	0	80
Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas	141	40	165	359	12	30	3	750
Serviços ambulantes de alimentação	1	0	0	4	0	0	0	5
Serviços de catering, buffê e outros serviços de comida preparada	33	2	14	47	2	0	0	98
Agências de viagens	2	0	11	29	1	1	1	45
Operadores turísticos	1	0	3	1	0	0	0	5
Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente	0	0	0	2	2	0	0	4
Total	211	48	338	483	17	37	6	1140

Fonte: MTE (RAIS)

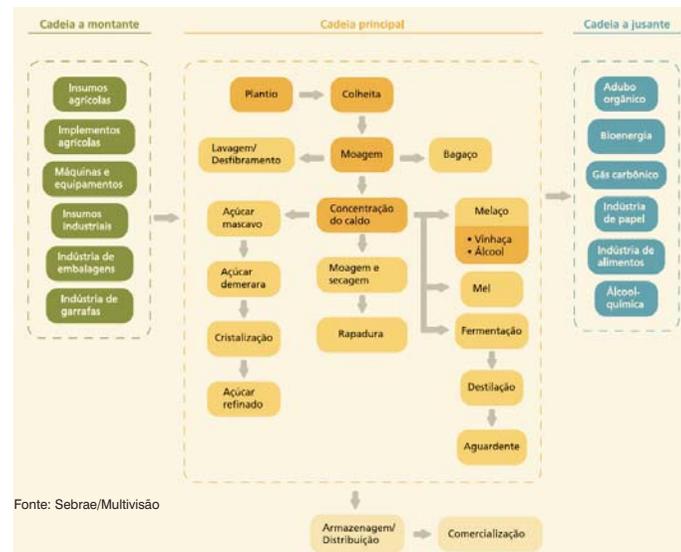
OBS: As classes utilizadas compõe as divisões 55 (alojamento), 56 (Alimentação) e 79 (Agência de viagens, operadores turísticos e serviços de reservas)

4. Cadeia produtiva do turismo



Fonte: Sebrae/Multivisão

5. Cadeia produtiva da indústria sucroalcooleira



Fonte: Sebrae/Multivisão

6. Cadeia produtiva da indústria Metalúrgica



Fonte: Sebrae/Multivisão

Análises de Dinâmicas Urbanas

Introdução Geral

PROCESSOS EVOLUTIVOS COMO ESTÍMULO DE UM RENASCIMENTO URBANO?

A área de análise faz parte do estado de Pernambuco, nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, em conjunto com a região de Suape, a qual se sobrepõe ao território de ambos os municípios.

- As dinâmicas urbanas implicam em reconhecer a diversidade geográfica, climática e cultural de Pernambuco, e por sua vez, a variedade de respostas territoriais e ambientais.
- As dinâmicas urbanas absorvem as variações perceptivas que afetam os sentidos: odores, frio ou calor, seco ou úmido, suave ou áspero, ruído ou silêncio, perto ou longe. Incorporam por sua vez elementos e ciclos naturais dos habitantes de uma cidade: qualidade urbana.
- As dinâmicas urbanas buscam integrar as experiências, "vivências globais", e criar

"lugares" para diversificar e enfatizar a imagem da cidade: **responder de maneira integrada e sustentável às suas ofertas e demandas.**

- As dinâmicas urbanas adquirem um papel importante na construção dos símbolos de progresso onde a funcionalidade deve responder às necessidades humanas frente aos problemas atuais, de uma nova dimensão: **a região.** Falar de território significa dizer espaços construídos e não construídos.



OBJETIVOS

Verificar a existência de um tecido urbano, onde seus processos sejam resultados de dinâmicas evolutivas e propositivas, frente à institucionalidade (Estado e Empresas) e à informalidade (habitantes, comércio formais e informais). Pela sua natureza territorial, este tecido está integrado com o desenvolvimento das formas urbanas através de políticas de gestão local e regional. É o surgimento do **diálogo e da urbanidade**, que não precede a regras no território pernambucano.

Como se entende o conceito de habitação no território pernambucano? Até que ponto as diferentes sociedades atuam comunicando-se com políticas de integração na morfologia urbana? Quais são os aspectos críticos no crescimento do tecido urbano em relação à região de Suape? Existe uma apropriação do espaço público frente a essas manifestações territoriais?

METODOLOGIA

A - Reconhecimento do território:

- Trabalho de campo nos municípios de Cabo e Ipojuca
- Visita à região de Suape e ao complexo industrial e portuário

B - Entrevistas com informantes qualificados e habitantes.

C - Análises do Território:

- Estudo do Plano Estratégico de Suape
- Estudo dos planos diretores dos municípios
- Estudo de programas atuais presentes no território

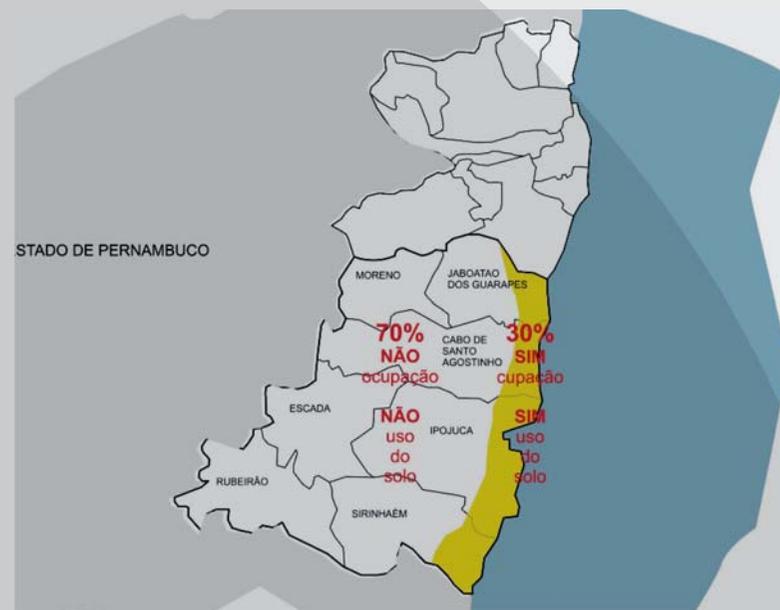
Análises de Dinâmicas Urbanas

Leitura Crítica

LEITURA CRÍTICA

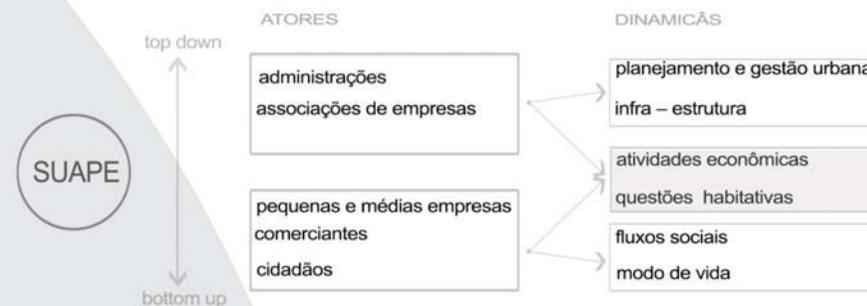
A nível regional e municipal tem se conseguido evidenciar uma série de **dinâmicas urbanas** da região de Pernambuco e da área estratégica de referência, que caracterizam o território outorgando-lhe uma diversidade de aspectos positivos e negativos, dos quais se individualizaram os seguintes:

↳ Concentração demográfica na área do litoral, com percentuais de 30% de ocupação livre e em contraste com os 70% de ocupação livre na área mais distante da costa.



- ↳ Sobreposição de funções e uso do solo num mesmo espaço físico dentro do território.
- ↳ Disposição livre de assentamentos isolados e irregulares (favelas) que evidenciam a ausência de conjuntos coerentes de planos habitacionais, espaços abertos e áreas verdes, que, em relação à norma urbanística, denotam uma carência de controle na região.

Na leitura crítica também se levou em consideração os efeitos que a instalação do complexo industrial portuário de Suape podem gerar no âmbito institucional e privado. Entendendo-se por institucional as administrações públicas e as associações entre empresas, e, por privado as pequenas e médias empresas da atividade comercial e os habitantes do território.



Segundo os respectivos âmbitos de intervenção, as relações entre atores determinam as características das dinâmicas urbanas, dentre elas, de forma particular, emergem as questões habitacionais e ou empreendedoras, pois sendo dinâmicas comuns aos dois âmbitos poderiam ser pontos válidos para definir as margens de ação.

Segundo os diferentes níveis de formalização vislumbramos uma série de questões conseqüentes à instalação do complexo industrial de Suape:

- A necessidade por parte da administração pública de organizar o território considera seja a formulação dos instrumentos para **planejamento e gestão urbana**, seja os substanciais intervenções públicas para a definição e o melhoramento da **rede infra-estrutural**, de acordo com as grandes associações de empresas.
- Os projetos que englobam as **questões habitacionais** feitos pelas instituições públicas se interceptam com os projetos da iniciativa privada. Por outro lado a mesma dinâmica se encontra no âmbito econômico com o **desenvolvimento empreendedor**, seja formal ou espontâneo.
- A articulação dos **fluxos** sociais modifica as relações entre diversos municípios, introduz o complexo como novo sujeito de referência e define novos **estilos de vida** e dinâmicas sociais.
- A tendência a uma maior concentração demográfica habitacional e comercial em torno da área onde se desenvolve o complexo industrial de Suape.

Análises de Dinâmicas Urbanas

ANÁLISES DE DINÂMICAS URBANAS DO MUNICÍPIO DO CABO DE SANTO AGOSTINHO, COM REFERÊNCIAS A SUA LOCALIZAÇÃO DENTRO DO ESTADO DE PERNAMBUCO E SUA RELAÇÃO COM A REGIÃO DE SUAPE

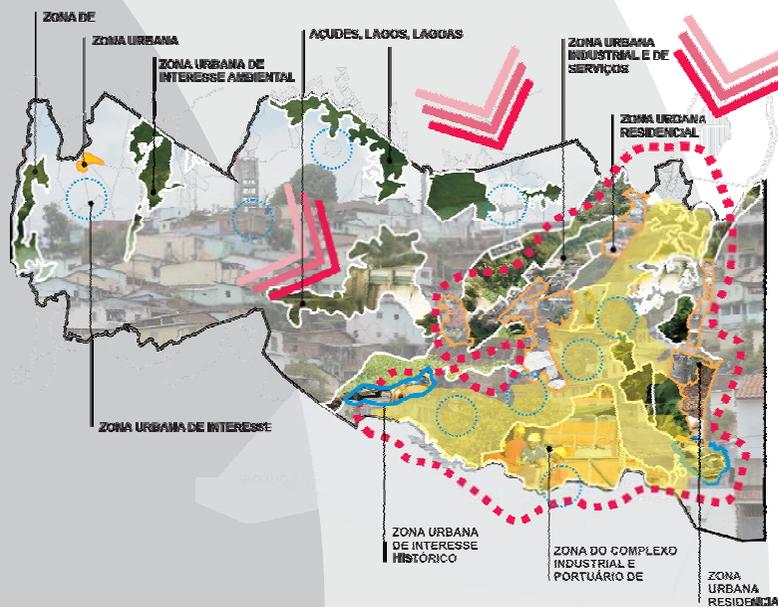


DINÂMICAS URBANAS DO MUNICÍPIO DO CABO DE SANTO AGOSTINHO

Os municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca encontram-se vinculados à área destinada a instalação do complexo de Suape.

No município do Cabo de Santo Agostinho, quanto às dinâmicas urbanas e ao uso do solo, evidenciam-se as áreas nas quais se encontra dividido o território, detectando-se os seguintes aspectos:

Uma forte presença de **linhas de tensão** existentes no complexo industrial Suape, além de superposição com zonas urbanas de interesse histórico, o qual levaria a uma degradação resultante da incoerência funcional e a criação de espaços anônimos carentes de identidade. Fora dos centros históricos e das áreas industriais, no setor oeste do município, evidencia-se um isolamento das zonas residenciais, o que denota a ausência de perspectivas futuras de desenvolvimento territorial integral.



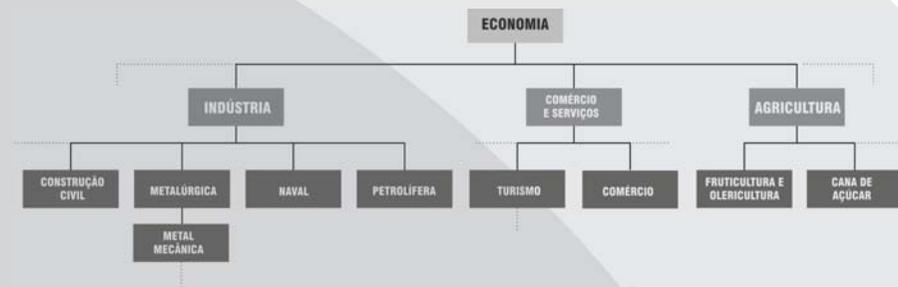
Análise Econômica

Organização Econômica da Área

ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA DA ÁREA

ORGANOGRAMA SIMPLIFICADO DOS SETORES QUE IDENTIFICAMOS

Composição por setores e sub-setores principais que compõem o tecido econômico local.



SETOR SERVIÇOS - TURISMO

O turismo é considerado atualmente como um dos maiores pilares da economia do território, considerar o impacto do turismo é complexo e sumamente importante por sua grande capacidade de criar externalidades e gerar divisas.

As análises feitas, partem dos dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) o mesmo não considera a categoria da cadeia de turismo, individualmente, mas o considera como parte do comércio e serviços.

Partindo desta classificação, para poder estimar os impactos da geração de empregos formais foram considerados dados dos sub-setores de "alojamento e alimentação", atividades anexas e auxiliares do transporte e agências de viagem" e "atividades recreativas, culturais e desportivas" dos Municípios de Cabo, Escada, Ipojuca, Jaboatão, Moreno, Ribeirão Sirinhaém. Fonte IBGE, 2008.

A quantidade de empregos demandada para estes três sub-setores é de 10.125 empregos, sendo assim distribuídos: a cadeia de alojamentos e alimentação gera 7309 empregos, atividades anexas e auxiliares do transporte e agências de viagem geram 2471 empregos e as atividades recreativas, culturais e desportivas geram 345 empregos. Pode-se dizer que o impacto é muito maior considerando que estes dados se referem ao número de trabalhadores formais, e não considera os demais atores formais e informais.

Ver tabela 1. Tabela Região de Suape (2008) – Número de Trabalhadores.

A participação por Município, em relação ao número de estabelecimentos alcança um total de 1.140 estabelecimentos, concentrados principalmente nos Municípios de Jaboatão, Ipojuca e Cabo.

Ver tabela 4. Número de Estabelecimentos.

O tipo de turismo demandado especialmente pelos Municípios de Ipojuca e Cabo é de lazer (sol, praia) e de eventos (negócios, encontros, seminários etc, principalmente nos resorts).

O setor de alojamentos cresceu de modo relevante nos últimos tempos. O mesmo se encontra dividido em várias categorias, sendo as mais significativas as pousadas e os resorts que no período de 1996/2004 teve um crescimento de 42,9%.

Existem várias associações e grupos que se uniram para gerar competitividade no setor turístico atual, trabalhando de forma coordenada para o escopo de objetivos comuns. Como exemplo tem-se os núcleos de governança existentes UNETUR (Cabo), PROTUR – PG (Ipojuca) e ACA – Associação Turística de Costa dos Arrecifes, com o objetivo de criar Qualificação Turística utilizando como instrumento de monitoração o Sistema GEOR do Sebrae.

Ver tabela 5. Cadeia produtiva do turismo.

SETOR SERVIÇOS - COMÉRCIO

Do ponto de vista da geração econômica, a atividade comercial é historicamente importante para o Estado de Pernambuco e, apesar do leve decréscimo, continua a ser muito relevante. Em 2004 o comércio foi responsável pela geração de mais de 5,3 bilhões de reais em termos de Valor Adicionado (VA). O Valor Adicionado do comércio em 2004 foi maior que o VA da agropecuária (4,2 bilhões de reais) e da construção civil (4,3 bilhões de reais). Em média, no últimos dez anos, mais de 21% do produto gerado no setor terciário advinha do comércio.

O comércio para Pernambuco é relativamente mais importante do que para qualquer outra Unidade da Federação. Em 2006, o setor do comércio foi responsável por mais de 665 mil postos de trabalho (mais de 18% do total de pessoas ocupadas em Pernambuco), nas mais variadas funções (vendedores, gerentes, donos e sócios dos negócios, entre outras).

Em 2006, apenas 34,3% do total de pessoas ocupadas em Pernambuco estavam no setor formal do mercado de trabalho, enquanto os segmentos do varejo moderno (super e hiper-mercados e lojas de departamento) registraram índice de 66,7% de formalização. O comércio, de uma maneira geral, segue a tendência do mercado, com 66,4% de informalidade.



Análise Econômica

Organização Econômica da Área

SETOR AGRICULTURA

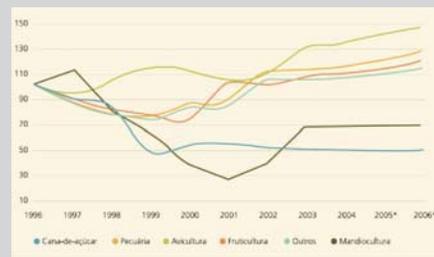
As culturas de destaque são a cana-de-açúcar, a olericultura e a fruticultura. A cana de açúcar é a atividade mais desenvolvida e a olericultura caracteriza-se pela facilidade de comercialização dos produtos, obtenção de linhas de crédito e inovação de tecnologia de produção orgânica. Em relação à fruticultura, destacam-se a implementação de tecnologias e processos de beneficiamento da produção.

MUNICÍPIOS	CULTURA	PRODUTOS
Cabo de Santo Agostinho	Cana de Açúcar Olericultura Fruticultura	Cana de Açúcar Mandioca e Batata Doce Banana, Cóco de Baha, Goiaba e Manga.
Escada	Cana de Açúcar Olericultura Fruticultura	Mandioca Banana, Cóco da Baha e Maracujá.
Ipojuca	Cana de Açúcar Olericultura Fruticultura	Cana de Açúcar Mandioca Cóco da Baha e Banana.
Jaboatão	Cana de Açúcar Olericultura	Cana de Açúcar Mandioca, Milho e Feijão.
Moreno	Cana de Açúcar Olericultura	Cana de Açúcar Mandioca, Milho e Feijão.
Ribeirão	Cana de Açúcar Olericultura Fruticultura	Mandioca Banana, Cóco da Baha e Maracujá.
Sirinhaém	Cana de Açúcar Olericultura Fruticultura	Cana de Açúcar Mandioca Banana e Cóco da Baha.

Fonte: Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA)

A assistência técnica, a capacitação e a organização dos produtores são determinantes para dinamizar o desempenho destas atividades.

A agricultura representa 3% da atividade econômica da área que está sendo estudada. Neste setor encontram-se representadas 9000 famílias agrupadas em 25 associações. Estas associações se encontram representadas no Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável. Os dados compilados e analisados foram fornecidos pelo município de Ipojuca e se utilizaram como referencial para toda a área de trabalho.



Evolução do setor agropecuário
Fonte: IBGE

SETOR AGRICULTURA FRUTICULTURA E OLERICULTURA

A caracterização da agricultura local é de base familiar com forte presença de assentamentos da reforma agrária.

Os agricultores familiares são portadores de uma tradição, tanto no trabalho com a terra, quanto em seu modo de vida. Tal tradição inclui uma relativa autonomia, e uma organização familiar que compreende, dentre outros aspectos, o trabalho da família na propriedade; a produção de alimentos para consumo próprio, a produção destinada ao mercado.

SETOR AGRICULTURA CANA-DE-AÇÚCAR

No estado de Pernambuco existem atualmente 24 unidades agroindustriais de cana-de-açúcar, das quais sete unidades encontram-se em seis municípios do território estratégico e processaram aproximadamente 1,5 milhões de toneladas/ano, envolvendo mais de 3 mil fornecedores.

É importante destacar o perfil dos cultivadores do Estado, onde 92,92% produzem cana-de-açúcar em áreas inferiores a 20 hectares, ou seja, suas bases produtivas estão classificadas como do tipo agricultura familiar.

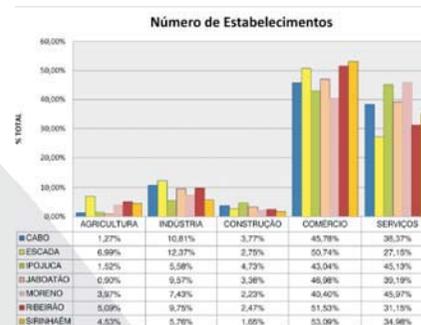
A atividade tem um forte significado para o Estado, pois o cultivo da cana remete ao período colonial brasileiro (século XVI) quando foram introduzidas as primeiras técnicas da atividade pré-industrial nos engenhos.

SETOR INDUSTRIAL - METALÚRGICO METALURGIA E PRODUTOS DE METAL

A cadeia produtiva "metalurgia e produtos de metal" é formada pela combinação de duas atividades fortemente integradas: metalurgia básica e produtos de metal. A cadeia produtiva apresenta na parte central, uma sequência de atividades produtivas que convergem para a produção de produtos metalúrgicos, partindo do ferro-gusa e da siderurgia, e passando para a indústria de laminados e semiacabados.

A cadeia articula-se a montante com as atividades de mineração, sucatas e recicladas, carvão, máquinas e equipamentos e mecânica pesada, das quais recebe os insumos básicos; a jusante ela é formada, principalmente, pela construção civil e pela indústria metal-mecânica.

Ver tabela 6. Cadeia produtiva Metalúrgica.

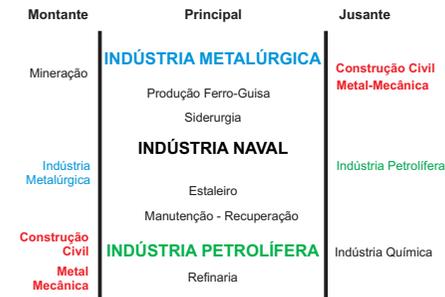


SETOR INDUSTRIAL - METALÚRGICO METAL MECÂNICA

O chamado complexo metalmeccânico constitui, na verdade, um conjunto extremamente amplo e diversificado de setores de atividade econômica que o compoem. Atividades como construção naval, metalurgia e fabricação de autopeças fazem parte dessa indústria: tal peculiaridade faz com que parte da produção do setor seja consumida por ele próprio. Tradicionalmente, o setor metalmeccânico envolve atividades que se caracterizam por seu alto dinamismo, pela integração entre os elos da cadeia e, sobretudo, pelo grau de internacionalização de seu comércio, o potencial estruturador e os efeitos dinâmicos na economia.

SETOR INDUSTRIAL - METALÚRGICO METAL MECÂNICA

A cadeia produtiva da indústria naval tem como núcleo central o estaleiro com a estrutura básica para a construção, montagem e reparação de navios e plataformas, formando a cadeia principal com o fornecimento de insumos básicos e peças dos produtos finais. A cadeia principal articula-se a montante com as seguintes atividades: metalurgia e produtos de metal, indústria madeiro-moveleira, máquinas e equipamentos, produção de peças para navios e plataformas, serviços de metrologia e serviços educacionais para formação de mão de obra. A cadeia articula-se a jusante com a indústria petrolífera e as transportadoras navais, compradoras dos produtos da indústria naval.



SETOR INDUSTRIAL CONSTRUÇÃO CIVIL

A cadeia produtiva da construção civil tem como atividades-âncora as obras de edificação, com a demanda direta de insumos na cadeia principal.

Na cadeia a montante, destacam-se atividades produtivas, principalmente industriais, responsáveis pela produção e oferta de insumos básicos da construção civil, que serão estimuladas pelo crescimento da cadeia principal, independente ainda da capacidade de produção e resposta da economia pernambucana.

A jusante da cadeia produtiva central, aproveitando o seu produto final ou dando continuidade ao processo de beneficiamento e preparação, foram identificadas as atividades da indústria moveleira, da manutenção de construção civil, do transporte e aproveitamento de resíduos da construção, e dos serviços de decoração de ambiente.

SETOR INDUSTRIAL CADEIA PETROLÍFERA

A cadeia produtiva do refino tem na refinaria a sua âncora central com a produção de diferentes combustíveis e produtos químicos, com destaque para etano e nafta, matérias primas da indústria química de poliéster. A cadeia a montante concentra-se em três grandes atividades produtivas: a indústria de petróleo e gás, materiais básicos da refinaria.

Destacam-se a jusante como atividades principais: indústria química, de poliéster, a indústria produtora de energia e a indústria de tintas, vernizes e esmaltes, utilizando e beneficiando os produtos da refinaria.

Análise Econômica

Análise FOFA

ECONOMIA - FOFA

		FORÇAS	FRAQUEZAS
FATORES ENDÓGENOS	TURISMO	<ul style="list-style-type: none"> O turismo como gerador de emprego e setor em crescimento. Presença de muitas organizações (COMTUR - 27 Associações) Boa organização do turismo de resorts Grupos de gestão de "Núcleos de Governança" 	<ul style="list-style-type: none"> Falta de organização entre as associações Impacto ambiental provocado pelos resorts Desequilíbrio entre turismo de resort e de turismo tradicional Falta de dados precisos sobre a capacidade de carga (supondo o alcance do nível máximo) Excessiva concentração espacial da demanda turística Ausência de gestão integrada da oferta do turismo costeiro e à falta de diversificação Falta de relação entre os resorts e os fornecedores locais Pouca atenção para o turismo cultural Poucos investimentos do setor público de apoio ao setor turístico Falta de dados econômicos-sociais baseados em pesquisas metodológicas
	PORTO	<ul style="list-style-type: none"> Muitos financiamentos em um tempo relativamente breve Atração de força de trabalho (com diferentes níveis de especialização) 	<ul style="list-style-type: none"> O crescimento descontrolado (déficit de infraestrutura, habitação e mão de obra qualificada) Fraco relacionamento entre grandes indústrias estabelecidas no Porto e as MPEs locais Falta de dados econômicos-sociais baseados em pesquisas metodológicas
	AGRICULTURA	<ul style="list-style-type: none"> Associação de 9 mil famílias de agricultores locais (divididos em 25 grupos) 	<ul style="list-style-type: none"> Fragil organização entre os produtores agrícolas locais Falta de uma clara gestão legal da terra Falta de dados econômicos-sociais baseados em pesquisas metodológicas
	COMÉRCIO	<ul style="list-style-type: none"> Representação do setor através da Câmara Dirigentes Lojistas 	<ul style="list-style-type: none"> Falta de produção local de artesanato Percentual elevado de comércio informal Falta de parcerias e iniciativas de cooperação entre os atores do comércio Falta de dados econômicos-sociais baseados em pesquisas metodológicas
	METAL MECÂNICO	<ul style="list-style-type: none"> - Base histórica / tradição da atividade metalúrgica no 	<ul style="list-style-type: none"> Falta de mão de obra qualificada no setor de metal-mecânico Falta de dados econômicos-sociais baseados em pesquisas metodológicas



		OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
FATORES EXÓGENOS	TURISMO	<ul style="list-style-type: none"> A resposta ao impacto ambiental do Porto de Suape pode ser a "conscientização" do setor turístico, capaz de reagir e agir em conjunto 	<ul style="list-style-type: none"> Impacto ambiental ligado à ampliação do Porto de Suape
	PORTO	<ul style="list-style-type: none"> O crescimento econômico na região, estimulará indiretamente outros diversos setores Capacidade de criar algumas cadeias produtivas ligadas à economia do Porto 	<ul style="list-style-type: none"> Trade off: Turismo – indústria Ameaça de empregos temporais para trabalhadores não- qualificados
	AGRICULTURA	<ul style="list-style-type: none"> Possibilidade de fornecer à indústria do turismo os produtos agrícolas locais Potencial para criar um associativismo de base dos produtores agrícolas 	<ul style="list-style-type: none"> Perda de trabalhadores rurais que migram para indústria
	COMÉRCIO	<ul style="list-style-type: none"> Existência de uma lei que possibilitará a formalização de uma parte dos trabalhadores informais – Lei Complementar n° 123, de 14/12/2006 - Lei Geral da MPE 	<ul style="list-style-type: none"> Perda de trabalhadores do comércio que migram para a indústria



ECONOMIA POSSIBILIDADES E AMEAÇAS

A economia local encontra-se hoje diante da possibilidade de desfrutar dos grandes investimentos econômicos que interessarão à região nos próximos anos. Estes podem representar um forte estímulo, seja em termos de ocupação e efeitos indiretos, seja através da criação de verdadeiras cadeias produtivas ligadas às atividades da área industrial do Porto de Suape. Também em relação aos outros setores o crescimento do setor turístico, na região litorânea, poderá trazer um desenvolvimento dos serviços coligados a oferta turística, além de estimular investimentos do setor público na infra-estrutura primária. Poderá nascer, também, uma 'rede de trocas' entre os empreendimentos turísticos e os produtores agrícolas locais, estimulando o setor primário. Este último poderia extrair vantagens potencializando a capacidade de associar-se dos produtores que, atualmente, conseguem com dificuldade agir de maneira conjunta.

A estas numerosas potencialidades poderia, porém, corresponder uma perigosa, e de difícil controle, aceleração dos processos econômicos sociais e ambientais. O risco que esta região corre é que não saiba conduzir na justa direção este enorme investimento econômico: diante da presença de grande volume de capital privado não se desenvolve, paralelamente, uma adequada preparação e gestão dos atores públicos. O déficit infra-estrutural e habitacional, unido as fragilidades do controle ambiental, dão a impressão de um crescimento desordenado com efeitos potencialmente desastrosos. Preocupa, no entanto, que uma tão grande transformação não tenha sido adequadamente planejada de maneira participativa com o território e a população: esta última poderá se beneficiar dos efeitos positivos do crescimento econômico, mas, certamente, deverá enfrentar também, as eventuais ameaças. Conseguirá o território, em um breve tempo, apresentar uma resposta adequada a esta grande oferta de emprego? O ambiente e conseqüentemente o setor turístico está preparado para suportar a enorme carga provocada por um complexo produtivo de um tal dimensão? Parece claro que a região se encontrará diante do difícil exercício de traçar um limite entre a necessidade de um desenvolvimento industrial e a preservação ambiental, cumprindo o esforço de vislumbrar um delicado ponto de equilíbrio.

Análise Econômica Dados

1. Tabela Região de Suape (2008) – Número de Trabalhadores

ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE/95)	Cabo	Escada	Ipojuca	Jaboatão	Moreno	Ribeirão	Sitinhoém	Total
AGRICULTURA	849	758	182	1514	1115	759	224	5401
Agricultura, pecuária e serviços relacionados	848	758	159	1514	1115	759	118	5271
Silvicultura, exploração florestal e serviços relacionados	0	0	3	0	0	0	0	3
Pesca, aquicultura e serviços relacionados	1	0	20	0	0	0	106	127
INDÚSTRIA	10998	3510	7258	16310	693	856	5123	44748
Extração de carvão mineral	0	0	2	4	0	0	0	6
Extração de petróleo e serviços relacionados	0	0	105	0	0	0	0	105
Extração de minerais metálicos	0	0	18	0	0	0	0	18
Extração de minerais não metálicos	0	0	30	140	0	0	0	170
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	4817	2838	4356	6021	331	105	5098	23566
Fabricação de produtos do fumo	0	0	0	0	0	0	0	0
Fabricação de produtos têxteis	526	0	25	1104	20	3	0	1678
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	21	1	21	391	2	0	3	439
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de	24	0	0	38	0	0	0	62
Fabricação de produtos de madeira	36	12	0	64	17	0	0	129
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	690	125	0	960	40	0	0	1815
Edição, impressão e reprodução de gravacoes	13	1	290	75	0	2	9	390
Fabricação de produtos químicos	556	28	540	1233	1	0	0	2358
Fabricação de produtos de borracha e plástico	960	24	159	1592	7	0	0	2742
Fabricação de produtos de minerais não metálicos	1405	1	63	269	125	67	0	1930
Meturgia básica	153	0	0	173	0	0	0	326
Fabricação de produtos de metal - exclusivas máquinas e equipamentos	598	325	11	1222	20	611	13	2800
Fabricação de máquinas e equipamentos	718	57	6	625	63	10	0	1479
Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informatic	0	0	0	8	0	0	0	8
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	2	5	0	1090	49	0	0	1146
Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de com	7	0	0	0	0	0	0	7
Fabricação de equipamentos de instrumentação para usos médicos hospital	0	0	0	18	0	0	0	18
Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carroceri	43	2	0	345	0	0	0	390
Fabricação de outros equipamentos de transporte	0	3	1501	2	12	0	0	1518
Fabricação de móveis e indústrias diversas	137	87	5	618	6	7	0	860
Reciclagem	0	0	0	99	0	0	0	99
Betlicidade, gás e água quente	289	0	5	59	0	14	0	367
Captação, tratamento e distribuição de água	3	0	0	5	0	37	0	45
CONSTRUÇÃO	2171	34	3624	3545	96	4	6	9480
COMÉRCIO	3497	976	2276	15857	537	397	354	23894
Com e rep de veículos automotores e motocicletas, com a varejo de comb	430	198	115	2989	53	23	19	3827
Com por atacado e representantes comerciais e agentes do comércio	274	13	726	2884	40	16	0	3953
Com varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos	2793	765	1435	9984	444	358	335	16114
SERVIÇOS	11205	2958	11332	47844	3247	1448	942	78954
Alojamento e alimentação	554	99	3552	3025	40	18	11	7309
Transporte terrestre	1031	151	569	6453	55	19	9	8287
Transporte aquaviário	0	0	0	12	0	0	0	12
Transporte aéreo	0	0	0	0	0	0	0	0
Atividades anexas e auxiliares do transporte e agências de viagem	159	0	861	1445	2	0	4	2471
Correio e telecomunicações	55	9	18	1948	5	18	3	2056
Intermediação financeira	103	35	54	329	27	19	11	578
Seguros e previdência complementar	7	0	0	7	0	0	0	14
Atividades auxiliares da intermediação financeira, seguros e prevcomplemen	0	0	0	76	25	2	0	106
Atividades imobiliárias	1222	0	359	2262	1	0	0	3844
Aluguel de veículos, máquinas e equipamentos sem condutores ou op	61	5	56	175	1440	2	0	1739
Atividades de informática e serviços relacionados	38	6	3	116	71	1	0	235
Pesquisa e desenvolvimento	1	0	0	0	0	0	0	1
Serviços prestados principalmente às empresas	662	46	276	13793	83	54	1	14915
Administração pública, defesa e seguridade social	6220	2342	5223	10545	1295	1073	841	27539
Educação	493	153	89	2531	53	67	19	3405
Saúde e serviços sociais	309	33	26	1421	6	1	0	1796
Limpeza urbana e esgoto e atividades relacionadas	9	0	10	2357	41	61	0	2478
Atividades associativas	119	33	183	656	66	70	42	1169
Atividades recreativas, culturais e desportivas	45	4	15	229	16	35	1	345
Serviços pessoais	107	22	32	460	21	6	0	648
Serviços domésticos	0	0	3	4	0	0	0	7
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	28720	8216	24672	85070	5688	3462	6449	162477

Fonte: M T E (RAIS)

2. Tabela Região de Suape - Pernambuco (2008) – Número de Estabelecimentos

ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE/95)	Cabo	Escada	Ipojuca	Jaboatão	Moreno	Ribeirão	Sitinhoém	TOT 08	TOT 00	00 08
AGRICULTURA	38	61	27	88	32	35	11	292	237	23.21%
Agricultura, pecuária e serviços relacionados	36	60	23	71	32	35	9	266	221	20.36%
Silvicultura, exploração florestal e serviços relacionados	0	0	1	7	0	0	0	8	8	0.00%
Pesca, aquicultura e serviços relacionados	2	1	3	10	0	0	2	18	8	125.00%
INDÚSTRIA	324	108	99	931	40	67	14	1603	1109	44.54%
Extração de carvão mineral	0	0	1	1	0	0	0	2	0	-
Extração de petróleo e serviços relacionados	0	0	1	1	0	0	0	2	0	0.00%
Extração de minerais metálicos	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0
Extração de minerais não metálicos	5	1	3	16	0	0	1	26	20	30.00%
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	73	43	33	261	16	26	9	461	367	25.61%
Fabricação de produtos do fumo	0	0	0	0	0	0	0	0	1	-100.00%
Fabricação de produtos têxteis	10	0	7	25	7	2	0	51	38	34.21%
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	14	3	11	65	4	5	7	104	77	35.06%
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de	2	0	0	9	1	0	0	12	8	50.00%
Fabricação de produtos de madeira	8	8	0	18	3	2	0	39	32	21.88%
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	6	1	1	15	2	0	0	25	13	92.31%
Edição, impressão e reprodução de gravacoes	14	3	7	43	5	7	1	80	47	70.21%
Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nu	1	2	2	6	0	0	0	11	0	-
Fabricação de produtos químicos	26	3	4	62	2	0	0	97	68	42.65%
Fabricação de produtos de borracha e plástico	21	1	2	70	1	0	0	95	55	72.73%
Fabricação de produtos de minerais não metálicos	23	6	5	36	6	3	0	79	73	8.22%
Meturgia básica	5	0	0	15	0	0	0	20	27	-25.93%
Fabricação de produtos de metal - exclusivas máquinas e equipamentos	46	12	5	66	3	6	1	139	86	61.63%
Fabricação de máquinas e equipamentos	21	6	4	55	3	3	0	92	24	283.33%
Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informatic	0	0	0	2	0	0	0	2	0	-
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	8	3	4	28	3	2	0	48	24	100.00%
Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de com	1	0	0	2	0	0	0	3	4	-25.00%
Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carroceri	8	1	0	14	1	0	0	24	15	60.00%
Fabricação de outros equipamentos de transporte	0	1	2	2	1	0	0	6	4	50.00%
Fabricação de móveis e indústrias diversas	23	14	5	81	2	7	0	132	90	46.97%
Reciclagem	2	0	0	18	0	0	0	20	4	400.00%
Betlicidade, gás e água quente	5	0	1	6	0	3	0	15	15	0.00%
Captação, tratamento e distribuição de água	1	0	0	5	0	1	0	7	8	-12.50%
CONSTRUÇÃO	113	24	84	327	18	17	4	587	395	48.61%
COMÉRCIO	1372	443	744	4571	324	354	129	7959	5479	45.26%
Com e rep de veículos automotores e motocicletas, com a varejo de comb	138	63	30	488	21	25	7	772	449	71.94%
Com por atacado e representantes comerciais e agentes do comércio	76	21	62	573	100	11	2	845	489	72.80%
Com varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos	1158	359	672	3510	205	318	120	6342	4541	39.66%
SERVIÇOS	1150	237	801	3813	371	214	85	6471	4375	52.48%
Alojamento e alimentação	208	48	324	451	14	36	5	1086	687	58.88%
Transporte terrestre	133	24	104	389	39	17	5	711	333	113.51%
Transporte aquaviário	0	0	1	2	0	0	0	3	1	200.00%
Transporte aéreo	0	0	0	0	0	0	0	2	3	-33.33%
Atividades anexas e auxiliares do transporte e agências de viagem	27	3	33	79	9	2	2	155	73	112.33%
Correio e telecomunicações	12	1	5	45	4	4	1	72	41	75.61%
Intermediação financeira	11	5	8	47	4	4	2	81	53	52.83%
Seguros e previdência complementar	1	0	0	14	0	0	0	15	25	-40.00%
Ativ. Aux. da intermediação financeira, seguros e prevcomplementar	6	0	2	27	5	2	0	42	25	68.00%
Atividades imobiliárias	20	0	38	660	5	0	1	724	621	16.59%
Aluguel de veículos, máquinas e equipamentos sem condutores ou op	52	6	20	136	26	2	0	242	125	93.60%
Atividades de informática e serviços relacionados	22	4	5	60	35	2	1	129	61	111.48%
Pesquisa e desenvolvimento	1	0	0	1	0	0	0	2	0	-
Serviços prestados principalmente às empresas	144	38	62	475	85	40	4	848	644	31.68%
Administração pública, defesa e seguridade social	5	4	5	15	4	8	3	44	38	15.79%
Educação	169	29	58	533	52	36	5	882	603	46.27%
Saúde e serviços sociais	85	10	15	164	13	6	1	294	235	25.11%
Limpeza urbana e esgoto e atividades relacionadas	4	0	4	10	1	1	0	22	8	175.00%
Atividades associativas	178	41	68	369	48	43	47	794	529	50.99%
Atividades recreativas, culturais e desportivas	46	14	29	137	18	7	3	254	126	101.59%
Serviços pessoais	26	10	16							

Análise Econômica Dados

3 Tabelas de Crédito Crediamigo BNB

3.1 Número de operações por Setor e Município

Qtde Empréstimo Desembolsado	2006	2007	2008	Por Ano
CABO DE SANTO AGOSTINHO				
Agricultura	0	0	35	35
Agroindustria	0	0	0	0
Comercio	100	55	74	229
Comunicações	0	0	0	0
Construcao Civil	0	0	0	0
Energético	0	0	0	0
Ind. Extrativa	0	0	0	0
Ind. Transformacao	0	0	0	0
Intermediacao Financeira,Imob	0	0	0	0
Outros Servicos	0	0	0	0
Pecuaria	0	0	0	0
Pesca, Extrativismo, Silvicult	0	0	0	0
Reparacao e Conservacao	0	0	0	0
Serv. a Empresas	0	0	0	0
Servicos Basicos	0	0	0	0
Servicos Coletivos,Sociais e P	0	0	0	0
Transportes	0	0	0	0
Turismo, Alimentacao, Cultura	3	0	3	6
Setor Atividade	103	56	112	271
RIBEIRAO				
Agricultura	57	58	86	201
Agroindustria	0	0	0	0
Comercio	27	32	37	96
Comunicações	0	0	0	0
Construcao Civil	0	0	0	0
Energético	0	0	0	0
Ind. Extrativa	0	0	0	0
Ind. Transformacao	5	0	1	6
Intermediacao Financeira,Imob	16	11	10	37
Outros Servicos	10	0	3	13
Pecuaria	10	0	0	10
Pesca, Extrativismo, Silvicult	0	0	0	0
Reparacao e Conservacao	0	0	0	0
Serv. a Empresas	0	0	0	0
Servicos Basicos	0	0	0	0
Servicos Coletivos,Sociais e P	0	0	0	0
Transportes	8	0	0	8
Turismo, Alimentacao, Cultura	0	0	0	0
Setor Atividade	393	56	526	1.226
ESCADA				
Agricultura	13	7	4	24
Agroindustria	0	0	0	0
Comercio	5	10	8	23
Comunicações	0	0	0	0
Construcao Civil	1	0	0	1
Energético	0	0	0	0
Ind. Extrativa	0	0	0	0
Ind. Transformacao	0	0	0	0
Intermediacao Financeira,Imob	0	0	0	0
Outros Servicos	0	0	0	0
Pecuaria	0	0	0	0
Pesca, Extrativismo, Silvicult	0	0	0	0
Reparacao e Conservacao	0	0	0	0
Serv. a Empresas	0	0	0	0
Servicos Basicos	0	0	0	0
Servicos Coletivos,Sociais e P	0	0	0	0
Transportes	0	0	0	0
Turismo, Alimentacao, Cultura	0	0	0	0
Setor Atividade	19	18	40	77
IPOJUCA				
Agricultura	0	1	1	2
Agroindustria	0	0	0	0
Comercio	10	3	1	11
Comunicações	3	0	0	3
Construcao Civil	4	0	4	8
Energético	0	0	0	0
Ind. Extrativa	0	0	0	0
Ind. Transformacao	0	0	0	0
Intermediacao Financeira,Imob	0	0	0	0
Outros Servicos	0	3	3	6
Pecuaria	0	0	0	0
Pesca, Extrativismo, Silvicult	0	0	0	0
Reparacao e Conservacao	0	0	0	0
Serv. a Empresas	0	0	0	0
Servicos Basicos	0	0	0	0
Servicos Coletivos,Sociais e P	0	0	0	0
Transportes	0	0	0	0
Turismo, Alimentacao, Cultura	0	0	0	0
Setor Atividade	17	4	9	30
JABOTAO DOS GUARARAPES				
Agricultura	0	0	0	0
Agroindustria	0	0	0	0
Comercio	312	194	242	748
Comunicações	0	0	0	0
Construcao Civil	0	0	0	0
Energético	0	0	0	0
Ind. Extrativa	0	0	0	0

Ind. Transformacao	0	0	0	0
Intermediacao Financeira,Imob	0	0	0	0
Outros Servicos	0	0	0	0
Pecuaria	9	1	2	12
Pesca, Extrativismo, Silvicult	0	0	0	0
Reparacao e Conservacao	0	0	0	0
Serv. a Empresas	0	9	14	23
Servicos Basicos	0	0	0	0
Servicos Coletivos,Sociais e P	0	0	0	0
Transportes	0	0	0	0
Turismo, Alimentacao, Cultura	6	0	6	12
Setor Atividade	327	204	264	795
MORENO				
Agricultura	0	0	0	0
Agroindustria	0	0	0	0
Comercio	74	41	43	158
Comunicações	0	0	0	0
Construcao Civil	0	0	0	0
Energético	0	0	0	0
Ind. Extrativa	0	0	0	0
Ind. Transformacao	0	0	0	0
Intermediacao Financeira,Imob	0	0	0	0
Outros Servicos	0	0	0	0
Pecuaria	25	11	19	55
Pesca, Extrativismo, Silvicult	0	0	0	0
Reparacao e Conservacao	0	0	0	0
Serv. a Empresas	0	0	0	0
Servicos Basicos	0	0	0	0
Servicos Coletivos,Sociais e P	0	0	0	0
Transportes	0	0	0	0
Turismo, Alimentacao, Cultura	0	0	0	0
Setor Atividade	109	56	70	235
SIRINHAEM				
Agricultura	20	15	20	55
Agroindustria	0	0	0	0
Comercio	20	20	42	82
Comunicações	0	0	0	0
Construcao Civil	0	0	0	0
Energético	0	0	0	0
Ind. Extrativa	0	0	0	0
Ind. Transformacao	0	0	0	0
Intermediacao Financeira,Imob	0	0	0	0
Outros Servicos	0	0	0	0
Pecuaria	0	0	0	0
Pesca, Extrativismo, Silvicult	0	0	0	0
Reparacao e Conservacao	0	0	0	0
Serv. a Empresas	0	0	0	0
Servicos Basicos	0	1	1	2
Servicos Coletivos,Sociais e P	0	0	0	0
Transportes	0	0	0	0
Turismo, Alimentacao, Cultura	0	0	0	0
Setor Atividade	40	35	62	137

Fonte BNB

3.1.1 Número de operações por Setor

	N. OPERAZIONI 2006	N. OPERAZIONI 2007	N. OPERAZIONI 2008
AGRICULTURA	90	81	146
COMMERCCIO	548	352	447
COMUNICACOES	3	0	0
CONSTRUCCION	5	0	4
IND TRASFORMAC	5	0	1
OUTROS SERVICIO	16	11	10
PECUARIA	44	16	55
PESCA	0	1	0
TRANSPORTE	8	0	0
TURISMO	15	1	10

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco do Nordeste (BNB).

Nota: A tabela refere-se ao número das operações de alguns setores em comparação com o setor mais significativo, que é o comércio.

3.2 Valores de crédito por Setor e Município

Valor Empréstimo Desembolsado	2006	2007	2008	Por Ano
CABO DE SANTO AGOSTINHO				
Agricultura	0,00	0,00	21.740,00	21.740,00
Agroindustria	0,00	0,00	0,00	0,00
Comercio	74.208,06	40.072,07	80.307,67	174.587,80
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00
Construcao Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Energético	0,00	0,00	0,00	0,00
Ind. Extrativa	0,00	0,00	0,00	0,00
Ind. Transformacao	0,00	0,00	0,00	0,00
Intermediacao Financeira,Imob	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Servicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Pecuaria	0,00	0,00	0,00	0,00
Pesca, Extrativismo, Silvicult	0,00	621,00	0,00	621,00
Reparacao e Conservacao	0,00	0,00	0,00	0,00
Serv. a Empresas	0,00	0,00	0,00	0,00
Servicos Basicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Servicos Coletivos,Sociais e P	0,00	0,00	0,00	0,00
Transportes	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo, Alimentacao, Cultura	1.700,00	0,00	1.700,00	3.400,00
Setor Atividade	79.709,85	40.893,87	83.442,87	204.046,59
RIBEIRAO				
Agricultura	47.865,21	40.848,85	85.222,85	173.936,91
Agroindustria	0,00	0,00	0,00	0,00
Comercio	30.000,00	28.164,34	42.000,00	100.164,34
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00
Construcao Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Energético	0,00	0,00	0,00	0,00
Ind. Extrativa	0,00	0,00	0,00	0,00
Ind. Transformacao	2.700,00	0,00	3.700,00	6.400,00
Intermediacao Financeira,Imob	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Servicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Pecuaria	4.000,00	11.138,00	17.713,00	32.851,00
Pesca, Extrativismo, Silvicult	0,00	0,00	0,00	0,00
Reparacao e Conservacao	0,00	0,00	0,00	0,00
Serv. a Empresas	0,00	0,00	0,00	0,00
Servicos Basicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Servicos Coletivos,Sociais e P	0,00	0,00	0,00	0,00
Transportes	2.806,28	0,00	0,00	2.806,28
Turismo, Alimentacao, Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00
Setor Atividade	87.861,29	80.842,14	147.645,85	316.349,28
ESCADA				
Agricultura	19.300,00	15.400,00	15.300,00	49.000,00
Agroindustria	0,00	0,00	0,00	0,00
Comercio	4.212,76	8.930,00	8.701,05	21.843,81
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00
Construcao Civil	600,00	0,00	0,00	600,00
Energético	0,00	0,00	0,00	0,00
Ind. Extrativa	0,00	0,00	0,00	0,00
Ind. Transformacao	0,00	0,00	0,00	0,00
Intermediacao Financeira,Imob	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Servicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Pecuaria	0,00	1.540,00	12.021,43	13.561,43
Pesca, Extrativismo, Silvicult	0,00	0,00	0,00	0,00
Reparacao e Conservacao	0,00	0,00	0,00	0,00
Serv. a Empresas	0,00	0,00	0,00	0,00
Servicos Basicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Servicos Coletivos,Sociais e P	0,00	0,00	0,00	0,00
Transportes	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo, Alimentacao, Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00
Setor Atividade	24.112,76	25.870,00	31.021,43	81.004,19
IPOJUCA				
Agricultura	0,00	1.070,04	1.070,04	2.140,08
Comercio	6.101,14	0,00	105,34	6.206,48
Comunicações	2.360,00	0,00	0,00	2.360,00
Construcao Civil	1.040,00	0,00	2.040,00	3.080,00
Energético	0,00	0,00	0,00	0,00
Ind. Extrativa	0,00	0,00	0,00	0,00
Ind. Transformacao	0,00	0,00	0,00	0,00
Intermediacao Financeira,Imob	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Servicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Pecuaria	0,00	1.080,00	1.080,00	2.160,00
Pesca, Extrativismo, Silvicult	0,00	0,00	0,00	0,00
Reparacao e Conservacao	0,00	0,00	0,00	0,00
Serv. a Empresas	0,00	0,00	0,00	0,00
Servicos Basicos	0,00	0,00	0,00	0,00

Análise Econômica Dados

4. Número de Estabelecimentos

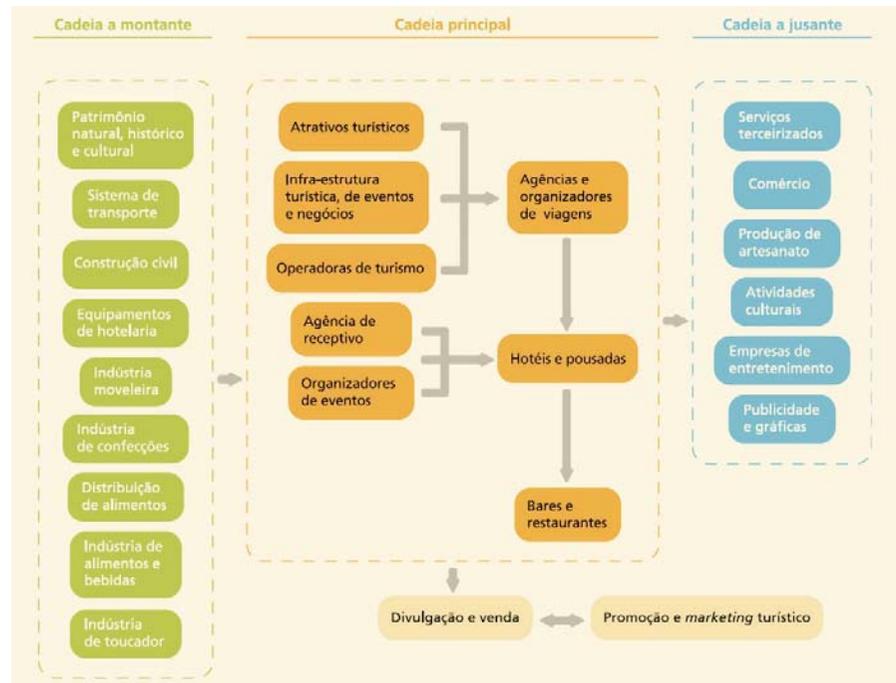
NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS - 2008 (Região de Suape)

Classe de Atividade Econômica, CNAE - versão 2.0	Cabo de Santo Agostinho	Escada	Ipojuca	Jaboatão dos Guararapes	Moreno	Ribeirão	Sirinhaem	Total
Hóteis e similares	22	6	88	29	0	6	2	153
Outros tipos de alojamento não especificados anteriormente	11	0	57	12	0	0	0	80
Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas	141	40	165	359	12	30	3	750
Serviços ambulantes de alimentação	1	0	0	4	0	0	0	5
Serviços de catering, buffê e outros serviços de comida preparada	33	2	14	47	2	0	0	98
Agências de viagens	2	0	11	29	1	1	1	45
Operadores turísticos	1	0	3	1	0	0	0	5
Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente	0	0	0	2	2	0	0	4
Total	211	48	338	483	17	37	6	1140

Fonte: MTE (RAIS)

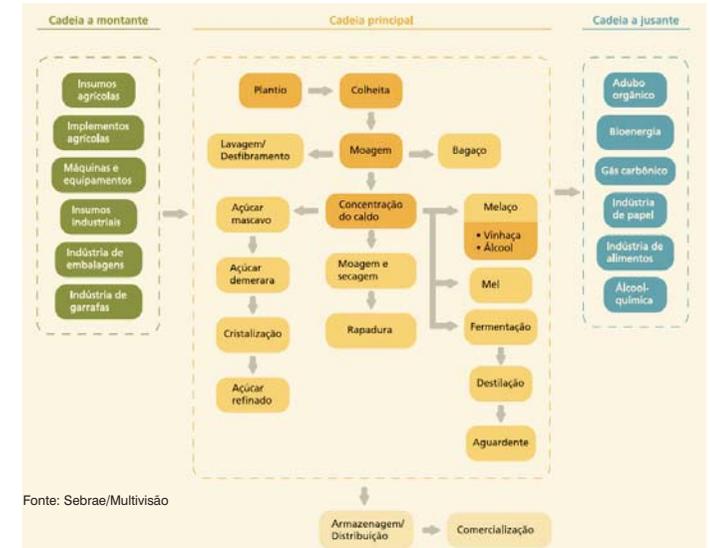
OBS: As classes utilizadas compõe as divisões 55 (alojamento), 54 (Alimentação) e 79 (Agência de viagens, operadores turísticos e serviços de reservas)

4. Cadeia produtiva do turismo



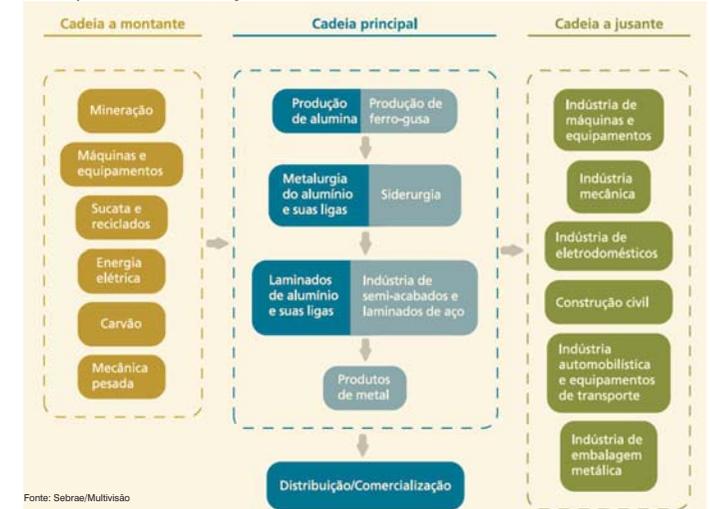
Fonte: Sebrae/Multivisão

5. Cadeia produtiva da indústria sucroalcooleira



Fonte: Sebrae/Multivisão

6. Cadeia produtiva da indústria Metalúrgica



Fonte: Sebrae/Multivisão

Análises de Dinâmicas Urbanas

Introdução Geral

PROCESSOS EVOLUTIVOS COMO ESTÍMULO DE UM RENASCIMENTO URBANO?

A área de análise faz parte do estado de Pernambuco, nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, em conjunto com a região de Suape, a qual se sobrepõe ao território de ambos os municípios.

- As dinâmicas urbanas implicam em reconhecer a diversidade geográfica, climática e cultural de Pernambuco, e por sua vez, a variedade de respostas territoriais e ambientais.

- As dinâmicas urbanas absorvem as variações perceptivas que afetam os sentidos: odores, frio ou calor, seco ou úmido, suave ou áspero, ruído ou silêncio, perto ou longe. Incorporam por sua vez elementos e ciclos naturais dos habitantes de uma cidade: qualidade urbana.

- As dinâmicas urbanas buscam integrar as experiências, "vivências globais", e criar

"lugares" para diversificar e enfatizar a imagem da cidade: **responder de maneira integrada e sustentável às suas ofertas e demandas.**

- As dinâmicas urbanas adquirem um papel importante na construção dos símbolos de progresso onde a funcionalidade deve responder às necessidades humanas frente aos problemas atuais, de uma nova dimensão: **a região.** Falar de território significa dizer espaços construídos e não construídos.



OBJETIVOS

Verificar a existência de um tecido urbano, onde seus processos sejam resultados de dinâmicas evolutivas e propositivas, frente à institucionalidade (Estado e Empresas) e à informalidade (habitantes, comércio formais e informais). Pela sua natureza territorial, este tecido está integrado com o desenvolvimento das formas urbanas através de políticas de gestão local e regional. É o surgimento do **diálogo e da urbanidade**, que não precede a regras no território pernambucano.

Como se entende o conceito de habitação no território pernambucano? Até que ponto as diferentes sociedades atuam comunicando-se com políticas de integração na morfologia urbana? Quais são os aspectos críticos no crescimento do tecido urbano em relação à região de Suape? Existe uma apropriação do espaço público frente a essas manifestações territoriais?

METODOLOGIA

A - Reconhecimento do território:

- Trabalho de campo nos municípios de Cabo e Ipojuca
- Visita à região de Suape e ao complexo industrial e portuário

B - Entrevistas com informantes qualificados e habitantes.

C - Análises do Território:

- Estudo do Plano Estratégico de Suape
- Estudo dos planos diretores dos municípios
- Estudo de programas atuais presentes no território

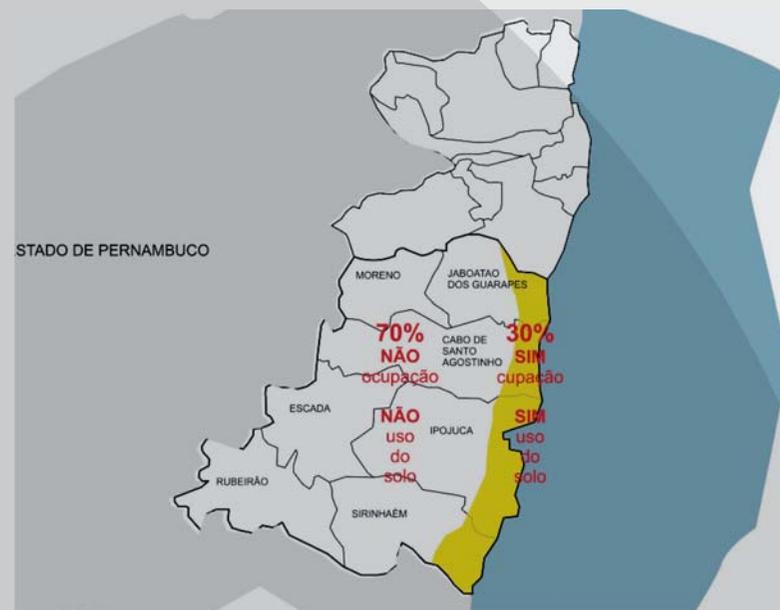
Análises de Dinâmicas Urbanas

Leitura Crítica

LEITURA CRÍTICA

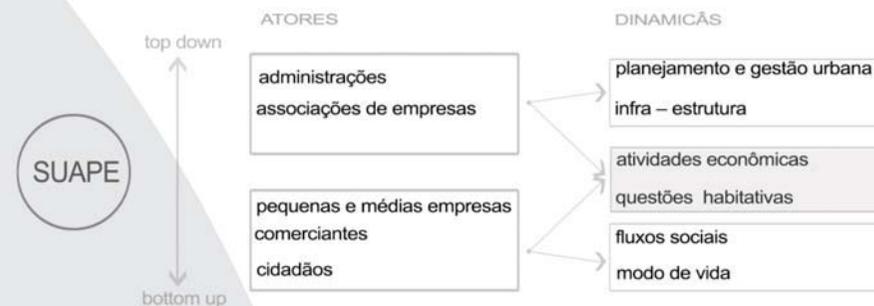
A nível regional e municipal tem se conseguido evidenciar uma série de **dinâmicas urbanas** da região de Pernambuco e da área estratégica de referência, que caracterizam o território outorgando-lhe uma diversidade de aspectos positivos e negativos, dos quais se individualizaram os seguintes:

∞ Concentração demográfica na área do litoral, com percentuais de 30% de ocupação livre e em contraste com os 70% de ocupação livre na área mais distante da costa.



- ∞ Sobreposição de funções e uso do solo num mesmo espaço físico dentro do território.
- ∞ Disposição livre de assentamentos isolados e irregulares (favelas) que evidenciam a ausência de conjuntos coerentes de planos habitacionais, espaços abertos e áreas verdes, que, em relação à norma urbanística, denotam uma carência de controle na região.

Na leitura crítica também se levou em consideração os efeitos que a instalação do complexo industrial portuário de Suape podem gerar no âmbito institucional e privado. Entendendo-se por institucional as administrações públicas e as associações entre empresas, e, por privado as pequenas e médias empresas da atividade comercial e os habitantes do território.



Segundo os respectivos âmbitos de intervenção, as relações entre atores determinam as características das dinâmicas urbanas, dentre elas, de forma particular, emergem as questões habitacionais e ou empreendedoras, pois sendo dinâmicas comuns aos dois âmbitos poderiam ser pontos válidos para definir as margens de ação.

Segundo os diferentes níveis de formalização vislumbramos uma série de questões conseqüentes à instalação do complexo industrial de Suape:

- A necessidade por parte da administração pública de organizar o território considera seja a formulação dos instrumentos para **planejamento e gestão urbana**, seja os substanciais intervenções públicas para a definição e o melhoramento da **rede infra-estrutural**, de acordo com as grandes associações de empresas.
- Os projetos que englobam as **questões habitacionais** feitos pelas instituições públicas se interceptam com os projetos da iniciativa privada. Por outro lado a mesma dinâmica se encontra no âmbito econômico com o **desenvolvimento empreendedor**, seja formal ou espontâneo.
- A articulação dos **fluxos** sociais modifica as relações entre diversos municípios, introduz o complexo como novo sujeito de referência e define novos **estilos de vida** e dinâmicas sociais.
- A tendência a uma maior concentração demográfica habitacional e comercial em torno da área onde se desenvolve o complexo industrial de Suape.

Análises de Dinâmicas Urbanas

ANÁLISES DE DINÂMICAS URBANAS DO MUNICÍPIO DO CABO DE SANTO AGOSTINHO, COM REFERÊNCIAS A SUA LOCALIZAÇÃO DENTRO DO ESTADO DE PERNAMBUCO E SUA RELAÇÃO COM A REGIÃO DE SUAPE

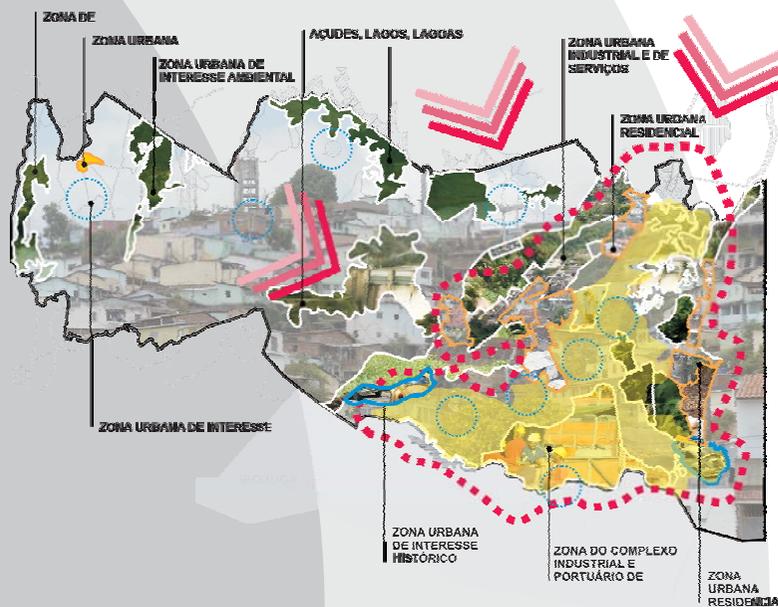


DINÂMICAS URBANAS DO MUNICÍPIO DO CABO DE SANTO AGOSTINHO

Os municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca encontram-se vinculados à área destinada a instalação do complexo de Suape.

No município do Cabo de Santo Agostinho, quanto às dinâmicas urbanas e ao uso do solo, evidenciam-se as áreas nas quais se encontra dividido o território, detectando-se os seguintes aspectos:

Uma forte presença de **linhas de tensão** existentes no complexo industrial Suape, além de superposição com zonas urbanas de interesse histórico, o qual levaria a uma degradação resultante da incoerência funcional e a criação de espaços anônimos carentes de identidade. Fora dos centros históricos e das áreas industriais, no setor oeste do município, evidencia-se um isolamento das zonas residenciais, o que denota a ausência de perspectivas futuras de desenvolvimento territorial integral.

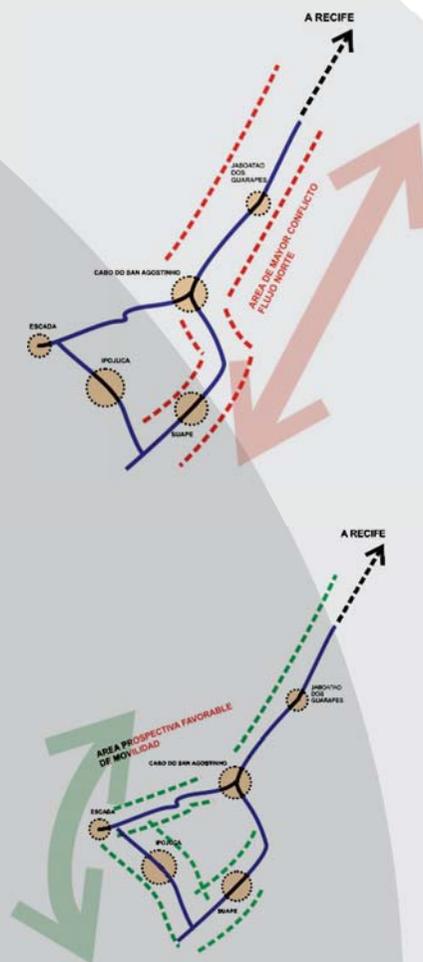


Análises de Dinâmicas Urbanas

ESQUEMAS POSITIVOS E NEGATIVOS DE MOVIMENTOS ENTRE A REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE E A REGIÃO DE SUAPE E OS MUNICÍPIOS

MAPA DE MOVILIDADE

No que diz respeito à **mobilidade** na região, evidencia-se entre Recife, Jaboatão dos Guararapes, Cabo do Santo Agostinho e Suape um dos maiores conflitos quanto ao **congestionamento do trânsito**, devido ao grande pico dos fluxos diários provocado pelo complexo portuário de Suape em relação aos municípios próximos. A falta de uma infra-estrutura viária é uma das causas deste problema, podendo ser sistematizada e controlada pela frequência de mobilidade.



Análises de Dinâmicas Urbanas

Análise FOFA

FOFA

Com a análise FOFA se propõe um enquadramento do território individualizando os pontos de força, fraqueza, oportunidade e ameaça, extraindo reflexões baseadas em um processo de estudo e visita in loco. A releitura dos pontos elencados gerou uma natural catalogação em três temáticas: instrumentos urbanos, tecido social e qualidade urbana.

	FORÇAS	FRAQUEZAS
INSTRUMENTOS URBANOS	<ul style="list-style-type: none"> Existência de instrumentos urbanos tais como: programas habitacionais, planos, competência, GIS Suape, ZEIS, ambulatórios nas periferias, Sistema S, PAC; Existência de exemplos isolados de alta competência técnica; 	<ul style="list-style-type: none"> Desequilíbrio entre competências Municipais X Suape; Incapacidade Municipal de controlar o crescimento urbano (coleta de lixo, serviços, infra-estrutura e déficit habitacional); Falta de articulação entre Municípios/ Suape e Município/ Município;
TECIDO SOCIAL	<ul style="list-style-type: none"> Tecido social consolidado em escala local (bairros); 	<ul style="list-style-type: none"> Pouca atenção ao homem como cidadão X ao homem como trabalhador; A imigração intensa é vista apenas como um risco;
QUALIDADE URBANA	<ul style="list-style-type: none"> Tendência a um dinamismo social e urbano mais ou menos formalizado; 	<ul style="list-style-type: none"> Presença de obstáculos para manejo de famílias inseridas em áreas irregulares; Desequilíbrio de espaços abertos/ verdes no tecido urbano; Ausência de manutenção dos espaços públicos, logo a população não se sente parte desse espaço, gerando degradação (problemas de reciprocidade Município X Moradores);

	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
INSTRUMENTOS URBANOS	<ul style="list-style-type: none"> Investimentos e programas de compensação social chegam ao território de maneira integrada e eficiente; 	<ul style="list-style-type: none"> Por existir uma atenção prioritária no setor do turismo, existe um descaso aos Distritos internos;
TECIDO SOCIAL	<ul style="list-style-type: none"> Imigração intensa como um novo início de transformações territoriais; Nova forma de participação baseada na valorização do capital humano existente (associações formais e informais); 	<ul style="list-style-type: none"> Aumento da disparidade sócio- econômica (muito investimento em Suape X "esquecimento" do tecido urbano de influência direta);
QUALIDADE URBANA	<ul style="list-style-type: none"> Sistema de transporte integrado para um crescimento sustentável da região; Rede de atividades industriais difusas e integradas; Aproveitamento da área de passeio para melhorar qualidade do ambiente urbano (área de transição público X privado); Recuperação das infra- estruturas urbanas/ ambientais para integrar e melhorar a qualidade urbana; Criação de uma estrutura integrada de serviços: equipamentos urbanos; 	<ul style="list-style-type: none"> O crescimento e surgimento de favelas colocam em perigo a qualidade urbana (desequilíbrio entre espaços verdes e áreas edificadas); Ocupação de área protegida por classe média;



CONCLUSÃO

A existência de tantos planos urbanos não é uma condição suficiente para a concretização dos mesmos no território, pois a gestão está comprometida pela ausência de articulação, seja ela vertical (Governo- Estado- Município - Suape) ou horizontal (entre Municípios). Com o desenvolvimento industrial de Suape haveria um fluxo migratório que atualmente é compreendido como um risco social, mas se entendido como capital humano poderia ser uma oportunidade para início de novas transformações territoriais. Essa nova visão representaria um ponto de partida para restituir aos trabalhadores uma dignidade humana e impedir uma excessiva disparidade sócio- econômica, apoiado em formas associativas e programas de integração social. O aumento populacional em curto prazo, se não gerido de forma integrada, poderia ser muito impactante sobre a qualidade urbana do território. Este cenário se concretizaria no nascimento de favelas, podendo gerar um desequilíbrio entre espaços públicos/ verdes e áreas edificadas. Com essa má gestão os habitantes não se reconheceriam como parte, deixando- os em completa degradação. A presença de uma infra- estrutura (viária, saneamento básico e energia) problemática ou inexistente poderia comprometer ainda mais o território. Uma maior articulação entre as competências públicas e/ ou privadas poderia contribuir para o êxito nos processos urbanos melhorando a qualidade de vida dos habitantes e potencializando um desenvolvimento mais sustentável. Com possíveis investimentos e programas de compensação social poderia haver um favorecimento no desenvolvimento integrado do território, seja no setor turístico, seja nos centros urbanos existentes.



Análises Território e Ambiente

Introdução

INTRODUÇÃO

A aproximação levada avante nesta seção permite inserir a intervenção de Suape em uma ótica mais ampla, de modo a analisar melhor a recaída complexa que esta versa de maneira orgânica sobre o território inteiro. O estudo apresentado a seguir pretende compreender a área determinada pelo território estratégico do porto industrial de Suape e suas áreas de influência. Além dos dois municípios que fazem parte efetivamente da zona portuária, Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, outros três municípios – Moreno, Escada e Jaboatão dos Guararapes – figuram como área de influência direta que,

provavelmente, sofrerá efeitos consideráveis com a efetivação do complexo devido à proximidade com as atividades portuário-industriais. Perifericamente, estuda-se a relação da área de Suape com a região metropolitana de Recife, que também já sofre e continuará a sofrer decorrências, mais ou menos diretas, da instalação do complexo de Suape. Embora os assuntos individuados para a seqüência do trabalho sejam complementares e essencialmente inter-relacionados, esta análise foi subdividida em três pontos de interesse específico a fim de interpretar mais

profundamente os dados alcançados: um ponto que diz respeito aos instrumentos e métodos de planejamento urbano e territorial, um outro que tem como foco a problemática ambiental relacionada à fragilidade e ao potencial do sistema ecológico local e, por último, uma parte específica sobre a produção industrial e seus impactos complexos sobre o inteiro território. Assim, a análise apresentada parte dos instrumentos legais à disposição que regem a área de interesse (Planos Diretores Municipais, Plano Territorial Estratégico de Suape e Legislação Ambiental Brasileira, etc.), mas

também considera outras iniciativas de ordenamento do território como o Plano Territorial Estratégico e o Plano Diretor de Suape. Além disso, a análise se baseia fortemente no estudo da organização civil que atua na área, na bibliografia disponível e nas próprias entrevistas realizadas no local, buscando individualizar o estado atual e os efeitos positivos e negativos que podem surgir em escala territorial, decorrentes da instalação e funcionamento do complexo portuário-industrial de Suape.



Análises Território e Ambiente

Atores Planejamento

ESTRUTURA ATORES

A estrutura institucional na área de planejamento e gestão está dividida em três níveis hierárquicos, federal, estadual e municipal, conforme os preceitos federalistas e de organização político-administrativa dispostos na Constituição brasileira, norma maior do ordenamento jurídico pátrio. A temática de planejamento e infraestrutura também estão contempladas pela Constituição nos capítulos referentes à distribuição de competências, tanto normativa quanto de execução. Portanto, cabe à União “elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social; (...) instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos; (...) legislar sobre jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia”(1). Compete concomitantemente à União, Estados e Municípios “promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico; (...) combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos; (...) legislar concorrentemente sobre direito tributário, urbanístico” (2). Vale esclarecer, que quando há poderes comuns entre os entes federados para criação de legislação, planejamento e execução de políticas públicas, a União limita-se a estabelecer as normas gerais e planos nacionais e regionais, e aos estados e municípios as normas e planejamento de interesse local, haja visto o conteúdo do art. 24, § 2º da Constituição “a competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência complementar dos Estados”.

Desta forma, aos Estados estão reservados os poderes que não sejam vedados pela Constituição, o que é denominado de competência residual, e aos municípios cabe “legislar sobre assuntos de interesse local; suplementar a legislação federal e a estadual no que couber; promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano”(3). Para execução das obrigações estabelecidas pela Constituição, os órgãos, entidades e autarquias relacionadas ao planejamento e gestão federais estão compostas da seguinte maneira:

· A União possui um Ministério específico que trata de questões urbanas chamado Ministério das Cidades, hierarquicamente o primeiro ente que compõe a estrutura institucional de planejamento, formado por quatro Secretarias Nacionais: Habitação, Saneamento Ambiental, Transporte e Mobilidade e Programas Urbanos. Além destas secretarias, existe o Conselho das Cidades (ConCidades), órgão consultivo e deliberativo integrante da estrutura do Ministério das Cidades que tem por finalidade estudar e propor diretrizes para a formulação e implementação do Plano Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), bem como acompanhar a sua execução. O ConCidades viabiliza o debate em torno da política urbana de forma continuada, englobando a autonomia e as especificidades dos segmentos que o compõem, tais como: setor produtivo; organizações sociais; ONGs; entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa; entidades sindicais; e órgãos governamentais. O Ministério das Cidades engloba ainda dois órgãos vinculados, a Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU e a Trensurb;

· O Estado de Pernambuco possui duas secretarias direcionadas ao assunto planejamento urbano: a Secretaria das Cidades, que tem por função planejar, acompanhar e desenvolver ações relativas à habitação e ao transporte prioritariamente; e a Secretaria de Planejamento e Gestão, que tem por objeto planejar, desenvolver e acompanhar ações que visem ao desenvolvimento territorial, econômico e social do Estado de Pernambuco, bem como coordenar o processo de planejamento governamental em relação, inclusive, de suas diretrizes orçamentárias. É vinculada à Secretaria de Planejamento e Gestão a Agência CONDEPE/FIDEM, responsável pelo plano “Território Estratégico de Suape”;

· Nos municípios normalmente existem secretarias de planejamento, que exercem as funções de planejamento estratégico, urbano dentre outros papéis. Também é comum a criação de secretarias de infra-estrutura, obras e outras similares para colaborar na execução destas políticas públicas, bem como conselhos com participação popular. Dos cinco municípios que abrangem o território estratégico de Suape, portanto, a área de influência do Complexo Industrial e Portuário de Suape, nem todos possuem alguma secretaria especializada para questões urbanas e de planejamento.

No que se refere aos Planos Diretores, instrumento definido pelo Estatuto da Cidade, Lei federal 10.257/01, como básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, todos os municípios da área estudada possuem tal instrumento elaborados recentemente, isto devido a obrigatoriedade estabelecida pela referida lei para os municípios com mais de 20.000 habitantes.

*Art. 39 - A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas, respeitadas as diretrizes previstas no art. 2o desta Lei.
Art. 41 - O plano diretor é obrigatório para cidades:
I - com mais de vinte mil habitantes;
II - integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas;
III - onde o Poder Público municipal pretenda utilizar os instrumentos previstos no § 4o do art. 182 da Constituição Federal;
IV - integrantes de áreas de especial interesse turístico;
V - inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional”.

(1) Constituição da República, arts. 21 e 22.
(2) Constituição da República, arts. 23 e 24.
(3) Constituição da República, art. 30.



Análises Território e Ambiente

DADOS DE BASE

A Região Metropolitana do Recife reúne, atualmente, 14 municípios (Tapissuma, Ilha de Itamaracá, Araçoiaba, Igarassu, Abreu e Lima, Paulista, Olinda, Camaragibe, Recife, São Lourenço da Mata, Moreno, Jaboatão dos Guararapes, Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca), onde vivem aproximadamente 3,5 milhões de habitantes, distribuídos em cerca de 2,8 mil quilômetros quadrados. Apesar de configurar um território de contrastes acentuados, concentra 63% das riquezas geradas em



Pernambuco e 43% de sua população. Durante seus trinta anos de existência, a trajetória da organização e do planejamento metropolitano do Recife pode ser considerada como exemplo de uma experiência bem-sucedida. Evidentemente, existiram períodos mais ou menos prolíferos ou mais ou menos inovadores, como também existiram planos e projetos mais ou menos aderentes à realidade, porém capazes de criar a cultura do inter-relacionamento dos municípios a favor das ações

	2007	2020	2035
Cabo	163.139	183.374	199.021
Escada	59.850	64.846	68.709
Ipojuca	70.070	91.553	108.165
Jaboatão	665.387	832.312	961.390
Moreno	52.830	60.048	65.630
Total do Território	1.011.276	1.232.133	1.402.915*
RMR	3.658.318	4.297.009	4.790.879
Pernambuco	8.485.386	9.614.484	10.487.585

Fonte dos dados básicos: IBGE Censo Demográfico 2000 – Contagem Populacional 2007 e Estimativas de População para o Brasil por estado, 1980 – 2010 – Atualização 2002 / Estimativa: Agência CONDEPE/FIDEM

de interesse comum, e por isso esta trajetória converte-se em uma referência nacional.

O Território Estratégico de Suape compreende cinco municípios: Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca, Jaboatão dos Guararapes, Moreno e Escada. Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, municípios onde está localizada a área de jurisdição de Suape, são considerados territórios de influência direta. Os demais municípios – limítrofes – são considerados de influência indireta.

O município de Escada, apesar de não fazer parte da Região Metropolitana do Recife como os demais, tem uma contigüidade com os municípios considerados de influência direta e é cortado pelo eixo rodoviário BR-101.

Considerando os municípios integrantes deste Território, pode-se afirmar que, do ponto de vista demográfico, eles apresentam categorias distintas e contrastantes, sendo Jaboatão dos Guararapes o mais populoso, com mais de 650 mil habitantes, seguido pelo Cabo de Santo r Cabo de Santo Agostinho com 364,25 hab/km².

Agostinho, com mais de 160 mil habitantes, e os demais com população variando entre de 50 mil e 70 mil, a densidade demográfica também varia consideravelmente, sendo Jaboatão dos Guararapes o município mais denso, com quase 2.600 hab/km², seguido por Cabo de Santo Agostinho com 364,25 hab/km². Por outro lado, o município de Ipojuca é o que apresenta a menor densidade no Território (132,88 hab/km²). No momento atual se verifica a oportunidade de inserir os municípios de Sirinhaém e Ribeirão no Território Estratégico.

CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO ESTRATÉGICOS

CABO DE SANTO AGOSTINHO

Sede urbana localizada no entroncamento entre a BR-101 e a PE-60.

Porta de entrada para as praias do sul do Estado e para Suape.

Contém 62% da área legal de Suape.

Economia diversificada, com um distrito industrial de porte, um setor de comércio e serviço dinâmico localizado na sua sede e atividades agroindustriais na área rural, com três grandes usinas de açúcar e etanol.

Função ambiental importante, pois abriga mananciais para o abastecimento de água da RMR e do território.

IPOJUCA

Predominância de espaço rural, onde se desenvolvem atividades agropecuárias. Núcleos urbanos dispersos, de pouca expressão demográfica. Pólo de turismo, de abrangência nacional e internacional, com uma oferta hoteleira de ótimo padrão. Abriga o Porto de Suape e parte da área industrial do Complexo.

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO (2007) ⁽¹⁾	ÁREA (KM ²) ⁽²⁾	DENS.DEMOGRÁFICA (HAB/KM ²) ⁽¹⁾
Cabo de Santo Agostinho	163.139	447,88	364
Escada	59.850	347,20	172
Ipojuca	70.070	527,32	133
Jaboatão dos Guararapes	665.387	256,07	2.598
Moreno	52.830	195,60	270
Território Estratégico de Suape	1.011.276	1.774,07	570
RD Metropolitana ¹	3.661.119	2.768,45	1.322
PERNAMBUCO	8.485.386	98.311,62	86

Fonte: (1) IBGE, 2007; (2) Agência Condepe/Fidem, 2005

JABOATÃO DOS GUARARAPES

Maior densidade urbana do território.

Atividades produtivas associadas ao comércio e serviços e à indústria de transformação.

Ponto de passagem obrigatório entre o norte e o sul do estado e do país, através da BR-101 e com o importante eixo de interiorização leste-oeste do estado, a BR-232.

Exerce um papel importante na destinação e tratamento dos resíduos sólidos de Recife e Moreno através do Aterro Controlado de Muribeca.

MORENO

Economia predominantemente rural, de dinamismo incipiente. Ocupação urbana de pequeno porte.

Presença de uma significativa área de proteção de mananciais (75% do seu território), com cinco reservas ecológicas e uma unidade de proteção ambiental.

Boa acessibilidade ao oeste do estado.

Rico patrimônio histórico-cultural representado por 39 engenhos com potencial para o turismo rural e ecológico.

ESCADA

Único município do território estratégico de Suape localizado na Mata Sul. Não integra a RMR, mas está encravado entre os municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca.

Posição estratégica por ser cortado pela BR-101 e pela BR-232. Disponibilidade de áreas para ocupação.

Setor comercial e de serviços dinâmico, com influência nos municípios vizinhos da Mata Sul.

Diversas indústrias já instaladas e outras com perspectiva de instalação no município.

Análises Território e Ambiente Patrimônio

PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL DO TERRITÓRIO

CABO DE SANTO AGOSTINHO	<ul style="list-style-type: none"> Capela do Engenho Garapu Capela do Engenho Trapiche Engenho Coimbra Engenho Jurissaca Engenho Massangana (FUNDARPE) Engenho Matas Engenho Boa Vista Engenho São Brás Ruínas da Capela do Engenho Velho Ruínas da Igreja de São Gonçalo Conjunto Urbano do Cabo Povoado Antigo de Santo Agostinho: convento Carmelita (IPHAN/FUNDARPE), Cabo de Santo Agostinho (FUNDARPE)
JABOATÃO DOS GUARARAPES	<ul style="list-style-type: none"> Igreja Nossa Senhora do Loreto Igreja Nossa Senhora da Piedade (IPHAN/FUNDARPE) Conjunto Urbano da Sede de Jaboatão Parque Histórico Nacional dos Guararapes (IPHAN/FUNDARPE): Igreja de N.S. Prazeres (IPHAN/FUNDARPE) Povoado de Murbeca dos Guararapes Vila Operária, oficina e estação da rede ferroviária de Jaboatão
IPOJUCA	<ul style="list-style-type: none"> Convento do Senhor Santo Cristo (IPHAN) Igreja de São Miguel Igreja Nossa Senhora do Ó Engenho Gaipiú (Sítio Histórico Selecionado) Engenho Bertioça (Sítio Histórico Selecionado)
MORENO	<ul style="list-style-type: none"> Engenho Gurjaú de Cima Engenho Moreno Engenho Novo da Conceição Engenho Pintos Vila Operária do Moreno Estação Ferroviária Engenho Novo da Conceição Complexo têxtil do Colonifício Moreno
ESCADA	<ul style="list-style-type: none"> Engenhos: Campestre, Canto Escuro, Conceição, Cotegi, Firmeza, Frexeiras, Jundiá, Limoeiro Velho, Contenda, Mussú, Refresco, Massauassu e Suassuna Igreja Matriz de Frexeiras e o Conjunto de Edificações do seu entorno Área Ocupada pelas Ruínas da Usina de Massauassu Igreja Nossa Senhora do Carmo no Povoado de Massauassu e o conjunto de edificações do seu entorno Igreja Nossa Senhora de Escada

Fonte: Plano de Preservação dos Sítios Históricos da RMR – PPSH (1978) e do Plano de Preservação dos Sítios Históricos do Interior- PPSHI (1982)



PATRIMÔNIO NATURAL DO TERRITÓRIO ESTRATÉGICO DE SUAPE

RESERVAS ECOLÓGICAS – LEI ESTADUAL Nº 9.989 DE 13/01/87	<ul style="list-style-type: none"> Mata de Camaçari (Cabo de Santo Agostinho) Mata de Duas Lagoas (Cabo de Santo Agostinho) Mata do Zumbi (Cabo de Santo Agostinho) Serra do Cumarú (Cabo de Santo Agostinho/Moreno) Mata de Urucu (Cabo de Santo Agostinho/Vitória de Santo Antão/Escada) Mata de Bom Jardim (Cabo de Santo Agostinho) Mata de Jangadinha (Jaboatão dos Guararapes) Mata de Engenho Salgadinho (Jaboatão dos Guararapes) Mata de Contra Açude (Jaboatão dos Guararapes) Mata de Manassu (Jaboatão dos Guararapes) Mata de Mussaiba (Jaboatão dos Guararapes) Mata do Sistema Gurjaú (Cabo de Santo Agostinho/Moreno/Jaboatão) – Reserva Ecológica do Gurjaú – RESEC do Gurjaú Mata do Engenho Moreninho (Moreno) Mata de Caruina (Moreno) Mata de Serra do Cotovele (Moreno)
OUTRAS MATAS	<ul style="list-style-type: none"> Mata da Serra do Cumarú (Moreno) Reserva Ecológica de Carnijó (Moreno)
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> RPPN – Santa Beatriz do Carnijó (Jaboatão dos Guararapes/Moreno) RPPN – N. Senhora do Óiteiro de Maracaípe (Ipojuca) APA de Serinhaém (Serinhaém/Rio Formoso/Ipojuca) APA do Estuário dos rios Jaboatão e Pirapama (Cabo de Santo Agostinho/Jaboatão dos Guararapes) APA do estuário dos rios Serinhaém e Maracaípe (Ipojuca)
PARQUES	<ul style="list-style-type: none"> Parque Natural Estadual de Suape - Ipojuca Parque Metropolitano Armando Holanda Cavalcanti Parque Metropolitano da Lagoa Olho D'Água (Lagoa do Náutico)
ESTUÁRIOS PROTEGIDOS – LEI ESTADUAL Nº 9931 DE 11/12/86	<ul style="list-style-type: none"> Jaboatão e Pirapama (Jaboatão dos Guararapes e Cabo de Santo Agostinho) Serinhaém e Maracaípe (Serinhaém e Ipojuca)
PAISAGENS NOTÁVEIS	<ul style="list-style-type: none"> Cabo de Santo Agostinho Praias do Paiva, de Calhetas e Gaibu Pontal de Serrambi Estuário do Rio Jaboatão em Barra de Jangada
FAIXA DE PRAIA	<ul style="list-style-type: none"> Praias não contínuas em Jaboatão dos Guararapes, Cabo de Santo Agostinho a Ipojuca Praias favoráveis ao banho e à prática de esportes náuticos
NECKS VULCÂNICOS	<ul style="list-style-type: none"> Engenho Coité (Ipojuca) Usina Ipojuca (Ipojuca) Engenho Algodóais (Cabo de Santo Agostinho)
PRINCIPAIS CORPOS D'ÁGUA	<ul style="list-style-type: none"> Lagoa do Náutico (Lagoa Olho D'Água) Lagoa Azul Rio Jaboatão Rio Una Rio Pirapama Rio Ipojuca Rio Serinhaém Barragem do Pirapama Barragem Gurjaú Barragem Duas Unas Barragem do Bita Barragem Utinga
OUTROS	<ul style="list-style-type: none"> Anfiteatro do Eng. Pocinho (Moreno)

Fonte: Plano de Preservação dos Sítios Históricos da RMR – PPSH (1978) e do Plano de Preservação dos Sítios Históricos do Interior- PPSHI (1982)

Análises Território e Ambiente Instrumentos de Planificação: Sobreposição e Incoerência

CONFRONTO ENTRE OS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

Legalmente a gestão do solo é de competência dos municípios, balizada por regras gerais pré-estabelecidas pelo estado e pela federação, instância maior de poder. Desta maneira, cada um dos cinco municípios envolvidos possui uma regulamentação legal chamada Plano Diretor que estabelece os parâmetros de ordenação e crescimento da cidade.

Por outro lado, a área definida como Pólo Industrial de Suape é de propriedade do Estado de Pernambuco que, por sua vez propõe um Plano Diretor Específico para Suape que visa legislar sobre o ambiente e a indústria.

O próprio Estado apresenta ainda um Plano Territorial Estratégico, que por um lado é uma tentativa de abarcar as legislações municipais, mas que por outro não tem valor legal.

Confrontando os instrumentos de planejamento atualmente presentes no território (sejam aqueles que já estão operando oficialmente, sejam aqueles sem valor legal) nota-se uma série de desencontros.

Intenta-se aqui obter uma visão complexa do território, confrontando os diversos planos que correspondem à área do Plano Estratégico (1) já proposto.

A fragmentação do território se reflete nos instrumentos urbanísticos vigentes.

Os planos não são homogêneos, não apresentam a mesma definição e não fornecem indicações do mesmo tipo; alguns propõe um rigoroso zoneamento, como o Plano Diretor de Jaboatão, outros como o Plano Diretor de Sirinhaém se limitam a dar indicações genéricas ou a descrever o estado atual do território sem impor vínculos (ex: área de mangue, etc.)

O Plano Estratégico, por outro lado, é uma tentativa de superar estas diferenças dando uma visão global e unitária do território.

O Plano Estratégico é, de fato, a união das prescrições dos Planos Diretores municipais com uma única linguagem, porém se refere à uma escala diversa e portanto prevê um macro-zoneamento do território inteiro.

Uma crítica é que este Plano não conta com uma perspectiva estratégica e integrada do território, apesar do nome.

Isso significa que define uma série de macro-funções, mas que não especifica as relações e os significados entre estas.

Não analisa, por exemplo, a estrutura as dinâmicas dos sistemas implantados (rede de cidades e território), ou a estrutura dos sistemas ecológicos e sua inter-relação com a rede urbanizada (redes ecológicas).

Em nível municipal o principal ponto crítico é o planejamento das áreas limites entre os municípios e de áreas "especiais" como Suape.

Particularmente, confrontando o Plano Diretor de Suape e os Planos dos municípios sobre os quais o complexo está inserido se pode notar, por exemplo, que o Plano Diretor de Ipojuca denomina a área de Suape simplesmente

classificada como de função portuária, enquanto que o Plano Diretor de Suape (2), avança mais especificamente, reconhecendo na área de sua propriedade, além de uma zona portuária propriamente dita, uma zona industrial, uma de proteção ambiental e uma de centro de serviços.

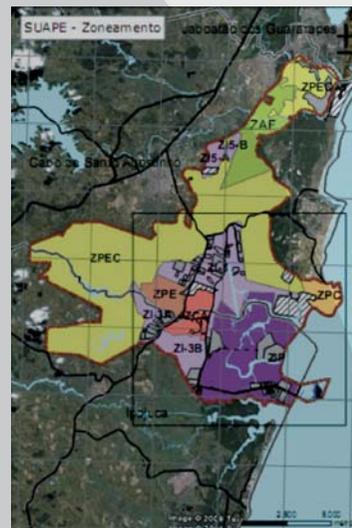
Pode-se afirmar, portanto, que o zoneamento do Plano Diretor de Suape é mais específico e que o município parece haver delegado à Suape a tarefa de planejar a área de sua jurisdição.

O Plano Diretor do Cabo prevê, por outro lado, para a área de propriedade da empresa Suape uma zona que classifica como "Complexo Industrial Portuário de Suape".

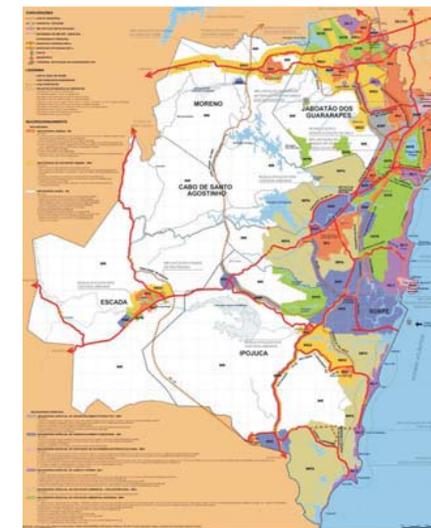
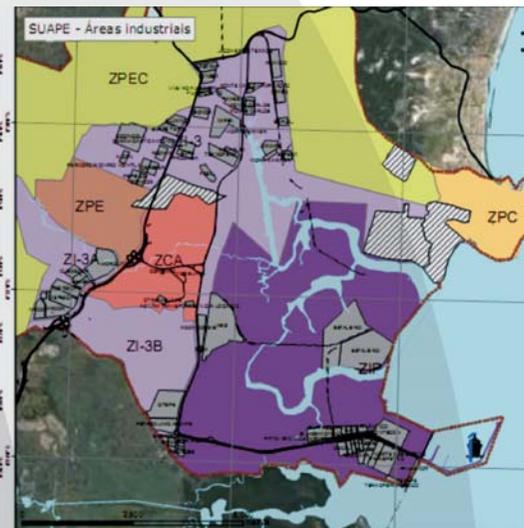
Para a área limite (sempre de propriedade da empresa) individualiza áreas de interesse histórico e áreas de preservação ambiental bem específicas, que no Plano Diretor de Suape coincidem com a macro-zona denominada de "Preservação Ambiental".

Além disso, o Plano de Cabo desmembra uma zona que consta como de destinação industrial na proposta do Plano Diretor de Suape, em uma zona industrial muito mais restrita e complementada como área de interesse histórico e ambiental.

(1)-(2) Governo de Pernambuco – Secretaria de Planejamento e Gestão, Território Estratégico de SUAPE. CONDEPE/ FIDEM. Outubro 2008.



Plano diretor Suape



Território estratégico Suape

Análises Território e Ambiente

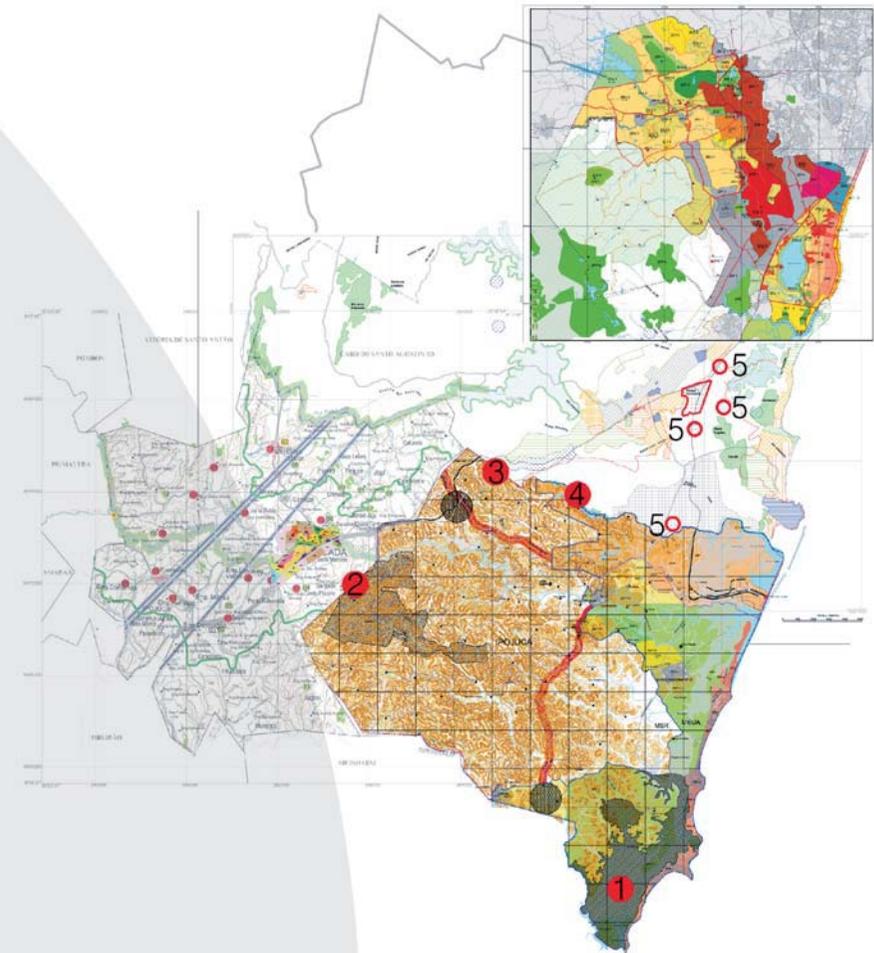
Instrumentos de Planificação: Sobreposição e Confronto

LEGENDA

- 1 PLANO DIRETOR DE IPOJUCA: ZONA ESPECIAL DE PROTEÇÃO INTEGRAL (*)**
PLANO CONDEPI FIDEM : MACROZONA ESPACIAL DE PROTEÇÃO DE USO SUSTENTAVEL (mesma destinação da área de compensação do plano diretor de Suape)
(*) Da Zona Especial de Proteção Integral (ZEPI)
Art. 199. A Zona Especial de Proteção Integral (ZEPI) corresponde a porções do território com características naturais relevantes, cuja proteção integral, garante a manutenção e o equilíbrio ambiental dos ecossistemas.
Art. 200. Ficam instituídas como zonas especiais de proteção integral (ZEPI):
I - APA de Sirinhaém e a RPPN Nossa Senhora do Outeiro, que compreendem a porção do território delimitada pela:
a) área de proteção ambiental de Sirinhaém (APA Sirinhaém);
b) reserva particular do patrimônio natural nossa senhora do outeiro (RPPN Nossa Senhora do Outeiro).
II - Mata da Gamboa, que compreende a porção do território delimitada pela Mata da Gamboa.
- 2 PLANO DIRETOR DE IPOJUCA: MACROZONA DE SUSTENTABILIDADE RURAL (*)**
PLANO DIRETOR DE ESCADA: a area nao é visualizada no mapa mas é regulamentada no plano diretor ():**
(*) Da Macrozona de Sustentabilidade Rural (MSR)
Art. 150. A Macrozona de Sustentabilidade Rural (MSR) compreendendo a porção oeste do território municipal é conformada por uma extensa área de cultivo da cana-de-açúcar, permeada por estruturas naturais que garantem o equilíbrio ambiental do território e apresenta ampla rede de estradas vicinais, que permitem a conectividade entre os núcleos urbanos dando mobilidade e acessibilidade no território municipal.
() Da Macrozona Rural**
Art. 14. A macrozona rural é destinada a atividades econômicas não urbanas – agricultura, pecuária, extrativismo, recreação, sistemas agroflorestais e congêneres. Nela não são permitidos loteamentos
Art. 15. A macrozona rural é dividida da seguinte forma, onde se encontram devidamente identificadas:
Área de Preservação Permanente (APP)
Área de Reserva Legal (ARL)
Área de Interesse Econômico para Atividades Agrícolas e Industriais (AIE)
Agglomerado Urbano Pré-existente (AUP)
Área Especial de Patrimônio Histórico (AEPH)
Faixa de Domínio de Rodovias (FDR)
Faixa de Domínio de Ferrovias (FDF)

Faixa de Domínio de Estradas Vicinais (FDE)
Faixa de Servidão (FS)

- 3 PLANO DIRETOR DE CABO : ZONA DE INTERESSE AMBIENTAL II (*)**
PLANO DIRETOR DE IPOJUCA: MACROZONA DE SUSTENTABILIDADE RURAL ()**
PLANO CONDEPI-FIDEM: MACROZONA ESPECIAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE USO SUSTENTAVEL
(*) Zona de Interesse Ambiental II
Art. 18. A Zona de Interesse Ambiental II está configurada por uma ocupação de baixa densidade construtiva, de modo a conservar suas características ambientais, sendo permitida a ocupação com granjas, chácaras e atividades de lazer.
() Da Macrozona de Sustentabilidade Rural (MSR)**
Art. 150. A Macrozona de Sustentabilidade Rural (MSR) compreendendo a porção oeste do território municipal é conformada por uma extensa área de cultivo da cana-de-açúcar, permeada por estruturas naturais que garantem o equilíbrio ambiental do território e apresenta ampla rede de estradas vicinais, que permitem a conectividade entre os núcleos urbanos dando mobilidade e acessibilidade no território municipal.
- 4 PLANO DIRETOR DE CABO: ZONA DE INTERESSE AMBIENTAL III (*)**
PLANO AMBIENTAL DE IPOJUCA : LIMITE DISTETO INDUSTRIAL SUAPE (NENHUMA DIRETRIZ)
PLANO DIRETOR DE SUAPE : ZONA DE COMPENSAÇÃO
(*) Zona de Interesse Ambiental III
Art. 27. A Zona de Interesse Ambiental III abrange áreas onde se desenvolvem atividades agropecuárias e de mineração, nas quais não será permitido parcelamento urbanístico do solo.
- 5 PLANO DIRETOR DE CABO: ZONA DE INTERESSE HISTORICO(*)**
PLANO DIRETOR DE SUAPE : ZONA DE COMPENSAÇÃO
(*) Das zonas de interesse histórico
Art. 39. Nas Zonas de Interesse Histórico, identificadas no artigo anterior, ficam proibidas quaisquer ações que ponham em risco a integridade físico-ambiental dessas zonas, a exemplo de terraplenagem, aterros, desmatamento, ou outras intervenções a essas assemelhada.



Análises Território e Ambiente

Sistema Ambiental: Fragilidade e Potencialidade

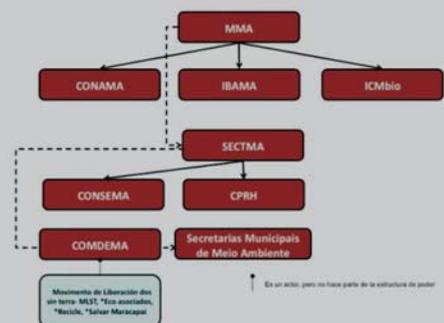
ATORES MEIO AMBIENTE

Em nível federal o Ministério do Meio Ambiente (MMA) é a instituição com maior nível hierárquico, da qual dependem as autarquias Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), entre outros, e como órgão colegiado está o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).

Em nível estadual a Secretaria de Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente (SECTMA) tem o maior nível hierárquico, que segue as diretrizes do MMA. Da SECTMA dependem a Agência Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (CPRH) e como órgão consultivo o Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA).

Em nível municipal, as Secretarias Municipais de Meio Ambiente e os Conselhos Municipais de Meio Ambiente (CONDEMA).

Conselhos de Meio Ambiente são ferramentas de participação da sociedade civil nos processos de gestão, já que são órgãos consultivos e deliberativos com atribuições de assessorar a implementação do Sistema Nacional de Meio Ambiente.



UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, estabelece os critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação – UC. Estas unidades são divididas em duas categorias, Unidades de Proteção Integral e de Uso Sustentável, onde a diferença fundamental é que na primeira não se podem realizar atividades produtivas, a não ser aquelas com vistas a conservar a biodiversidade e os recursos, enquanto que na segunda se pode destinar áreas para o uso de atividades produtivas sustentáveis de acordo com o que for estabelecido nos Planos de Manejo.

A solicitação de declaração destas categorias pode ser tramitada pelo governo federal, estadual ou municipal.

Em matéria de biodiversidade, na América Latina se destacam os casos do Brasil, Colômbia, Equador, México, Peru e Venezuela, a ser considerados muito diversos pelo grande número de espécies e de endemismos que possuem. Na seguinte tabela se mostram alguns dados relativos ao número de espécies.

Unidades de Proteção Integral	Unidades de Uso Sustentável
Estação Ecológica	Área de Proteção Ambiental - APA
Reserva Biológica - REBIO	Área de Relevante Interesse Ecológico - ARIE
Parque Nacional	Floresta Nacional - FLONA
Monumento Natural	Reserva Extrativista - RESEX
Refúgio de Vida Silvestre	Reserva de Fauna
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS
	Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

O gráfico mostra a porcentagem do país que se encontra sobre proteção na América Latina e no Caribe. Mesmo que em valores absolutos o Brasil (52.671.700 ha) só é superado por Venezuela (56.343.909), em valores percentuais, apresenta um dos mais baixos da região. Segundo um estudo publicado pelo Programa das Nações Unidas para o meio Ambiente (PNUMA) no ano de 2003, denominado "Estado atual das áreas naturais protegidas na América Latina e no Caribe", o Brasil é considerado o país da América Latina com maiores avanços nos sistemas estatais e privados de ANP, já que os esforços de conservação dos governos regionais aumentam em 2% a superfície protegida do país, ou seja, cerca de 10 milhões de hectares se somam à superfície estabelecida para proteção pelo governo federal. Assim mesmo, as Reservas Privadas do Patrimônio Natural (RPPN) em 2003 eram 253 unidades reconhecidas pelo governo que cobriam uma superfície de 425,760 ha. Para 2009 este número se duplicou, existindo atualmente 523 RPPN, sem embargo em área o aumento é menos significativo, pois em total corresponde à 486.423,67 ha, segundo dados do IBAMA.



Fonte: Estado atual das áreas naturais protegidas da América Latina e do Caribe. PNUMA, Quercus Consultoria Ecológica S.C.

Em matéria de incentivos fiscais, o Brasil conta com o Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços Ecológicos (ICMS) cujo objetivo é oferecer melhoria nas condições de vida e do meio ambiente, mediante:

- ≪ Compensação financeira a municípios que oferecem restrições de uso e ocupação em parte de seus territórios destinados a unidades de conservação. (preservar a biodiversidade, e terras e culturas indígenas;
- ≪ Estimular prefeituras que formularam e executaram políticas ambientais;
- ≪ Redistribuir os recursos do ICMS de forma mais justa e ambientalmente correta.



Análises Território e Ambiente

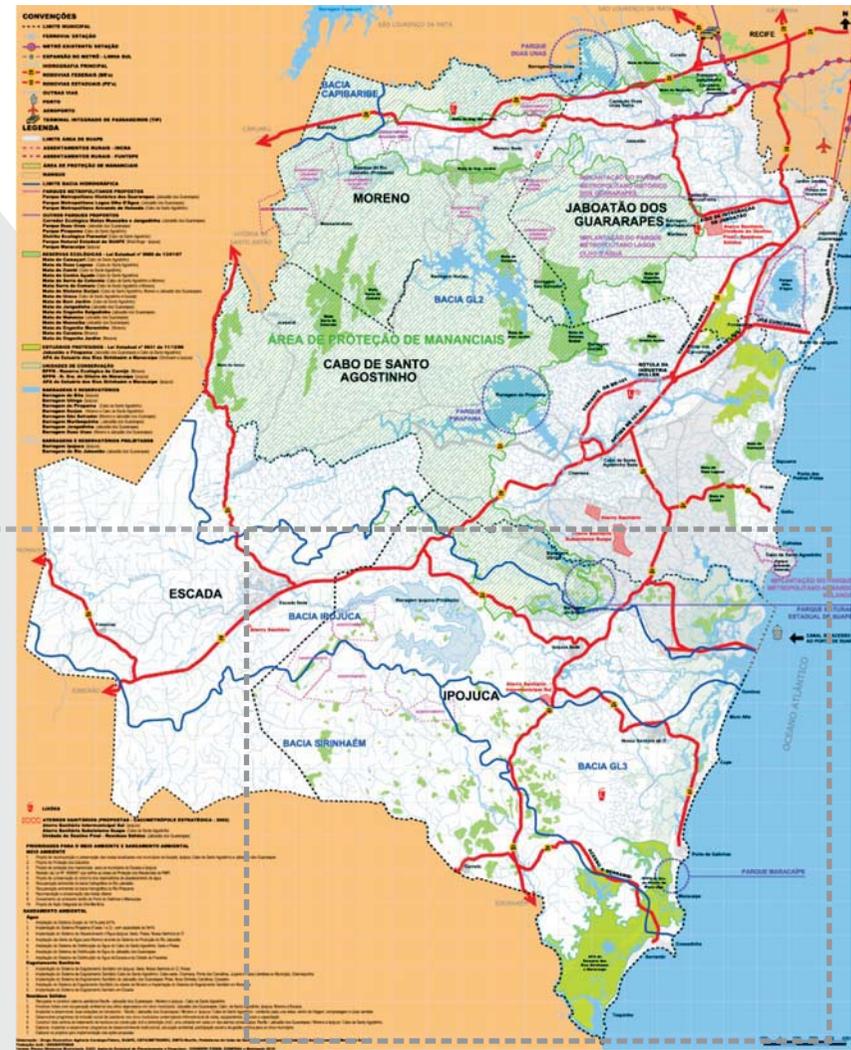
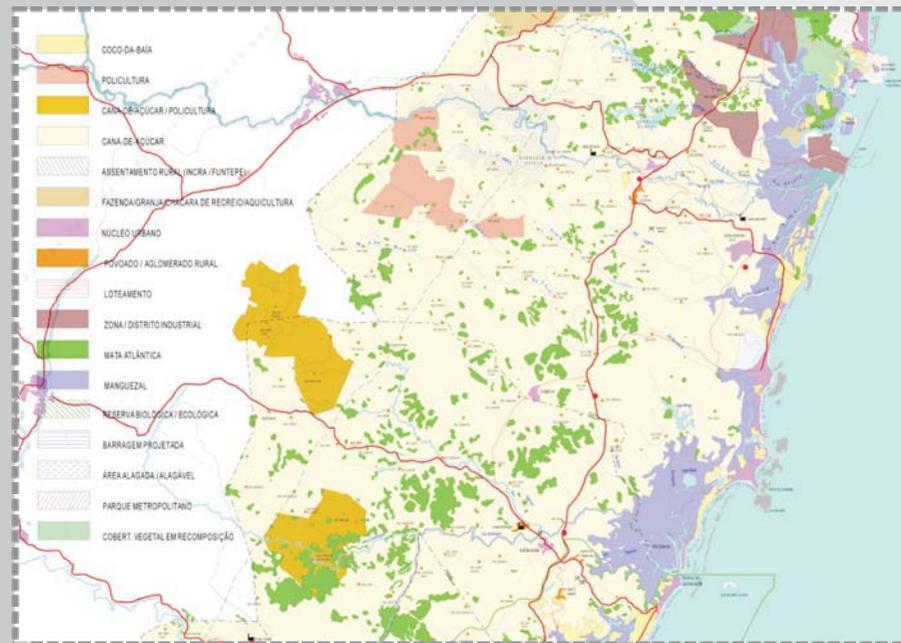
Sistema Ambiental: Fragilidade e Potencialidade

AS ÁREAS PROTEGIDAS NA ZONA DE ESTUDO

Em Pernambuco existem 11 RPPN das quais só duas se encontram dentro da área de estudo que são: Nossa Senhora do Outeiro de Maracaípe (em Ipojuca) com uma extensão de 76.20ha. e a Fazenda Santa Beatriz do Carnijó (em Moreno) com uma extensão de 25.50ha. As áreas protegidas presentes na zona de estudo são as seguintes:

- ≪ a APA de Sirinhaém (que compreende os municípios de Sirinhaém, Ipojuca e Rio Formoso)
- ≪ do Estuário dos rios Jaboatão e Pirapama (Cabo de

- ≪ Santo Agostinho, Jaboatão dos Guararapes) e do Estuário dos rios Sirinhaém e Maracaípe. Ainda há 17 reservas ecológicas e outras matas;
 - ≪ 2 estuários protegidos
 - ≪ 3 parques naturais e metropolitanos
- Existe uma grande debilidade na região em relação aos Planos de Manejo (PM) como ferramenta de gestão das ANP. Para a APA de Sirinhaém o Plano de Manejo se encontra em processo de licitação. Este MP definirá as Zonas de Preservação da Vida Silvestre.



FONTE: Governo de Pernambuco – Secretaria de Planejamento e Gestão.Território Estratégico de SUAPE. CONDEPE/ FIDEM. Outubro 2008.

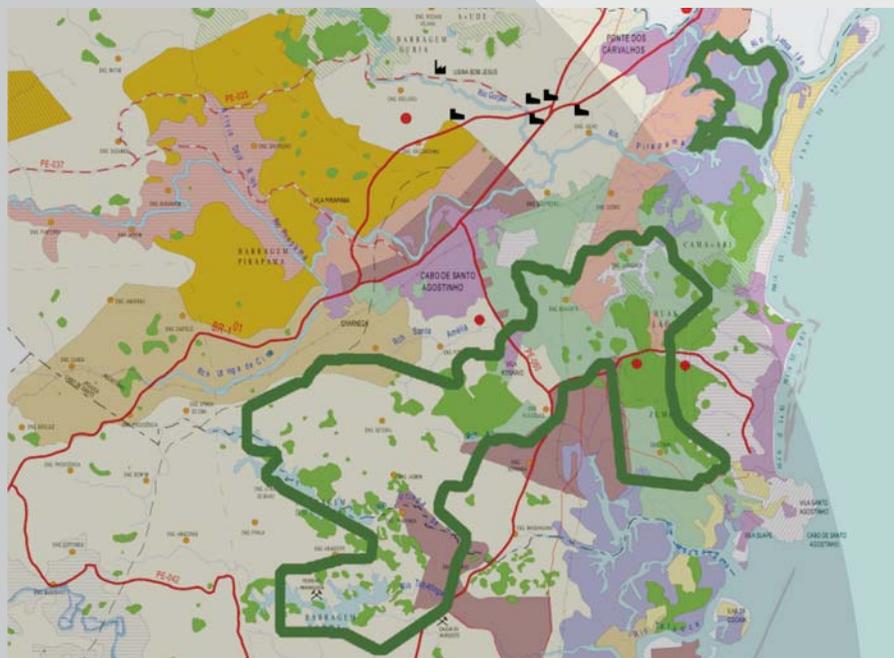
Análises Território e Ambiente Sistema Ambiental: A Compensação Ambiental

AS ÁREAS DE COMPENSAÇÃO

Para estabelecer as áreas de compensação, o governo federal desapropriou uma zona que corresponde à 45% da área destinada para o complexo industrial portuário. Fazem parte desta zona duas unidades de conservação estadual, as Reservas Ecológicas da Mata do Zumbi, com 292,4 ha. e a de Duas Lagoas, com 140,3 ha.

Existe uma proposta de criação da Unidade de Conservação de Bita/ Utinga (cerca de 4000 ha.) direcionada à conservação de corpos d'água.

O mapa 2 apresenta uma sobreposição de área prevista para a compensação ambiental e o mapa do uso do solo. Se evidenciou que grande parte desta área se encontra cultivada com cana-de-açúcar e o restante corresponde com Mata Atlântica. Para a compensação ambiental em licenciamentos de empreendimentos de significativo impacto ambiental, o empreendedor é obrigado a investir não menos que 0,5% dos custos totais de implantação do mesmo, sendo o percentual definido pelo órgão licenciador.



Fonte: Mapa de uso e ocupação do solo, Projeto de gerenciamento costeiro de Pernambuco; Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia legal, Governo do Estado de Pernambuco.

INTRODUÇÃO

Atualmente existe um Grupo de Trabalho criado através da Resolução CONSEMA/ PE número 01/2009, com o objetivo de discutir o conteúdo da Proposta de Criação da Reserva Estadual de Desenvolvimento Sustentável do Litoral Sul Pernambucano.

Este GT está discutindo sobre a possibilidade de criação de uma RDS em contraposição à proposta federal de uma REDEX. Outra proposta que se discute com menor força é a ampliação da APA existente no município de Ipojuca.

PROPOSTA RDS

A RDS proposta pelo governo estadual permite novos moradores e prevê uma zona de amortecimento gerida pelo Conselho Deliberativo.

O PM da Reserva de Desenvolvimento Sustentável definirá as zonas de proteção integral, de uso sustentável e de amortecimento e corredores ecológicos.



Fonte: Grupo de Trabalho CONSEMA

PROPOSTA APA

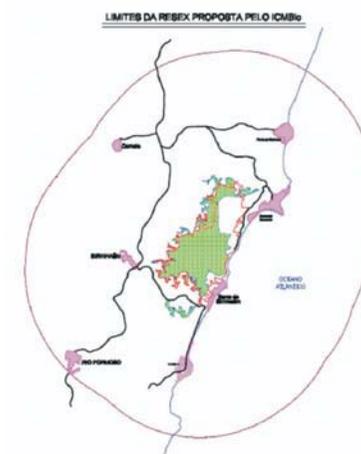
A APA proposta pelo GT permite certo grau de ocupação humana e sem zona de amortecimento. Seria gerida por um conselho presidido pelo órgão responsável por sua administração. Plano de Manejo prevê zoneamento/ Zona de Preservação da Vida Silvestre.



FONTE: Grupo de Trabalho CONSEMA

PROPOSTA RESEX

A RESEX proposta pelo Governo Federal através do ICMBio defende que as terras particulares devem ser desapropriadas e seria gerida por Conselho Deliberativo. Plano de Manejo sem zoneamento/ Atividades econômicas em toda área.



Análises Território e Ambiente

Produção Industrial Presente em Suape e Principais Impactos

CICLO PRODUTIVO DO PETROQUÍMICO

Do ciclo produtivo se observa como os principais impactos são devidos à elaboração dos derivados petrolíferos (etano, butano, butadieno, polipropileno, benzeno, etileno) para a produção dos materiais poliméricos (PVC, PEBDL, PEBD, PEAD, PP, OS, ABS, PET).

Mediante os estudos de LCA (Life Cycle Assessment) é possível determinar os impactos ambientais relativos ao ciclo de produção, confecção e vida da matéria plástica.

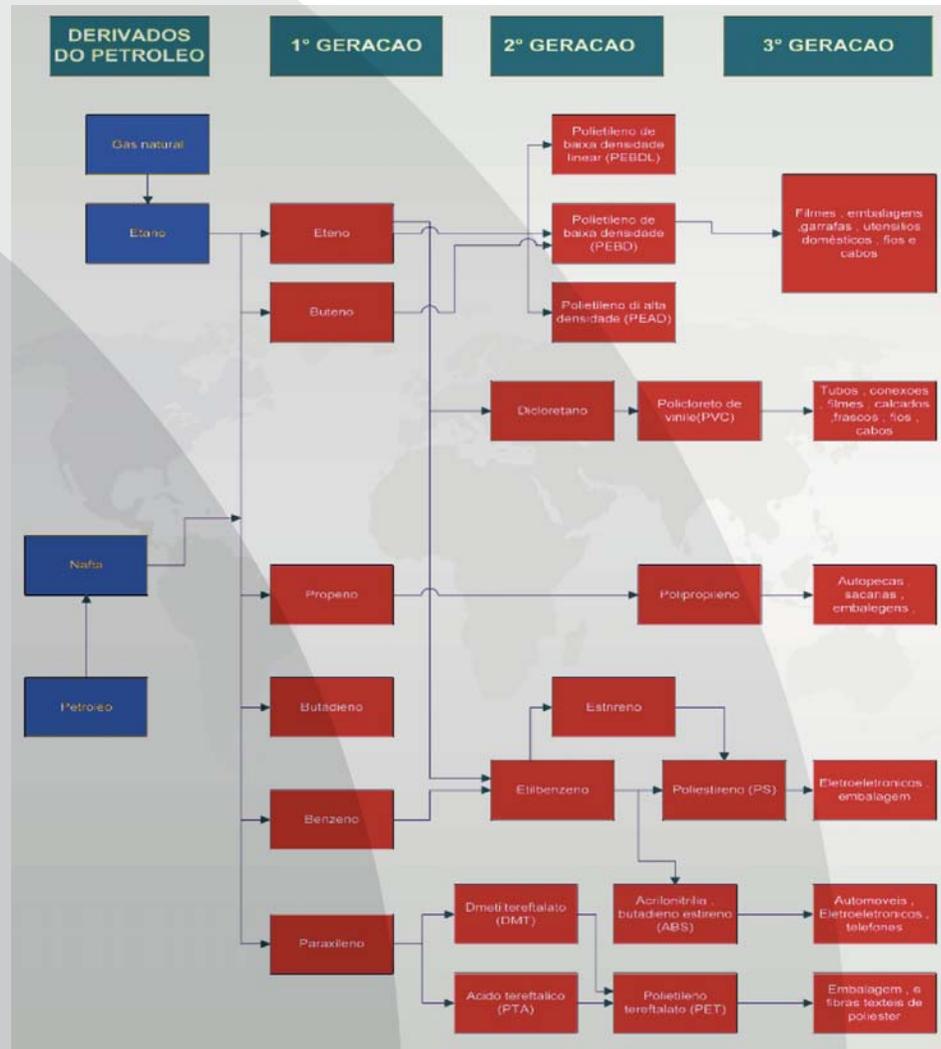
Mais precisamente a análise LCA feita sobre a produção de embalagens ou recipientes em PET e HDPE sublinha como as emissões de óxidos de nitrogênio e enxofre, principais responsáveis pelo impacto, se concentram na fase de produção substancialmente no consumo de energia elétrica necessária, para extrusão-sopro e nas matérias-primas para resinas.

A produção e utilização de combustíveis, seja pela a produção de matéria plástica, seja pelo uso de energia elétrica são os principais responsáveis pela emissão de CO2 (a contribuição ao interno do ciclo é de 62%).

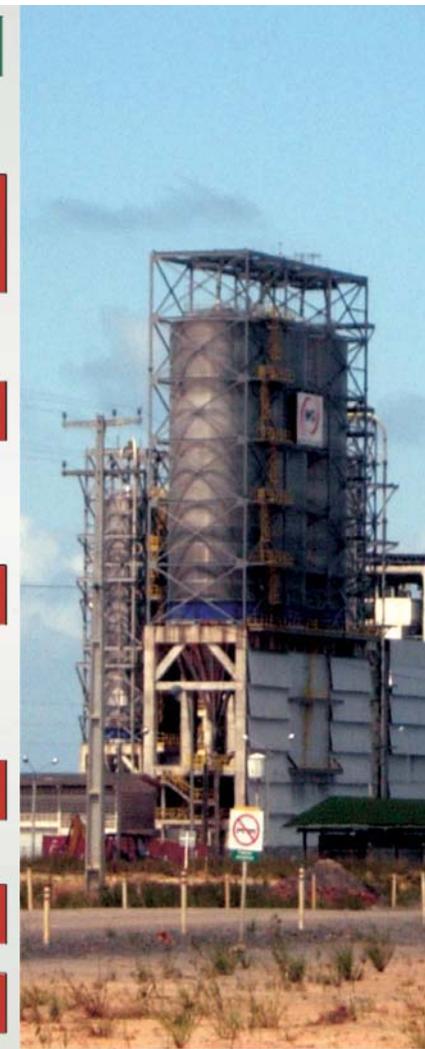
Conforme a estes dados é evidente a necessidade de aplicar políticas de reciclagem e incineração que oferecem créditos negativos para a emissão de SOx, NOx e CO2 reduzem os impactos devidos ao ciclo de vida do material em cerca de 17%.

Além disso, ao fim de avaliar os efetivos impactos do petroquímica, seria necessário aplicar uma Avaliação Ambiental Estratégica (Valutazione Ambientale Strategica - VAS) que, ao contrário da Avaliação de Impacto Ambiental (Valutazione di impatto ambientale - VIA) considera os impactos cumulativos causados pelas várias formas de poluição produzidos pelos diversos ciclos produtivos.

De nosso ponto de vista notamos um ponto crítico, principalmente no que diz respeito ao monitoramento dos municípios que são diretamente interessados na instalação do pólo industrial, pois carecem de instrumentos e de pessoal para garantir um correto acompanhamento da área que sirva de nível básico para avaliar os futuros impactos.



FONTE: Instituto de Tecnologia em Gestão, Pernambuco Competitivo – Saber Olhar para Saber Fazer, Recife: INTG, 2009



Análises Território e Ambiente

Análise FOFA

Análise FOFA

		FORÇAS	FRAQUEZAS
FATORES EXÓGENOS	TERRITÓRIO	<ul style="list-style-type: none"> Iniciativa do Estado em desenvolver um plano de regulação do território com a participação dos municípios Existência de diferentes vocações no território envolvido Existência de grandes investimentos na área que justificam um plano global de ordenamento do território 	<ul style="list-style-type: none"> Total falta de integração entre políticas de planeamento (diversas) e descontinuidade política/ administrativa Insuficiente e/ou limitada capacidade técnica nos órgãos de governo e planeamento Limitada/ ineficaz participação e apropriação social no processo de planeamento Falta de visão ampla do território; Desconsideração das características individuais (vocações) do território Sobreposição de planos para a mesma área com hierarquia não clara; Subjetividade dos mecanismos legais de planeamento Falta de obrigatoriedade legal de um plano global de ordenamento do território
	MEIO-AMBIENTE	<ul style="list-style-type: none"> Existência de Unidades de Conservação já declaradas Existência de associações e movimentos sociais interessados na defesa do ecossistema e preocupados com o impacto ambiental do Porto Industrial de Suape Possibilidade de ação do Ministério Público sobre qualquer ingerência ambiental na área Existência de Planos Diretores nos municípios envolvidos territorialmente ao Porto Industrial de Suape Ação das instituições do sistema "S" (SEBRAE, SENAI, etc.) que buscam criar uma maior sensibilidade nas empresas em matéria de responsabilidade social-empresarial Existência de programas e projetos em nível municipal, estadual e federal para a gestão ambiental 	<ul style="list-style-type: none"> Fragilidade do sistema ecológico local Debilidade institucional; Conflito de interesses dos órgãos administrativos que arrecadam sobre a área, mas devem ao mesmo tempo realizar o controle ambiental Autonomia relativa dos órgão que fiscalizam e controlam os impactos ambientais Excessiva flexibilidade legislativa (estabelecimento de baixas taxas de compensação ambiental que inclui somente os custos de implantação e não de funcionamento - que poderia ser utilizado para gestão ambiental contínua) Compensação ambiental desenhada para que a iniciativa privada não tenha que identificar e pagar novas áreas já que o Estado já definiu e pagou por elas O processo de desapropriação da área de compensação ambiental nunca foi terminado e grande parte desta área ainda é cultivada com cana-de-açúcar e em contínua utilização e adensamento Os programas de gestão ambiental são débeis, desarticulados e muitos existem somente no papel Os municípios dispõem de recursos humanos e financeiros insuficientes para o controle e monitoramento ambiental Não existem instrumentos de incentivo de política ambiental pro-ativa
	PRINCIPAIS IMPACTOS INDUSTRIAIS	<ul style="list-style-type: none"> PIB elevado dos municípios interessados no desenvolvimento da zona industrial de Suape Presença de um Plano de Desenvolvimento Estratégico Participação ativa do município de Cabo e Ipojuca no fornecimento de serviço e infra-estrutura ligada ao sistema produtivo Possível incremento da ocupação Elevado nível tecnológico das empresas instaladas na área de Suape 	<ul style="list-style-type: none"> Falta de um sistema de gestão de lixo comum Falta de sistema de saneamento básico em todo o território Falta de meios e competência para o monitoramento dos parâmetros ambientais nos municípios interessados na poluição produzida na área portuária industrial de Suape Destruição do ecossistema fluvial (hot-spot) caracterizado pelos manguezais Falta de uma Avaliação Ambiental Estratégica em grado de avaliar os efeitos negativos cumulativos da implantação industrial inteira Falta de uma visão estratégica de compensação e mitigação Falta de transparência na comunicação dos riscos ambientais à população
		OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
FATORES EXÓGENOS	TERRITÓRIO	<ul style="list-style-type: none"> Tentativa de pensar o território globalmente com o desenvolvimento de um plano estratégico Aproveitar as diferentes vocações no território Destinar parte do investimento na área para o planejamento global e controle do território Planejamento e controle do território para o desenvolvimento ideal da capacidade produtiva e retorno sócio-ambiental na região 	<ul style="list-style-type: none"> Tendência a considerar Área Portuária Industrial de Suape como de interesse único a respeito do resto do território Interferência política sobre decisões técnicas de planejamento Prevalência de interesses privados sobre públicos Incoerência/ discordância entre as políticas de planejamento dos municípios Concorrência (fiscal) entre os municípios pode interferir na ocupação e regulamentação do território Falta de projeção adequada das possíveis externalidades negativas decorrentes do processo de ocupação do território
	MEIO-AMBIENTE	<ul style="list-style-type: none"> Possível declaração de novas reservas de proteção como Desenvolvimento Sustentável (RDS) e de Extração (REDEX) Autonomia relativa dos órgão que fiscalizam e controlam os impactos ambientais Definição de área de compensação já determinada que permitiria cobrar das novas empresas finalizar o processo de desapropriação além do reflorestamento O uso e desenvolvimento de tecnologias inovativas que permitem baixos níveis de contaminação e riscos de acidentes ambientais Existência do CODEMA, comitê paritário que é um espaço que permite a participação da sociedade civil no processo de gestão ambiental Existência de políticas claras de responsabilidade social empresarial (RSE) que ajuda a gerir internamente às empresas projetos destinados a prevenir, mitigar e compensar impactos ambientais Utilização de um plano de gestão do Território Estratégico de Suape 	<ul style="list-style-type: none"> Impactos ambientais de todo o tipo: escassez de água potável pela demanda industrial, deficiências na cadeia alimentar de espécies agressivas que podem prejudicar a vida da população local e impactar negativamente no turismo (como tubarões, por exemplo), vazamentos de petróleo, trânsito de navios, riscos de incêndio, contaminação do meio ambiente circundante por manejo inadequado de resíduos sólidos e líquidos, mudanças significativas na paisagem (destruição e ocupação de áreas de mangue), riscos diversos à saúde pela contaminação provável e pela não calculada
	INDÚSTRIA	<ul style="list-style-type: none"> Atenção ao desenvolvimento eco-sustentável pela Petrobrás Criação de um centro de análise ambiental gerido pela Universidade para o monitoramento da zona de Suape Disponibilidade de fundos de incentivo para a compensação e mitigação Disponibilidade de fundos de incentivo para urbanização eco-compatível, sistema de saneamento básico e habitação popular Formação de micro-empresas ligadas ao sistema produtivo petroquímico 	<ul style="list-style-type: none"> Contaminação devida às escórias de produção ar/ água/ solo: óxido de nitrogênio, óxido de enxofre, compostos aromáticos, anidridos carbônicos e outros compostos cancerígenos derivados da elaboração de PVC Chuva ácida, aquecimento global Aumento do tráfego automotivo com consequente aumento de CO₂, PM10 e de smog fotoquímico Riscos de acidentes: vazamento de petróleo, de gás ou de líquidos da implantação industrial em terra Favelização devida à migração desenfreada em direção à zona industrial (municípios de Cabo e Ipojuca) com consequente utilização das áreas protegidas aumentando a problemática relativa à gestão dos recursos hídricos e saneamento básico Compromisso das atividades ligadas à pesca devido aos impactos ambientais Aumento indiscriminado da zona industrial

Análises Território e Ambiente

Análise FOFA

CONCLUSÕES

A análise apresentada conta com algumas leituras positivas que podem ajudar a gestão em escala territorial da área, onde despontam a grande capacidade da área em atrair investimentos e à possibilidade de destinar parte deles ao ordenamento e controle do território. Outro ponto que pode ser decisivo para o desenvolvimento ideal da região é considerar neste processo a diversidade de vocações que a compreendem, ou seja, as características sociais, ambientais e culturais já presentes no território e que o tornam único. Estas características existem independentemente da vocação industrial-portuária de Suape, o que não significa que devam ser concorrentes ou opostas. Outro ponto importante é que existem instituições e associações organizadas interessadas que podem participar do monitoramento e da gestão ambiental continuada na área.

Por outro lado, a análise deixa transparecer uma grande quantidade de pontos fracos que podem comprometer o desenvolvimento integral do território, a começar pela visão de desenvolvimento da área unicamente a partir da produção industrial em Suape, desconsiderando as vocações individuais já presentes no entorno. Esse problema se expressa claramente nos planos de ordenamento do território. Além disso, estes mesmos instrumentos e os próprios órgãos responsáveis por este

planejamento apresentam uma hierarquia difusa que abre espaço para diferentes interpretações sobre a formulação e validade não somente dos planos como também do próprio sistema instaurado de organização do território de Suape. Por ser um ambiente ecologicamente muito frágil, decorrem também problemas que não podem ser compensados com as formas atuais segundo as leis que regem esta área. Neste caso em especial, falta um estudo global atualizado dos impactos ambientais e sociais causados pela efetiva instalação e do funcionamento cumulativo do pólo industrial. Desta forma a compensação individual exigida de cada uma das empresas que se instala não é equilibrada com o dano causado. Além disso, o processo de desapropriação da área comprada pelo Estado para a instalação do pólo industrial não foi completamente terminado e continua sendo usada para o plantio da cana, ameaçando as áreas de mata ainda existentes com o avanço da monocultura e por processos de urbanização ilegais/ informais. Mesmo com o interesse e os esforços de diversas empresas instaladas na área de Suape, emergem pontos críticos relativos aos impactos ambientais devidos ao desenvolvimento do pólo industrial.

Em particular a emissão na atmosfera e possíveis vazamentos, devido a acidentes ou má gestão dos

resíduos industriais, incidem diretamente sobre o ambiente e sobre a saúde humana.

Deste modo, as áreas protegidas se encontram em risco, enquanto os conselhos gestores e os planos de manejo não estejam definidos e se encontrem em operação.

Para contrapor tal risco, é necessário adotar mecanismos eficientes que abarquem empresas e sociedade civil, incentivando a criação de novas áreas protegidas, em especial em especial as Reservas Privadas de Patrimônio Natural (RPPN).

Da análise FOFA emergem vários pontos de força e oportunidade que, se bem geridos, podem contribuir de maneira positiva e relevante para o desenvolvimento econômico sustentável da área compreendida entre os municípios de Ipojuca e Cabo, como a construção de serviços para a zona industrial (casas, estradas, sistema de saneamento, etc.) usufruíveis também pela comunidade, assim como a criação de micro empresas ligadas ao sistema produtivo do pólo petroquímico que podem, por sua vez, levar ao aumento da ocupação formal interferindo positivamente no sistema econômico local.

Por outro lado, é importante evidenciar os pontos críticos de um desenvolvimento industrial destas proporções e tipologia, relativos aos impactos ambientais devidos à

instalação de uma empresa petroquímica.

Em especial a emissão na atmosfera e possíveis vazamentos devidos a acidentes ou má gestão dos resíduos industriais, incidem diretamente sobre o ambiente e sobre a saúde humana.

Estes impactos não podem ser nem compensados nem mitigados e se não forem adequadamente calculados e geridos comprometerão gravemente o ambiente circundante e a qualidade de vida frustrando todos os efeitos econômicos positivos trazidos pelo desenvolvimento industrial na área, comprometendo também as atividades econômica já instaladas no território como a pesca, a agricultura e o turismo.

Nota-se também que existe um forte entrelaçamento entre os fatores analisados e que na formulação de um cenário futuro poderão desencadear um ciclo exponencialmente problemático.

Como por exemplo o impacto social da instalação do pólo industrial e seus efeitos negativos sobre o território (decorrente da migração para a área) que somada à fragilidade institucional de planejamento e controle tende a resultar um processo de favelização que agrava em muito o problema ambiental sobrecarregando o meio natural com mais resíduos e sofrendo mais efetivamente os efeitos da indústria e assim por diante.



Terminando a fase de análise, partindo dos riscos indicados através do método FOFA, se construa três possíveis cenários negativos, com o fim de ilustrar e evidenciar (mesmo com algumas representações visíveis de impacto) as conseqüências negativas de uma gestão não integrada e não sustentável do processo de desenvolvimento em curso. Do ponto de vista metodológico, esses cenários não se tratam de uma rigorosa aplicação de técnica de construção, mas como um modo para eficientemente comunicar os perigos com que o território se encontra. Os cenários negativos foram precedidos de um repertório de exemplos negativos, que ilustra situações análogas que determinaram recaídas no território e no ambiente porque não foram corretamente guiadas. A representação pessimista do cenário extremo, resultado da realização contemporânea de todas as ameaças, serve não somente como um aviso, mas também de ponto de partida para individuar um caminho melhor para o território de Suape, realçados pelas múltiplas potencialidades do território, indicando-se em uma chave de leitura unitária

Exemplos Negativos

INDUSTRIALIZAÇÃO NO SUL DA ITÁLIA

A moderna industrialização do sul da Itália inicia logo após o final da segunda guerra mundial. Com a perspectiva de conquistar mercados internacionais foi decidido investir em indústria pesada privilegiando a zona costeira. O objetivo era o de criar grandes pólos de desenvolvimento, definido por alguns como "catedrais no deserto" capazes de induzir o surgimento de pequenas e médias indústrias para gerar desenvolvimento em toda área, mas que nunca tiveram o êxito esperado.

Imaginava-se que as grandes instalações industriais, concentradas em zonas restritas, pudessem regenerar o tecido econômico-social espalhando benefícios às zonas vizinhas, coisa que, infelizmente, nunca aconteceu. Os estabelecimentos modificaram significativamente a fisionomia do território. Esta zona viveu na esperança da industrialização, do desenvolvimento, de benefícios e da riqueza para uma população habituada à míseros salários e à incerteza do amanhã.

As conseqüências desta industrialização foram a transferência de mão-de-obra da agricultura à indústria, maiores salários, maior poder aquisitivo, diferenças significativas no modo de pensar e de viver com o aumento do tráfico motorizado, o uso de aparelhos domésticos, mas também o aumento das doenças causadas pelo ambiente de trabalho, de neoplasias, de fetos com má-formação, de poluição do ar, da água e do solo. Tudo isso levou inexoravelmente à expansão do consumo e consequentemente ao aumento de preços com graves desequilíbrios entre os que não trabalhavam na indústria e uma piora considerável da qualidade de vida de toda a população. Não se falava de meio-ambiente e de saúde.

Ao conceber esta realidade industrial não se pensou, por exemplo, na infra-estrutura de ferrovias e estradas necessárias para transportar a matéria-prima, ou dos produtos acabados, tampouco para o movimento dos empregados e para criar vias de fuga em caso de calamidades. O próprio Ministério do Meio-Ambiente reconheceu, mesmo que tarde, que estas "catedrais no deserto" representavam um perigo constante e declarou muitas delas como "áreas de elevado risco de crise ambiental" pela lei 349/86.

A decisão político-econômica, havia consentido o ingresso da Itália no mercado mundial e um consistente aumento da capacidade de consumo das famílias, mas havia provocado ao mesmo tempo uma

devastação do território e grandes fenômenos de congestionamento, sobrecarga e desequilíbrios social nas cidades.

O CASO DE BRINDISI/ PUGLIA

A Puglia é a primeira região na Itália em emissões de: Anidridos carbônicos: mais que 21% de toda a emissão nacional é emitido pelo complexo industrial com sede na Puglia;

Benzeno: 46% do total nacional;
Hidrocarbonetos policíclicos aromáticos IPA: 9,6% do total nacional;
Óxido de Nitrogênio: 20% do total nacional;
Óxido de Enxofre: 23% do total nacional;
Monóxido de carbono: 81% do total nacional;
Micropartículas: 62% do total nacional;
Dióxidos PCDD, PCDF: 92% do total nacional;
Taxa de desocupação regional atual (Puglia): 13,8%
Taxa de desocupação nacional (Itália): 5,6%

A PETROQUÍMICA DE BRINDISI

90 milhões de euros de investimento;
800 hectares;
3800 empregados;
Custos de urbanização a cargo do Estado;
Empregados previstos em 1975: 18000;
População prevista: 125000 residentes;
População atual: 93000 habitantes;
Benzeno, Cloreto de vinil e arsênico: 228 vezes superior ao limite consentido por lei;
Suspensão cautelar de cultivo na área;
Comprometimento do sistema econômico agrícola da área;
Custos ambientais hoje: 200 milhões de euros;



Polimeri Europa SPA

Poluente	Unidade de medida	Limite	Emissão Total	
			2006	2005
	AR			
Dióxido de Carbono (CO2)	Mg/a	100.000	481.738	473.325
Compostos orgânicos voláteis não metálicos (COVNM)	Mg/a	100	798	304
Óxidos de azoto (NOx)	Mg/a	100	762	301
Benzeno (C6H6)	Kg/a	1.000	11.000	11.200

Níveis de desocupação por idade, sexo e provincia – Media 2003 (dados percentuais)

PROVINCIAS ANOS	15-24	25-29	30-64	15-64	Total
MACHOS					
Foggia	37,2	25,1	6,9	11,2	11,1
Bari	29,0	21,3	4,7	8,8	8,7
Taranto	38,8	31,3	5,3	10,9	11,0
Brindisi	30,4	22,4	5,4	9,1	9,1
Lecce	35,1	28,7	8,9	13,1	13,0
Puglia	32,9	24,6	6,0	10,3	10,2
Italia	24,2	17,2	4,1	6,9	6,8
DADOS REGIONAIS: ANOS PRECEDENTES					
2000	39,5	29,7	7,0	12,6	12,4
2001	33,5	26,5	6,5	11,2	11,1
2002	31,9	24,9	6,4	10,8	10,7

Exemplos Negativos

INDUSTRIALIZAÇÃO NO SUL DA ITÁLIA “ TARANTO ”

Indústria siderúrgica de ciclo integral de Ilva:
A maior fábrica da Itália por empregados diretos (13346 + 3100); Maior estabelecimento do setor na Europa;
O segundo lugar na Itália (após Gênova) por tráfico de matéria-prima e produtos acabados;

1959
(Italsider) Construção do IV Centro Siderúrgico em Taranto; (Prefeitura de Taranto) A cidade comemora;

1960
(Italsider) Italsider representa uma esperança para a população. É percebida como uma oportunidade de melhoramento das condições de vida.
(Prefeitura de Taranto) Se decide a localização do estabelecimento com superfície de 528 hectares, separado da parte residencial da cidade somente por uma estrada estatal sem levar em conta as prescrições do Plano Regulador. Se constrói o Consórcio para a Área de Desenvolvimento Industrial (Consórcio ASI) que procura regulamentar a instalação da grande fábrica.

1961
(Italsider) Iniciam os primeiros trabalhos para a construção do estabelecimento.
As máquinas extraem vinte mil árvores oliveiras entre a indiferença geral.
(Prefeitura de Taranto) Boom econômico tarantino: a população aumenta mais 32000 habitantes.
(Associações) Se nota falta de infra-estrutura e excessivo sobrecarga sobre os recursos naturais.

1968
(Italsider) Projeto de ampliação do estabelecimento de 528 para 1500 hectares (duas vezes a superfície urbana da cidade de Taranto).
(sindicatos) Se insiste firmemente na questão ambiental. Debates entre as forças políticas e os sindicatos.

1971
(Italsider) Os trabalhos de ampliação levarão a Italsider sobre o mar, concedendo três dos cinco atracadouros de navios que transportam matéria-prima, com graves consequências para o ecossistema de Mar Grande, já fortemente comprometido pela primeira fase de implantação e com a conseqüente destruição da ilha de

San Nicolicchio, pequena ilha desabitada usada por pescadores como apoio para a atividade pesqueira.
(Região administrativa de Puglia) Vem instituído o Comitê Regional para a Poluição Atmosférica (CRIA), mas sem poder intervir, porém, na área de Taranto.
(Província de Taranto) A temática ambiental conquista legitimidade a nível institucional. A administração provincial organiza um seminário sob o título “Poluição Ambiental e Saúde Pública em Taranto”. Os primeiros resultados indicam muito claramente que existe um processo de crise ambiental na zona ocidental da cidade.

1982
(Magistratura) A Conselho judicial de Taranto questiona sobre a emissão por micro-partículas e poluição por gases, fumaça e vapor, os vértices da indústria Italsider.
(Magistratura)
O processo se encerra com a condenação dos diretores do estabelecimento Italsider a 15 dias de prisão sob a acusação de emissão de micro-partículas, mas não de contaminação de fumaça, gás e vapor.

1991
(Estado) O Ministério do Ambiente declara a área de Taranto como “área com elevado risco ambiental”. A área interessada, além da cidade de Taranto, compreende outros 4 municípios da costa jônica (Crispiano, Massata, Montemesola e Statte) num total de 564 Km² e quase 264000 habitantes.
(Associações) Nasce Peacelink, associação ambientalista que, pela primeira vez utiliza a temática para a divulgação das informações sobre a temática da paz, mas também sobre problemáticas ambientais, sobretudo em Taranto.

1994
(Estado) O ENEA inicia o “Plano de Descontaminação para o Saneamento do Território da Província de Taranto” que virá publicado em 1998 seguido de uma nova declaração de parte da Presidência do Conselho dos Ministros (D.P.C.M. 30/07/97).

Taranto: emissioni in acqua secondo la sostanza emessa e il complesso industriale che ne ha dichiarato l'emissione. Anno 2006

Complesso industriale/ Sostanze emesse in acqua	Emissione	Unità di misura	Valore soglia Kg/anno
Azoto			
ILVA - Impianti per la produzione di ghisa o acciaio	271.3	Mg/a	50
ILVA - Cokerie	647.8	Mg/a	50
ILVA - Decariche	1921	Mg/a	50
Cromo (Cr) e composti			
ILVA - Impianti per la produzione di ghisa o acciaio	104.2	Kg/a	50
ILVA - Decariche	20729.3	Kg/a	50
Rame (Cu) e composti			
ILVA - Impianti per la produzione di ghisa o acciaio	101.6	Kg/a	50
ILVA - Decariche	12910.5	Kg/a	50
Nichel (Ni) e composti			
ILVA - Cokerie	133.6	Kg/a	20
ILVA - Decariche	2815.9	Kg/a	20
Piombo (Pb) e composti			
ILVA - Impianti per la produzione di ghisa o acciaio	797.2	Kg/a	20
Zinco (Zn) e composti			
ILVA - Cokerie	4643.6	Kg/a	100
ILVA - Decariche	64488.6	Kg/a	100
*Idrocarburi policiclici aromatici (IPA)			
ILVA - Cokerie	2.1	Mg/a	5
ILVA - Impianti per la produzione di ghisa o acciaio	3239	Kg/a	5
Carbonio organico totale			
ILVA - Cokerie	155.2	Mg/a	50
ILVA - Impianti per la produzione di ghisa o acciaio	1079.7	Mg/a	50
ILVA - Decariche	542.5	Kg/a	50
Cianuri			
ILVA - Cokerie	Fenoli	12570.6	Kg/a
ILVA - Impianti per la produzione di ghisa o acciaio	Fosforo	15881.9	Kg/a
ILVA - Decariche	*Arsenico (As) e composti	1116	Kg/a
ILVA - Decariche	*Cadmio (Cd) e composti	367.9	Kg/a
ILVA - Decariche	*Mercurio (Hg) e composti	463.6	Kg/a

Fonte: Dichiarazione MES anno 2006
* Sostanze cancerogene



Exemplos Negativos

INDUSTRIALIZAÇÃO NO SUL DA ITÁLIA “ TARANTO ”

1995

(Estado – Ilva) Em abril chegam ao final as tratativas entre a IRI e o Grupo Riva para a aquisição do estabelecimento de Taranto. O preço de cessão acordado é de 1460 milhões.

(Prefeitura de Taranto – Província de Taranto) As instituições locais são deixadas fora da mesa de negociação entre IRI e o Grupo Riva. Os expoentes políticos se limitam a intervir seguindo o rastro das reivindicações sindicais, não colocando a questão ambiental entre as prioridades na agenda institucional.

1998

(Estado – Ilva) Depois de oito anos de espera da primeira declaração de área de elevado risco de crise ambiental chega finalmente o Plano de Saneamento Ambiental feito pelo ENEA a cargo do Ministério do Ambiente. O Plano prevê intervenções, em termos de financiamento, tanto públicos como privados com diversos níveis de prioridade.

Entre as intervenções à propriedade privada, 14 das 25 previstas se concentram sobre a indústria Ilva, com um total de despesas complexas de 208 milhões. Os gastos públicos totais são 48 milhões e se direcionam a remediar dezenas de anos de falta de controle que dizem respeito à indústria-saúde. O cumprimento dos prazos para implantação do Plano, porém, se revelará totalmente defasado.

Os tempos previstos e fixados no Plano não são respeitados que causa a deterioração entre a direção da Ilva e seus empregados que resulta em dezenas de demissões.

2000

(Magistratura) Em base às hipóteses de reação assinaladas pelas relações jurídicas da empresa sobre a contaminação industrial causada pela indústria Ilva vem realizada uma pericia da qual se convidam os órgãos institucionais competentes à intervirem.

2007

(Região Administrativa de Puglia) Vem reorganizada a ARPA (Agência Regional pelo Ambiente) que inicia uma campanha de levantamento dos dados da poluição e contaminação produzidos pela Ilva.

Emergem dados preocupantes, sobretudo no que diz respeito às emissões de dióxido e de hidrocarbonetos policíclicos aromáticos.

(Associações) PeaceLink, Uil Taranto e o Comitê contra o gasoduto apresentam um dossiê alarmante sobre a poluição.

(Ilva) Ilva declara os relatórios do dossiê sobre poluição como “procurado alarme ambiental”.

(Associações) Começa novamente a difundir-se um senso de preocupação entre a população.

2008

(Região Administrativa da Puglia) A ARPA continua a campanha de denúncia das emissões e contaminação da área e os dados são sempre mais alarmantes. Por meio de uma reformulação do projeto original de requalificação do quarteirão Tamburi, inicia-se uma série de projetos de urbanização nas áreas antes contaminadas. O recurso destinado para bonificar essa áreas é inicialmente de dez milhões de euros e logo mais 68 milhões de euros

(Associações) O comitê de cidadãos Altamarea, que reúne 18 associações e movimentos ambientalistas, promove uma grande manifestação contra a poluição com o slogan “Queremos ar puro!”. Mais de vinte mil pessoas participam da campanha.



TAV, FERROVIÁRIO “ALTA VELOCIDADE TORINO-LIONE”

Em decisões públicas, para a construção de grandes obras se pode procurar o consenso da população interessada, os envolvendo no processo de desisão ou simplesmente descartar sua opinião, porém essa variável é de grande importância no que determina os resultados da desisão.

Adotar um modelo vertical (top down) em nome da modernização e da possibilidade de ancorar-se aos grandes fluxos, prestando pouca atenção aos eventuais efeitos negativos no território e as reivindicações das forças sociais locais, poderia colocar em ameaça a realização do projeto.

Um exemplo deste tipo de gestão top down aconteceu na Italia, no Val di Susa, durante melhorias do sistema de trem de alta velocidade Turim-Lyon (TAV); um projeto que criou um dos conflitos mais fortes nos últimos dez anos.

O conflito chegou a um nível tão elevado que a oposição conseguiu bloquear o trabalho com protestos e, desde então começou um longo processo de redefinição do projeto e da sua estrutura de governança.

Os problemas nasceram devido a um excesso de desisões top down por parte das instituições estatais: os promotores do projeto conseguiram diretamente o apoio do governo, sem consultar as administrações dos municípios envolvidos, o que causou a indignação por parte da população local, que teve seu território invadido a acometido de grandes transformações sem seu consentimento.

Para poder continuar a construção da linha de trem, o governo italiano propos aos prefeitos dos municípios envolvidos, instituir mesas redondas de discussão com a participação social local para chegar a um acordo e a uma visão única.

A TAV poderia ter sido realizada em menos tempo, com um investimento financeiro menor e, sobretudo com um menor custo social, também em termos de credibilidade das instituições públicas, se desde o primeiro momento todos os stake holders tivessem participado em um processo de governança que envolvesse a população local e que acolhesse também suas exigências.



Exemplos Negativos

O PORTO INDUSTRIAL DE MAP TA PHUT

O Porto Industrial de Map Ta Phut (Tailândia) representa um exemplo emblemático de como o desenvolvimento industrial, se não for acompanhado por medidas que minimizem as externalidades negativas, corre o risco de produzir efeitos danosos que se sobrepõem aos inúmeros benefícios econômicos que produz.

Situado no litoral leste da Tailândia, região emergente do ponto de vista econômico, Map Ta Phut representa o maior porto do País e, por sua localização estratégica é considerado a chave para o desenvolvimento econômico e industrial da Tailândia.

Internamente e ao seu redor estão situadas indústrias pesadas, pólos petroquímicos e indústrias de aço, que atraíram investimentos para área num volume de US\$ 300 milhões.

Após os estudos científicos realizados na região, em março de 2009, a Corte Administrativa de Rayong, região na qual está situado o porto, declarou que a área industrial e o seu entorno corriam fortes riscos de poluição e estabeleceu uma elevação significativa das medidas necessárias para a tutela do ambiente e do controle da emissão de substâncias tóxicas.

A situação da região é catastrófica não somente do ponto de vista ambiental: os estudos feitos revelaram que nas cidades da região há uma incidência de casos de tumores e leucemia cinco vezes superiores à média nacional, além de uma alarmante difusão de doenças genéticas. Também sob a ótica social a região apresenta um risco: uma vez que não dispõem das estruturas e dos serviços necessários ao crescimento da população, difundiram-se ocupações irregulares nas quais a qualidade de vida se reduziu a níveis muito baixos e a taxa de criminalidade se elevou muito. A economia tradicional local, baseada na produção agrícola, foi totalmente comprometida. A expansão do complexo industrial foi de uma tal dimensão que fez cair grande parte das regulamentações previstas no planejamento territorial: muitas áreas que, originalmente, eram destinadas à agricultura ou residenciais foram completamente absorvidas com o avanço das empresas.

Nonostante l'ambiente, la salute, le condizioni sociali e abitative, ma anche le economie locali sono compromesse da crescita incontrollata del porto industriale. La propria economia della città corre il rischio di subire un colpo durissimo, se la Corte Amministrativa decidesse effettivamente, come ha dichiarato, di bloccare i 76 nuovi progetti che intendeva installare in zona.

L'obiettivo thailandese di crescita economica sembra dunque collidere tanto con la qualità della vita, intesa nel suo senso più ampio, di centinaia di migliaia di residenti nella provincia del Rayong, quanto con le possibilità di un'ulteriore crescita industriale. La possibile decisione della Corte ha già inferto un duro colpo al PIB nazionale, ridotto del 4% dalla drastica diminuzione degli investimenti stranieri nell'area portuale ed industriale.

O objetivo tailandês de crescimento econômico parece colidir tanto com a qualidade de vida de milhares de residentes da província de Rayong, compreendida no seu sentido mais amplo, quanto com as possibilidades de um posterior crescimento industrial. A possível decisão da Corte já está impactando no PIB nacional, reduzido em 4%, devido à drástica diminuição dos investimentos estrangeiros na área portuária e industrial.

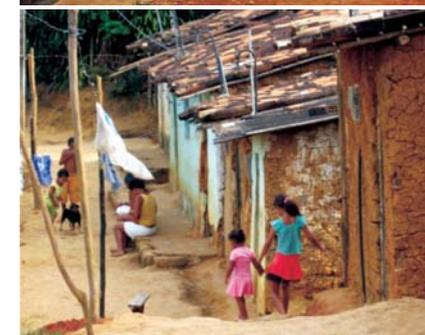
DE VILA OPERÁRIA À FAVELA, ACARI, RIO DE JANEIRO.

A construção de um bairro operário em seguida ao desenvolvimento industrial de uma área pode representar um risco: por um lado se poderia criar uma espécie de gueto não integrado com o restante do tecido urbano e, por outro lado, a má gestão deste empreendimento, a falência das indústrias e a consequente perda de propriedade dos terrenos poderia transformar esta área em uma "terra de ninguém" e expô-la, portanto, a uma massiva ocupação ilegal por parte da população mais pobre.

São muitos os casos de vilas operárias brasileiras que geraram a formação de favelas, particularmente no território do Rio de Janeiro.

Um caso emblemático é o do Parque Proletário Acari. No início dos anos 60, o então governador do Estado do Rio de Janeiro, Carlos Lacerda, iniciou uma política de industrialização que pretendia fazer da região de Acari um bairro com uma vila operária para as empresas ali implantadas.

Com a falência das indústrias e o declínio do projeto, a vila operária tornou-se uma favela e moradores mais pobres invadiram os sítios que haviam em volta da vila. (cenário 3) Hoje não há sequer sombra de industrialização ou desenvolvimento para aquela região.



Cenários Negativos

1

OVER CAPACITY

Se o Pólo Industrial de Suape crescer além da sua capacidade territorial e se forem instaladas novas atividades industriais muito impactantes, prevêem-se externalidades negativas de tal porte que determinariam o colapso do sistema e seriam capazes de comprometer o desenvolvimento de todo o território estratégico de Suape.

Os principais problemas que se encontrariam estão ligados ao crescimento dos impactos além da carrying capacity do ambiente. Se este cenário se concretizar, tanto no curto quanto no longo prazo, acontecerá a **contaminação ambiental** (terrestre e marinha) próxima da área industrial, devido ao aumento da escória da produção e dos resíduos industriais, além daqueles gerados pela população que são de difícil gerenciamento e descarte. Ligados a este aspecto está o comprometimento da qualidade das águas e o aumento

da poluição atmosférica.

Um previsível efeito posterior é o aumento do risco relacionado a acidentes ambientais e às consequentes emergências que se deveriam enfrentar.

No longo prazo, a combinação destes efeitos determinará a **deterioração dos ecossistemas**, comprometimento/destruição da biodiversidade, sobretudo ao longo da faixa costeira, mudanças significativas e irreversíveis da paisagem, perda/diminuição potencialmente irreversível do capital natural. Daí em diante, um impacto adicional sobre a cadeia alimentar, até repercutir sobre a saúde humana com as inevitáveis emergências sanitárias.

Aos impactos ecológicos estão associados, portanto, os resultados mais negativos em relação aos diversos setores econômicos. Em particular, o setor agrícola, a pesca e o turismo seriam os setores mais afetados devido

à grave perda em termos de qualidade e reprodução dos recursos naturais (pesca, agricultura, florestas, etc.), mas também por causa dos **danos para a imagem local**. Isso poderia causar sérios prejuízos à economia do território, uma vez que estes são os setores com maior número de trabalhadores e que mais geram renda para o sustento dos mesmos.

A contaminação do solo e da água não poderia ser resolvida com medidas corretivas posteriores.

Qualquer intervenção de recuperação dos locais contaminados envolveria custos muito elevados (de alto impacto econômico) e os benefícios seriam muito poucos para serem concebidos como uma solução para o problema.

Sempre referindo-se a uma ótica de longo prazo, se prevê uma perda de qualidade do solo na área vizinha ao ia a

complexo, e que terá como consequência a **redução do valor da renda** agrícola e fundiária. O resultado será um aumento de assentamentos informais em áreas inutilizadas.

O crescimento acima da sua capacidade de carga envolve também um **aumento do congestionamento urbano e do tráfego de veículos**, com a conseqüente elevação dos custos de transporte para as empresas, insuficiência de infra-estrutura e serviços, uma provável crise do sistema de abastecimento de água (perda de carga) e de energia, uma sobrecarga de intervenções na infra-estrutura do território, de difíceis gerenciamento e reversão.



Complexo industrial de Taranto



Complexo industrial de Taranto

Em 1991 o Ministério de Meio Ambiente declarou a área de Taranto como uma "área de elevado risco ambiental." A área interessada compreende 564 Km² e 283.614 habitantes.

Em 1994 foi criado o "Plano de descontaminação para a reorganização do território da província de Taranto"

O plano revisa intervenções, em termos de financiamento, a titularidade privada e pública, com diversos níveis de prioridade. As intervenções de titularidade pública (48 milhões) consideram ações para remediar décadas de falta de controles no que diz respeito a sanitária-industrial.

Cenários Negativos

2

EFEITO ENCLAVE

Até agora, o complexo industrial de Suape se apresenta como uma ilha que tem grande dificuldade em estabelecer laços sólidos e diretos com o território. Em consequência disto, a hipótese mais plausível para o futuro imediato é que tal condição poderá se agravar até o ponto no qual Suape se tornará um enclave.

Os investimentos industriais existentes e previstos poderão não gerar um efeito susceptível de crescimento para as pequenas economias locais do território, às quais estão ligados. A forte **concentração de capital e de produção** no âmbito interno da área industrial de Suape poderia, portanto, ser um obstáculo para a difusão e distribuição da riqueza. Pode-se imaginar que as companhias industriais preferirão investir seus lucros em outros lugares, seguindo as estruturas complicadas da sua própria organização comercial e financeira, ao invés de investir num território tão complexo como este.

Se é verdade que cada investimento gera novos investimentos, com um efeito multiplicador, é verdade que, inversamente, cada falta de investimento pode se tornar um obstáculo a novas operações futuras, provocando uma perigosa espiral negativa. Isso só iria agravar, ainda mais, a dicotomia já presente entre centro e periferia, seja em nível dos municípios individualmente, como no que diz respeito a todo o estado de Pernambuco.

A concentração dos capitais é susceptível de gerar até mesmo a **concentração do conhecimento**: a presença de altíssimos níveis de tecnologia e de know-how dentro do Portonão significa necessariamente que estes alcancem todo o entorno do território (conhecimento elitista).



Na Tailândia, a qualidade de vida dos habitantes de Map Ta Phut não foi considerada e está sofrendo com o desenvolvimento industrial do país. Por isso, a corte administrativa central poderia passar um mandato de injunção contra 76 novos projetos industriais. A hipotética queda dos investimentos durante um ano reduziria o PIB do país inteiro por 4 pontos.

Na hipótese de insuficiência de investimentos privados e de formas adequadas de estímulo e de suporte público ao setor naval e petroquímico, o efeito multiplicador (economias induzidas e clusters industriais) que estes setores têm o potencial de gerar pode não ser desencadeado.

De acordo com este cenário, as empresas ligadas a estes setores tendem a estabelecer relações comerciais, tanto a montante e a jusante do processo produtivo, com empresas mais distantes geograficamente, enfrentando **elevados custos de transporte e logística**.

A ausência de uma influência econômica adequada sobre o território pode significar, portanto, que o aumento da riqueza não signifique um melhoramento da **qualidade de vida**. Desta forma, o **agravamento das disparidades sócio-econômicas** entre a população, com o risco crescente de favelização, teria como consequência uma inevitável marginalização das camadas mais baixas da sociedade.

Isto poderia causar efeitos negativos também para a vida das empresas instaladas em Suape: a classe dirigente dificilmente decidiria transferir-se para áreas adjacentes ao Porto, se estas não forem capazes de oferecer segurança e adequada qualidade de vida, desencadeando um processo de turn-over contínuo dos níveis diretivos das empresas com efeitos negativos sobre o desempenho econômico das mesmas.

Na eventual possibilidade de um processo econômico negativo, aconteceria também um problema territorial e ambiental: um elevado número de **plantas industriais de grandes proporções**, como as previstas em Suape, dificilmente se transformariam em outros formatos de produções alternativas.



O objetivo da industrialização moderna do sul da Itália era direcionado a criação de grandes pólos de desenvolvimento, induzindo a criação de pequenas e médias empresas para a decolagem econômica da zona inteira, mas que infelizmente nunca alcançou suas intenções. As diferenças econômicas entre o sul e o norte da Itália continuam sendo profundas, um fato que se nota claramente, por exemplo, na visualização europeia das regiões com um desenvolvimento atrasado.

Cenários Negativos

3

INGOVERNABILIDADE

A incapacidade de exercitar um significativo **controle institucional** sobre o atual e futuro desenvolvimento do Complexo Industrial de Suape, somado à baixa **participação** no processo decisório, por parte da sociedade civil, provavelmente provocará uma série de eventos que anulariam o efeito multiplicador do próprio desenvolvimento. O crescimento não estará em grau de compensar os seus próprios efeitos negativos se não for acompanhado de políticas adequadas e de medidas que dêem sustentação, correção e compensação. Geraria-se, portanto, um inevitável **desperdício de oportunidade** com a crescente incapacidade de gerir eficaz e positivamente os recursos. O exemplo mais evidente poderia ser a ausência de investimentos nos campos da formação e da busca pelo desenvolvimento do território, seja no curto como no longo prazo, gerando, em primeiro lugar, uma diminuição e, em seguida, uma interrupção do processo de crescimento.

Além de tudo, o fenômeno de expansão e de crescimento do pólo corre o risco de estar ligado a um específico direcionamento político e de responder a necessidades estritamente institucionais mais do que sociais: a **ingovernabilidade** impede que se faça uma leitura de longo prazo de todo o processo de transformação e expansão.

Um problema muito presente na área é um baixo nível de instrução da maioria da população. Os atuais programas de capacitação caracterizam-se por serem declaradamente voltados para a **formação** profissionalizante de curta duração. É previsto um fluxo de uma grande massa de trabalhadores para a construção das instalações que, ao término dos trabalhos, ficaria estacionada em uma condição mediana (especialização sem flexibilidade) e, portanto estaria incapaz de novamente se inserir no mercado de trabalho. A capacitação inicial deveria, necessariamente, seguir um modelo de formação que fosse voltado para o reaproveitamento e a mobilidade dos trabalhadores. A falta desta visão ampla poderá se traduzir, no curto e no longo prazo, em um problema ocupacional cíclico.

O processo migratório iniciado com a construção do complexo portuário atualmente não é acompanhado por adequados **programas habitacionais**. As medidas atuais foram estudadas com base nas demandas empresariais e não sobre as reais necessidades da população e dos novos trabalhadores do complexo.

De fato, não existe um eficaz planejamento urbano e territorial correspondente a este deslocamento massivo da força de trabalho. Portanto, espera-se que no curto prazo haja um agravamento dos já deficitários serviços públicos e habitacionais, além da expansão das ocupações irregulares existentes acompanhadas por uma nova **"favelização"** (por exemplo, a ocupação de áreas ambientais protegidas). Daí uma queda na qualidade de vida, o aumento dos conflitos sociais, a perda do valor do centro urbano, existentes ou não, o que gera uma alta rotatividade dos dirigentes das empresas.

Os escassos recursos financeiros, a falta de uma legislação clara e eficaz, como também de um adequado programa de estudo, levantamento, controle e monitoramento dos **impactos ambientais**, traduzem-se em incapacidade de previsão dos futuros efeitos negativos da atividade do complexo industrial, culminando com o fato de que o próprio território não conseguirá se defender destes ataques. A ingovernabilidade poderia, então, causar um comprometimento permanente do capital natural.

A soma de tais efeitos provocará uma alteração do tecido social, um aumento da exclusão, das tensões entre os grupos, dos fenômenos de marginalização e das manifestações populares também de forma violenta. A **concertação da base** será difícil de se realizar, determinando a fragilidade do sistema associativo, também nas suas relações com o nível institucional. Isto poderia até mesmo desembocar em um **bloqueio decisório** de tal magnitude que geraria tensões, tanto a nível político institucional quanto a nível social.

Deste aspecto deriva e a este aspecto somam-se a escassa participação e a dificuldade de **representação**, sobretudo por parte daqueles para os quais é difícil encontrar um lugar preciso no panorama social (trabalhadores, migrantes, etc). Um processo decisório de tal dimensão seria um privilégio, no qual a lógica empreendedora se substitui por aquela de interesse público no qual as instâncias e as exigências da sociedade civil e de seus representantes são pouco valorizadas e defendidas em favor dos sujeitos privados.



No início dos anos 60, o então governador do Estado do Rio de Janeiro, Carlos Lacerda, iniciou uma política de industrialização que pretendia fazer da região de Acari um bairro operário para as pessoas que atuavam nas empresas ali implantadas. Com a falência das indústrias e o declínio do projeto, a vila operária tornou-se uma favela e moradores mais pobres invadiram os terrenos que haviam em volta da vila.



A TAV poderia ter sido realizada em menos tempo, com um menor investimento e sobretudo, com um menor custo social, se desde o primeiro momento todos os stakeholders tivessem participado em um processo de governança que envolvesse a população local e que acolhesse também suas exigências.

Cenários Combinados

CENÁRIOS COMBINADOS

Na eventualidade que se verificasse a presença paralela de cenários negativos propõem-se uma leitura do território de Suape, antes de tudo, analisando-os dois a dois, depois hipotetizando, a pior situação possível, um “supercenário” fruto da combinação entre os três elementos.

A expressão “efeitos amplificados” refere-se aos resultados comuns dos dois cenários considerando que, ao somarem-se, aumentam os e provocam um maior impacto sobre o território. Fala-se portanto de “efeitos combinados”, porque um deles determina, modifica, acentua o outro. Estes resultados que derivariam de cada um dos cenários, não se repetem, mas se somam aos precedentes, alimentando-se reciprocamente.

Porém, a presença de cada efeito pode, não necessariamente, seguir a sequência com a qual são expressas na tabela; de fato as modalidades e o nível de influência serão diferentes segundo a ótica que se adote, de curto ou longo prazo, ou segundo o que se considere num âmbito ou um outro.

Portanto o que se deseja enfatizar não é somente a redundância dos resultados quanto a estreita relação existente entre as muitas externalidades negativas e o seu potencial de gerar uma reação com impactos exponenciais.

	EFETOS AMPLIFICADOS	EFETOS COMBINADOS
OVER CAPACITY + EFEITO ENCLAVE	Favelização	Congestionamento urbano + poluição + inconversibilidade dos sistemas industriais... Danos para a imagem local + danos as praticas de auto-sustento + agravamento das disparidades sociais + marginalização social... Redução do valor da renda + aumento da dicotomia entre centro e periferia + marginalização espacial e social...
OVER CAPACITY + INGOVERNABILIDADE	Comprometimento permanente do capital natural Favelização	Resultados negativos em relação aos diversos setores económicos + danos as praticas de auto-sustento + problema ocupacional ciclico + agravamento das disparidades sócio-económicas... Favelização + emergências sanitárias + exclusão social (marginalização espacial e social)... Congestionamento urbano + queda na qualidade de vida + conflitos sociais...
INGOVERNABILIDADE + EFEITO ENCLAVE	Marginalização Turn-over dos niveis diretivos das empresas Favelização	Bloqueio decisório e fragilidade do sistema de concertação + concentração de capital, do conhecimento, e de produção... Problema ocupacional ciclico + agravamento das disparidades sócio-económicas + dificuldade de representação... Disparidades sócio-económicas + conflitos sociais... Dicotomia entre centro e periferia + favelização + marginalização espacial e social e dificuldade de representação... Favelização + Comprometimento do capital natural...



Cenário Extremo

o Master

Suape Global



ONTEM



HoJE

Suape Global / Suape Local



OVER CAPACITY + **EFEITO** ENCLAVE + **INGOVERNABILIDADE**

Suape Local

Os cenários autônomos foram estudados para analisar de modo claro e detalhado todos os efeitos que poderiam repercutir negativamente sobre o território. A ilustração aqui representada remete a idéia segundo a qual os três cenários independentes, coligados ou sequenciais poderiam realizar-se facilmente juntos ou alimentar-se reciprocamente.

De fato, isto é resultado da combinação das múltiplas externalidades negativas que se somam e incentivam uma a outra tornando-se contemporaneamente causa e efeito. O, assim chamado, "super cenário" é a pior situação na qual Suape poderia se encontrar, daqui a alguns anos, se não forem adotadas medidas adequadas de correção e compensação.

A escolha de representar graficamente nasceu da idéia segundo a qual as repercursões negativas de over capacity, efeito enclave e ingovernabilidade produzirão uma alteração tanto das dinâmicas quanto do aspecto do território no qual o Complexo de Suape está inserido. Trata-se certamente de um cenário hipotético, cuja probabilidade de concretizar-se é valorizada por

negativas experiências semelhantes reproduzidas em muitos países em épocas diferentes. Além disso, a situação do complexo leva a pensar que as dinâmicas atuais são realmente susceptíveis de culminarem em um resultado destrutivo.



Potencialidade

Os impactos negativos descritos não podem ser nem compensados nem mitigados e se não forem adequadamente calculados e geridos, comprometerão gravemente o ambiente circundante e a qualidade de vida, frustrando todos os efeitos econômicos positivos trazidos pelo desenvolvimento industrial na área; comprometendo também as atividades econômica já instaladas no território como a pesca, a agricultura e o turismo.

Conseguirá o território, em breve tempo, apresentar uma resposta adequada a estes desafios? Parece claro que a região se encontra diante de um difícil exercício de equilíbrio que **integrará as necessidades** de um desenvolvimento industrial e as necessidades que garantem uma alta qualidade de vida, ambiental e territorial.

Essa integração não é impossível; devidos à vários pontos de força e oportunidades que o território tem e que, se bem geridos, podem contribuir de maneira positiva e relevante para o desenvolvimento sustentável da toda a região.

Um ponto decisivo é considerar a **diversidade de vocações** que compreendem as características **sociais, ambientais e culturais** já presentes e **que tornam o território em um único.**

A variedade e disponibilidade de recursos naturais é uma grande potencialidade, seja do ponto de vista econômico, produtivo (diversificação das atividades, turismo, etc.) e da qualidade de vida dos habitantes. Estas características existem independentemente da vocação industrial-portuária de Suape; o que não significa que devem ser concorrentes ou opostas, mas é um sino que devem integrar-se.

Outro ponto importante, é que existe um potencial humano e institucional muito grande.

Na realidade a área conta com um **dinamismo da sociedade** civil, que, mesmo não sempre sendo formalizado; começa a organizar-se em varias associações dentro dos bairros e obter uma participação maior nos órgãos institucionais.

Uma outra grande potencialidade, é constituída pela a **força de muitas organizações**, como as do sistema "S" (SEBRAE, SENAI, etc.) ou de sistema industrial; essas são geridas por pessoal de grande competência e experiência e desenvolve um grande trabalho de capacitação e sensibilização em torno a diversos temas. Além disso, relevamos pontos de alta competência técnica dos técnicos entrevistados, seja municipais o estaduais, as tantas excelências dentro do complexo industrial e tantas consultorias que estão acompanhando o processo.

Em síntese, existe um **alto nível de conhecimento** acompanhado por um **elevado nível tecnológico** das empresas instaladas na área de Suape. Seja a tecnologia o seja o conhecimento, são até hoje espacialmente e setorialmente concentrados, mas constituem uma **grande potencialidade, quando em fim são difundidos** à população e ao território.

Se aponta positivamente à existência de uma ampla **base de leis e programas**. Tem, na verdade, programas de planejamento e gestão ambiental, projetos urbanísticos e territorial e mais muitos instrumentos a todos os níveis, seja econômicos, urbanos, para a participação ou a governança. Além da fragmentação, as experiências pioneiras na governança (como no setor do turismo) ou

de diálogo entre os diversos níveis institucionais (por exemplo em ocasião da redação de instrumentos territoriais como o Plano do Território Estratégico de Suape) podem representar antecedentes muito importantes que **podem ser aproveitados melhor** no futuro.

Do ponto de vista **econômico**, as atividades que estão chegando no complexo industrial podem representar um forte **estímulo**, seja em termos de ocupação, efeitos indiretos, através da criação de verdadeiras **cadeias produtivas** ligadas às atividades da área industrial ou em relação aos outros setores (como o do setor turístico). Poderá nascer, também, uma **rede** de troca de informação entre os empreendimentos turísticos e os produtores agrícolas locais.

Além disso, tem muitas possibilidades de gerir de uma forma melhor o desenvolvimento, seja pela atenção ao desenvolvimento pela algumas indústrias, ou seja pela existência de políticas de **responsabilidade social** empresarial.

Por último, tem que ser considerado que a área encontra-se hoje com uma **grande disponibilidade de fundos** derivantes dos investimentos; tais fundos podem ser utilizados para políticas ambientais, para a urbanização eco-compatível, para sistemas de saneamento básico e habitação popular, para a formação e a capacitação dos trabalhadores, para incentivos à formação de micro-empresas e para cadeias ligadas ao sistema produtivo principal.

O desafio que o território enfrenta é muito grande, devido à velocidade dos acontecimentos. Hoje, a programação e o planejamento nos diversos setores, pretendem seguir o processo de desenvolvimento. Para o futuro seria preciso antecipar e inventar novas estratégias.



o Master

Suape Global

Suape Global / Suape Local

SUAPE LOCAL

Chave de Leitura

O território de Suape encontra-se diante de uma encruzilhada. O grande fluxo de investimentos que interessa a região está determinando profundas mudanças no sistema econômico, social e ambiental. Tais mudanças **podem arrastar a região estratégica, por inteiro**, em direção de um melhoramento das condições de vida mas, se não forem corretamente governadas, arriscam **comprometer os recursos existentes**, frustando qualquer possibilidade de desenvolvimento futuro.

Em um curto prazo o complexo industrial de Suape representa uma extraordinária **oportunidade de crescimento** econômico; no longo prazo pode se configurar como um impulso para o **desenvolvimento** da inteira comunidade que demonstra uma confiança radical no futuro

Ao mesmo tempo, o risco de fortes desequilíbrios sobre o plano ambiental, social e econômico é muito elevado. O crescimento não implica, automaticamente, em desenvolvimento: a elevação constante do PIB não é suficiente, quando não corresponde a um aumento médio da renda e a um melhoramento da qualidade de vida da população.

Portanto, Suape pode representar a **ocasião** para se alcançar um desenvolvimento difuso do território, desde

que exista a consciência de não considerar o desenvolvimento como um simples instrumento à serviço da indústria ou um mero fator da produção.

Por outro lado os eventuais efeitos negativos consequentes de um crescimento incontrolado, que não considere as exigências do território, impactariam, em primeira instância, no próprio território, mas teriam consequências negativas sobre a capacidade produtiva de Suape.

Se o crescimento do complexo industrial superasse a capacidade de carga do território, se Suape não conseguisse abrir-se em direção do território, e se o território não crescesse, em compasso com o crescimento de Suape, seriam muito os retornos negativos em direção do complexo industrial.

- os males irreversíveis do sistema ambiental e a consequente carência de recursos naturais produziram uma **elevação dos custos de provisionamento** que, economicamente, poderiam ser pouco conveniente para a manutenção das instalações existentes e implantação de novas empresas

- a baixa qualidade de vida nos municípios próximos de

Suape e a inadequada oferta de moradia, equipamentos, serviços de saúde, lazer, poderiam provocar um **elevado turn-over** dos quadros dirigentes e dos funcionários especializados das empresas, com consequências negativas sobre a organização produtiva.

- a inexistência de um tecido de pequenas e médias empresas, em grau de produzir os bens e serviços necessários ao complexo industrial, **aumentariam**, de maneira considerável, os **custos** das empresas, que seriam obrigadas a dependerem de fornecedores externos.

- aumento do congestionamento devido ao inadequado sistema de transportes e habitacional poderiam dificultar as conexões com a rede de municípios e com a cidade de Recife, aumentando os problemas da mobilidade dos bens de e para Suape.

Diante do exposto emerge uma consideração: o **território necessita de Suape**, mas, na mesma medida, **Suape necessita de um território que funcione**, um território que esteja estruturado, bem planejado e tutelado tanto em seus componentes naturais quanto nos aspectos humanistas, tendo como objetivo principal a qualidade de vida dos seus habitantes.



Chave de Leitura

A compensação não pode representar a única regra, porque poderia significar um simples **prêmio de consolação** e pressupor uma renúncia de base em relação a gestão dos processos de crescimento. O conceito de integração, ao contrário, pressupõe uma satisfação recíproca, de ambas as partes, um esforço conjunto para definir os valores não negociáveis e para vislumbrar as metas comuns a serem alcançadas. Portanto, a ideia proposta é a de se passar de uma lógica da compensação àquela da **integração**. De fato, Suape produz bens e riquezas, o território pode produzir bens ambientais, culturais e de qualidade de vida. Como atingir a integração virtuosa entre Suape e o território? Como identificar os valores que devem ser considerados? Em seguida, estão elencados uma série de objetivos gerais a partir dos quais é possível articular as sucessivas propostas operativas:

- utilizar uma perspectiva territorial no planejamento: gestão integrada do ambiente; alta qualidade das edificações urbanas; acessibilidade física para o território no seu conjunto; visão estratégica de longo prazo; Inovação dos instrumentos de gestão das dinâmicas territoriais.
- envolver a sociedade civil: formar e capacitar os trabalhadores; sensibilização dos cidadãos e das instituições; inclusão social; educação ambiental; estimular as formas associativas; sentido de pertencimento.
- reforçar às capacidades das prefeituras: concertação e formas associativas; formação dos quadros técnicos.

- articular cadeias produtivas locais: ligar as empresas locais a Suape; difundir no território os benefícios econômicos provenientes de Suape; observatório do setor produtivo local; diferenciar e descentralizar a oferta turística;
- reconhecer e valorizar as especificidades locais: vocação das diversas partes que compõem o território; identidade territorial; patrimônio histórico (engenhos e fortes); patrimônio ambiental (mata e ecossistemas costeiros); Produtos locais.

Tomamos como base teórica a pirâmide de Abraham Maslow que se baseia no conceito de hierarquia das necessidades. Nesta teoria as necessidades se colocam na pirâmide segundo uma ordem decrescente.

Pedimos emprestado este modelo para representar, graficamente, a nossa chave de leitura do território além de sua desejável evolução. graficamente, a nossa chave de leitura do território além de sua desejável evolução. A primeira pirâmide, de cabeça para baixo, quer demonstrar como a hierarquia das necessidades atualmente está desproporcionada em relação as expectativas de resposta que Suape pode dar, esquecendo, perigosamente, o território que se encontra em uma posição de frágil equilíbrio. Esta situação deveria ser invertida criando um sistema que coloque, em primeiro plano, as necessidades do território, utilizando Suape como instrumento para o alcance de um desenvolvimento difuso.



PIRAMIDE DI ABRAHAM MASLOW



Terminada a fase de análise, partindo dos riscos indicados através do método FOFA, se passa a construção dos possíveis cenários negativos, com o fim de ilustrar e tornar mais evidentes (mesmo com algumas representações visíveis de impacto) as consequências negativas de uma gestão não integrada e não sustentável do processo de desenvolvimento em curso. Do ponto de vista metodológico não se trata de uma rigorosa aplicação da técnica de construção de cenários, mas de um modo para tornar eficaz a comunicação sobre os perigos cujo território vai de encontro. Os cenários negativos foram precedidos de um repertório de exemplos negativos que ilustra situações análogas que determinaram pesadas recaídas negativas sobre o território e sobre o ambiente, porque não foram corretamente guiadas. A representação do cenário pessimista resultado da contemporânea realização de todas as ameaças serve de aviso, mas também do ponto de partida para individuar um caminho virtuoso para o território de Suape. Isto foi feito selecionando as múltiplas potencialidades do território e indicando uma chave de leitura unitária.

Estratégia: dos Objetivos a os Projetos

Para alcançar os objetivos estabelecidos, desenvolveu-se uma estratégia composta por indicações de processo e indicações de conteúdo.

1. Quanto ao primeiro ponto, se propõe promover um processo de governança estratégica multinível e multisetorial, que envolva desde o começo os distintos atores e stakeholder. A hipótese é a finalização deste processo a partir da elaboração de um documento estratégico final, aqui denominado "Pacto para o Desenvolvimento de Suape".

Este Pacto poderá conter linhas estratégicas, propostas operacionais e projetos emblemáticos (flag project) com diversas escalas e distintas temáticas, através de um processo descrito adiante.

2. Como contribuição desde o ponto de vista do conteúdo, foram elaboradas propostas em níveis e planos diversos, subdivididos em:

- Instrumentos
- Métodos
- Projetos, com algumas propostas específicas

Tais propostas são integradas em horizontal e vertical, através de linhas condutoras temáticas.

Instrumentos:

Plano Territorial
Avaliação Ambiental Estratégica (AAE)

Métodos:

Gestão Ambiental Sistêmica (GAS)
Sistema de Informação Geográfica (SIG)
Aplicação local do método de planejamento "form-based": exemplos aplicados em "Design da malha viária" e "Melhorias dos programas de fachada".

Projetos:

Requalificação urbana com técnicas inovadoras através de programas de responsabilidade social
Formação de trabalhadores locais no setor da construção civil
Cadeia do plástico
Cluster "economia do mar"
Cadeia metalmeccânica

Projeto Integrado da Cadeia de reciclagem: Coleta e reciclagem - Cluster de reciclagem - Gestão integrada dos resíduos

Projeto Integrado do Sistema turístico territorial: Agricultura "Km 0" - Suape, paisagem do açúcar - Marca territorial de qualidade

Propostas Específicas:

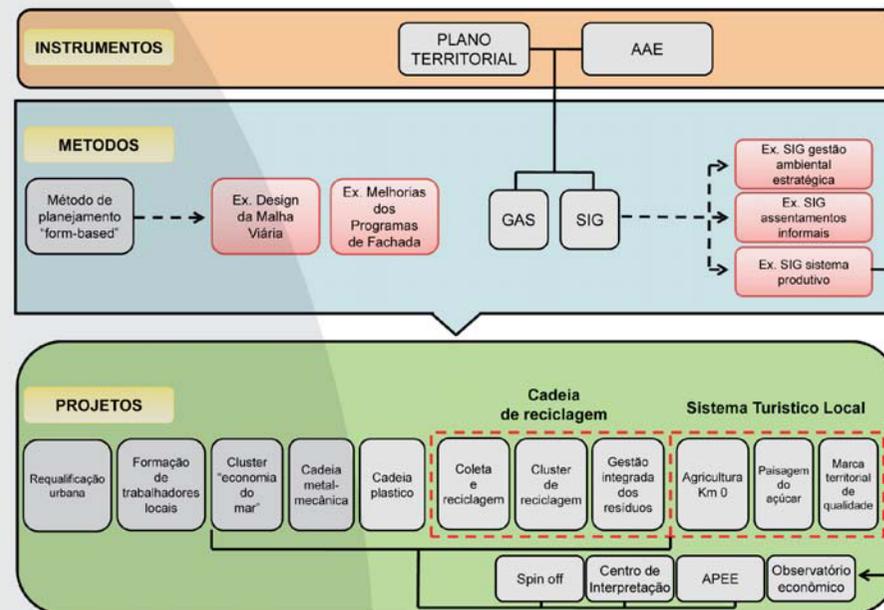
Centro de Interpretação
Observatório Econômico
APEE
Spin off

Alguns projetos considerados prioritários foram desenvolvidos de forma mais aprofundada. Os que foram desenvolvidos de forma mais aprofundada são os projetos integrados: rojeto Integrado da Cadeia de reciclagem e Projeto Integrado do Sistema turístico territorial.

A escolha foi feita com base nesses critérios:

- projetos que promovem o associativismo;
- projetos que mais favorecem a cadeia produtiva;
- projetos que melhoram a qualidade ambiental e territorial;
- projetos que permitem uma diversificação das atividades;
- projetos que implicam uma desconcentração territorial;
- projetos que valorizam as especificidades locais;
- projetos com maiores potencialidades de integração com outros projetos.

As propostas não representam modelos para serem seguidos ao pé da letra, mas um ponto de partida e um estímulo para a reflexão na ótica de uma troca de boas práticas e experiências.



Quadro dos Propostas

TIPOLOGIA	TÍTULO	DESCRIÇÃO	EXEMPLOS APLICATIVOS
Instrumentos	Plano Territorial	O Plano Territorial com uma visão estratégica é uma oportunidade concreta para toda a comunidade dotar-se de objetivos comuns e partilhados para o futuro do território no qual se vive e se trabalha, para individuar linhas de desenvolvimento e projetos integrados capazes de garantir ao sistema económico-produtivo local, maior consciência dos valores em jogo, eficiência e competitividade, ao mesmo tempo, reforçar o sentimento de identidade com o território, melhorando a qualidade de vida de todos os habitantes.	
	Avaliação Ambiental Estratégica (AAE)	A Avaliação Ambiental Estratégica tem o objetivo de assegurar que as consequências ambientais de certos planos e programas sejam identificados e qualificados durante sua preparação e antes de sua atuação. No caso específico, portanto, seria útil que uma avaliação deste tipo acompanhe a realização do Plano Territorial da região.	
Métodos	GAS com SIG Gestão Ambiental Estratégica utilizando o Sistema de Informação Geográfica	A Gestão Ambiental Sistemática organiza os processos de planeamento, implementação e controle das políticas públicas, assim como suas estratégias e instrumentos, em função do cumprimento das metas de sustentabilidade e eficiência de um território. As ferramentas de informação geográfica demonstram ser eficientes para a GAS porque permite utilizar metodologias de análise de forma complexa.	
	SIG - Tecnológica para a gestão do território	A complexidade dos problemas presentes na área de estudo evidencia a necessidade de se utilizar ferramentas de análise não tradicionais, mas de tecnologia avançada. Um Sistema de Informação Geográfica (SIG) oferece uma ajuda importante para a leitura e compreensão do território, permitindo a fácil gestão de dados e imediata representação geográfica no mapa. Neste caso, decidiu-se trabalhar em três setores que foram considerados críticos pela sua complexidade a nível espacial e intangível, e pela sua incidência no território: o meio ambiente, o sistema económico produtivo e assentamentos informais.	SIG sistema produtivo SIG Gestão Ambiental Estratégica SIG assentamentos informais
	A aplicação local do método de planeamento "form-based"	O planeamento "form-based" é a terceira dimensão do design urbano com foco nas relações espaciais, na interrelação entre tipos de construções, e na qualidade de espaço público (espaços públicos abertos) como fator chave na criação do ambiente urbano bem-sucedido. Neste contexto de planeamento regional influenciado pelo Porto de Suape, o "Smart Code" e o "Transect" oferecem medidas efetivas de endereçamento de aspectos físicos de planeamento e manutenção da qualidade do ambiente do tecido urbano.	Design da Malha Viária Melhorias dos Programas de Fachada
Projetos	Requalificação urbana com técnicas inovativas através de programas de responsabilidade social	Gerar cooperação entre as diferentes instituições através de ações responsáveis, promovendo empreendimentos sociais e desenvolvendo novos projetos, mediante a implementação de técnicas e instrumentos inovativos com valor agregado ao tecido urbano em crescimento, envolvendo e conscientizando a sociedade para a criação de novas linhas e ações de requalificação urbana.	
	Formação de trabalhadores locais no setor da construção civil	Empregar e formar a mão de obra local não especializada; incentivar o nascimento de cooperativas de transformação de materiais e de construção civil para garantir o ciclo de experiências, a segurança do trabalho, a transferência de conhecimento. Uso do gesso como material de construção.	
	Cadeia plástico	Incentivar a criação de uma cadeia produtiva no setor de plásticos que ligue as atividades de Suape ao tecido de pequenas e médias empresas do território (existentes e novas).	
	Cluster "economia do mar"	Promover a criação de um indúdo caracterizado por um sistema de empresas artesanais, embarcações a montante (naval-metalmecânica) e a jusante (serviços logística, transporte, etc.) da cadeia produtiva.	
	Cadeia metalmecânica	Incentivar a criação de uma cadeia produtiva no setor metalmecânico que relacione as atividades de Suape ao tecido de pequenas e médias empresas do território (existentes e novas).	
	Coleta e reciclagem	O projeto aponta em reforçar as estruturas e modalidades de coleta e reciclagem de resíduos já existentes no território. Isto implica, substancialmente, em duas frentes: o lado dos catadores e o das empresas, sejam as situadas no complexo industrial de Suape, seja na zona da costa de Porto de Galinhas. O projeto visa tanto a estender a área de coleta seletiva e de atividades interessadas a incrementar o volume de resíduos coletados através de uma melhor organização e formalização do trabalho.	Cadeia de reciclagem
	Cluster de reciclagem	O projeto visa determinar as condições mais favoráveis para o surgimento de novas empresas do setor de reciclagem, de maneira que se crie um verdadeiro cluster. É possível incentivar a criação de Áreas Produtivas Ecologicamente Equipadas (APEE). Este pode ser considerado um primeiro passo para a criação de um indúdo económico ligado as tecnologias ambientais; tais áreas poderiam transformar-se em parques industriais de incubadoras e de inovação no setor de transformação de reciclados.	
	Gestão integrada dos resíduos	O projeto visa a criação de um verdadeiro sistema de gestão integrada dos resíduos. Esse fator é muito complexo e envolve, em primeiro lugar, os municípios da região. Para a realização de tal programa é necessário o acordo entre vários municípios, se deseja, também, que a mesma gestão seja de forma conjunta.	
	Agricultura "Km 0"	O projeto visa introduzir a atividade agrícola familiar na cadeia produtiva turística. Neste modo se capitaliza sobre a alta demanda de alimentos orgânicos para oferecer um produto local de alta qualidade e estabilizar um arranjo produtivo local entre os agricultores familiares e os operadores de turismo da região, aonde existem poucas atividades que apoiem o cluster turístico, exigindo que os restaurantes, bares, pousadas e resorts locais continuem a depender à cidade de Recife para seus produtos.	
	Suape, paisagem do açúcar	O projeto visa valorizar o potencial histórico-cultural e turístico na região de Suape através do conceito de Paisagem Cultural, aliando a preservação do património e seu papel social com desenvolvimento económico. Este objetivo permite de recuperar e evidenciar o património histórico, artístico e cultural na região litoral sul de Pernambuco e gerar desenvolvimento económico local aliado à preservação e valorização do património cultural da região.	Sistema turístico territorial
Marca territorial de qualidade	O território sofre uma falta de reconhecimento próprio. Os programas já existente são ao momento desunidos entre eles; as ações, relativa à qualificação da receptividade da gastronomia e artesanato, tenham com foco a formação de um arranjo produtivo local (APL). Esse APL poderia alcançar uma maior eficiência através à criação de uma marca do território, que também possa ser utilizado para certificar a qualidade dos bens e serviços turísticos.		
Propostas específicas	Centro d'interpretação	Criação de Centro de Interpretação (requalificação de ponto estratégico) que sirva como estímulo para usuários (moradores e turistas) em continuar no roteiro turísticos.	
	Observatório económico	A gestão de um sistema GIS para o setor produtivo e, mais tarde, para a economia toda da região poderia ser operada a partir de uma observação da dinâmica económica e industrial, com a colaboração dos municípios e da Câmara de Comércio que contribua com a prestação de dados e informações.	
	APEE	Sendo já previstas, nos Planos Diretores municipais, novas áreas industriais adjacentes ao território, é possível incentivar a criação de Áreas Produtivas Ecologicamente Equipadas (APEE). Este pode ser considerado um primeiro passo para a criação de um indúdo económico ligado as tecnologias ambientais; tais áreas poderiam transformar-se em parques industriais de incubadoras e de inovação no setor de transformação de reciclados.	
	Spin off	O spin-off nasce da iniciativa de alguns sujeitos referidos aos contextos académicos, industriais ou institucionais, que se unem em torno a uma ideia empreendedorial, valorizando as experiências profissionais e o know how: são definidos processos de spin-off, as dinâmicas e os percursos que levarão ao start up de uma nova empresa.	

Governança Estratégica Suape, um Pacto para o Desenvolvimento

ANTECEDENTES:

O complexo industrial de Suape, pela sua localização acima e entre dois municípios e a vastidão da área interessada pelas suas externalidades, apresenta novos desafios às municipalidades e aos territórios interessados, que pela primeira vez se encontram obrigados a resolver novos problemas.

O processo de governança ao qual se propõe emerge das análises da situação atual, que colocou em relevo a existência de numerosos processos de governança setorial. Tais processos são parciais, que arriscam ser demasiado específicos e, portanto, inadequados mediante a complexidade dos fenômenos existentes no território.

Uma primeira vontade de coordenação emergiu na ocasião da concepção do Plano do Território Estratégico de Suape. O processo tem o objetivo de valorizar, integrar e estruturar uma semelhante experiência, dando-lhe uma dimensão mais estratégica e ampla sobre todos os setores.

Faz-se referimento ao conceito de boa governança, resumida na ideia de renovar o método de relacionamento através de imposições menos verticais e através da eficaz integração dos meios de ações das políticas com instrumentos não obrigatórios.



PROPOSTA

O processo de governança aqui proposto responde a exigência de um planejamento e gestão estratégica que envolva todos os atores presentes no território.

Isso deverá envolver todos os atores locais, das instituições de governo as agências, das organizações de cidadãos aos representantes de categorias, das empresas ao cidadão e aos representantes da sociedade civil.

Na proposição do instrumento se remete aos processos e estruturas típicas do contexto italiano que demonstram funcionar e responder de modo adequado às exigências do território. Desta forma, tentou-se adaptar semelhantes experiências de governo do território a esta área particular, embora conscientes que estas não representam um modelo único e rígido para ser seguido ao pé da letra, mas um ponto de partida e um estímulo para a reflexão na ótica de uma troca de boas e práticas experiências.

O processo de planejamento estratégico terá como êxito a aprovação de um documento para a atuação do Plano. Tal instrumento será o Pacto para o Desenvolvimento de Suape que deverá ser firmado por todos os participantes do processo.

AÇÕES

Para chegar a subscrever o Pacto para o Desenvolvimento de Suape estão previstas diversas fases e atividades:

1. Lançamento
Assinatura de um Protocolo Operativo de Intenções entre os promotores e os órgãos competentes.
Realização de uma Assembléia pública de lançamento
2. Análises diagnóstica
Elaboração de um primeiro documento Chegando ao Plano
3. Participação e compartilhamento
Organização de mesas temáticas de discussão
4. Síntese
Elaboração do documento do Pacto para o Desenvolvimento
5. Aprovação
Assinatura do Pacto para o Desenvolvimento



Governança Estratégica Suape, um Pacto para o Desenvolvimento

ATUAÇÃO

1. LANÇAMENTO

- Um vez estabelecidos os papéis e firmado um protocolo operativo, O Plano será iniciado com uma assembleia pública, 1ª Assembleia para o Desenvolvimento de Suape.
- A 1ª Assembleia para o desenvolvimento de Suape permite tomar consciência do fato que a participação e o compartilhamento são as bases do processo.

A ocasião da Assembleia é utilizada para distribuir aos stakeholders, um questionário já predisposto que os participantes devem preencher e entregar ao fim do dia de trabalho.

Deste primeiro encontro pode emergir um primeiro quadro de prioridades operativas para o território.

1ª Etapa - Lançamento



2. ANÁLISE DIAGNÓSTICA

- detecção dos principais problemas e questões dentro dos diversos municípios.

- Elaboração de um primeiro documento "Chegando ao Plano em síntese". Tal produto resume o conteúdo dos encontros e constitui a base para a definição dos objetivos e das ações do Plano Estratégico a serem discutidas na próxima fase. Este fornece as indicações para a constituição dos grupos temáticos.

2ª Etapa - Análise diagnóstica



3. PARTICIPAÇÃO E COMPARTILHAMENTO

Início dos grupos temáticos de trabalho, úteis na construção e na definição participada e compartilhada de projetos concretos a serem realizados nos próximos anos. Os grupos de trabalho terão a tarefa de indicar os pontos de força e as fraquezas do território e da sociedade, para então definir os pontos críticos e as oportunidades de desenvolvimento. Esses terão as funções de revisão, integração e acordo sobre a análise proposta e, com essa base, as definições comuns (público/privada) das iniciativas a serem realizadas. Essas indicarão cada ação (projetos) que serão inseridos no Plano. Todas as ações converterão a uma específica linha estratégica caracterizada pela visão compartilhada. O processo de construção do Plano se desenvolverá também em ocasiões além dos encontros formais dos grupos de trabalho que, por esse motivo são considerados como uma forma de início de tal processo.

3ª Etapa - Participação e compartilhamento



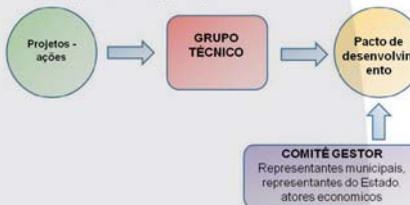
4. SÍNTESE

O grupo técnico re-elaborará as propostas surgidas e as concluirá na elaboração do Pacto para o Desenvolvimento.

5. APROVAÇÃO

O Pacto para o Desenvolvimento será aprovado pelo Comitê Gestor.

4ª - 5ª Etapa - Síntese e aprovação



Governança Estratégica Suape, um Pacto para o Desenvolvimento

PAPÉIS E ÓRGÃO PREVISTOS

O sistema indústria público-privado da FIEPE/ IEL poderia ser o promotor da iniciativa para acompanhar e sustentar os municípios envolvidos.

Para gerir inteiramente o processo de forma unitária se propõem um modelo de atuação ágil.

- Comitê Gestor

Composição: é composto de um coordenador, dos representantes políticos dos entes públicos locais em número majoritário, dos representantes do mundo econômico e de eventuais outros entes, de um representante do estado e um representante de Suape. Podem ser convidados permanentemente aos trabalhos do Comitê Gestor os representantes das organizações sindicais.

Papel: Órgão político e deliberativo.

Responsabilidades: Fornecer as diretrizes políticas e aprovar definitivamente o Plano.

-GRUPO TÉCNICO

Composição: Se sugere um grupo técnico ágil, composto por uma equipe interdisciplinar de alto nível técnico e científico. Eventualmente essa pode ser contratada de maneira que seja idônea aos interesses locais. Pode ser guiado por um Project Manager, referido contratualmente com termo renovável até a data final do projeto. Os dirigentes dos setores competentes podem ser convidados esporadicamente aos trabalhos

Papel: Órgão técnico executivo

Responsabilidades: elabora os projetos concretamente, seguindo as diretrizes fornecidas pelo Comitê Gestor e percebe as exigências e sugestões que emergem dos Fóruns e das mesas de discussões.

-SECRETARIA

A secretaria deve apoiar o ente coordenador

Responsabilidades: Gerir os aspectos práticos e burocráticos, manter as relações entre os membros, organizar os encontros políticos e técnicos, os eventos com os cidadãos, assembléias e mesas temáticas.

O CONTEÚDO DO PACTO

O pacto pode ter uma validade de 15 anos e ser composto de linhas estratégicas, que virão definidas a partir do trabalho dos outros grupos temáticos.

Sugere-se, como exemplo, a criação de seis grupos de trabalho sobre os seguintes temas:

- Grupo de trabalho 1: Turismo, ambiente e cultura;
- Grupo de trabalho 2: Conhecimento, inovação e empresas;
- Grupo de trabalho 3: Acessibilidade e interconexões;
- Grupo de trabalho 4: Energia e sustentabilidade;
- Grupo de trabalho 5: Solidariedade e integração social;
- Grupo de trabalho 6: Requalificação urbana e novas centralidades.

As linhas estratégicas podem, por sua vez, articular os objetivos e ações específicas, as quais propõem-se intervenções e projetos.

As ações, por sua vez, ser subdivididas em ações prioritárias à longo, médio e curto prazo, a fim de permitir a todos os entes de governo do território e à todos os atores envolvidos no Pacto pelo Desenvolvimento uma concreta programação.

Será importante individualizar ações a longo prazo (10-15 anos), a médio (4-9 anos) e à curto prazo (0-3 anos).

A articulação dos objetivos e das ações a suas classificações em prioridades a longo, médio e curto prazo, se completa com a individualização de alguns Projetos Bandeira, que cumprem o papel de encabeçar o desenvolvimento e do avançamento do Plano.



BOA PRÁTICA: PACTO PARA O NORTE DE MILÃO

A propósito, deve-se ler a boa prática expressa no processo que aconteceu entre 23 prefeituras italianas da região norte de Milão, as quais com o apoio da Agência de Desenvolvimento Metropolitano de Milão firmaram o "Pacto para o Norte de Milão" com o objetivo de experimentar um novo modelo de colaboração intermunicipal, através de consultas e participação da população, confrontação das políticas e projetos, planejamento e prospecção de ações e atividades úteis para o desenvolvimento do território em referência.

No âmbito do processo, iniciou-se um fórum das prefeituras para integração das políticas de desenvolvimento e das atividades de programação e planejamento de funções e de serviços considerando matérias e temas de escala supra-municipal.

Entretanto, se é consciente que o contexto no qual esta boa prática se desenvolveu é muito diferente do contexto de Suape: o norte de Milão, de fato, é um dos territórios pioneiros da Itália em desenvolver instrumentos de planejamento supra-municipais para superar a crise industrial do final do século, enquanto que o território do nordeste do Brasil está experimentando somente agora um grande crescimento econômico e industrial.

Consideramos, todavia, que seja útil para a região adotar instrumentos semelhantes àqueles já experimentados em outros lugares, para evitar que o crescimento atual produza desconcompensações em nível de planejamento territorial, ambiental, social e econômico. (para posteriores informações consultar o site:

<http://www.milanomet.it/index.php>)



Instrumentos Plano Territorial

ANTECEDENTES:

CONTEXTO

No Território de Suape estão presentes diversos planos, em diferentes escalas, níveis de detalhamento e valor legal que coexistem, mas ao mesmo tempo se sobrepõem. Isto determina uma fragmentação administrativa que impede a coordenação de ações para uma ideia coletiva de desenvolvimento, deixando o território e, em particular, os cinco municípios da região estratégica, mais frágeis na relação com Suape.

O Plano para o Território Estratégico de Suape representa uma etapa fundamental nesta direção, propondo o objetivo de organizar toda a região através do envolvimento direto dos principais atores interessados. Este resultado deve ser, porém, considerado mais um ponto de partida do que de resultado final.

A atual orientação prevê a continuação das ações de planejamento conjunta por setores (controle urbano-ambiental, mobilidade, habitação) enquanto, para tornar mais eficaz esses aprofundamentos, poderia ser útil construir uma visão territorial estratégica e compartilhada. Tal visão, considerando o território um sistema complexo (constituído de redes de cidades, territórios, ecológicas), permite, por um lado perceber as reais dimensões da questão ambiental, que requer uma abordagem integrada e multi-objetiva e, por outro lado, controlar a dinâmica territorial conseqüente da instalação do Complexo de Suape, cuja falta de programação pode se tornar uma ameaça a todo o território.

Para tanto, se propõe a redação de um Plano Territorial com uma visão estratégica como uma oportunidade concreta para toda a comunidade dotar-se de objetivos comuns e partilhados para o futuro do território no qual se vive e se trabalha, para individualizar linhas de desenvolvimento e projetos integrados capazes de garantir ao sistema econômico-produtivo local, maior consciência dos valores em jogo, eficiência e competitividade, ao mesmo tempo, reforçar o sentimento de identidade com o território, melhorando a qualidade de vida de todos os habitantes.

Esse desafio é fundamental, não somente porque renova a democracia local, mas também porque reforçando o senso de identidade da comunidade local se pode dar um contributo substancial para a solução de antigos e novos problemas econômicos, sociais e territoriais.

PROBLEMÁTICAS

- Desconsideração das características individuais (vocações) do território;
- Sobreposição de planos para a mesma área com hierarquia não clara;
- Falta de obrigatoriedade legal de um plano global de ordenamento do território;
- Incoerência/discordância entre as políticas de planejamento dos municípios;
- Concorrência (fiscal) entre os municípios pode interferir na ocupação e regulamentação do território;
- Fragilidade do sistema ecológico local;
- Os programas de gestão ambiental são débeis, desarticulados e muitos existem somente no papel;
- Não existem instrumentos de incentivo de política ambiental pró-ativa.

OBJETIVOS

- Construir uma identidade territorial mais unida e contínua e menos definida espacialmente do que o tradicional Plano Diretor;
- Dar suporte as atividades dos técnicos municipais no que diz respeito a gestão do território, criando bases de conhecimento comuns e compartilhadas;
- Favorecer o uso da "linguagem comum" que permitem um controle e melhoramento da qualidade das informações;
- Construção de uma visão de futuro do território que, ainda que projetada a longo prazo, deverá ser ambiciosa, realista e eficaz;
- Mobilizar atores, recursos, iniciativas e projetos que garantam, no respeito e no cuidado do patrimônio existente, benefícios duradouros para a comunidade estabelecida.

METODO

Como já mencionado, o objetivo principal do Plano proposto é a construção de uma visão de futuro, um cenário territorial no qual se dedique os esforços e no qual toda a comunidade possa se reconhecer.

Para delinear este cenário territorial, é necessário organizar as informações segundo duas principais perspectivas:

- a estrutura e a dinâmica dos tecidos (redes de cidades, território)
- a estrutura do sistema ecológico e suas interações com a urbanização (redes ecológicas).

Ao mesmo tempo tem-se em conta dois objetivos principais que são inerentes ao planejamento territorial:

- melhoria da qualidade de vida da população estabelecida;
- melhoria dos processos de governança político-institucional.
- A qualidade da vida das comunidades locais depende de organizações de redes de cidades e territórios e das funções sociais que as apoiam, do desenvolvimento e da evolução do capital humano, da reconstrução de tecidos urbanos ecocompatíveis. Todos esses fatores não permanecem no âmbito local e tem características marcantes de interdependência como é enfatizado pelo conceito de desenvolvimento sustentável.

FASES DO PLANO:

ANÁLISE DE CONTEXTO

Consiste em um processo cognitivo que tem a intenção de:

- fornecer uma visão integrada da situação na qual o Plano irá operar;
- estimar, preliminarmente, as potenciais interações e sinergias com as partes interessadas no Plano, seja direta ou indiretamente;
- verificar os pontos fortes e fracos que caracterizam a sua organização, em comparação ao Plano e ao projeto Parque a serem implantados;
- verificar as restrições e oportunidades oferecidas pelo ambiente de referência.

A análise do contexto deve ser finalizada a aquisição de dados, informações e indicadores. Na prática, não deve levar a um quadro de informação geral e indistinto, mas a um quadro cognitivo diretamente dependente do objetivo

estratégico perseguido. Para tal fim, as ferramentas úteis para apoiar a análise do cenário, a fim de obter uma visão integrada, são:

- análise de contexto físico, ambiental, natural e das vocações da grande área;
- análise do contexto sócio-econômico;
- análise FOFA (avaliação dos pontos de força e fraquezas)
- avaliação do cenário prospectivo.

O documento abrangente que o território está convidado a produzir à conclusão de tais análises, será denominado "Análise de Contexto", no qual deverão estar recolhidas todas as informações, dados e resultados surgidos das análises, que servirão como base de conhecimento para as decisões a serem tomadas nas fases posteriores.

DESCRIÇÃO GERAL DO PLANO

Faz referência a descrição detalhada da visão, da estratégia geral e dos objetivos estratégicos. Poderá se revelar útil dispor de um documento que defina sujeitos, prazos, modalidades e critérios metodológicos do processo de "start up", além dos recursos técnicos necessários a realização das atividades.

- será oportuno também: avaliar os múltiplos caminhos que podem conduzir, com variados prazos, modalidades e investimentos, ao desenvolvimento do território;
- examinar a compatibilidade com estruturas e programas/projetos relacionados já existentes ou de futura atuação;
- fornecer indicações que permitam avaliar a coerência, a complementaridade e, acima de tudo, o valor acrescentado e os elementos de inovação do Plano proposto;
- explicar as etapas subjacentes à formulação do Plano (grau e envolvimento dos agentes locais, o nível de compartilhamento atingido, sustentabilidade institucional, critérios adotados para a seleção de atividades, das intervenções, etc).

A finalidade principal da atividade de descrição geral é a construção do quadro geral do Plano, o desenho político do desenvolvimento, a médio-longo prazo, da área. Devem, portanto, também explicar todos os atores envolvidos e seu papel no planejamento, bem como a forma de estabelecer um sistema de metas compartilhadas.

Instrumentos Plano Territorial

FASES DO PLANO (segue)

A INTEGRAÇÃO AMBIENTAL NO PLANO

É preciso garantir os recursos, as estruturas organizacionais e as condições para a plena integração das questões ambientais, não apenas no processo de definição, mas também a sua execução, acompanhamento e avaliação das suas políticas de desenvolvimento territorial. Por esta razão, é essencial para ativar o processo de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), como parte da preparação do Plano.

MONITORAMENTO

O plano deve prever um mecanismo de vigilância idóneo destinado a assegurar a coerência, transparência e eficácia da execução, garantir a mais ampla participação na fase de atuação da política local, baseado em uma identificação clara das responsabilidades de cada nível do processo de implementação das políticas. Deve também salientar-se as formas de ações de controle visando assegurar maior eficiência e transparência ao processo de utilização dos recursos financeiros disponíveis.

PLANO DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Todo o processo de planejamento deverá ser acompanhado de transparentes mecanismos de informação e comunicação destinados ao consciente envolvimento da opinião pública e da parceria socio-econômica. A intenção é dar visibilidade ao processo de indicação e predisposição das políticas para o desenvolvimento local. Será necessário para identificar os sujeitos responsáveis pelo perfil "informação – comunicação", definir sua organização, funcionamentos e competências, avaliando também a possibilidade de empregar um modelo organizacional de gestão com expectativas externas. A nível de instrumentos e atividades, podem ser empregados os novos e eficientes instrumentos de e-democracia além dos já tradicionais meios de comunicação e informação (workshops, eventos, etc). Tudo isso contribui na elaboração de um adequado Plano de Comunicação e Informação, como um anexo ao Plano, cujo objetivo geral é o crescimento da sensibilização e consenso sobre as finalidades, métodos e resultados das políticas de desenvolvimento local propostas. O Plano de Comunicação e Informação deverá buscar resultados em termos de difusão e divulgação do conteúdo do Plano, sua finalidade e formas de obtê-las.

A RELEVÂNCIA DA QUESTÃO AMBIENTAL

Em particular, para o território específico de Suape, é necessário focalizar a atenção sobre a temática ambiental.

Nesta área, devemos ressaltar a grande importância do que ocorre não apenas nas áreas específicas que estão protegidas, mas também no resto do território, no qual o consumo progressivo, além de deteriorar a qualidade de vida, só pode conduzir a uma progressiva acentuação do caráter de "insularidade" de áreas protegidas e uma deterioração "quali-quantitativa" de seus ecossistemas.

Neste contexto, uma abordagem integrada de revitalização paisagística-ambiental pode prever a reconstrução de redes ecológicas através dos seguintes passos:

- um novo conceito de redes dos sistemas ambientais, que pressupõe de coligar as áreas protegidas com corredores de conexão;
 - uma interpretação não restritiva e não mono-funcional das redes, que permita-lhes confiar a tarefa de reconstruir não somente as conexões biológicas essenciais, mas também a continuidade paisagística, histórica e cultural hoje enfraquecidas pela fragmentação e degradação ambiental;
 - a valorização da lógica atual, que parta do território global e não por áreas individuais, com o objetivo de tratar de forma mais integrada os problemas ambientais do território.
- A reconstrução de redes regionais ecológicas deve ser articulada através das definições:
- as áreas centrais (core areas), sujeitas a proteção, onde estão presentes ecossistemas (de terra e de mar) que tem um alto conteúdo de recursos naturais.
 - as buffer zones, zonas contíguas a faixas de respeito adjacentes a áreas centrais, nas quais se atua uma correta gestão dos fatores abióticos e bióticos e de todos os coleogados a atividade antrópica.
 - os corredores de conexão (greenways, blueways...), para a manutenção e recuperação das conexões entre ecossistemas, com a finalidade de suportar uma melhor conservação das espécies e do habitat existente nas áreas de importante valor natural, favorecendo a sua integração.
 - o nós (key areas), lugares complexos de inter-relação onde as áreas centrais e de filtro se encontram com o sistema de serviços territoriais.

Ao mesmo tempo, a estratégia de construção das redes ecológicas se expande concentrando a atenção ao

complexo tecido que desde sempre ligava o patrimônio natural ao cultural.

Construir redes de sistemas de recursos naturais e culturais significa abrir novas oportunidades de fruição, que podem ser mais brandas (como, por exemplo, a contemplação das belezas naturais, paisagísticas e patrimônio arquitetônico), ao uso recreativo e esportivo das áreas abertas, ao excursionismo, seja trekking, em bicicleta ou a cavalo, ao turismo naturalístico, cultural, enogastronômico, etc.

Pensar as redes ambientais como redes de fruição implica a possibilidade de ativar fluxos que se espalham pelo território, favorecendo trocas econômicas, sociais e culturais e abrindo oportunidades de valorização do capital social do próprio território. Nas áreas mais degradadas, ativar uma rede de fruição pode significar a revitalização das economias tradicionais, fazendo com que as novas economias ativas paguem o custo de manutenção do território. Nesta perspectiva, uma maior atenção deve ser reservada ao tema "paisagem cultural" da cana de açúcar e dos engenhos.



BOA PRÁTICA: PLANO DE ÁREA PARA MUNICÍPIO AO NORTE DE MILÃO

7 municípios envolvidos:

Bresso, Cinisello Balsamo, Cologno Monzese, Cormano, Cusano Milanino, Paderno Dugnano, Sesto San Giovanni

AS ETAPAS DO PERCURSO

O Plano foi concluído em 2008. Este Plano da Área emerge do Projeto Estratégico, elaborado em consequência do "Pacto de Milão-Norte", que permitiu construir um quadro de referências comuns, com as principais necessidades e oportunidades de desenvolvimento de relevância para todo o território, de ativar mesas redondas para a implantação de projetos-piloto (Sistema cultural integrado de Milão-Norte, iniciativa nova ASL del NordMI), graças ao apoio da Agenzia di Sviluppo Milano Metropoli.

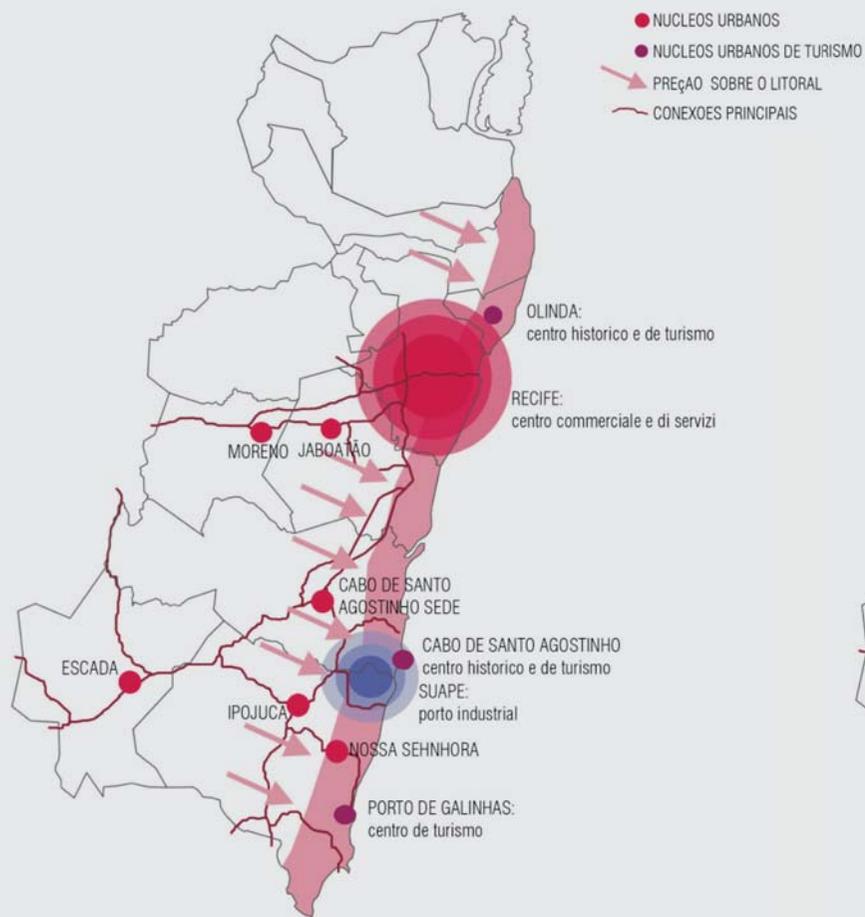
As temáticas identificadas como prioritárias para o desenvolvimento do Plano da Área e do consenso entre os municípios para a criação de um quadro territorial de referimento coletivo e a consequente definição de uma estratégia comum de desenvolvimento territorial, foram temas de Workshop coordenados pelo grupo técnico de trabalho, nos quais também participaram todos os atores envolvidos no processo.

O Plano de Área detalhou:

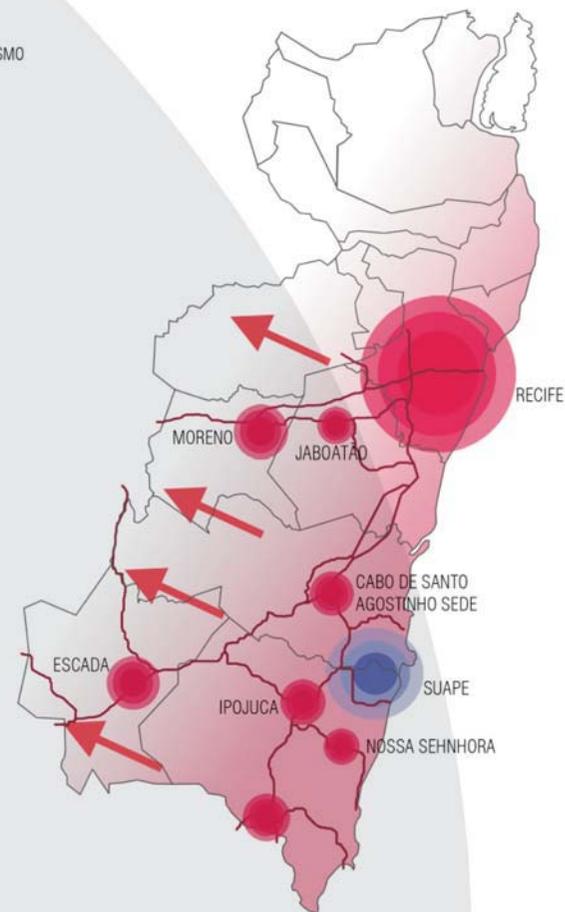
- o sistema de usos do solo atual e das transformações previstas com particular atenção ao tecido habitacional.
- o sistema de serviços públicos ou de interesses públicos e geral de importância para todo o território.
- o sistema das áreas não edificadas, agrícolas e naturais protegidas (parque regional);
- o sistema de infraestrutura, de mobilidade e transporte intermunicipal;
- o sistema de ciclovias intermunicipal com função de melhorar a acessibilidade entre os pólos.
- o sistema das atividades econômicas e produtivas;
- os novos centros e grandes pólos de transformação urbana, análise dos efeitos das relações territoriais da área.

Instrumentos Plano Territorial

ESTUDO DOS INSEDIAMENTOS URBANOS



PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO DOS INSEDIAMENTOS URBANOS



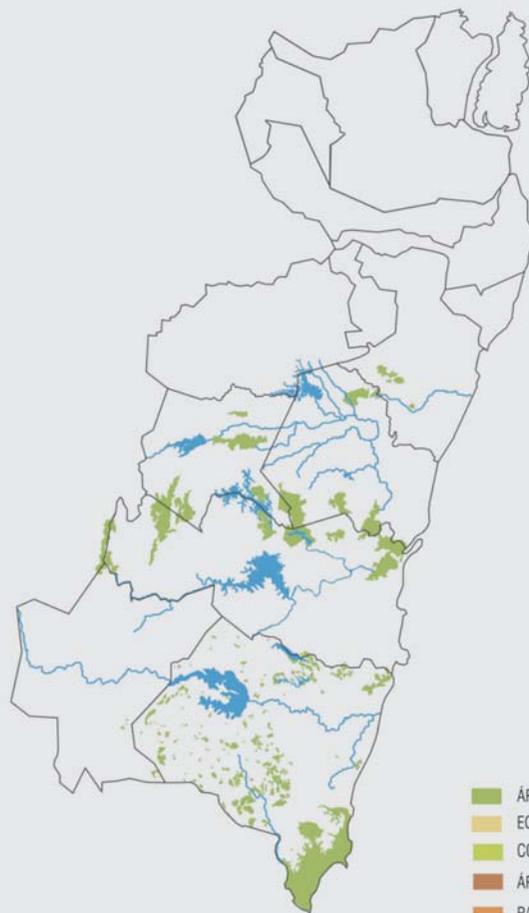
O primeiro mapa mostra como o território apresenta um desequilíbrio no desenvolvimento dos assentamentos urbanos. É evidente como as atividades estão concentradas no litoral e como o resto da região é dependente deste.

A proposta, considerando Suape como fator determinante nos novos processos territoriais da região, é de desenvolver outras centralidades no interior que se relacionam entre si e com Suape, para diminuir a pressão na costa e desenvolver um sistema de núcleos urbanos integrados, com diferentes tarefas e diferentes papéis.

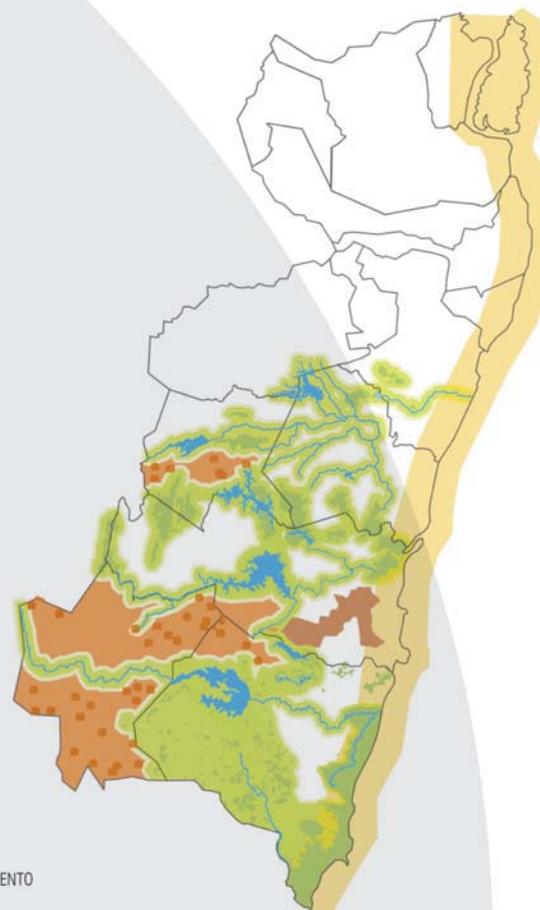
Instrumentos Plano Territorial

ESTUDO DO SISTEMA AMBIENTAL

PROPOSTA



- ÁREAS PROTEGIDAS
- ECOSSISTEMA COSTEIRO
- CORREDORES ECOLÓGICOS
- ÁREA DE COMPENSAÇÃO PARA REFLORESTAMENTO
- PAISAGEM CULTURAL DA CANA DE AÇÚCAR



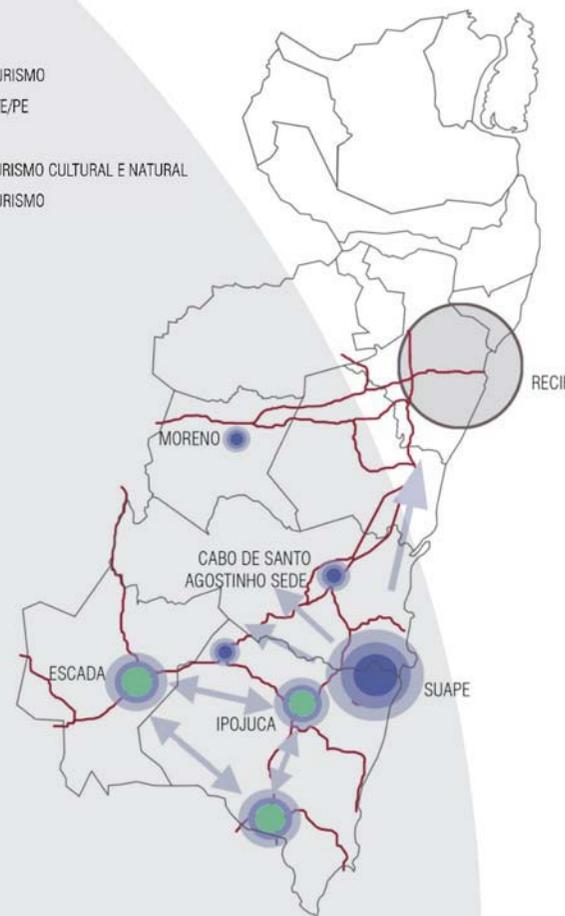
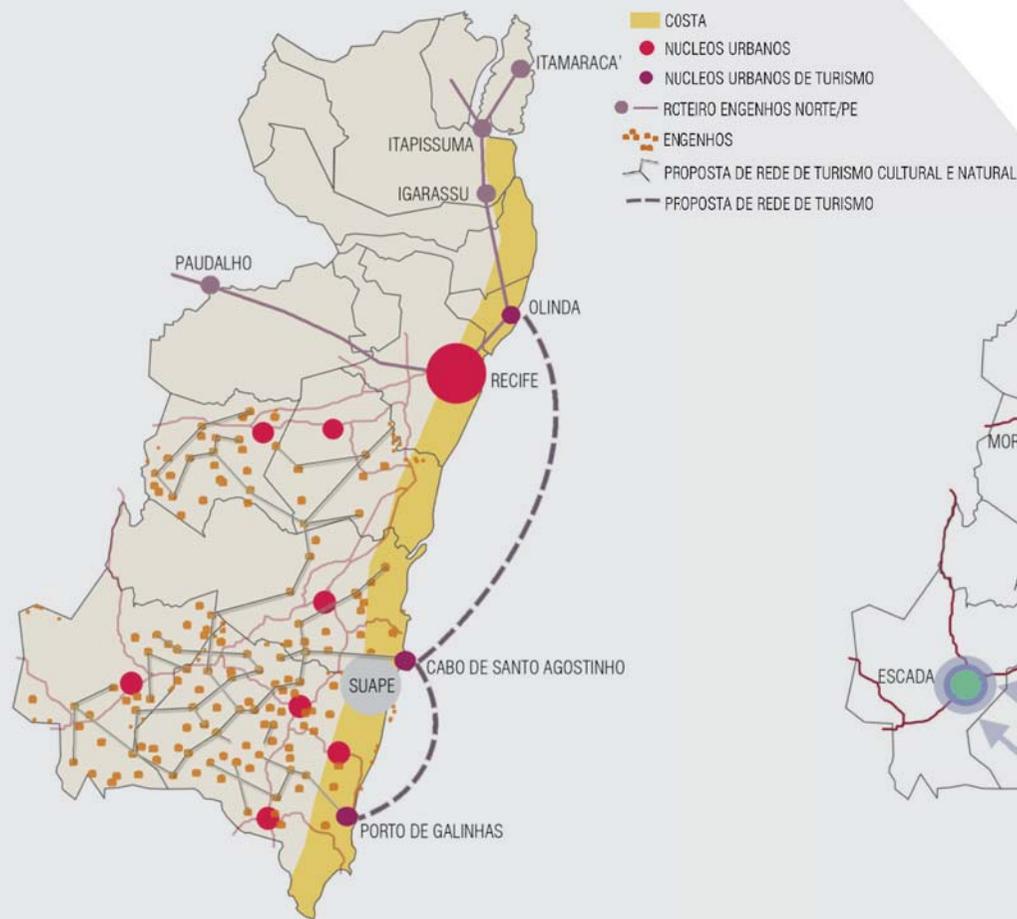
O primeiro mapa é uma simples análise do estado atual do sistema ambiental, que apresenta áreas verdes razoavelmente protegidas, mas bastante fracionadas, além de vários cursos d'água.

A proposta é criar redes de sistemas de recursos naturais e culturais com o objetivo de abrir novas oportunidades de fruição e integração: criar conexões entre as diferentes partes (corredores ecológicos), expandir a área protegida já existente no sul da região e finalmente, no interior, fortalecer o sistemas de engenhos valorizando o patrimônio paisagístico.

Instrumentos Plano Territorial

PROPOSTA PARA UN SISTEMA TURISTICO SUSTENTAVEL

PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO DE NOVOS INSEDIAMENTOS INDUSTRIAIS



O primeiro mapa explica as diferentes potencialidades turísticas do território e como elas são inter-relacionadas entre si. Além da criação duma rede de oferta turística no litoral, a proposta é de desenvolver outras tipologias de turismo no interior que sejam mais sustentáveis e alternativos, aproveitando a rede cultural-paisagística dos engenhos.

O segundo é uma proposta para o desenvolvimento industrial na região. A idéia é desfrutar a presença de Suape para desenvolver centralidades novas e alternativas, que sejam ecologicamente equipadas (APEE), que possam gerir melhor os impactos que as empresas inevitavelmente geram sobre o ambiente.

Instrumentos

A governança para o Plano territorial

ANTECEDENTES

Uma vontade de coordenação da área de influência entre os municípios foi expressa na ocasião da concepção do Plano do Território Estratégico de Suape. Diante dos resultados obtido, consideramos esta experiência como fundamental, e sobretudo vislumbramos a continuidade do processo de governança intermunicipal no que diz respeito aos dois setores-chave: o da habitação e o das redes infra-estruturais.

O território e os cinco municípios da área estratégica de Suape terão sempre a necessidade de conectar-se e integrar-se no futuro, sobre tudo aos respeitos territoriais, particularmente para a escrita do Plano Territorial, mencionado acima, mas deseja-se que tal cooperação institucional se mantenha estavelmente ao longo prazo.

Portanto, o instrumento se propõe ao objetivo de valorizar, integrar e estruturar uma semelhante experiência em um primeiro, orientado à gestão do Plano Territorial, mas depois destinado à assumir-se uma forma permanente.

PROPOSTA

Para elaboração de um Plano Territorial que seja integrado, multidisciplinar e de valor estratégico - ambiental devem ser considerados 5 âmbitos: Sistema Viário e de Transporte; Saneamento e Meio Ambiente; Habitação; Controle Urbano-Ambiental; Ações Sociais.

Para gerir este processo se poderia apresentar a hipótese que teria a seguinte estrutura:

• Núcleo de Coordenação do Plano Territorial

Composição: Prefeitos municipais, assessores competentes (opcional), 1 membro do CONDEPE/FIDEM, 1 representante de Suape. A presidência será exercida segundo uma rotatividade anual / bienal por cada um dos prefeitos.

Papel: Órgão político e deliberativo. Os prefeitos e o representante de Suape têm direito de voto; o membro do CONDEPE/FIDEM facilita e acompanha os processos.

Responsabilidades: Fornecer as diretrizes e aprovar os projetos, contatar consultores e gestores de projeto segundo a natureza dos projetos que devem ser levados adiante.

• Comitê Científico do Plano Territorial

Composição : 1 representante do CONDEPE/FIDEM, 1 dirigente de cada Município (sugerimos ao menos um para cada âmbito) e 1 representante de Suape.

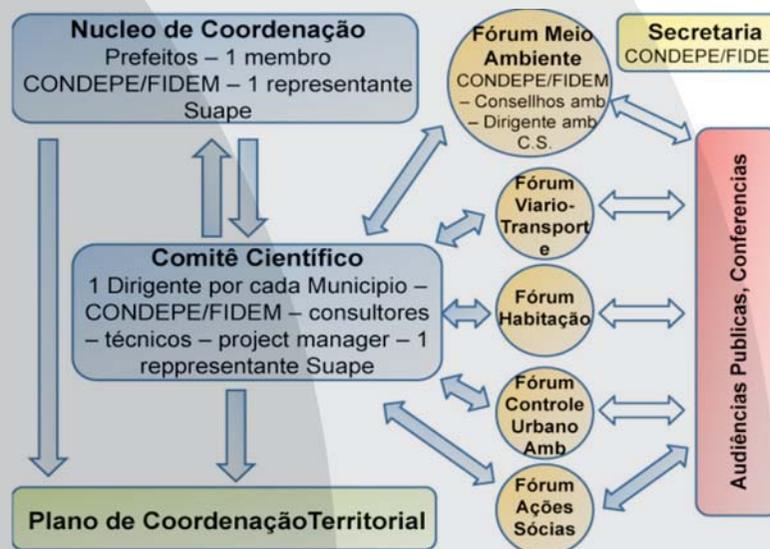
• Fóruns temáticos:

Deveria se organizar um Fórum para cada um dos 5 âmbitos de interesse que foram identificados. De cada um deveria fazer parte um membro do CONDEPE/FIDEM e Conselheiros que conheçam os 5 Municípios, o membro do Comitê Científico (ou um substituto) especialista que recolha as informações que emergem das discussões e as sistematize, levando-as ao Comitê Científico.

Ao longo das atividades dos Fóruns serão organizadas

audiências públicas, conferências e encontros para os quais serão convidados os representantes das forças sociais, econômicas e empreendedoras do território (os conselheiros podem fazer o mapeamento e contatos) e, em geral, as associações ambientalistas, culturais, de consumidores, do campo universitário e demais níveis educacionais, as entidades de classe competentes. Os encontros organizados durante os fóruns serão abertos aos cidadãos interessados.

Enfim, de cada fórum temático deveria emergir as desaprovações atuais e futuras, as percepções, as expectativas e os direcionamentos para a elaboração do Plano.



BOA PRÁTICA: Plano de coordenação territorial de Modena

Em relação a este aspecto, como uma boa prática, observe-se o **Plano de coordenação territorial de Modena**, que se reporta aos anos 1998-1999, no qual um aspecto interessante diz respeito ao processo de inovação com o qual ele foi reexaminado.

Após uma fase preparatória de aprofundamento do conhecimento de todos os componentes territoriais, ambientais, econômicos e sociais articulada a partir de 2006, seguiu-se uma fase de real envolvimento da sociedade civil através de dois momentos: o da Conferência de Planejamento e do Fórum.

A experiência do Fórum se desenvolveu através das seguintes etapas: fase de escuta, confronto e elaboração participativa, idéias, cenários e estratégias para o novo plano. Os objetivos do fórum buscam consultar, de um modo estruturado e novo, os vários atores de interesses gerais e específicos dos setores e que representam os componentes sociais e econômicos da região, com o objetivo de:

- coletar idéias, contribuições e perspectivas diferentes através de um confronto e um diálogo que vislumbre as possíveis linhas de ação em relação aos cinco âmbitos temáticos e estratégicos do Plano;
- favorecer uma nova abordagem de governança multi-stakeholders na programação estratégica territorial;
- estimular os vários sujeitos envolvidos a empenhar-se concretamente e com co-responsabilidade para um desenvolvimento integrado, sustentável e inovador.

Os resultados finais dos vários focus group e do fórum demonstram como os processos de planejamento tornam-se mais eficazes com o uso de estratégias participativas.

Esta fase representa a ocasião mais significativa da governança territorial que a região promoveu para realizar instrumentos de governo sustentável do território sempre mais eficazes em relação às novas exigências econômicas, sociais e territoriais expressas pela sociedade civil. (para posteriores informações consulta o site www.territorio.provincia.modena.it)

Instrumentos A governança para o Plano territorial

DEPOIS DA ELABORAÇÃO DO PLANO TERRITORIAL

A necessidade de estar em rede e de dar vida a um ente supra-municipal, que tenha competência e visão em relação a todo o território envolvido e não somente às frações deste, responde à exigência de dar uma imagem unitária e holística ao território estratégico dos cinco municípios que estão na área de influência direta de Suape (em um segundo momento poderia se pensar em alargar a cooperação intermunicipal também para aqueles municípios que sofrem influência indireta), além de fornecer instrumentos para saber governar de modo eficaz.

Se vejam nas seguintes **necessidades**:

- Necessidade dos municípios terem um maior poder contratual e de alcançar as competências necessárias para obtê-lo, a fim de minimizar os impactos negativos de Suape e maximizar as externalidades positivas.
- Para o funcionamento e conveniência do complexo de Suape é interessante ter um território bem gerido, ou seja, que possa contar com municípios que tenham consistência orgânica, política, técnica, que sejam capacitados e formados, com os quais Suape possa desenvolver projetos e programas conjuntos.

Portanto, propomos um instrumento para que cada prefeitura, que age como uma entidade isolada, não possui a forma política, os recursos humanos e a capacidade tanto técnica quanto política, para fazer valer as próprias razões e ser considerada um interlocutor crível e digno de consideração, tanto por parte do complexo industrial de Suape quanto pelo governo estadual.

O processo de governança proposto prevê três fases ideais:

- 1) Assinatura de um Protocolo Operativo de Intenções
- 2) Criação de uma Assembléia Institucional dos Municípios e de um Fórum Social
- 3) Eventual transformação da assembléia em uma Associação permanente dos Municípios.

Identifica-se na agência CONDEPE/FIDEM e no Programa de Qualidade da Gestão Municipal (PQGM) os possíveis sujeitos / instrumentos sobre os quais apoiar-se para o desenvolvimento e coordenação das fases enumeradas acima.

1) Assinatura do Protocolo Operativo de Intenções

Que é: contrato que institui a Assembléia Institucional dos Municípios e o Fórum Social e define as regras de funcionamento.

Quem o firma: as Prefeituras dos 5 Municípios, CONDEPE/FIDEM e Suape.

2) Instituição da Assembléia Institucional dos Municípios e de um Fórum Social

Que é: um ente que reúne os vários municípios e que aja como um órgão unitário e se faça portador das exigências do território e desenvolva projetos estratégico integrados. Uma estrutura semelhante deveria configurar-se como um ente institucional estável, mas ao mesmo tempo flexível e leve.

Quem o compõe: Núcleo de Coordenação, Comitê Científico, Secretaria e Fórum Social.

Núcleo de Coordenação da Assembléia Institucional

Neste caso o núcleo de coordenação criado para o Plano Territorial poderia tornar-se em um órgão fixo.

Onde e quando reunir-se: Anualmente o Núcleo de Coordenação define um plano de atividades relacionadas à iniciativas e projetos de natureza supra-municipal definindo de cada vez os adequados acordos de colaboração, responsabilidades e participação econômica. Uma vez escolhido o projeto / programa para ser desenvolvido, o núcleo de regência se reunirá novamente para fornecer os direcionamentos do projeto; na metade da elaboração do projeto para verificar o estágio dos trabalhos; e no término do projeto para examiná-lo e aprovar a sua execução.

Comitê Científico da Assembléia Institucional

Composição: Dirigentes dos setores competentes, um membro do CONDEPE/FIDEM, consultores especialistas, técnicos, um gestor de projeto. Cerca de 8 a 10 membros que se revezarão de acordo com a natureza do projeto a ser elaborado.

Papel: Órgão técnico executivo. O membro do CONDEPE/FIDEM acompanha os processos e a elaboração dos projetos, capacita e forma os componentes, facilitando a transferência de know how, conhecimentos e dados.

Responsabilidades: elabora os projetos concretamente, seguindo as diretrizes fornecidas pelo Núcleo de Coordenação e percebe as exigências e sugestões que emergem do Fórum. Organiza, junto ao Fórum, encontros públicos e encontros direcionados aos cidadãos para informá-los sobre as etapas dos trabalhos e dialogar com os mesmos.

• Secretaria:

Composição: Membros do CONDEPE/FIDEM.

Papel: Órgão de gestão.

Responsabilidades: Gere os aspectos práticos e burocráticos, mantém as relações entre os membros, organiza os encontros políticos e técnicos, os eventos com os cidadãos e o Fórum.

• Fórum Social

Composição: Um membro do CONDEPE/FIDEM para gerir o processo e métodos de interação, conselheiros apropriados e 1 membro do comitê científico.

apropriados e 1 membro do comitê científico.

Papel: órgão consultivo e propositivo.

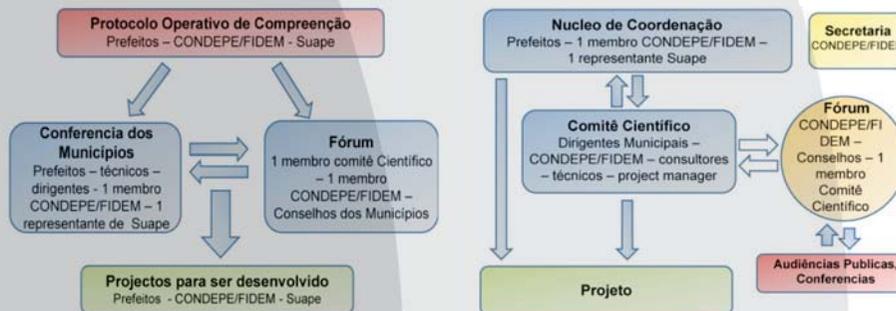
Responsabilidades: Organiza as audiências públicas e conferências, de modo autônomo ou em colaboração com o comitê científico; recebe e sistematiza as demandas e as sugestões provenientes da sociedade civil, para em seguida transmitir ao comitê científico, e dialoga com o mesmo.

O Núcleo de Coordenação se reunirá novamente para decidir quais os projetos concretos a desenvolver. Com base na escolha feita, será criado um Comitê Científico e um fórum ad hoc, que começará a trabalhar no planejamento do projeto.

O instrumento da governança proposto poderia contribuir, a longo prazo, para o nascimento de uma estável forma associativa entre os municípios, dotada de um estatuto, no qual cada um poderia se reconhecer e com o qual poderia operar como organismo unitário.

Na ótica de alcançar o objetivo da integração do complexo portuário e industrial de Suape com o território considera-se importante que entre as finalidades do Pacto para o Desenvolvimento seja considerada a transferência de know-how entre os municípios e as empresas que se instalarão em Suape. Para tanto, seria aconselhável vislumbrar a criação de um sistema conjunto de conhecimento, competências e instrumentos para a construção e a gestão, para o qual contribuirão tanto os órgãos públicos locais quanto o Governo do Estado, através da Agência CONDEPE/FIDEM, e Suape.

Partindo da consideração, segundo a qual o complexo de Suape, para atingir a máxima eficiência produtiva, necessita de um território formado, avançado e que funcione, pode-se pensar na criação de um ente / organismo (presumivelmente coordenado e gerido pela associação das empresas) que será constituído no momento no qual o complexo estará em plena operação e que, com a ajuda e o controle do Estado, consiga unir uma equipe de técnicos, especialistas, instrumentos, banco de dados e know how para formar /capacitar os sujeitos públicos e fornecer informações, recursos humanos e competências sobre alguns temas.

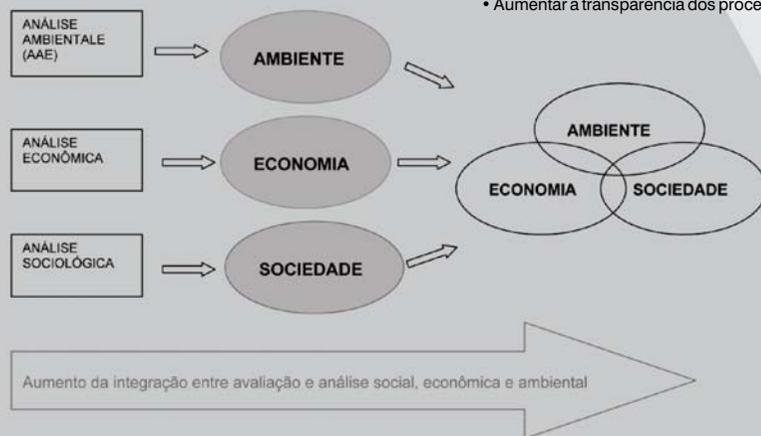


Instrumentos Avaliação Ambiental Estratégica (AAE)

ANTECEDENTES

CONTEXTO

O desenvolvimento do complexo industrial de Suape determina uma série de preocupações ligadas aos possíveis impactos ambientais relativos à produção nele instaladas. A aplicação da Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) aplicada individualmente às empresas que desejam se instalar no complexo parece inadequada para levar em consideração os efeitos combinados que podem produzir-se em uma área destas dimensões. Atualmente se estuda, no Brasil, métodos de avaliação mais complexos que, porém, carecem de uma práxis aplicada. Por isso se pensa importante sugerir a aplicação da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), método hoje já consolidado na Europa, que poderia embasar a redação de um Plano Territorial Estratégico aplicado à região de Suape.



Esquema dos objetivos de uma AAE, integração de análises sociais, econômicas e ambientais para um desenvolvimento sustentável.

PROBLEMÁTICAS

Os principais problemas que poderiam ser afrontados através de um procedimento de AAE são os seguintes:

- Contaminação devida às escórias de produção ar/água/solo;
- Aumento do tráfego automotivo com conseqüente aumento de CO₂, PM10 e de smog fotoquímico;
- Compromisso das atividades ligadas à meio ambiente (pesca, agricultura, ecc.) devido aos impactos ambientais;
- Gestão de lixo comum;
- Sistema de saneamento básico.
- Elevar os níveis de proteção do ambiente;
- Integrar as considerações ambientais na elaboração de

OBJETIVOS

- Elevar os níveis de proteção do ambiente;
- Integrar as considerações ambientais na elaboração de planos e programas;
- Passar de uma visão setorial à uma visão estratégica;
- Prevenir conflitos sociais em matéria ambiental;
- Reconduzir escolhas e opções de governo do território à uma visão estratégica;
- Aumentar a transparência dos processos de avaliação.

CONFRONTO ENTRE AIA E AAE (BOX A PARTE)

	AIA	AAE
ações	Aplicada à projetos específicos e relativamente breves	Aplicada à políticas, planos e programas com uma ampla perspectiva estratégica.
fase	Atua no estado inicial do projeto quando os parâmetros são fixados.	Idealmente se atua no estado inicial do plano estratégico.
Faixa de alternativas	Considera uma faixa limitada de alternativas de projeto.	Considera uma faixa ampla de cenários alternativos.
independência	Comumente preparada e/ ou financiada pelos proponentes do projeto.	Conduzida independentemente de cada proponente de projeto.
objetivo	Se concentra sobre a obtenção da permissão de construção, raramente com um feedback às políticas, planos ou programas.	Se concentra sobre decisões de implicação política, planos e programas para futuras decisões de nível inferior.
metodologia	Bem definida, processo linear, com início e fim.	Multi-estágios, processo iterativo com retorno avaliativo.
estudo de impacto	A preparação do documento de estudo de impacto ambiental com formatos e conteúdos prescritos é comumente obrigatória. Este documento é o ponto de partida para o futuro monitoramento.	Poderia não ser formalmente documentada (vem, porém, integrada de muitas leis regionais e nacionais no caso europeu).
impactos cumulativos	Considerações limitadas de impactos cumulativos, geralmente limitados à alguma fase do projeto. Não cobre a dimensão regional de desenvolvimento de múltiplos projetos.	Compreende internamente considerações de impacto cumulativo.
ênfasis	Vem enfatizada a mitigação de impactos ambientais e sociais de um específico projeto, mas com a identificação de algumas oportunidades de projeto.	Vem enfatizada a realização de objetivos balanceados ambientais, sociais e econômicos em políticas, planos e programas. Individualização inclusive de resultados de desenvolvimento em um macro-nível.
governance	Não permite a criação de cenários alternativos.	Consente individualização de cenários alternativos.
monitoramento	Monitoramento previsto mas não sistematicamente.	Monitoramento sistemático que permite dados de base confiáveis, durante toda a vida da obra realizada.
participação	Prevista como publicação e discussão.	Prevista a piú livelli e integrata nelle fasi successive
impactos ambientais	Prevenções do dano ambiental.	Precauções integrando as avaliações ambientais no processo decisional.



Instrumentos Avaliação Ambiental Estratégica (AAE)

ARTICULAÇÃO DA AAE

A Avaliação Ambiental Estratégica foi introduzida pelas diretivas europeias 2001/42 com o objetivo de assegurar que as consequências ambientais de certos planos e programas sejam identificados e qualificados durante sua preparação e antes de sua atuação. No caso específico, portanto, seria útil que uma avaliação deste tipo seja acompanhada da realização do Plano Diretor de Suape e do Plano Estratégico da região.

O procedimento de AAE se articula nos seguintes pontos:

- rastreamento: verificação do fato que o um plano ou programa recaia no âmbito jurídico no qual é prevista a AAE;

- escopo: definição do âmbito das pesquisas necessárias para a avaliação, individualização da autoridade competente pela AAE, consulta com as partes interessadas, consulta adequada com as autoridades ambientais seguindo os princípios de coerência interna e coerência externa;

- documentação do estado ambiental e recolhimento da base de conhecimento necessária à avaliação: análise adequada do contexto ambiental com a verificação durante a consulta das autoridades ambientais para estabelecer o aporte de informações a incluir no Relatório Ambiental e sobre o seu nível de detalhes, projeto e monitoramento;

- definições dos prováveis impactos ambientais significativos: nesta fase se redige uma síntese não técnica a ser proposta ao público, tais prováveis impactos são apresentados às autoridades competentes;

- informações e audiências públicas: todas as informações obtidas são publicadas ou disponibilizadas via web para facilitar a informação ao público juntamente com uma agenda de audiências públicas para a discussão da AAE;

- interação com o processo decisório sobre a base de avaliação: a avaliação do Relatório Ambiental por parte das autoridades competentes, nesta fase são incluídos dos comentários públicos e se necessário podem passar por uma revisão do plano para adoção de novas medidas;

- monitoramento dos efeitos do plano ou programa depois da autorização: programação do monitoramento que devem constar e demonstrar uma avaliação periódica de concordância ao plano, em caso contrário se pode corrigir o plano para obter os resultados esperados.

VANTAGENS DE AAE

- analisa e organiza os diversos atores (stakeholders) contemporaneamente ao projeto de implantação, consistindo num processo cuidadoso aos riscos ambientais em cada fase.

- permite alcançar um processo no qual o plano vem desenvolvido baseando-se numa ampla gama de perspectivas, objetivos e condicionantes em relação àquele inicialmente identificado pelo proponente na fase de projeto;

- Uma maior informação do público e conseqüente transparência dos riscos ambientais potenciais em cada fase do projeto;

- Uma maior atenção aos indicadores ambientais considerados significativos para representar o ecossistema, antes que o projeto seja realizado, durante e depois inclusive, para um maior monitoramento ambiental contínuo e independente da empresa instalada.

- Uma maior comunicação entre fronteiras para avaliar as possíveis recaídas negativas nos municípios/ estados vizinhos.

- Uma consideração mais ampla das problemáticas que a instalação pode criar, considerando sejam os impactos cumulativos (o fato de que serão mais de 100 com diversos processos produtivos e diversos tipos de emissão de substâncias poluidoras), sejam os problemas secundários induzidos pelo inteiro processo de desenvolvimento (maior tráfego, maior produção de lixo, maior necessidade de água, aumento da produção de lixo comum).

- Uma modelagem preventiva das emissões de gás (serra) que portam uma compensação maior;

- Concentra-se sobre um cenário mais amplo, compreendendo internamente problemáticas ambientais muito complexas que podem vir integradas com análises econômicas de custo-benefício e com a programação estratégica;

RELAÇÃO ENTRE AAE E PLANO

Para assegurar que a AAE possa realmente influenciar e intervir sobre os aspectos decisórios e sobre as escolhas, é fundamental que seja realizada em conformidade com a elaboração do plano ou programa, acompanhando-o e integrando-o ao processo de formação e ao relativo percurso decisório.

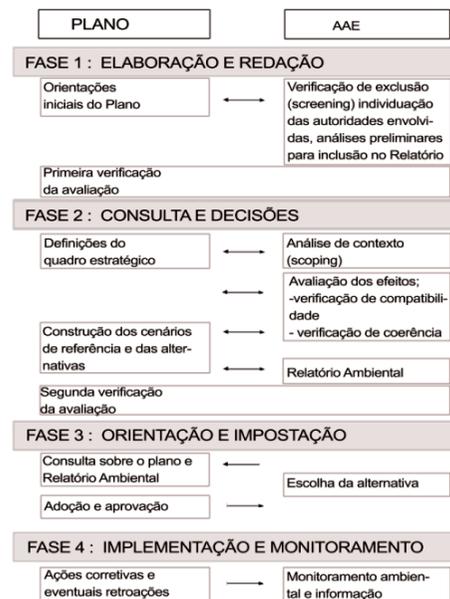
Esta relação deve seguir durante toda a fase de programação, a partir da elaboração do plano onde o procedimento de rastreamento se integra com as orientações iniciais do plano.

No passo sucessivo de consulta e decisão quando se define o quadro estratégico é necessário considerar o procedimento de escopo da AAE em paralelo.

Do mesmo modo, enquanto se constrói o cenário de referência e as suas alternativas, tem um papel fundamental a análise do território e a identificação dos indicadores que embasarão o Relatório Ambiental em todas as alternativas individuadas.

Na fase denominada de orientação e impostação, seja do Relatório Ambiental que do plano, são utilizadas para individualizar e escolher as melhores alternativas.

Neste ponto o plano vem aprovado e nessa última fase, de implementação e monitoramento, as práticas de controle ambiental permitem correções do plano.

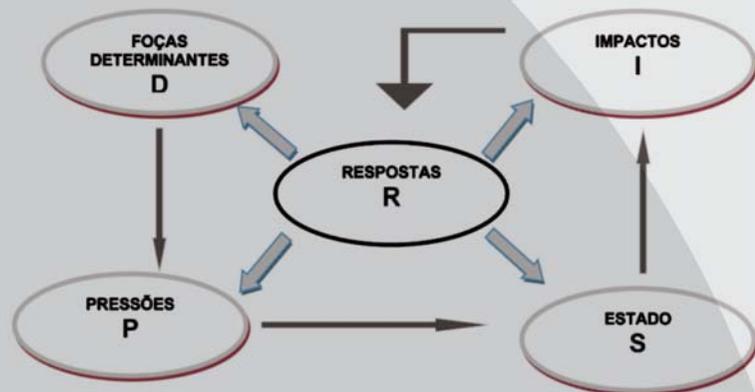


Instrumentos Avaliação Ambiental Estratégica (AAE)

ESCOLHA DE INDICADORES

A fase crucial para o procedimento da AAE, é aquela dedicada à escolha dos indicadores. De fato, a necessidade de analisar a contribuição dos fatores individuais para definir idealmente um status ou uma função ambiental é sempre o maior problema dos especialistas no setor. Aqui são individuados os indicadores-chave, ou core set que consentem uma descrição cuidadosa dos diversos componentes ambientais.

Uma metodologia muito difundida na Europa é o método DPSIR: forças determinantes (D) que geram pressões (P) que alteram o estado ambiental (S) produzindo impactos (I) que requerem respostas (R).



Deste esquema emerge claramente como a AAE não se limita à mitigação dos impactos com a AIA, mas procura prioritariamente eliminar-los antes de compensar-los e mitigar-los.

Além disso, a AAE procura regular as forças determinantes que são as atividades derivadas das necessidades socioeconômicas e individuais, procura reduzir as pressões que são causadas destes determinantes e de melhorar a qualidade do estado ambiental. Justamente por causa disso, é fundamental usar os indicadores adequados que permitam o entendimento do ambiente e um conseqüente monitoramento que garanta o padrão para a saúde humana e a tutela da biodiversidade. Uma vez

individuados os indicadores adaptados ao contexto ambiental, são catalogados em tabelas indicadoras com a função de fornecer o maior número de informações necessárias para entender as motivações da escolha. As tabelas contêm: definição, significância, descrição, métodos de medição ou análises efetuadas, referências normativas, peso atribuído e critério de avaliação.

Quando a compreensão do ambiente circundante através

humana e a tutela da biodiversidade.

Uma vez individuados os indicadores adaptados ao contexto ambiental, são catalogados em tabelas indicadoras com a função de fornecer o maior número de informações necessárias para entender as motivações da escolha. As tabelas contêm: definição, significância, descrição, métodos de medição ou análises efetuadas, referências normativas, peso atribuído e critério de avaliação. Quando a compreensão do ambiente circundante através da tabela é adequada, se procede à integração em matrizes de avaliação padrão.

Geralmente se dão juízos quantitativos que são: B (bom), D (discreto), M (mediocre), R (ruim) e estes podem ser posteriormente associados às respectivas incidências percentuais e os resultados são b, d, m, r matematicamente tratáveis. Dá-se um maior peso aos fatores negativos porque de um único indicador negativo confere uma impressão negativa à toda matriz. Isso confere uma prudência ao processo de avaliação e pode posteriormente ser mitigado em termos descritivos se necessário. Concluindo, é possível identificar um processo preciso de avaliação que parte da relação ambiental enquadrada em uma primeira visão dos pontos fracos do território investigado.



Instrumentos

Avaliação Ambiental Estratégica (AAE)

Sucessivamente, à análise é aprofundada com a criação de indicadores específicos, e das suas avaliações em forma quantitativa e mensurável que baseiam a formulação do Relatório Ambiental do estado atual. Tal Relatório representa o ponto de partida do qual dependerão todas as futuras análises e inquéritos de monitoramento e controle, portanto é fundamental que seja executado do melhor modo possível. Os indicadores podem ser usados de múltiplos modos e combinações para obter as matrizes avaliativas integradas. É importante a definição do core set de indicadores ambientais relevantes que seja conduzida tendo como referência os seguintes âmbitos de integração:

- As temáticas ambientais, que compreendem tanto as matrizes ambientais, quanto as problemáticas ambientais;
- Os setores de intervenção (eixos prioritários);

A escolha das temáticas e dos indicadores adotados para a AAE se baseia sobre análises críticas de diversas fontes primárias. Tendo em comum a lógica do modelo DPSIR, é fornecido um possível exemplo de como os impactos causados pela poluição das emissões, a gestão dos resíduos, riscos tecnológicos e problemáticas urbanas ambientais podem ser tratados juntos.



ESCOLHA DE INDICADORES

TEMÁTICAS AMBIENTAIS	INDICADORES DE PRESSÃO	SECTORES				
		INDÚSTRIA	ENERGIA	TRANSPORTES	TURISMO	DOMÉSTICO
ACIDIFICAÇÃO	Emissões de SO2 Emissões de NOx Emissões de NH3	•	•	•		•
RESÍDUOS	Produção total de resíduos por setor Produção total e per capita de resíduos urbanos Produção de resíduos perigosos Importação e exportação de resíduos perigosos	•	•	•		•
ÁGUAS	Extração de água: por área, per capita e por setor Consumo de água per capita Emissões de metais pesados na água Emissões de nutrientes na água (nitrogênio e fósforo) Emissões de matéria orgânica (kg per capita)	•	•	•		•
RISCOS TECNOLÓGICOS	Nº incidentes prováveis: Indústria e transporte Implantes com risco de incidentes relevantes	•		•	•	
NATUREZA E BIODIVERSIDADE	Densidade de infra-estrutura ligada à rede de transportes Áreas usadas para agricultura intensiva Zonas edificadas	•	•	•		•

CONCLUSÕES

Do esquema apresentado se depreende como a utilização de uma AAE pode, desde a individualização dos indicadores, fornecer na sua formulação as modalidades para avaliar um cenário muito mais amplo que uma simples avaliação ambiental, integrando componentes como resíduos, o tráfego, uso do solo e muitos outros parâmetros sociais, econômicos e ambientais, garantindo o desenvolvimento de alternativas válidas e concretas.

Em fim recorda-se como a avaliação de impactos cumulativos com esta metodologia é imediata e suficientemente linear. Embora custosa e relativamente complicada, garante um padrão de qualidade ambiental e para a saúde humana notadamente superior. Concluímos, portanto, insistindo que a AAE, durante a implantação do pólo industrial portuário de Suape seria o instrumento indicado para avaliar os múltiplos impactos do complexo, e, integrando-se com o Plano Estratégico, seriam concedidos enormes espaços de alternativa.

Também é importante notar que já se encontram exemplos não regulados pela lei brasileira deste tipo de procedimento, que sem sobra de dúvida alcançará uma notável difusão em todo o mundo nos futuros planos de gestão do território.



Métodos Tecnológica para a Gestão do Território

ANTECEDENTES

Encontra-se no documento "Território Estratégico de Suape", "O programa de Controle Urbano-Ambiental do Território", que contém um eixo ordenador chamado "Fortalecimento Institucional", o qual apresenta a idéia de fortalecer as instituições existentes para se alcançar um efetivo controle urbano-ambiental, através de atividades jurídicas e técnicas que assegurem a sustentabilidade do território, utilizando os materiais existentes em cada um dos municípios.

A complexidade dos problemas presentes na área de estudo evidencia a necessidade de se utilizar ferramentas de análise não tradicionais, mas de tecnologia avançada. Para iniciar este eixo ordenador, propõe-se a utilização do SIG, que funcionaria como um sistema útil para complementar o trabalho de levantamento dos dados existentes e, assim, avançar com a proposta de soluções sustentáveis nos diversos campos de ação.

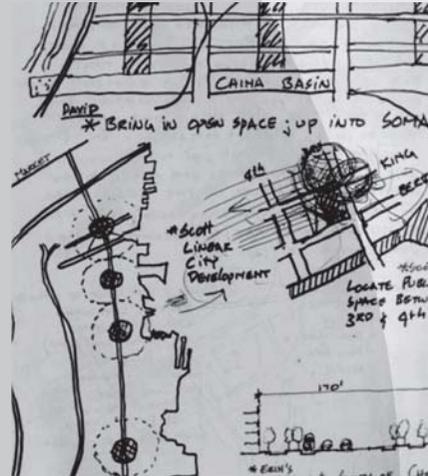
Um Sistema de Informação Geográfica oferece uma ajuda importante para a leitura e compreensão do território, permitindo a fácil gestão de dados e imediata representação geográfica no mapa. Um ponto, linha ou áreas relevantes, ocultam informações inúmeras: um conjunto de coordenadas geográficas que serão associadas por meio de dados coletados em tabelas, caracterizando o lugar em questão. Um exemplo poderia



ser evidenciar o patrimônio natural, permitindo a definição de seu sistema composto de vários elementos. Além disso, podem-se identificar assentamentos informais e cadeias produtivas informais presentes no território, relacionando cada uma das suas características. Tudo isso constitui a base de levantamento de informações que tem sido feito na área. A compreensão precisa depende do nível e da quantidade de informação que pode ser cruzada com o mapa territorial. Um Sistema de Informação Geográfica é uma integração organizada de hardware, software e dados geográficos projetados para capturar, armazenar, manipular, analisar e exibir em todas as suas formas a informação geograficamente referenciada, a fim de resolver os problemas complexos de planejamento e gestão.

OBJETIVO GERAL

Gerenciar os recursos da região através de uma leitura orgânica do território, mediante a compilação de dados relativos a diferentes âmbitos de estudo como o nível sócio-cultural, ambiental, econômico, administrativo-institucional, identificando suas forças e fragilidades para um desenvolvimento sustentável da região.

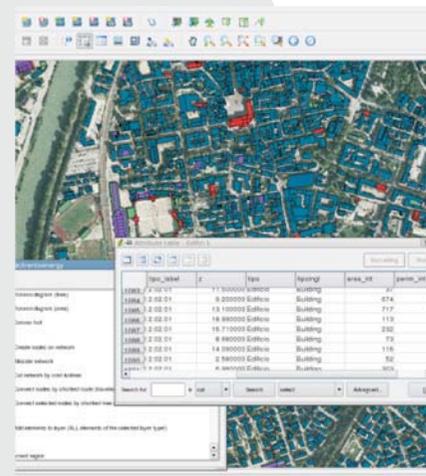


AÇÕES

Neste caso, decidiu-se trabalhar em três setores que foram considerados críticos pela sua complexidade a nível espacial e intangível, e pela sua incidência no território: o meio ambiente, o sistema econômico produtivo e nível urbano (assentamentos informais e cadeias produtivas informais). A partir de um objetivo, estabelecer quais dados são necessários para a posterior criação de mapas temáticos; destacar pontos, trajetos e áreas de interesse através da tecnologia GPS, inserção de dados relevantes em um sistema georeferenciado; organizar e classificar os dados através da criação de camadas e tabelas; cruzar as informações encontradas e exibir os resultados no mapa territorial.

A utilização do SIG é pertinente porque:

- Permite compilar e manipular grande quantidade de informações espaciais da região de forma rápida e eficaz;
- Permite obter uma leitura clara e atual do território;
- Pode-se monitorar as mudanças do território no tempo;
- A existência de softwares livres de boa qualidade permite a construção de um sistema de forma gratuita;
- É um sistema de fácil uso;
- Ajuda a encontrar as possíveis soluções para os problemas existentes no território.



METODO

Levantamento de Dados

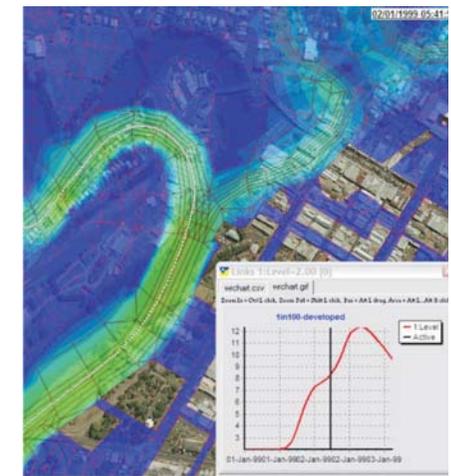
Através de um instrumento de tecnologia de satélite, GPS, podem-se levantar pontos, rotas e áreas significativas.

Para cada elemento, o instrumento registra o posicionamento (coordenadas geográficas); outros dados descritivos são registrados manualmente.

Estas informações podem ser de naturezas diferentes (datas, descrições, imagens, anotações pessoais, entre outras).

Transferência de dados móveis do GPS para o Sistema SIG.

Após a fase de levantamento, transferem-se automaticamente os dados dos instrumentos móveis (GPS) para o software SIG (software gratuito Quantum GIS <http://www.qgis.org>) e desta forma, obtém-se o georeferenciamento dos elementos levantados pelo sistema de coordenadas internacional. Outros dados descritivos pesquisados são introduzidos nas tabelas correspondentes. Estas duas ações constituem a base de dados do trabalho.



Métodos Um SIG Por um Sistema Produtivo

UM SIG PARA O SETOR METALMECANICO

Um GIS por o sector metalmeccanico teria uma importancia fundamental, considerando que ele tem um rolo muito importante na regioao. O sistema permerteria primeiro de coletar e sistematizar todas as informacoes ja existentes e integrarlas com novos dados, ainda nao colidos. O sistema será capaz de retornar as informacoes solicitadas, irá apresentar as informacoes solicitadas pela ligação de dados do sistema de produção mesmo entre eles e do sistema industrial com as de outras indústrias.

ACTUAÇÃO: ORGANIZAÇÃO E ETAPAS

A primeira fase da construção de um SIG para o setor industrial pode interessar em uma maneira específica do setor metalmeccanico como sector central da economia da area estudada. Esta seria a espinha dorsal de um sistema que pode ser feito por etapas, mas que ainda seria funcional em todos eles. Numa primeira fase de constituição dum GIS da única cadeia do setor metalmeccanico podemos supor de detectar e inserir dados para cada empresa e este resultado seria a primeira análise.

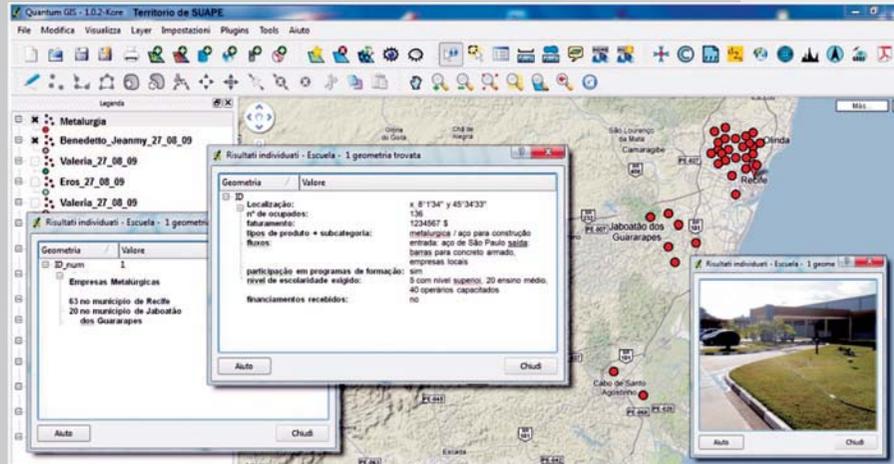
Dados de uma empresa

- local
- nº de empregados
- faturamento
- tipologia de produto + subcategoria
- fluxos: por produtos em entrada e saída, tipologia proveniência o destinação,
- participação a programas de formação
- nível de escolarização necessaria
- contributos recebidos
- tipo de lixo produzido
- impresa que recolhe o lixo

Depois de introduzir os dados será possível interrogar o sistema em funcionamento, de modo a obter apenas informações necessárias, em forma de tabelas e mapas

Informação das empresas individuais

O mapa de elementos que apresentam as características seleccionadas entre as indústrias do setor



UM SIG PARA O SISTEMA INDUSTRIAL INTEGRADO COM O TERRITÓRIO

Mais tarde pode passar na fase de construção de sistemas de informação em outros setores, inicialmente poderiam ser simples, incluindo apenas as informações mais significativas e aquelas que têm relação mais direta com o setor produtivo.

Estes sistemas no principio não teriam uma função independente mas permitiria expandir as analisis do sistema metalmeccanico para outros setores relacionados a ele.

Se nós assumimos um banco de dados residencial para ligar-se com o resto, pode se analisar algumas das dinâmicas mais específicas do sector da produção indicado: por exemplo, o fluxo de trabalhadores, a distância de potenciais empregados de acordo com sua formação, a dinâmica do crescimento e da diminuição das áreas residenciais.

Seria importante que se pense da informação para considerar a conveniência de áreas na região estudada, esta pode variar em função da acessibilidade e da proximidade com infra-estrutura, as condições e os incentivos fiscais existentes no município, o custo do terreno, a presença na área serviços (empresas de transportes, armazenagem, contabilidade, informática). Há também outros campos de aplicação do SIG para os quais existem aplicações específicas, como a logística. Um sistema SIG pode ser um instrumento fundamental para a gestão de plataformas logísticas através do qual se pode chegar a níveis significativos de otimização de recursos.

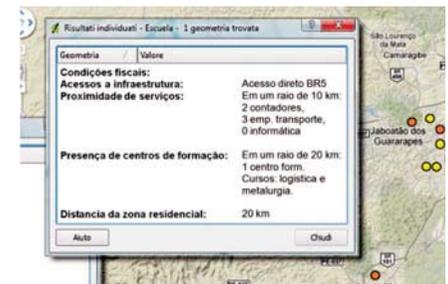
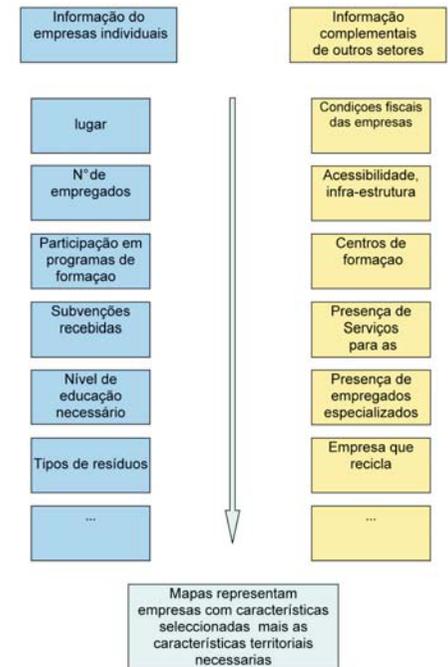
Uma outra área onde a tecnologia SIG pode dar um contributo forte é a gestão integrada de resíduos.

Se você pensar em um sistema de coleta seletiva para um território, esta tecnologia pode ser útil para a gestão de diferentes aspectos do processo da eliminação e tratamento de resíduos.

Algumas áreas de aplicação podem ser:

- identificação de aterros sanitários e usinas de processamento
- gestão da recolha
- Monitoramento de infra-estrutura

Em uma terceira etapa, poderíamos pensar em incluir o sistema de informação para outros setores econômicos, que permeteria entregar as mesmas operações descritas até agora para outros sectores, para analisar o sistema de produção em toda a sua dinâmica.



Métodos Um SIG para os Assentamentos e as Cadeias Produtivas Informais

ANTECEDENTES

O Sistema de Informações Geográficas pode ser utilizado como instrumento para transmitir dados que definam os locais com todas as suas dinâmicas e, desta forma, realizar uma leitura mais clara e realista da situação atual, levando em conta a proposta de possíveis soluções de melhoria completamente sustentável.

PROBLEMÁTICA

O problema da informalidade dos assentamentos urbanos que compõem as favelas caracteriza-se pela complexidade de sua estrutura determinada pela formação irregular e indiscriminada de grupos de casas em áreas que não foram planejadas para isto, resultando em problemas ambientais, sócio-econômicos e de infraestrutura. Esta situação tem um impacto direto sobre o resto do município, muitas vezes de maneira negativa. Mas a falta de controle e de olhar para o setor, tem permitido a degradação de alguns desses assentamentos que poderiam ser melhorados e integrados ao resto do território, ao encontrar-se num estágio intermediário de consolidação.

Para estes assentamentos serem identificados através do GIS, deve-se pensar em considerações que determinem antecipadamente se é necessário ou não o levantamento de dados.

Encontram-se na mesma situação de abandono, cadeias de produção informal, que estão espalhados por todo o território, sem qualquer organização, causando problemas de ocupação do espaço público, contaminação proveniente do lixo, degradação da imagem urbana, entre outros. Para defini-los através do SIG, é pertinente perceber isso pela área de assentamento no território.



OBJETIVOS

- Zonear os assentamentos informais mais ou menos vinculados e aqueles que se encontram em ameaça para determinar o tipo de intervenção para cada grupo;
- Identificar os diferentes grupos de comércio informal e sua localização no território;
- Aliviar as intervenções que se tem realizado para melhorar as condições das cadeias produtivas informais existentes;
- Identificar para cada assentamento as características que o identifiquem a nível social, econômico, urbano / arquitetônico, ecológico;
- Reconhecer as características que definem as cadeias produtivas informais;
- Identificar a formação de novos assentamentos informais que estão começando a surgir;
- Identificar áreas de possível formação de assentamentos por condições que são favoráveis a este processo;
- Identificar áreas de possíveis assentamentos de cadeias produtivas informais em áreas do território que apresentem condições propícias a este processo.

ATORES

Executores: Associações, sociedades, colégios e universidades, profissionais (arquitetos, engenheiros, urbanistas, entre outros); habitantes dos assentamentos que são treinados para realizar levantamento de dados.

Gestores: As instituições públicas locais e regionais, os municípios, Região Metropolitana do Recife, universidades, instituições privadas.

Destinatários: Habitantes de diferentes bairros de formação informal.

METODO

DADOS A COLETAR (POR BAIRRO):

Informações gerais: nome do bairro, localização geográfica (coordenadas), dados e formação histórica, morfologia urbana (padrão, as características dos perfis urbanos), a acessibilidade à cidade e vice-versa.

Legalidade: cadastro, propriedade da terra.

Infra-estrutura: os serviços existentes e de direito, o estado das estradas e sua tipologia, a presença de instituições educacionais e de saúde e seu estado atual, de transporte e vias de passagem, os espaços públicos existentes, formais ou informais.

Cultura: costumes e atividades culturais adequadas para a área.

Social: tipos de famílias, problemas sociais, doenças frequentes, presença de associações e definição de sua estrutura, grupos sociais e suas características, níveis de escolaridade.

Economia: atividades econômicas informais, cadeias produtivas informais (localização e características).

Paisagem: natureza: identificação de problemas ambientais, tipo e estado da fauna e da flora, a influência dos assentamentos sobre o território.

Habitação: endereço de moradia, localização (coordenadas), os dados da pessoa de contato, a estrutura física da habitação, história de assentamento, composição do núcleo familiar, número de pessoas por residência e suas idades, ocupação das pessoas que trabalham, situação econômica (renda mensal), nível de formação educacional.



FINALIDADES

Utilização do sistema SIG em projetos de melhoria integral e sustentável nos bairros:

• **Descritiva / morfológica:** Permite a descrição e compreensão das morfologias complexas. Identificação e caracterização de elementos do território.

• **Comunicação:** Evidencia formas de acessibilidade e comunicação com o resto da cidade. O GIS mostra como a comunidade usa a complexa rede de conexões, muitas vezes oculta, que preenche a falta de estradas e transportes públicos.

• **Auto-reconhecimento:** Permite identificar os espaços que se adaptaram para desenvolver-se como uma comunidade e as atividades que são realizadas nestes espaços; incentivar a comunidade a participar no esforço de melhoria urbana, proporcionando a forma de visualizar a informação que eles coletam na forma mapas.

Este é um meio eficaz para a real compreensão dos seus problemas, os mapas de pobreza desenvolvidos através da utilização do SIG permitem que os moradores dos bairros possam identificar as diferenças na qualidade de vida dos setores de seu bairro.

• **Identificação** de áreas de intervenção: determinar valores quantitativos de pobreza, de risco, densidade, a identificação de áreas para novos assentamentos formais em outras áreas da cidade e quais assentamentos se encontram em melhores condições para serem consolidados.

Métodos Uma Ferramenta para a Valorização e Preservação do Meio Ambiente

UMA FERRAMENTA PARA A VALORIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

ANTECEDENTES

Para a realização de um SIG para o setor ambiental na área de estudo, se deveria proceder a coleta de dados e informações de natureza, procedências e formatos muito diversos entre si (mapas, tabelas, gráficos, imagens, layers digitais com informações territoriais). Utilizando as grandes potencialidades oferecidas pelo instrumento SIG, tais dados foram analisados, avaliados conjuntamente e então homogeneizados e integrados ao fim das representações da dinâmica territorial, destacando como estão relacionados com o contexto sócio-econômico no qual se encontram.

PROBLEMÁTICAS:

- Ausência de definição de critérios na escolha das áreas naturais identificadas para a compensação ambiental.
- Falta de homogeneidade nos critérios de definição quantitativa para a aplicação dos mecanismos de compensação ambiental.
- Consideração dos efeitos sistêmicos, seja em termos de impacto, como de preservação do sistema de elementos do patrimônio ambiental.
- Falta de uma pesquisa de campo sobre os importantes elementos naturais do território.
- Falta de relação entre os efeitos causados pelas empresas e a compensação das áreas naturais.
- Consumo dos recursos naturais do território.

OBJETIVOS

- Representação e definição do sistema produtivo da área de Suape (SIG cadeia produtiva + logística)
- Suporte a um sistema de cálculo dos efeitos (produzidos e naturais)
- Identificação dos elementos estratégicos dos corredores (ecológicos, atividades compatíveis...)
- Suporte a gestão do patrimônio (sistemização das informações dos elementos de valor natural, monitoramento, turismo, etc).
- Coordenação dos projetos previstos no Plano Estratégico (ambiental: recuperação e preservação das reservas naturais, da foz dos rios, mata atlântica; construção de um sistema de espaços públicos urbanos integrados; gestão de resíduos; abastecimento de água e drenagem: definição das áreas de risco de inundações e deslizamentos e definição das áreas de recolocação).

ATUAÇÃO:

O foco principal do projeto é ambiental. A própria natureza do sistema SIG prevê a consideração e integração de dados de outros setores interligados. No nosso caso, os dados e informações sobre o setor produtivos são fundamentais para definir o sistema que deveria ser compensado. Também o setor social pode ser implicado no processo através da formação de pessoal especializado, da difusão de informações e participação.

Processo de implementação

- Etapa 1:** Projetoção do sistema
Projetação; Formação de técnicos Individualização de gestores; Construção da estrutura hardware e software.
- Etapa 2:** Técnica operativa
Recolhimento de dados; Construção do sistema GIS
- Etapa 3:** Gestão do sistema
Análises de dados; Atualização do sistema; Difusão da informação e participação.

Recursos

- Pessoal:** técnicos especializados e gestores.
- Software:** possibilidade de utilizar software gratuito. Quantum GIS, <http://qgis.org>
- Hardware:** computadores com sistema operativo Linux o Microsoft.
- Dados:** dados existentes e recolhidos no território.
- Processos:** processos de gestão do trabalho.

OBSTÁCULOS:

- Dificuldades de construir um sistema de indicadores (pensar num sistema simplificado).
- Escassez de técnicos e pessoal especializado.
- Escassez de ferramentas tecnológicas.
- Falta de instrução na gestão do sistema.
- Falta de integração entre atores públicos e privados.

Recursos Humanos: número de técnicos e fiscais, assim como cartógrafos dedicados ao controle urbano - Plano Estratégico de Suape

Recursos humanos	Cabo de santo agostinho	Ipojuca	Jaboatão dos Guararapes	Moreno	Escada
Técnicos	6	4	3	2	1
Fiscais	39	5	19	10	3
Cartógrafos	1	0	5	0	0

Equipamentos e Logística: número de computadores, AUTOCAD, GPS, veículos - Plano Estratégico de Suape

Equipamentos e Logística	Cabo de santo agostinho	Ipojuca	Jaboatão dos Guararapes	Moreno	Escada
computadores	6	3	3	1	2
AUTOCAD	1	0	1	0	1
GPS	1	0	1	0	1
Veículos	4	3	1	0	0

Informações existentes e ausentes

Heterogeneidade de informações entre os municípios (falta de instrumentos cartográficos em alguns municípios). Existência de legislação urbanística nos municípios de maneira não uniforme.

Quadro 08. Existência ou não de leis para os instrumentos de legislação - Plano Estratégico de Suape

Base cartográfica	Cabo de santo agostinho	Ipojuca	Jaboatão dos Guararapes	Moreno	Escada
Cartografia convencional atualizada	NÃO	NÃO	SIM	SIM	NÃO
Carta digital	NÃO	SIM	SIM	SIM	NÃO
Carta imagem	NÃO	SIM	SIM	NÃO	NÃO

Quadro 09. Existência ou não de instrumentos de base cartográfica - Plano Estratégico de Suape

Legislação	Cabo de santo agostinho	Ipojuca	Jaboatão dos Guararapes	Moreno	Escada
Plano Diretor	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Uso e Ocupação do solo	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO
Código de Obras	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Código de Posturas	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO

Métodos GAS com SIG

GESTÃO AMBIENTAL SISTÊMICA UTILIZANDO O SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA (SIG)

ANTECEDENTES

As problemáticas próprias do território de Suape requerem a utilização de ferramentas de análise inovativas como o Sistema de Informação Geográfica, visto que os conflitos de interesses apresentam uma complexidade que não poderia ser expressa com os métodos mais reductionistas.

De acordo com o levantamento no Plano Estratégico de Suape Global, a criação de áreas protegidas não é detalhada; é mencionado um elenco de projetos sobre a conservação dos estuários e áreas protegidas e a re-categorização das Áreas de Proteção Ambiental (APA) existentes. Por outro lado, não contempla a discussão que atualmente está em curso no território sobre a categoria de conservação (e extensão) de uma área protegida no litoral sul. Neste sentido e com o objetivo de embasar estas propostas e discussões, é pertinente o emprego do Sistema de Informação Geográfica como ferramenta facilitadora às tomadas de decisão.

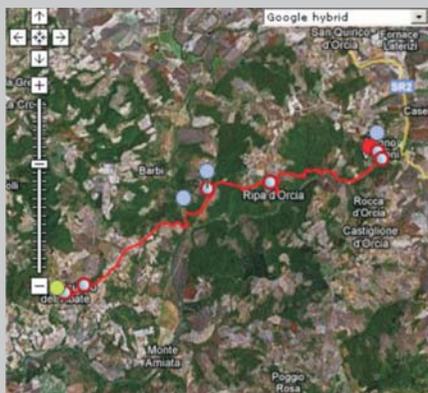
A Gestão Ambiental Sistemática organiza os processos de planejamento, implementação e controle das políticas públicas, assim como suas estratégias e instrumentos, em função do cumprimento das metas de sustentabilidade e eficiência de um território. As ferramentas de informação geográfica demonstram ser

eficientes para a GAS porque permite utilizar metodologias de análise de forma complexa.

Uma destas metodologias é a Avaliação Multicritério (AMC), que mediante um conjunto de técnicas busca acompanhar os processos de tomada de decisão, investigando um número de alternativas avaliadas através de critérios e objetivos em conflito.

Esta proposta busca representar, no caso da gestão de áreas protegidas, as possibilidades que possibilita a ferramenta SIG e o uso da metodologia de Avaliação Multicritério (AMC). Este método particularmente, pretende ir mais além de critérios econômicos, sociais ou físico-naturais de forma isolada, tratando-os de forma complexa, refletindo de maneira mais real as dinâmicas do território e seus ecossistemas enquanto aporta a tomada de decisões de forma oportuna e eficiente.

Alguns modelos e exemplos aqui representados pretendem ser simplesmente indicativos. É importante esclarecer que cada caso é específico e apresenta particularidades, e que os critérios de decisão e os indicadores de medição não devem ser padronizados, mas modificados e adaptados de acordo com a realidade de cada área



OBJETIVOS

Geral

Gestão eficiente para a conservação e uso sustentável dos ecossistemas estratégicos do território, utilizando o Sistema de Informação Geográfica como ferramenta.

Específicos

- Cooperação entre atores para a gestão conjunta de áreas protegidas;
- Definição e categorização das áreas protegidas no território estratégico de Suape;
- Redução dos conflitos potenciais através da avaliação de alternativas que envolvam as comunidades interessadas
- Definição da linha base de informação ambiental que sirva de suporte para o monitoramento do estado e conservação das áreas protegidas.



ATUAÇÃO

Atores envolvidos

- Ministério do Meio Ambiente (MMA)
- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)
- Centro de Sensoriamento Remoto (CSR) (Utiliza Sistema Compartilhado de Informações Ambientais - SisCom) (faz parte do IBAMA)
- Coordenação de Monitoramento Ambiental (COMAM)
- Centro de Monitoramento Ambiental (CEMAM) (faz parte do IBAMA)
- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)
- Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA)
- Secretaria de Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente (SECTMA Pernambuco)
- Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (CPRH Pernambuco)
- Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONSEMA Pernambuco)
- Secretarias Municipais de Meio Ambiente
- Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMDEMA)
- Universidades e Institutos de investigação
- População residente e proprietários da terra
- Organizações da sociedade civil – associações ambientalistas.

Promotores e possíveis financiadores

- Ministério do Meio Ambiente (MMA)
- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)
- Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (CPRH Pernambuco)
- Organismos internacionais de desenvolvimento
- Organizações não governamentais.

Métodos GAS com SIG

GESTÃO AMBIENTAL SISTÊMICA UTILIZANDO O SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA (SIG)

RESULTADOS ESPERADOS

- Formação de grupo permanente de trabalho interinstitucional paritário operando;
- Linha base ambiental elaborada;
- Estratégia de monitoramento desenhada
- Número de áreas protegidas incrementado
- Plano de manejo ambiental de áreas protegidas elaborado e em implementação.

METODOLOGIA

Organização e Etapas

Etapa 0: modelo

A etapa Zero (0) faz referência à um processo de construção operativa do modelo proposto. Esta etapa permitirá definir os atores que participam no projeto e os procedimentos a seguir. Se propõe a definição de um esquema de cooperação entre atores que consiste na criação de um grupo permanente de trabalho interinstitucional paritário.

O esquema de cooperação está focado no desenvolvimento de atividades conjuntas, articulando os recurso e esforços dos atores para a gestão das áreas protegidas. Algumas das metas do grupo de trabalho podem ser dirigidas a:

- Realização de recursos técnicos e financeiros por via de cooperaci3n internacional;
- Gest3o de recursos de ordem federal e estadual;
- Alerta inicial dos problemas e conflitos nas 3reas;
- Cria3o de uma oferta turística conjunta que permita gerar maiores recursos por conceito de visitas, que inclua uma conex3o veicular entre 3reas, pacotes turísticos por dias, entre outros.

No gráfico 1 se apresenta a seqüência do processo, que funciona ciclicamente, iniciando desde a definição de indicadores e técnicas de análise até a obtenção dos resultados e do monitoramento de alguns elementos definidos com antecedência.

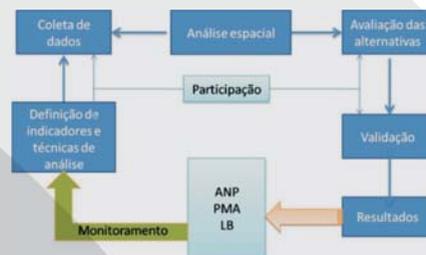


Gráfico 1. Modelo de gestão

O modelo permite obter diferentes resultados como:

- A definição de áreas a conservar (ANP);
- A unidade e subcategoria de conservação a utilizar;
- A elaboração de planos de manejo ambiental (PMA);
- As possibilidades de integração física de várias áreas de manejo já existente (como o estabelecimento de corredores ecológicos)
- Estabelecimento de uma linha base (LB) para monitoramento.



ETAPA 1: CONCEITUALIZAÇÃO

Construção de um modelo conceitual que defina a dinâmica territorial, que permita estabelecer os conflitos (naturais, econômicos e sociais) existentes com respeito à proteção de ecossistemas. Alguns aspectos a considerar são: o estado atual das áreas já declaradas como protegidas, a identificação das razões pelas quais alguns municípios ainda não contam com nenhuma área protegida, a presença de população tradicional e extrativas no território, entre outros.

Identificação de critérios. Os critérios estarão orientados pelos níveis de decisão, deverão ser considerados ao menos três: a) se uma área deve ou não ser conservada; b) tipo de unidade de conservação (Unidade de Proteção Integral ou Unidade de Uso Sustentável); c) subcategoria de conservação. O gráfico 2 mostra um diagrama de decisão que esquematiza os três níveis. Os critérios são de dois tipos: restritivos (os critérios restritivos aqui propostos estão baseados na análise da legislação das áreas protegidas a nível federal) e de avaliação, neste último caso se devem estabelecer como indicadores. Propõem-se ao menos quatro critérios de avaliação: físicos ou naturais, sociais, econômicos e legais.

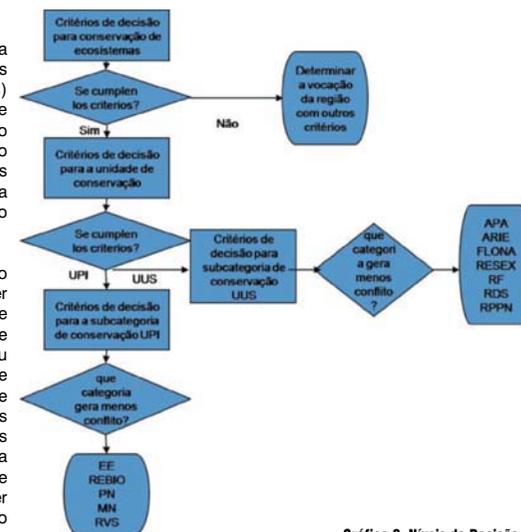
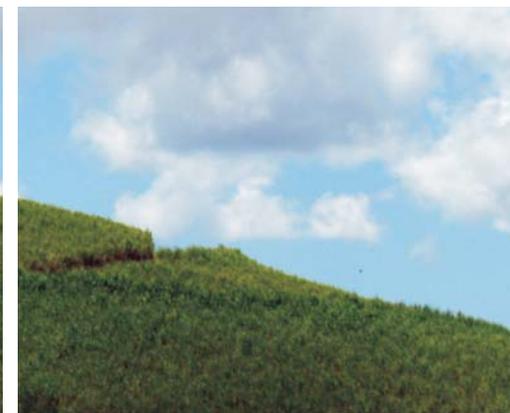
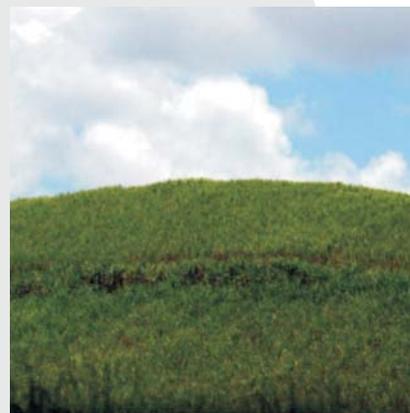


Gráfico 2. Níveis de Decisão



Métodos GAS com SIG

GESTÃO AMBIENTAL SISTÊMICA UTILIZANDO O SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA (SIG)

Critério	Indicadores	Macro Indicadores	Capas intermediárias
Água	Capacidade de absorção de água (drenagem)	Vulnerabilidade de recursos hídricos	Físico-Natural
	Índice de escassez de água		
	Vulnerabilidade por disponibilidade de água		
	Índice de reservas de água subterrânea		
	Demanda bioquímica de oxigênio -DBO5-		
	Qualidade das águas marinhas y costeiras para preservação de flora e fauna		
Solo	Oferta agrária	Vulnerabilidade do solo	Físico-Natural
	Erosão de solos		
	Desertificação		
	Salinização de solos		
Ar	Emissões atmosféricas de contaminantes por setor industrial em nível municipal	Vulnerabilidade do ar	Físico-Natural
	Ozônio estratosférico		
	Índice de Qualidade Atmosférica		
	Índice de potencial climático para a agricultura		
Biodiversidade e florestas	Superfície dos ecossistemas	Vulnerabilidade das espécies de flora e fauna	Físico-Natural
	Diversidade dos ecossistemas		
	Extensão de manguezais		
	Fragmentação dos ecossistemas		
Riscos naturais	Área média anual de reflorestamento protetora e comercial	Vulnerabilidade por fenômenos naturais	Físico-Natural
	Afetação da cobertura vegetal por incêndios		
	Granizo		
População	Índice de ameaça por nível de inundações	Características da população	Social
	Tamanho da população		
	Densidade da população		
	Densidades populacionais em áreas associadas a ecossistemas		
Urbanização	Características da população tradicional no território	Condições de urbanização	Social
	Nível ou grau de urbanização		
Qualidade de vida	Índice de condições de vida da população	Condições de vida	Social
	Necessidades básicas insatisfeitas		
	Nível de instrução		
	Esperança de vida	Condições de desenvolvimento humano	Social

DESENHO DE INDICADORES

Os indicadores (qualitativos ou quantitativos) podem ser construídos através da aplicação de diferentes técnicas de análise e síntese como: lógica difusa, modelos matemáticos, entrevistas, pesquisas, critérios de especialistas. A tabela 1 apresenta alguns critério e indicadores que se propõem utilizar.

ATRIBUIÇÃO DE VALOR AOS INDICADORES

Consiste na definição do peso de cada indicador segundo o critério de especialistas. Para reduzir os erros associados aos juízos de valor se aplicam técnicas como somatória linear ponderada, índice de concordância, análise de ponto ideal, comparação de pares, entre outras.

Econômico	Índice de GINI	Distribuição dos ingressos
	PIB per capita	Condições econômicas da população
	Participação percentual de gastos familiares	
	Índice de pobreza	Consumo de recursos naturais
	Consumo per capita de energia	
	Participação de energias renováveis na demanda interna total de energia	
	Demanda de água	
	Pressão pecuária	
	Superfície cultivada	
	Restrições	Uso de madeira e lenha
Restrições	propriedade do solo	
	Uso do solo	
	Presença de zona de amortecimento	
	Valor de renda do solo	
	Ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória	
	Presença de atributos culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas	
	Grau de ocupação humana	
	Grau de compatibilidade entre utilização da terra e dos recursos naturais e os objetivos de conservação da natureza	
	Presença de populações tradicionais	
	Presença de populações extrativistas tradicionais	
Adequação da área para estudos técnico-científicos sobre o manejo econômico sustentável de recursos faunísticos		

Tabela 1. Proposta de critérios e indicadores



Métodos GAS com SIG

GESTÃO AMBIENTAL SISTÊMICA UTILIZANDO O SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA (SIG)



ETAPA 2: TÉCNICA-OPERATIVA

Para o desenvolvimento da parte operativa com o sistema SIG, se utilizará o modelo raster que subdivide de maneira regular o espaço, alcançando elementos espaciais simples que permitem a análise num nível mais detalhado em capas de informação individualizada.

Os critérios estão formados pelas capas de informação individualizada que representam os indicadores, que unidas através de uma regra de decisão conformam uma capa intermediária. Por sua vez, cada uma destas capas, através de outra regra de decisão, formam a capa final ou mapa síntese.

Para as restrições dos critérios, se podem utilizar capas tipo máscaras que funcionem como limitantes no processo. O gráfico 3 mostra o procedimento operativo geral.

A operação técnica se estrutura com os seguintes passos:

- Recolhimento de dados: através dos distintos meios disponíveis como livros, documentos, entrevistas com a população da área de estudo e demais atores chave, internet e estudos anteriores;
- Levantamento de dados: de acordo com a tabela de indicadores prevista antes de dirigir-se ao terreno, se deve fazer o levantamento dos diversos elementos e situações que definem cada indicador, através do GPS e reforçado com levantamento fotográfico;
- Construção de capas intermediárias: inserção dos dados tomados no terreno, em mapas existentes da área de estudo, através de um software que contenha a Avaliação Multicritério (exemplo: IDRISI);
- Superposição de mapas: através do emprego do modelo raster, dando como resultado um mapa síntese (capa final), se permite a atualização constante do sistema, no qual ajudará a analisar de maneira espacial a realidade da zona. O gráfico 4 apresenta como se realiza a operação usando como técnica a soma ponderada de indicadores.

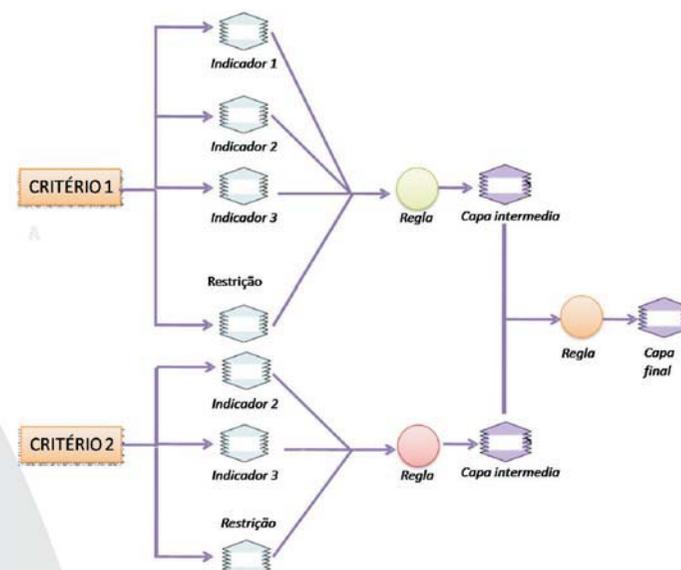


Gráfico 3. Procedimento operativo geral no caso de dois critérios

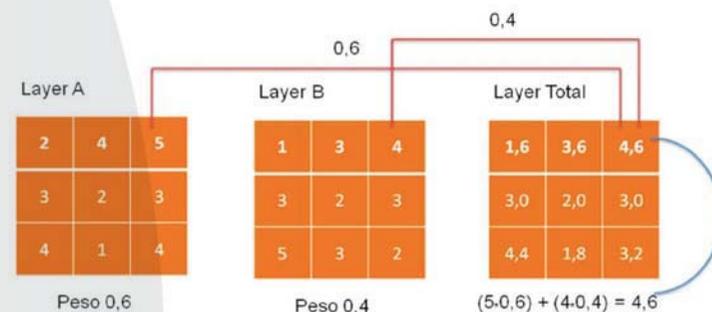
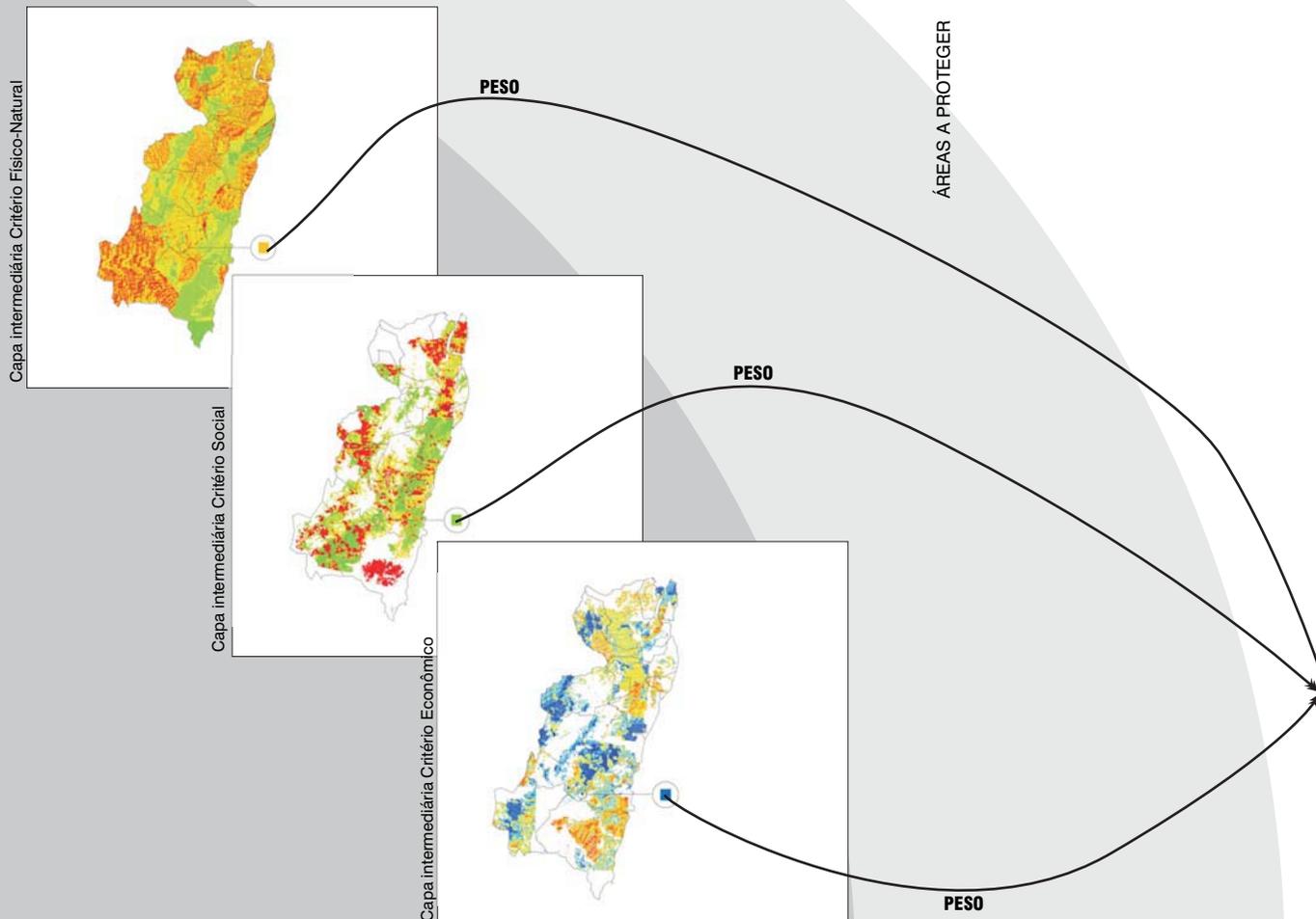


Gráfico 4. Exemplo de operação com raster usando como técnica a soma ponderada

Métodos GAS com SIG

GESTÃO AMBIENTAL SISTÊMICA UTILIZANDO O SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA (SIG)



ETAPA 3: ANÁLISE E VALIDAÇÃO

Seleção das alternativas que geram menos conflitos;

- Apresentação de alternativas ante o grupo permanente de trabalho interinstitucional paritário e aberta à comunidade para a demonstração das alternativas e recolhimento de informações sobre os resultados;

- Definição da alternativa definitiva com categoria mais pertinente;

- Processo de solicitação de declaração de área protegida às entidades competentes.

Etapa 4: monitoramento

A partir da linha elaborada se poderão estabelecer os indicadores que podem aportar melhor informação sobre o estado e conservação de áreas protegidas. Havendo entre outros critérios os custos de recolhimento e processamento de informação, se estabelecerá o tempo e frequência de tomada de dados e o metodologia de monitoramento a implementar, prevalecendo o critério de qualidade de informação. Quando seja necessário, a metodologia deverá ser revisada e adaptada de acordo com as exigências de análise.

EVENTUAL DESENVOLVIMENTO FUTURO

Este projeto é uma base para a realização futuro de estudos baseados em outras metodologias, como a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) e Estudos de Impacto Ambiental (EIA), que evidenciam a pressão e o impacto que vão exercendo os sistemas produtivos (em especial a indústria) sobre os ecossistemas. A AMC também poderia ser utilizada como metodologia para definir outros aspectos que incidem no desenvolvimento do território como as zonas industriais e os assentamentos humanos, que começam a migrar em direção às zonas de preservação, tudo isso com o fim de reconhecer a situação real e dar respostas oportunas aos diferentes conflitos que se vão gerando.

Métodos A Aplicação Local do Método de Planejamento “form-based”

ANTECEDENTES

CONTEXTO E PROBLEMÁTICAS

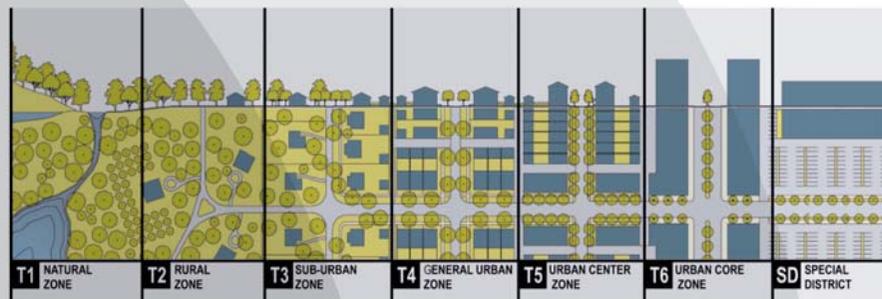
As ferramentas tradicionais de planejamento urbano têm sido ineficazes face à rápida escala de desenvolvimento regional, como vem sendo experimentado pelo território estratégico da área de SUAPE. Já existem indicadores de que o desenvolvimento industrial está dominando a capacidade de gerenciamento dos governos municipais locais no gerenciamento das pressões de expansão urbana, fruto do rápido crescimento da população e do aumento na demanda pela existência de infra-estrutura urbana.

Estas novas mudanças no planejamento regional necessitam de instrumentos inovativos para gerenciar o crescimento do tecido urbano, onde deve ser priorizada a expansão e a abertura de espaços públicos como chave para o aumento da qualidade de vida dos residentes locais em longo prazo. Em áreas urbanas existentes, isto significa o apoio de políticas de envolvimento dos atores privados e públicos no projeto, com foco na manutenção e no provimento de espaços públicos existentes (ruas, parques e praças).

Nas áreas de expansão urbana, isto significa estabelecer políticas e orientações que reforcem os melhores aspectos do patrimônio arquitetônico e urbano enquanto recursos para caminhos estrategicamente concentrados no desenvolvimento de uma maneira que maximize investimentos em infra-estrutura e preserve áreas periféricas não desenvolvidas. Este esforço começa com uma clara comunicação e participação dos cidadãos na definição de uma visão compartilhada (cidadãos e planejadores oficiais) de como a comunidade quer desenvolver o futuro. As técnicas de planejamento “form based”, já usadas internacionalmente, oferecem ao Plano Estratégico de SUAPE uma alternativa inovadora frente às tradicionais alternativas práticas de como trabalhar com as pressões do desenvolvimento urbano.

METODO

O planejamento “form-based” é a terceira dimensão do design urbano com foco nas relações espaciais, na interrelação entre tipos de construções, e na qualidade de espaço público (espaços públicos abertos) como fator chave na criação do ambiente urbano bem-sucedido. Trata-se de uma ferramenta inovadora dentro de um contexto mais funcional nos métodos de planejamento contemporâneo das cidades, que não significa uma nova invenção. De fato, os valores e as promessas das técnicas de “form-based” estão evidenciados no sucesso das técnicas de planejamento da arquitetura histórica baseada em técnicas que dominam o planejamento urbano para o movimento de modernização. Na realidade, a rica característica de alguns dos exemplos históricos de ambientes urbanos e de cidades do mundo (Paris, Roma, Veneza, entre outros) é o resultado da evolução urbana que põe mais ênfase nas características arquitetônicas e qualidade de espaços públicos. Isto traz aspectos funcionais no fluxo do tráfego, na eficiência industrial e na limitação do uso da terra. Enquanto algumas regulamentações de uso de solo continuam como uma parte dos documentos de planejamento “form-based”, elas funcionam mais como uma medida para evitar casos de conflitos do uso do solo.



Exemplo geral do “transect”
Gráfico cortesia de The Congress of New Urbanism

A natureza gráfica das ferramentas de planejamento “form-based” oferece uma alternativa para o método de planejamento tradicional que enfatiza, principalmente, os mapas de uso do solo, em combinação com documentos de dominação técnica que são difíceis para entender os cidadãos e profissionais que estão em outros setores.

Uma das maiores promessas de uso da ferramenta de planejamento “form-based” é o “transect” (corte transversal).

O “transect” é uma ferramenta gráfica que usa desenhos de planos e cortes transversais simples, com o objetivo de identificar, analisar e organizar o desenvolvimento de elementos dentro de uma forma contínua do rural ao urbano, no qual estão separando dentro de individual “transects” ou “T Zonas” (de T1 a T6), classificando o ambiente urbano de alcance de densidade dos centros urbanos e de menor desenvolvimento nas áreas periféricas.



Web site Smart Code Central: <http://www.smartcodecentral.org/>

O “transect” é a coluna vertebral de o “Smart Code” (um Código Inteligente), uma poderosa e ferramenta completa de planejamento que é disponível gratuitamente na Internet. O documento “Smart Code” explica as teorias, métodos e as ferramentas para a implementação do planejamento “form-based”. Igualmente, o gráfico atual contém o que pode ser adaptado para ser usado ao contexto local para criar uma “transect” que reflete as características do design local e urbano.

Depois de compreendido o “transect” que compreenda as características do design urbano local, o “transect” pode ser adaptado para projetar os objetivos de desenvolvimento futuro.

A finalidade “transect” pode ser aplicada como um guia para facilitar o desenvolvimento futuro. O “transect” pode então ser aplicado como uma ferramenta ideal para ser usada no contexto de participação pública, comunicando as regras da dinâmica espacial e ensinando aos proprietários como sua contribuição individual pode refletir a melhoria global da qualidade urbana enquanto reforça as características da arquitetural local.

Métodos

A Aplicação Local do Método de Planejamento “form-based”

EL TRANSECT DE “CABOJUCA”



O “transect” é a coluna vertebral de o “Smart Code” (um Código Inteligente), uma poderosa e ferramenta completa de planejamento que é disponível gratuitamente na Internet. O documento “Smart Code” explica as teorias, métodos e as ferramentas para a implementação do planejamento “form-based”. Igualmente, o gráfico atual contém o que pode ser adaptado para ser usado ao contexto local para criar uma “transect” que reflète as características do design local e urbano. Depois de compreendido o “transect” que compreenda as características do design urbano local, o “transect” pode ser adaptado para projetar os objetivos de desenvolvimento futuro. A finalidade “transect” pode ser aplicada como um guia para facilitar o desenvolvimento futuro. O “transect” pode então ser aplicado como uma ferramenta ideal para ser usada no contexto de participação pública, comunicando as regras da dinâmica espacial e ensinando aos proprietários como sua contribuição individual pode refletir a melhoria global da qualidade urbana enquanto reforça as características da arquitetural local.

Neste contexto de planejamento regional influenciado pelo Porto de SUAPE, o “Smart Code” e o “Transect” oferecem medidas efetivas de endereçamento de aspectos físicos de planejamento e manutenção da qualidade do ambiente do tecido urbano.

O “TRANSECT” DE SUAPE EXISTENTE E PROPOSTA

Como exemplo concreto, dois “transects” para a cidade inventada “Cabojuca” no território de Suape; Um estudo preliminar mostrando as características existentes, tomado de diversas partes reais do território.

Um “transect” propositivo de como poderia ser representada uma nova política “form based” para a cidade no território.



Se bem formulado e aplicado, as ferramentas podem ajudar a criar políticas que não só maximizem o uso potencial da terra, mas também, sejam endereçadas a um extenso alcance de questões sociais como:

- apoiar o desenvolvimento urbano e rural no contexto existente;
- reforçar práticas de desenvolvimento sustentável;
- apoiar o desenvolvimento orientado para facilitar a fluidez do trânsito;
- minimizar as pressões de construção sobre áreas livres, que podem ser melhor utilizadas por atividades agrícolas, parques ou áreas preservadas;
- melhorar da qualidade de vida geral da região.

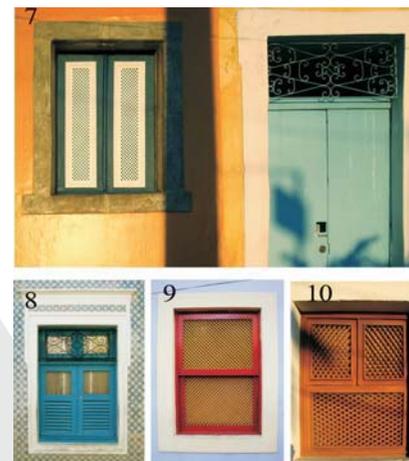
Métodos A Aplicação Local do Método de Planejamento “form-based”

CONTEXTO ARQUITETÔNICO



ARQUITETURA COLONIAL

1. Telhado com bica e beira
2. Igrejas como referência espacial
3. Capela de Engenho
4. Casa de Pau-a-pique
5. Torre de igreja barroca
6. Bica, beira e sobeira



PERMANÊNCIAS HISTÓRICAS NA ARQUITETURA

7. Umbrais trabalhados
8. Revestimento em azulejos
- 9.-10. Releitura de muxarabi



ARQUITETURA ECLÉTICA

11. Frontão trabalhado
12. Platibanda e cornija
13. Conjunto eclético/ platibanda decorativa

ARQUITETURA INDUSTRIAL

14. – 15. – 16. : Gruas



DETALHES

17. Equipamento urbano
18. Decoração edifício religioso
19. Pevestimento cerâmico
20. Equipamento urbano
21. Iluminação pública

Métodos

A Aplicação Local do Método de Planejamento “form-based”

IMPLEMENTAÇÃO

Muitas das ferramentas para a implementação da técnica de design “form-based” estão disponíveis para o download imediato, sem custo, na Internet. The Smart Code Central, web site (<http://www.smartcodecentral.org/>) oferece instruções de como começar a calibrar um “transect” local urbano customizado, detalhando ilustrações de como configurar o as linhas do guia do gráfico de design para localizar a versão do Smart Code. Idealmente, uma cidade ou o governo estadual deveria implementar estas ferramentas dispondo, em um primeiro momento, de uma equipe de profissionais que tenham experiência com esta técnica. Como parte do treinamento inicial do Smart Code, ou como outra atividade de treinamento, os planejadores oficiais de cidades poderiam participar em programas junto com associações profissionais e universitárias para melhorar suas competências com as

ferramentas de planejamento “form-based”. O Smart Code pode funcionar como uma ferramenta de fácil uso adaptada para comunicar entre as prefeituras municipais, proprietários de propriedades e cidadãos. As principais técnicas do planejamento “form-based” tornam ideais as novas formas de comunicação e cooperação entre as comunidades locais e entre os atores públicos e privados. Comparado com o tradicional planejamento, a natureza de gráfico dos instrumentos regulatórios de planejamento “form-based” torna mais fácil o conceito de planejamento de desenvolvimento municipal para líderes de comunidades e cidadãos. Estas mesmas ilustrações atuam como ferramentas consensuais, possibilitando às comunidades desenvolver uma visão compartilhada de como eles

querem que suas cidades apareçam no futuro (inclusive em termos de estilo arquitetônico, característica de paisagem e planejamento de espaços públicos).

No caso da área estratégica de SUAPE, a cooperação entre os municípios com a administração portuária poderia facilitar os princípios de adoção da técnica “form-based”, combinando os recursos do setor público e do setor privado para iniciar a fase de treinamento e calibragem com o uso destas ferramentas. Isto poderia ser o começo da união de esforços para a sustentabilidade do desenvolvimento local apoiados na implementação dos princípios do planejamento “form-based”, incluindo:

- clara hierarquia do sistema de rodovias e densidade de desenvolvimento que ajuda a criar um sistema de vizinhança cômodo e seguro (walkable) bem integrado com um compreensivo sistema de transporte público;
- integração exitosa de uso e ocupação do solo (residências, comércio, trabalho, espaços públicos, etc.) com uma mistura de densidades de ocupação e nível social;
- espaços públicos saudáveis e integrativos que estimula a interação comunitária formal e casual;
- contexto construído e de espaços abertos que respeitam o patrimônio arquitetônico e o meio ambiente locais;

SMART CODE
Municipality

TABLE 7. PRIVATE FRONTAGES

TABLE 7: Private Frontages. The Private Frontage is the area between the building Facades and the Lot Line.

SECTION	LOT #	FRONTAGE	FRONTAGE	FRONTAGE	FRONTAGE
1. Common Wall: A shared Frontage where the Facade is set back, continuous with the Building Line. The front yard setback is uniform and is usually combined with a screen wall, landscaping or screen landscaping. The area within is usually a shared driveway or shared frontage.	12	13	14	15	16
2. Front of House: A shared Frontage where the Facade is set back from the Frontage Line with an attached porch or deck. A fence or screen wall is required. Other rules apply to porches and decks that are not on the Frontage.	12	13	14	15	16
3. Screen or Lightwell: A Frontage where the Facade is set back from the Frontage Line with an attached screen or a screen lightwell. This type allows for a facade on a building that is not on the lot line and provides for a screen wall. Screen walls are subject to other rules such as: <i>Screen Wall</i> .	14	15	16	17	18
4. Frontage: A Frontage where a portion of the Facade is close to the Frontage Line with a central portion set back. The Facade is usually set back with a screen wall or a lightwell. This type is used for buildings with a central portion set back from the Frontage Line.	14	15	16	17	18
5. Screen: A Frontage where the Facade is close to the Frontage Line with a screen wall or a lightwell. This type is used for buildings with a screen wall or a lightwell. This type is used for buildings with a screen wall or a lightwell. This type is used for buildings with a screen wall or a lightwell.	14	15	16	17	18
6. Lightwell: A Frontage where the Facade is close to the Frontage Line with a lightwell or a screen wall. This type is used for buildings with a lightwell or a screen wall. This type is used for buildings with a lightwell or a screen wall.	14	15	16	17	18
7. Screen Wall: A Frontage where the Facade is close to the Frontage Line with a screen wall or a lightwell. This type is used for buildings with a screen wall or a lightwell. This type is used for buildings with a screen wall or a lightwell.	14	15	16	17	18
8. Lightwell: A Frontage where the Facade is close to the Frontage Line with a lightwell or a screen wall. This type is used for buildings with a lightwell or a screen wall. This type is used for buildings with a lightwell or a screen wall.	14	15	16	17	18
9. Screen Wall: A Frontage where the Facade is close to the Frontage Line with a screen wall or a lightwell. This type is used for buildings with a screen wall or a lightwell. This type is used for buildings with a screen wall or a lightwell.	14	15	16	17	18
10. Lightwell: A Frontage where the Facade is close to the Frontage Line with a lightwell or a screen wall. This type is used for buildings with a lightwell or a screen wall. This type is used for buildings with a lightwell or a screen wall.	14	15	16	17	18

Exemplo de como as normativas ligadas às diversas partes do “transect” são representadas no smart code finalizado no contexto local. Gráfico cortesia de The Congress of New Urbanism

INTEGRAÇÃO COM O SIG

A integração das técnicas baseadas no “form-based” (como a usada pelo “transect”) com os dados do GIS map-based, facilitaria uma conexão de informações sobre os benefícios de várias zonas com as técnicas de regulação de planejamento e do guia de informações arquitetônicas. Esta informação poderia incluir dados on-line que são gerenciados pela municipalidade que servem para:

- Especificar os limites das “transects” urbanas com a informação articulada sobre as características urbanas;
 - Catalogar a localização das características dos espaços públicos específicos, articulando relações-chave com o tecido urbano vizinho;
 - Catalogar a localização de marcos arquitetônicos, articulando informações específicas sobre detalhes arquitetônicos que caracterizam a arquitetura local;
 - Prover conexões diretas para regulamentação, linhas-guia e protótipos arquitetônicos para a zona “transect” na qual está localizada uma determinada propriedade.
- A informação do “transect” poderia então ser combinada com as informações mais gerais do município para mostrar como a articulação da “transect zonas” correspondem à localização de:
- serviços públicos;
 - serviços e negócios comerciais;
 - elementos de infra-estrutura;
 - sistema público de trânsito.



Exemplo de linha guia form-based para construção de fachadas. Gráfico cortesia de Freedman Tung & Bottomley Urban Design

Métodos

A Aplicação Local do Método de Planejamento “form-based”

PROJETO 1 DESIGN DA MALHA VIÁRIA

A qualidade do espaço urbano é um componente crítico dos instrumentos “form-based”. Particular ênfase está localizada na interrelação entre o espaço público das ruas e na interseção com o espaço privado. Isto é especialmente verdadeiro no caso das ruas orientadas para o comércio que são dominadas pelo comércio varejista e de serviços, mas também as ruas eficientes. A personalidade e a qualidade dessas ruas e a natureza da transição da zona público-privada:

- é o fator chave de estabilização das relações mútuas de responsabilidade entre a municipalidade (que constrói e mantém as avenidas, incluindo equipamentos urbanos) e a propriedade privada individual localizadas em frente às ruas (manutenção e investimento contínuo de suas propriedades, é uma importante contribuição para o sucesso das avenidas, também visualizadas como um pedaço do tecido urbano);
- tem um grande impacto na qualidade do bairro e ou da cidade inteira, o que é percebido pelos cidadãos locais que freqüentam as ruas, ou visitantes da área que interpretam os aspectos visuais das ruas como indicadores de segurança, vitalidade econômica e qualidade urbana no interior da vizinhança dos dois lados da avenida;
- tem um impacto influência real, para melhor ou pior, na qualidade da vizinhança imediatamente adjacente aos lados das ruas. Uma rua segura, atraente e bem mantida, com calçadas bem construídas, tem uma influência positiva, funcionando como lazer para a vizinhança local, como também como contexto múltiplo de qualidade de tipos de empresas comerciais, serviços públicos e espaços para amenidades. Uma rua insegura, caótica e pobremente mantida tem uma influência negativa no ambiente, desencorajando o uso para a abertura de espaços comunitários e diminuindo o desejo de moradia dos residentes locais no seu entorno;

• tem o impacto potencial nas ruas de alta qualidade linear e abrem espaços para serviços públicos (semelhante a sistemas de trânsito, serviços públicos e programas de informação, comunicação, etc) podem estar concentrados para um máximo de eficiência e de efetividade.

A PE-008, que passa por Jabotão, representa uma oportunidade chave de utilização de um projeto de uma rodovia para a melhorar a qualidade do tecido urbano de um bairro importante de uma cidade. Esta rodovia já esta planejada para ser ampliada e melhorada de ser como parte do Plano Estratégico do SUAPE Global. A proposta de melhoria deveria ter o cuidado de fazer referência às características urbanas das ruas e dos bairros da vizinhança através dos quais passa. Por outro lado, a rodovia poderia transformar-se numa barreira que divide a cidade, deslocando os dois lados da estrada e diminuindo a qualidade dos bairros de ambos os lados. Preferivelmente, então a ampliação de toda a rodovia deveria contemplar melhorias que:

- foquem ampliações nas áreas de cruzamentos de ruas no sentido de melhorar a capacidade de movimentos giratórios;
- acomodem o fluxo de tráfego com vias de linhas expressas centrais e/ ou pistas dedicadas para trânsito;
- diminuam o número de pistas em áreas de fluxo contínuo em relação aos cruzamentos;
- criem comodidades dividindo pedestres e veículos através de acessos paralelos para o desenvolvimento das atividades comerciais;
- configurem estratégias para estacionamentos necessários, adequados e customizados para as atividades comerciais e de serviços e de proteção entre o tráfego e as zonas de pedestres das ruas.

Simulação da estrada antes e depois, Uma proposta para o projeto da PE-008 no centro de Jabotão; as condições existentes somadas com algumas das técnicas que podem ser utilizadas para melhorar a qualidade dos espaços públicos ao longo da estrada.



Métodos

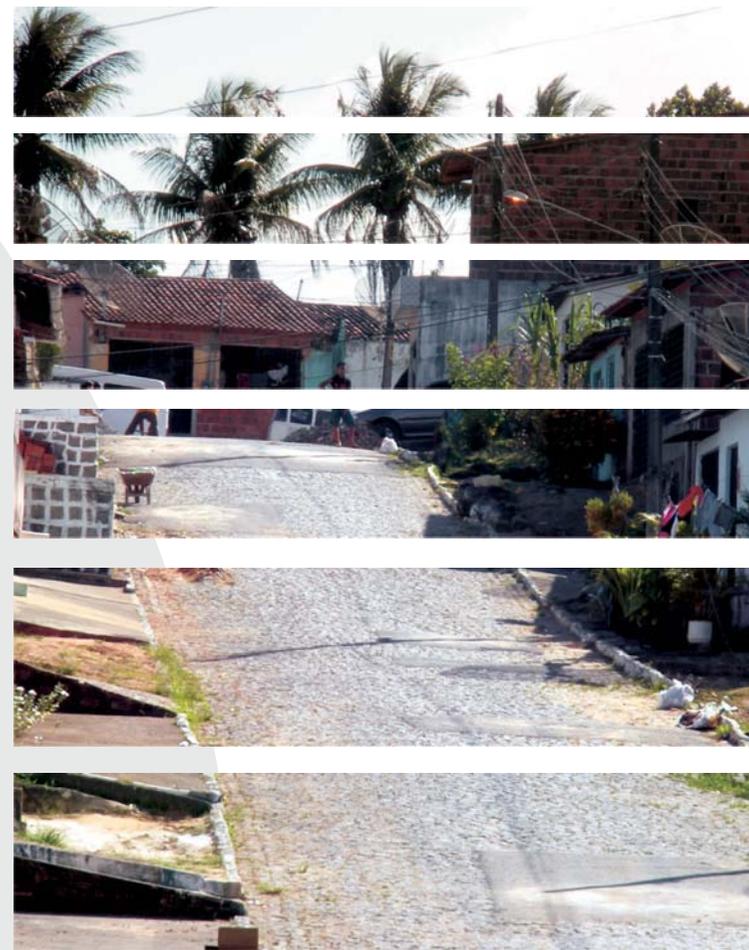
A Aplicação Local do Método de Planejamento “form-based”

A qualidade do espaço urbano é um componente crítico dos instrumentos “form-based”. Particular ênfase está localizada na interrelação entre o espaço público das ruas e na interseção com o espaço privado. Isto é especialmente verdadeiro no caso das ruas orientadas para o comércio que são dominadas pelo comércio varejista e de serviços, mas também as ruas eficientes. A personalidade e a qualidade dessas ruas e a natureza da transição da zona público-privada:

- é o fator chave de estabilização das relações mútuas de responsabilidade entre a municipalidade (que constrói e mantém as avenidas, incluindo equipamentos urbanos) e a propriedade privada individual localizadas em frente às ruas (manutenção e investimento contínuo de suas propriedades, é uma importante contribuição para o sucesso das avenidas, também visualizadas como um pedaço do tecido urbano);
- tem um grande impacto na qualidade do bairro e ou da cidade inteira, o que é percebido pelos cidadãos locais que freqüentam as ruas, ou visitantes da área que interpretam os aspectos visuais das ruas como indicadores de segurança, vitalidade econômica e qualidade urbana no interior da vizinhança dos dois lados da avenida;
- tem um impacto influência real, para melhor ou pior, na qualidade da vizinhança imediatamente adjacente aos lados das ruas. Uma rua segura, atraente e bem



Simulação do gráfico de plano e seções.
Uma proposta para o projeto da PE-008 no centro de Jaboatão; as condições existentes somadas com algumas das técnicas que podem ser utilizadas para melhorar a qualidade dos espaços públicos ao longo da estrada.
Gráfico cortesia de Freedman Tung & Bottomley Urban Design



Métodos

A Aplicação Local do Método de Planejamento “form-based”

PROJETO 2

MELHORIAS DOS PROGRAMAS DE FACHADA

Projetos que apoiam melhorias incrementais em pequenas escalas podem ter um grande impacto no tecido urbano. Programas para melhorar fachadas nas áreas residenciais da cidade, tem um potencial para melhorar drasticamente a qualidade da paisagem visual enquanto reforça o orgulho da comunidade e da identidade local. Começando com uma seleção de palheta de cores, o governo municipal poderia trabalhar com os proprietários de casas em ambos os distritos das cidades para criar uma paisagem vibrante de fachada

coloridas. Enquanto a qualidade da construção das áreas não planejadas podem ser relativamente baixa, a melhoria na aparência da vizinhança poderia ajudar a contribuir para um forte senso comunitário e orgulho do patrimônio arquitetônico local, culminando na concretização de investimentos e melhorias na infraestrutura por parte de ambos os atores, investimentos públicos e privados.

Em cidades como Valparaíso, Chile, o brilho das cores nas fachadas tem se tornado um símbolo internacional

como também um recurso de orgulho local. A região de Suape tem uma potencialidade porque as técnicas de construção nas áreas não planejadas de Valparaíso podem ser comparadas com as áreas de vizinhança não planejadas da Região de Suape.

Os efeitos dos impactos positivos deste projeto poderia ajudar a construir uma comunidade de apoio e de cooperação com outros projetos relacionados com a comunidade, como programas sociais, melhoria dos negócios locais e gerenciamento de infra-estrutura.

SIMULAÇÃO DAS FACHADAS ANTES E DEPOIS:

Com um projeto incremental e relativamente simples se pode iniciar uma mudança física e psicológica de grandes proporções, atingindo diversas escalas.



BOA PRÁTICA

FREEMPORT MCMORAN

Freeport McMoRan é uma companhia internacional de mineração de cobre e ouro com grande operação na América do Norte, América do Sul, Indonésia e África; as operações são comparadas em proporção com o desenvolvimento das atividades do complexo de SUAPE. Enquanto a indústria de mineração é tradicionalmente associada com algumas das piores práticas ambientais e empreendedorais, e maior insustentabilidade e irresponsabilidade ambiental nas práticas de negócios, esta organização tem se dedicado a ser uma referência em políticas de responsabilidade empresarial e de desenvolvimento sustentável.

Para isso, adota os princípios de desenvolvimento sustentável do Conselho Internacional de Extração de Minerais (ICMM), que inclui a participação da Iniciativa Global Reporting (GRI).

O relatório GRI de 2007 da empresa, “Trabalhando para o Desenvolvimento Sustentável”, após certificada pelas autoridades competentes, está disponível no site web: www.fcm.com. Freeport é engajada em um grande conjunto de projetos e programas de desenvolvimento sustentável que incluem:

- requalificação de sítios desativados e minimização de impactos das atividades de extração;
- expansão e melhoramento da infra-estrutura local;
- melhoramento da saúde dos trabalhadores e da segurança no local de trabalho;
- proteção do habitat animal, restauração e repatriação de espécies;
- apoio a programas escolares locais e de bolsas de estudo;
- iniciativas e treinamento em direitos humanos;
- desenvolvimento de sistemas de saúde;
- fornimento de financiamentos e formação para apoiar o desenvolvimento de pequenas empresas e diversificação da economia local.

Projetos Cadeia de Reciclagem



ANTECEDENTES

CONTEXTO

A forte problemática que envolve a gestão dos resíduos, abrange toda a região metropolitana do Recife. Problemas como a ausência de um sistema de gestão integrado capaz de otimizar em termos de menor impacto ambiental as operações de depósito, coleta, coleta seletiva, transporte, recuperação e tratamento dos resíduos. O aumento consistente da população devido ao fluxo migratório ligado ao desenvolvimento industrial da zona de Suape está, também, determinando um aumento da quantidade total de lixo produzido na região.

Para evitar o colapso do sistema de gestão de resíduos é, portanto, necessário atuar com políticas de reciclagem e incineração que consigam diminuir a parte dos resíduos que acabam nos aterros, diminuir os impactos ambientais e produzir energia da combustão da fração seca. Mais especificamente, o projeto tem a finalidade de criar uma gestão de resíduos dos municípios no território de Suape.

ESTIMATIVA DA GERAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Municípios	Geração per capita ⁽¹⁾ (kg/hab./dia)	Geração Resíduos Sólidos ⁽²⁾ (Ton/dia)
Abreu e Lima	0,77	68,56
Aracoiaba	0,61	9,21
Cabo de Santo Agostino	0,77	117,79
Camaragibe	0,81	104,24
Igarassu	0,52	42,78
Ilha de Itamaracá	1,25	19,82
Itapissuma	0,45	26,67
Jaboatão dos Guararapes	0,78	15,69
Moreno	0,63	441,98
Olinda	1,50	30,99
Paulista	1,47	551,85
Recife	1,72	385,48
São Lourenço da Mata	1,33	2.447,39
RMR (média ponderada)	1,31	120,23

⁽¹⁾ FIDEM, 1997 ⁽²⁾ Censo demográfico 2000

Através da reciclagem dos resíduos se produzem benefícios em larga escala, seja para o ambiente natural e saúde da população, seja para o próprio sistema produtivo no que diz respeito ao ciclo produtivo e reconversão em recursos e matéria prima que, de outra forma seriam aquisitadas a custos mais altos do mercado externo.

A atividade ligada a reciclagem de resíduos pode representar uma grande oportunidade a favor da criação de novas empresas, em particular no setor químico, metalmecânico e de serviços, e gerar novos postos de trabalho. É também considerada a possibilidade de desenvolver inovações, em particular no setor ambiental.

PROGRAMAS

Foram verificados alguns projetos de coleta e tratamento de resíduos já existentes na região, entre eles:

Projeto de instrução normativa para gerenciamento de resíduos sólidos no CIPS

A Administração da Empresa Suape é responsável pelo gerenciamento dos resíduos nas instalações portuárias da ZIP, desde a geração até a disposição final.

Cada empresa instalada na área de atuação do Complexo Industrial Portuário de Suape deverá definir em sua estrutura administrativa, um setor específico responsável pelo gerenciamento dos resíduos sólidos, desde a geração até o destino final. Para tal cada empresa deverá submeter à administração da Empresa Suape o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos após a aprovação do Órgão Ambiental.

O referido Plano deverá estar compatível com as recomendações definidas nesta Instrução Normativa. A forma de operacionalização será de inteira responsabilidade de cada empresa, que poderá adotar o seu próprio modelo administrativo.

O transporte terceirizado de resíduos deverá ser realizado por empresas devidamente licenciadas pelo Órgão Ambiental, para cada classe de resíduo.

Cooperativa Pró Recife – é uma cooperativa criada em 2006 e formada de catadores da comunidade Caranguejo Tabaiães, do bairro Afogados em Recife. Contam com o apoio principalmente da Frompet, que é uma indústria que reprocessa mais de mil toneladas de plástico por mês e que, além de comprar o produto das cooperativas, coordena ações de apoio como capacitação e doação de equipamentos.

Recife Energia – processo de licitação, datado de 2006, para um contrato de concessão de serviço público que consiste na destinação final de resíduos e cogeração de energia. A empresa licenciada deverá obedecer a alguns critérios como, entre outros, inserir os catadores de lixo em programas de coleta seletiva. O projeto prevê uma unidade de beneficiamento em Recife e uma unidade de cogeração de energia na área industrial do Cabo.



Projetos Cadeia de Reciclagem



Coleta e Reciclagem

PROBLEMÁTICAS

Os problemas revelados na região metropolitana e no território de Suape são de diversas ordens e podem ser divididos em:

Problemas ambientais: ligados a insalubridade dos aterros (contaminação do lençol freático, solo e ar)

Problemas econômicos, relativos a existência de um elevado número de catadores informais em condições de indigência e extrema pobreza.

No que diz respeito a coleta seletiva, ainda que em alguns casos seja prevista nos programas municipais, não se mostra organizada; é comum a relação direta entre cada catador e intermediários, os quais revendem as poucas indústrias presentes no território metropolitano, que já tratam os resíduos (garrafas PET e papel).

Como revelado pelas entrevistas, tais empresas tem um ativo mercado de referimento, esses, porém são em pequeno número e principalmente localizados no Recife. Existe um interesse no crescimento de tais atividades e na ampliação do sistema de fornecimento.

Os problemas encontrados podem ser sintetizados em:
Ausência de conexão estrutural entre empresas, instituições e residências que separam os resíduos e as empresas que os tratam por:

Falta de organização na coleta seletiva seja municipal como privada;

Ausência de envolvimento dos cidadãos no programa de coleta seletiva, devido ao baixo nível de instrução e fenômenos de exclusão social;

Baixo número de empresas que operam no setor de reciclagem. Tal problema é ligado a diversos fatores:

Ausência de incentivos estatais para empresas que invistam em processos ecosustentáveis (reciclagem e transformação do lixo em energia, ou outros produtos);

Falta de conhecimento da parte dos empreendedores das oportunidades econômicas derivadas da reciclagem;

Falta de um tecido empreendedor favorável

Ausência de assistência específica as empresas do setor para a instalação de novas atividades.

Ausência de um programa de gestão integrada dos resíduos:

Dificuldade de promover políticas comuns entre os municípios da região de Suape;

Falta de percepção da gravidade do problema

Insuficiente número de pessoal qualificado em condições de gerir o sistema como um todo.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Criar um sistema de gestão integrada do ciclo de resíduos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Reforçar o sistema de coleta seletiva e reciclagem já existentes através da conexão estruturada entre os interessados (empresas, municípios,);

Favorecer a criação de um cluster produtivo ligado ao mercado de reciclagem;

Criar um sistema intermunicipal/territorial para a gestão integrada deste ciclo.

A cada um dos objetivos corresponde um subprojeto específico. Os três projetos são coligados em uma lógica de funcionamento que quando o primeiro está funcionando em toda sua capacidade, o segundo se encontra na fase preliminar e assim por diante. Variam também os problemas e atores envolvidos.



SUBPROJETO 1: COLETA E RECICLAGEM

O primeiro projeto aponta, especificamente, em reforçar as estruturas e modalidades de coleta e reciclagem de resíduos já existentes no território. Isto implica, substancialmente, em duas frentes: o lado dos catadores e o das empresas, sejam as situadas no complexo industrial de Suape, seja na zona da costa de Porto de Galinhas. Somente em dois casos a atividade de catadores é organizada e faz referimento especificamente a orla (em Cabo e Ipojuca (Porto de Galinhas)). O projeto visa tanto a estender a área de coleta seletiva e de atividades interessadas a incrementar o volume de resíduos coletados através de uma melhor organização e formalização do trabalho.

OBJETIVO ESPECÍFICO

Reforçar o sistema de coleta seletiva e reciclagem já existente através de uma conexão estruturada entre empresas públicas e privadas.

AÇÕES

Identificação de cooperativas de catadores, com dois níveis de capacitação; o primeiro mais baixo para a coleta em praias e cidades, e o segundo mais alto que faz a coleta dentro do Complexo Industrial de Suape.

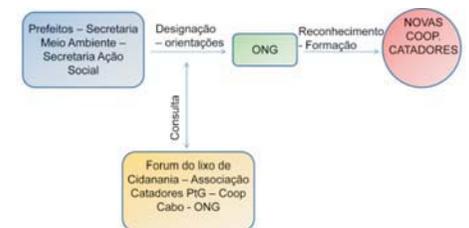
Cursos de formação e atividade de conscientização, favorecendo a doação de resíduos recicláveis as cooperativas da parte das indústrias estabelecidas dentro do complexo industrial de Suape, e dos profissionais do setor turístico;

Criação de um centro de monitoramento, coleta e triagem de resíduos dentro do complexo industrial de Suape, para controlar quais resíduos entram ou não no ciclo de reciclagem.

EXECUTOR E PARCEIROS

Para alcançar a finalidade de criar uma (ou mais) cooperativa de catadores, de preferência intermunicipal, se aconselha de adotar um modelo de governança que envolva: as Prefeituras de todos os municípios pertencentes ao Território Estratégico de Suape, uma (ou mais) ONG, as Secretarias de Meio Ambiente e Ação Social dos municípios, a Secretaria de Meio Ambiente estadual e Forum do lixo da Cidadania de Pernambuco. Sugere-se também, de envolver nas operações de diálogo e constituição da cooperativa as já existentes no território.

O papel da ONG, em conjunto com as Secretarias de Meio Ambiente e de Ação Social municipais, devem ser aquele de efetuar um reconhecimento dos catadores já existentes na região, e capacitá-los para que possam trabalhar em forma de cooperativas e elevar seu nível de qualificação profissional.



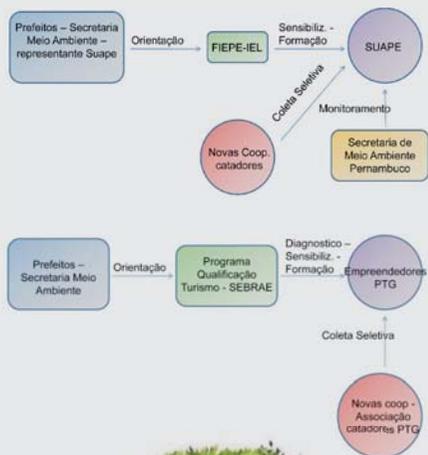
Projetos Coleta e Reciclagem

Cluster de Reciclagem



Uma segunda medida, igualmente importante, a ser exercida concomitantemente com a primeira é atuar sobre as empresas que operam dentro do complexo industrial de Suape e do litoral de Porto de Galinhas e baseia-se substancialmente em sensibilização e conscientização.

Tratando-se de duas realidades muito diversas entre si, as ações serão feitas de maneiras diferentes, assim como diferentes serão os atores que fazem parte do processo. No que diz respeito as empresas estabelecidas em Suape, sugere-se de apoiar-se ao sistema FIEPE-IEL em



colaboração com as Secretarias do Meio Ambiente municipais e representantes de Suape, para a organização de uma série de encontros de formação sobre os temas de separação e reciclagem. Deste modo, a cooperativa de catadores poderia agir dentro no complexo industrial de Suape e ocupar-se, mediante seus membros mais qualificados, do transporte e da separação dos resíduos comuns produzidos na área. Também importante seria a instalação, dentro da zona industrial, de um centro de monitoramento de resíduos, para a cuja realização é fundamental a intervenção da Secretaria de Meio Ambiente de Pernambuco.

A participação econômica do complexo industrial ajudaria as empresas, que se participantes de políticas de reciclagem podem usufruir de créditos no que diz respeito as emissões de Sox, Nox, CO2 e de possíveis incentivos estatais.

No que se refere a área de Porto de Galinhas e demais praias, a sensibilização dos operadores turísticos e empresários do setor, se sugere de basear-se no projeto de qualificação turística que o Sebrae, com ótimos resultados, está desenvolvendo na área de Porto de Galinhas. Fundamentalmente, seria envolvido no processo não somente empreendedores e representantes dos municípios, mas também os próprios catadores em atividades na região.

RESULTADOS ESPERADOS

- Cooperativas formadas e formalizadas;
- Emprego de catadores nas cooperativas de coleta seletiva
- Empresas de Suape que participam do programa de coleta seletiva
- Implantação do Centro de Monitoramento de resíduos do complexo industrial;
- Área litorânea e cidades participando de programas de coleta seletiva
- Aumento da quantidade de resíduos coletados.



SUBPROJETO 2: CLUSTER DE RECICLAGEM

O segundo projeto visa determinar as condições mais favoráveis para o surgimento de novas empresas do setor de reciclagem, de maneira que se crie um verdadeiro cluster. O projeto envolve entre si os aspectos econômicos, produtivos, ambientais e territoriais. Sendo já previstas, nos Planos Diretores municipais, novas áreas industriais adjacentes ao território, é possível incentivar a criação de Áreas Produtivas Ecologicamente Equipadas (APEE). Este pode ser considerado um primeiro passo para a criação de um induto econômico ligado as tecnologias ambientais; tais áreas poderiam transformar-se em parques industriais de incubadoras e de inovação no setor de transformação de reciclados.

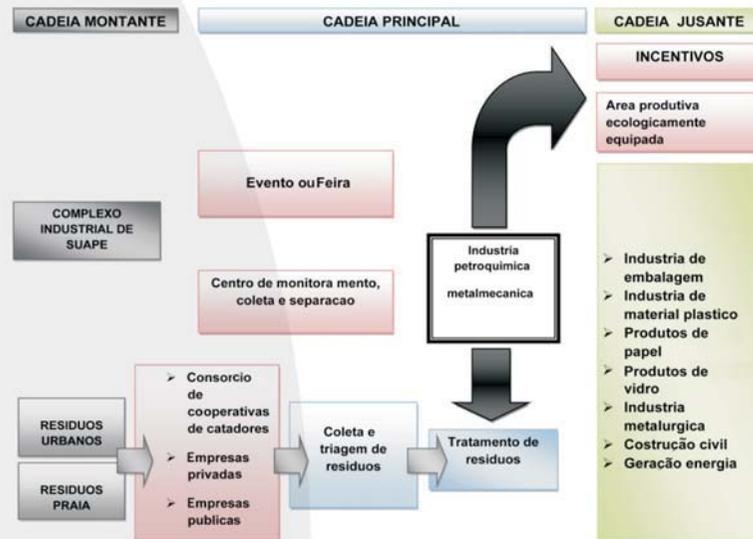
OBJETIVO ESPECÍFICO

Favorecer o surgimento de um cluster produtivo ligado a reciclagem de resíduos

AÇÕES

Cursos de formação e capacitação sobre as vantagens econômicas para empreendedores (criação de novas empresas ou adaptação de empresas existentes) Inserção, por parte do estado, de empresas que investem em atividades ecosustentáveis (como reciclagem e

geração de energia a partir do lixo), nas listas dos setores industriais de desenvolvimento prioritário, para que possam usufruir de incentivos fiscais, considerando atividades sustentáveis a reciclagem e a utilização de matéria já reciclada em ciclos produtivos já consolidados. Revisão da lista de prioridades para o estabelecimento, na área de Suape, de empresas químicas e metalmeccânica que forneçam reagentes e maquinário necessário ao processo de reciclagem (papel, vidro, alumínio, plástico...), criando uma cadeia produtiva de produtos reciclados (ver esquema anexo); Identificação, dentro das áreas produtivas já planejadas no território, das mais idôneas a se transformarem Área Produtiva Ecologicamente Equipada. (ver esquema APEE); Redação de linhas de guia para o estabelecimento de empresas que operam no setor; Construção de um sistema de monitoramento das empresas que operam no setor; Conectar-se uns aos outros, de forma estável e sustentável as cooperativas de catadores, as empresas dedicadas à transformação de resíduos e o complexo industrial de Suape, para identificar as prioridades a atribuir o serviço a uma empresa subsidiária.



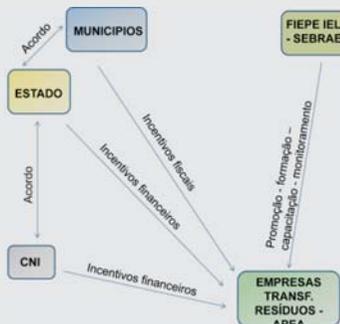
Projetos Cluster de Reciclagem



EXECUTOR E PARCEIROS

Para alcançar o objetivo preestabelecido, seria prioritário focalizar tanto sobre a formação e capacitação dos sujeitos empreendedores, papel que pode ser desempenhado pelo sistema FIEPE-IEL e pelo SEBRAE, quanto a criação de um sistema de incentivos, seja a nível estadual que municipal, que favoreçam o surgimento e consolidação de empresas deste tipo.

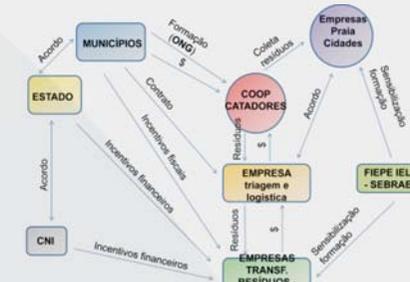
Incentivos financeiros aos empreendedores poderiam vir do Estado de Pernambuco, mediante ação da Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, e do Comitê Nacional da Indústria (CNI) através da estipulação de acordos.



Para alcançar uma relação estável e sustentável entre as cooperativas de catadores, as empresas de transformação e o complexo industrial de Suape considera-se fundamental a criação de uma terceira empresa, que pode ser composta de um "partnership" público-privado e que deveria ser contratada e controlada diretamente dos municípios.



Tal empresa deveria operar em todo território e poderia servir de intermediária entre as cooperativas de catadores, o complexo industrial e as novas empresas de transformação, como também ser responsável pela triagem e transporte dos resíduos. As atividades de primeiros processamentos dos resíduos, trabalham também os membros das cooperativas de catadores, no caso, os mais capacitados.



RESULTADOS ESPERADOS

Pequenas e médias empresas que empregam pessoal capacitado (nível superior e técnico) e que processam os materiais reciclados;
 Sistema de incentivos para empresas que trabalhem em todo processo de reciclagem, da coleta de resíduos até o produto final (ex: fábricas de telhas feitas com material reciclado, usina de energia gerada através da combustão de lixo, etc).
 Criação de uma APEE com orientações e indicações da unidade gestora.
 Implantação do sistema GIS;
 Empresa para a triagem e transporte controlada pelos municípios.

APEE – ÁREAS PRODUTIVAS ECOLOGICAMENTE EQUIPADAS

Consumir menos recursos, produzir menos resíduos, compartilhar serviços, infra-estrutura
 A idealização de Áreas Produtivas Ecologicamente Equipadas (APEE) nasce da exigência de atenuar os impactos que as empresas inevitavelmente geram sobre o ambiente: consumo de energia, água, matéria-prima, modificação da paisagem, aumento do tráfego, de resíduos, barulho, emissões na água e na atmosfera.
 Gerir melhor estes impactos é uma necessidade ecológica, econômica e social. As APEE representam para as empresas uma oportunidade de posição de excelência no que toca economia de escala, infra-estrutura e serviços comuns, uma gestão ambiental compartilhada e participativa, uma redução dos custos de provisão hídrica e energética.

TIPOLOGIAS

Novas áreas: intervir sobre terrenos não precedentemente edificados, ou mesmo ampliação ou transformações de relevância de transformação da área;
 Áreas existentes: projetar um programa de melhoramento progressivo de concessões e prestações ambientais na área, direcionado ao alcance de objetivos específicos qualitativos e quantitativos.

EIXOS DE INTERVENÇÃO

1. Qualificação energético-ambiental e desenvolvimento sustentável;
2. Valorização e qualificação dos territórios;
3. Pesquisa industrial e transferência tecnológica;
4. Desenvolvimento inovativo por partes das empresas.

MACRO OBJETIVOS

Eixo 1 e Eixo 2

- 1.1 Promover a competitividade energética e a requalificação energético-ambiental e logística do sistema produtivo;
- 1.2 Sustentar projetos inovativos no campo das tecnologias energético-ambientais através da realização ou transformação de plantas e dotações tecnológicas em pequenas e médias empresas, voltadas à economia energética, à utilização de fontes renováveis, à gestão eficiente de matéria-prima e dos resíduos, assim como seu re-emprego com fins energéticos ou produtivos;
- 2.1 Minimização dos impactos da área sobre o ambiente;
- 2.2 Gestão das interações entre ambiente e comunidade circundante.

Papeis e Funções no Processo de Realização e Gestão das APEE

Secretaria de Desenvolvimento	Municípios	Gestor
Coordenação. <ul style="list-style-type: none"> Define as linhas de ações das APEE Individualiza acordos de cooperação com as entidades locais Financia os estudos reconhecimentos e análises para a 	Linhas de Ações e <ul style="list-style-type: none"> Identifica as áreas segundo os planos urbanísticos. Individa as pessoas responsáveis pela gestão em acordo com o privado Fixa as linhas de ações 	Gestão <ul style="list-style-type: none"> Análise ambiental inicial e a predisposição do plano ambiental das APEE Fornecer unitariamente a gestão das infra-estruturas e dos serviços

Projetos Gestão Integrada dos Resíduos



Eixo 3 e Eixo 4

3.1 Favorecer a aproximação e a atenção das empresas e dos operadores econômicos à utilização das melhores tecnologias disponíveis (Bat – Best Available Technology), à transferência tecnológica e ao emprego dos resultados de pesquisa avançada com o escopo de alcançar elevada performance ambiental para a água, energia e matéria-prima, seja para obter vantagens competitivas, seja para as áreas na sua totalidade.

4.1 Criar oportunidades de implantação de excelências (oferta de serviços de qualidade para as empresas e seus empregados);

Finalmente, incentivar a criação de spin-off e incubadoras de empresas.

O spin-off é a derivação de uma outra realidade preexistente e nasce da iniciativa de alguns sujeitos referidos aos contextos acadêmicos, industriais ou institucionais, que se unem em torno a uma idéia empreendedorial, valorizando as experiências profissionais e o know how: são definidos processos de spin-off, as dinâmicas e os percursos que levarão ao start up de uma nova empresa.

A incubadora de empresas é, invés, um instrumento fundamental para a transferência de competências e recursos de pesquisa para as atividades produtivas e para fazer decolar novas empresas. A incubadora oferece espaço físico e estrutura logística compartilhada, além de serviços de consultoria, formação e financiamento. O conceito de incubadora inclui também um acompanhamento das empresas (tutoring) na fase de start up e uma assistência nas resoluções de problemas de natureza organizativa, burocrática e financeira.



SUBPROJETO 3 – GESTÃO INTEGRADA DOS RESÍDUOS

O terceiro subprojeto envolve todo o sistema territorial da região de Suape e visa a criação de um verdadeiro sistema de gestão integrada dos resíduos. Esse fator é muito complexo e envolve, em primeiro lugar, os municípios da região.

Para a realização de tal programa é necessário o acordo entre vários municípios, se deseja, também, que a mesma gestão seja de forma conjunta. O objetivo final da gestão integrada dos resíduos deveria ser inserida entre as prioridades indicadas no contexto de atividades da Conferência dos Municípios, inserido dentro do Pacto pelo Desenvolvimento e alcançado como resultado de mesas de concertação e negociações que reúnem todos os sujeitos evidenciados nas três fases do projeto, como crucial.

OBJETIVO

Criar um sistema intermunicipal para a gestão integrada de resíduos

AÇÕES

Realização de mesas de concertação entre os municípios dentro da área de Suape, com a finalidade de criar um sistema de governança capaz de gerir o projeto "gestão Integrada dos Resíduos".

Implementação e mapeamento através de um sistema GIS, os dados relativos aos aterros clandestinos (lixões) e legalizados, para poder avaliar a melhor condição existente e as necessidades efetivas, para depois proceder com operações de bonificação de aterros ilegais.

Identificar e avaliar os possíveis locais designados a instalação da coleta seletiva, instalações dos aterros, instalações de unidades de tratamento químico, compostagem, incineradores, etc. Para tal

finalidade serão aplicados as seguintes recomendações:

Priorizar a questão sócioambiental, ou seja, somente os locais que garantam o baixo impacto ambiental e social possam receber incentivos;

Identificar os locais de "impacto aceitável" através da avaliação dos seguintes critérios: avaliação da acessibilidade técnica e legal, risco de contaminação das águas e a dispersão de gases (odores). Este passo leva a uma identificação dos locais adequados para aterros sanitários ou usinas de reciclagem e incineração que melhor satisfaçam as questões de segurança.

Incentivar a coleta seletiva, fundamental para a política da reciclagem, mediante:

1. programas de educação ambiental nas escolas e ambiente de trabalho;
2. organização de eventos e feiras internacionais dirigidas ao mercado de reciclados;
3. incentivos estatais para os municípios que efetuam a coleta seletiva rigorosamente;
4. introdução de órgãos de controle, adequados ao monitoramento da coleta seletiva;
5. introdução de sanções para quem não efetua a coleta seletiva (entes públicos e organizações privadas como por exemplo condomínios).

RESULTADOS ESPERADOS

Protocolo de intenções firmado entre os municípios para a coleta seletiva e o tratamento dos resíduos de forma integrada;

Plano regional de gestão integrada de resíduos. Em cada âmbito territorial a coleta seletiva deve chegar aos 50% no prazo de dez anos;

Fechamento dos aterros irregulares existentes;

Organização da "Feira de Reciclagem de Suape".



Projetos Cadeia de Reciclagem



ANEXOS PROCESSO DE RECICLAGEM

Como se observa no esquema, a consolidação de algumas indústrias químicas e metalmeccânica, envolvidas nos ciclos produtivos dos materiais recicláveis, juntamente a uma série de incentivos fiscais para aquelas empresas que investem parte do próprio faturamento em processos ecosustentáveis (reciclagem, recuperativo energético) sirvam de polo atrativo para as empresas empenhadas em processos de recuperação de matérias primas e reciclagem.

A seguir estão descritos, brevemente, alguns processos de reciclagem a fim de evidenciar os indutos da indústria química e metalmeccânica, necessários para processar os materiais (plástico, papel, etc).

Esquema por etapas do processo de reciclagem mecânica heterogêneo do plástico (fig.1)

A reciclagem heterogênea é efetuada através da transformação de um material misto que contenha PE, PP, PVC, PS (película em PE alta e baixa densidade, filme em PP, recipientes, contentores, tanques, etc). Esta tipologia de processo requer a presença de empresas metalmeccânicas estabelecidas no território para a produção e fornecimento de equipamentos para a trituração e granulometria grossa.



fig.1

Esquema por etapas do processo de reciclagem química do plástico (fig.2)

O processo termoquímico de conversão para descarte plástico visam obter combustíveis e químicos alternativos q aqueles de origem fóssil, com vantagens consideráveis para o ambiente como, por exemplo, a economia de fontes não renováveis de energia que estão em níveis de esgotamento, a redução das emissões de CO2 na atmosfera, a contenção indiscriminada desses resíduos nos aterros.

Esquema do processo de recuperação de celulose (fig.3)

Nesta tipologia de projeto requer um indutor químico, necessário para produzir os reagentes para processar o plástico. Também esta tipologia de processo requer um indutor químico para a produção de solventes necessários na fase de eliminação das tintas, e um indutor metalmeccânico necessário para o fornecimento dos equipamentos adequados as operações mecânicas: granulometria, separação (esteiras), etc.

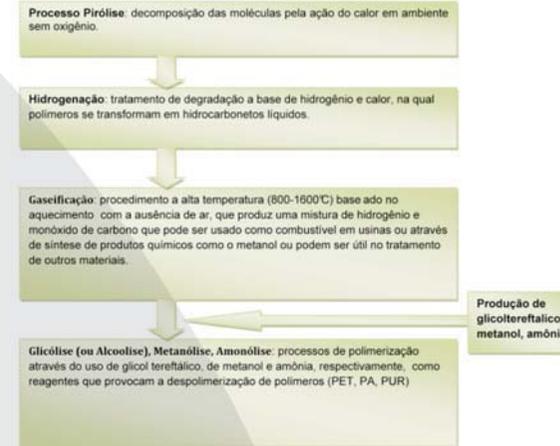


fig.2

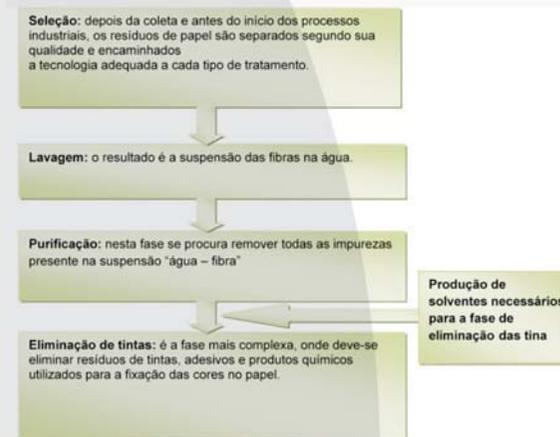
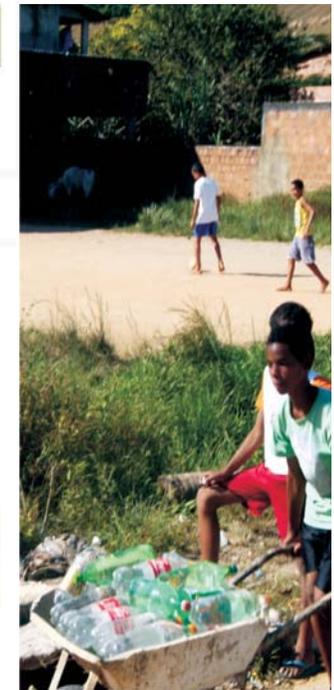


fig.3



Projetos Criação de um Sistema Turístico Territorial

ANTECEDENTES CONTEXTO E PROBLEMÁTICAS

O território é caracterizado por uma concentração física do sistema turístico que tem uma baixa diferenciação da própria oferta turística. Se trata essencialmente de **um turismo limitado à costa**, ligado a poucas praias, com uma forte atração voltada à Porto de Galinhas: um posto turístico talvez excessivamente sobrecarregado pela presença de visitantes durante a maior parte do ano.

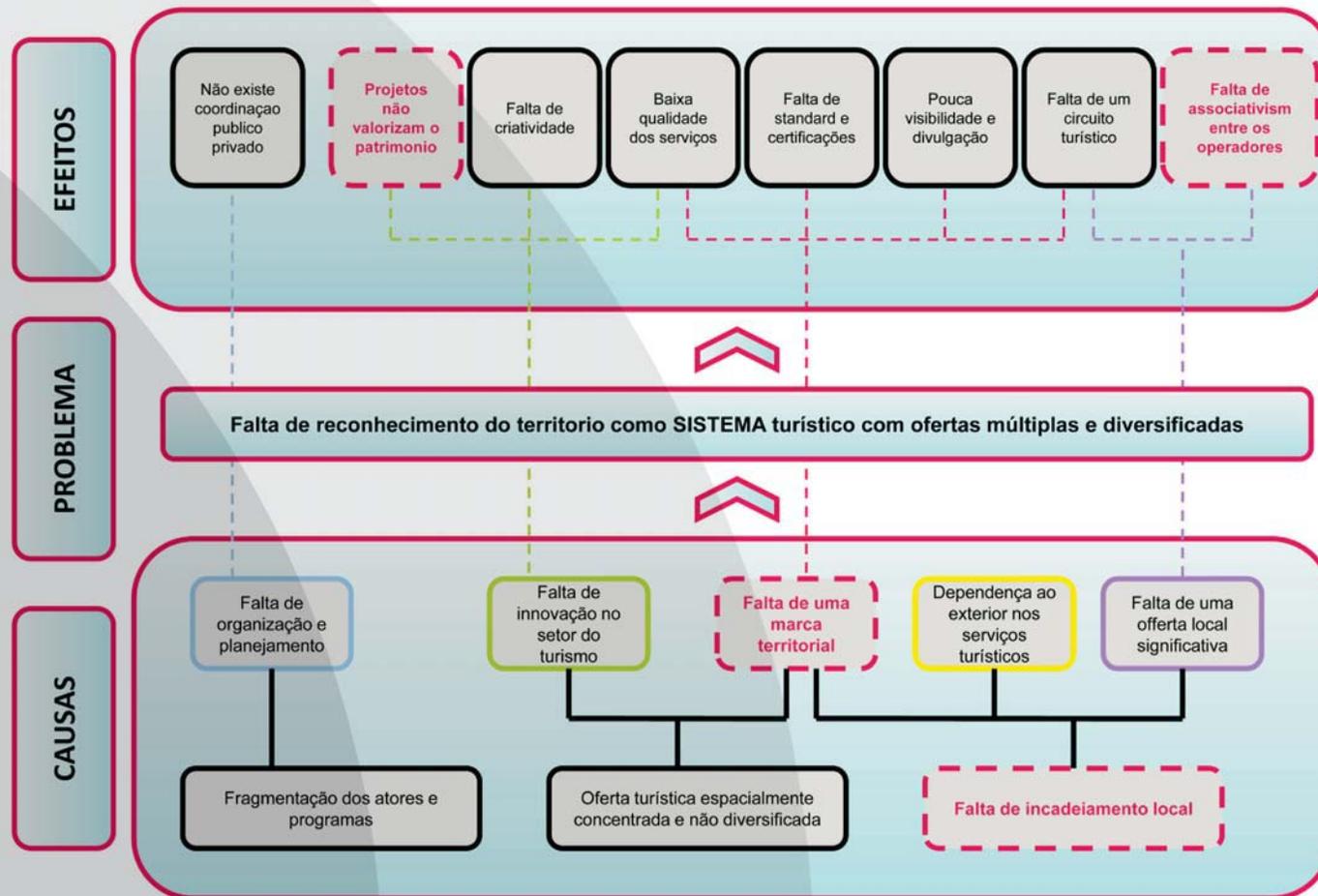
Esse fenômeno cria dois problemas: de um lado, coloca em **crise a capacidade de carga** do lugar em termos de necessidade de água e de produção de resíduos; de outro, a não distribuição espacial do turismo por todo o litoral **impede a difusão dos benefícios econômicos** diretos e indiretos ligados a este crescente setor.

Ao mesmo tempo, **não se nota uma adequada diferenciação da oferta turística**: o tipo de turismo demandado especialmente pelos municípios de Ipojuca e Cabo, é de lazer (sol e praia) e de eventos (negócios, encontros, seminários, etc., principalmente voltado aos resorts). Deste sistema ficam excluídas outras grandes potencialidades do território: ocorre pensar, neste ponto, como uma somatória de atrativos diferenciados, que não se limitam à praia, mas que considera, também, o interior como berço de potencial cultural, com seu patrimônio histórico, arquitetônico, gastronômico, e artesanal difuso no território.

O território sofre, portanto, **uma falta de reconhecimento** próprio que possa identificar-le e projetar-le de maneira decisiva para fora do território.

As suas praias mais famosas são um forte motor da economia local, mas poderiam ser ainda mais valorizadas se inseridas de maneira efetiva em relação a todo território.

É necessário promover um processo de comunicação em que o território seja compreendido como um único potencial turístico, mas que ao mesmo tempo saiba valorizar suas diversas características.



Projetos Criação de um Sistema Turístico Territorial

OBJETIVO GERAL

O objetivo geral levantado neste projeto é criar um sistema turístico local que considere a necessidade de enfatizar a dimensão territorial da oferta turística e a integração entre os diversos componentes do sistema, e em particular entre os atores públicos e privados, não somente na fase de gestão como também naquela de elaboração projetual.

Isso implica criar um contexto turístico homogêneo que se caracteriza pela oferta integrada de bens culturais e ambientais relacionados às já presentes atrações turísticas.

É necessário compreender, neste sistema, os produtos típicos da agricultura e do artesanato local, além dos sujeitos, individualmente ou associados, que operam no setor.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Introduzir a atividade agrícola familiar na cadeia produtiva turística;
- Valorizar o potencial histórico-cultural e turístico na região de Suape através do conceito de Paisagem Cultural
- Propor a construção de uma oferta turística diferenciada, que compreenda uma marca territorial única associada.

Por cada objetivo será desenvolvido um projeto específico.

INTERRELAÇÃO COM OUTROS PROJETOS

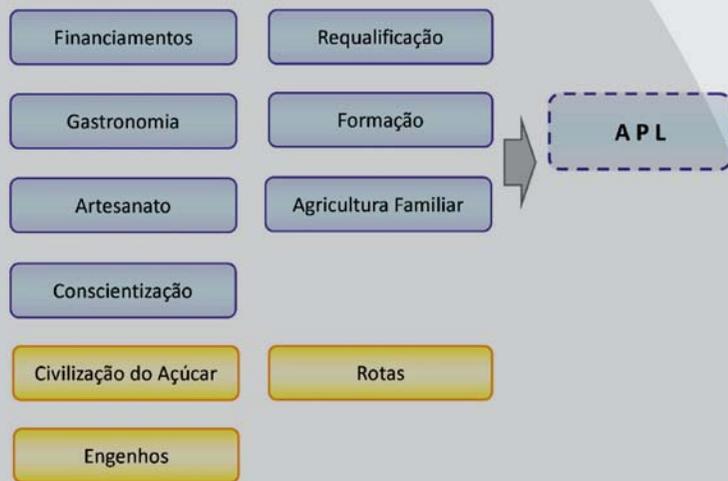
- Projeto Qualificação do Turismo – Litoral Sul – PE: Se centra sobre a Qualificação da oferta turística no Litoral Sul de Pernambuco, através de capacitação à empresas comprometidas principalmente na cadeia principal do trade turístico;
- Projeto Pernambuco conhece Pernambuco: Promove, incentivando a que os próprios Pernambucanos conheçam seu território;
- Projeto Artesanato – Recife: Busca a organização da produção, melhoria da qualidade e desenvolvimento de novos produtos;
- FINTUR Programa de Financiamento ao Turismo de Pernambuco;
- Prodetur – Programa para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste;
- Projeto Rede de Cooperação Técnica para Roteirização, fruto da parceria entre o Ministério de Turismo, o Sebrae e o Instituto Marca Brasil (IMB).

FINALIDADES

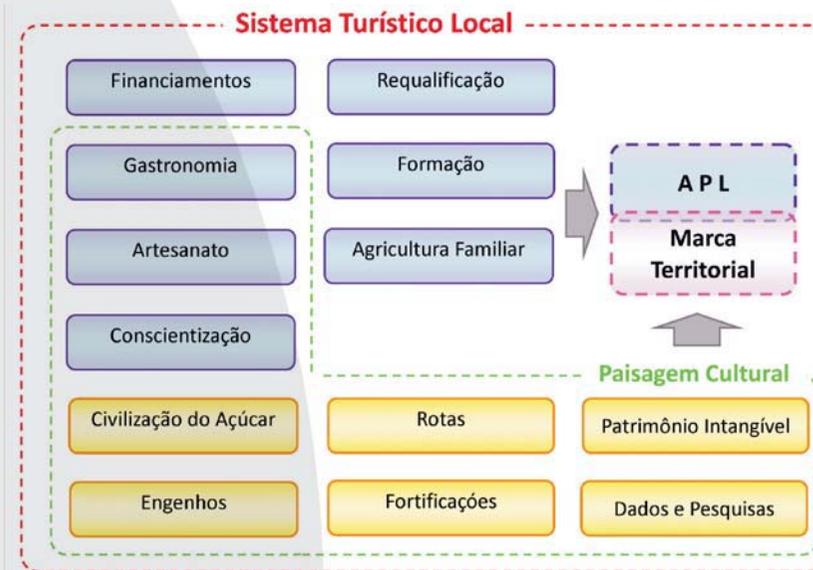
- Requalificação Urbana do Alto da Sé (EMPETUR/ SETUR/ PRODETUR)
- Plano de Preservação de Vila Velha (EMPETUR/ SETUR/ PRODETUR)
- Requalificação do Engenho Monjope em Igarassu (EMPETUR/ SETUR/ PRODETUR)
- Projeto de requalificação do Engenho São João (EMPETUR/ SETUR/ PRODETUR)

ATUAÇÃO

A estratégia comum dos projetos propostos é interagir com os projetos já existentes na área, complementando-os e trabalhando sobre o conceito de paisagem cultural para integrar-os efetivamente.



SITUAÇÃO ATUAL

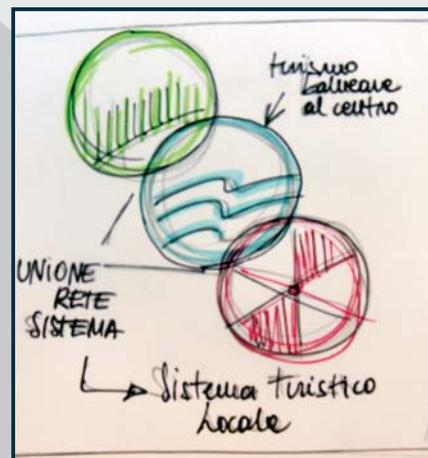


SITUAÇÃO POSSÍVEL

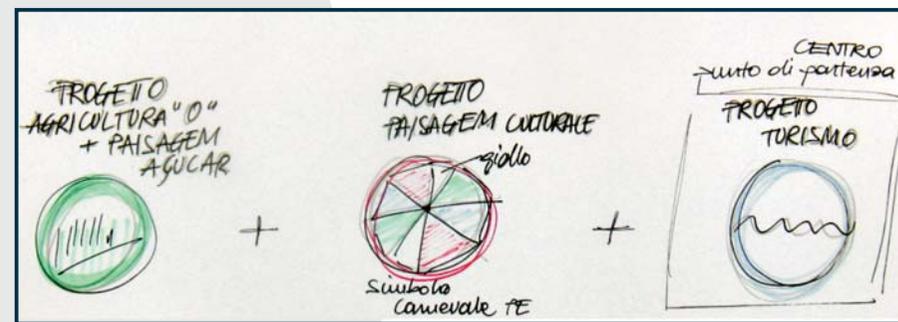
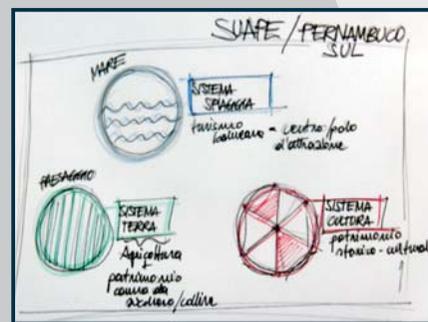
Projetos Criação de um Sistema Turístico Territorial

LOGOTIPO PARA UMA MARCA TERRITORIAL

Junto à idéia de criação de uma marca territorial associamos uma sugestão gráfica. A elaboração do logotipo parte da necessidade primária de integrar e diversificar a oferta turística local: o mar, hoje único protagonista, se liga ao patrimônio cultural-paisagístico, ao ambiente e à produção formando um novo sistema de elementos relacionados e interdependentes.



PERNAMBUCO DO SUL
UMA TERRA, TANTAS CORES



Projetos Agricultura “Km 0”

ANTECEDENTES CONTEXTO E PROBLEMÁTICAS

O território tem uma grande área agrícola aonde 94% da terra é usada para cultivo de cana de açúcar e que emprega uma grande parte da população local. Infelizmente, a agroindústria gera grandes problemas ambientais, como a falta de água potável causados pela falta de controle de uso de fertilizantes e pesticidas químicos. Além desses problemas, a maioria dos trabalhadores agrícolas somente estão empregados, casualmente, 6 meses ao ano como cortadores de cana, resultando em uma situação precária econômica e social para essas pessoas e suas famílias. Em reação a esses problemas, os municípios da região estão incentivando a agricultura familiar em forma de associações, como um modo de combater as dificuldades dessa gente. No Nordeste, a agricultura familiar é uma fonte importante de trabalho, responsável por 82,9% da ocupação de mão-de-obra no campo, sendo que em todo o Brasil os produtores familiares respondem por 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros e por 10% do Produto Interno Bruto.

Da perspectiva ambiental, o cultivo orgânico reduz agro toxinas no solo, levando a regeneração da terra local e de recursos hídricos. Em tempo, isso poderia aumentar a biodiversidade local, estimulando uma nova consciência ambiental entre a população. Os estudos do Instituto Rodale, explicam que a agricultura orgânica e um método economicamente viável, que pode ser adaptado a



qualquer região; especialmente as regiões em desenvolvimento, aonde ajudaria a população a se autossustentar, eliminando a dependência do uso de sementes geneticamente modificadas à preços elevados que são produzidos para funcionar somente com herbicidas e os inseticidas sintéticos. A ligação entre a agricultura familiar e a produção orgânica seria uma resposta mais completa aos problemas sócio-econômicos e ambientais desses pequenos agricultores, oferecendo um método mais eficiente e sustentável. Os estudos do Ministério de Desenvolvimento e o Instituto Biodinâmico de Botucatu mostram que a demanda para produtos orgânicos no Brasil está crescendo entre 30-50% ao ano e 7 em cada 10 brasileiros disseram que consumiriam produtos orgânicos se tivesse mais ofertas nos supermercados (Instituto Gallup). Com a sua vizinhança aos mercados e à uma população concentrada, esta área parece idílica para capitalizar sobre a popularidade crescente da agricultura orgânica. Neste contexto, as áreas internas continuariam a cultivar cana, acompanhadas de um plano de manejo que integrasse esse recurso e preservação ambiental, enquanto que outras áreas livres da zona rural poderiam ser destinadas à produção orgânica. Essa produção orgânica poderia achar uma primeira entrada no mercado pela inserção na atividade turística da zona; em esse modo obtendo uma nova fonte de renda com a produção agrícola “km 0” e orgânica.



OBJETIVOS

O objetivo do projeto é introduzir a atividade agrícola familiar na cadeia produtiva turística.

Neste modo se capitaliza sobre a alta demanda de alimentos orgânicos para oferecer um produto local de alta qualidade e estabilizar um arranjo produtivo local entre os agricultores familiares e os operadores de turismo da região, aonde existem poucas atividades que apoiem o cluster turístico, exigindo que os restaurantes, bares, pousadas e resorts locais continuem a depender à cidade de Recife para seus produtos.

AÇÕES

I Fase

- Criação de cooperativas de agricultura familiar
- Incentivar comunicação entre os produtores e os compradores como parte de uma pesquisa do mercado
- Organização de cursos de formação e capacitação dos trabalhadores em tecnologias de produção orgânica e compostagem, transformação da matéria prima em novos produtos artesanais, aplicação de técnicas de manipulação higiênica dos alimentos e administração empresarial
- Criação de um sistema de suporte técnico



II Fase

- Acessar programas de micro crédito e/o ao Plano Safra do Governo Federal
- Obter sementes apropriadas ao clima da região
- Obter máquinas e ferramentas apropriadas para agricultura orgânica, especialmente nova tecnologias, como um sistema de irrigação solar
- Transformação da matéria prima em produtos trabalhados, como doces e bebidas artesanais
- Obter veículo(s) para o transporte dos produtos aos clientes
- Estabelecimento de preços de venda em comum

III Fase

- Plano de marketing e comercialização dos agro-alimentos que se conecta a uma marca o selo territorial de qualidade expirando a valorização de produtos orgânicos, locais, e os movimentos slow food e zero kilometro
- Fornecer matéria prima e/ o alimentos artesanais aos alojamentos, restaurantes e bares locais e diretamente ao consumidor em feiras. (exemplos: Feira de Alimentos de Ipojuca e Ecoresort do Cabo Santo Agostinho);
- Melhoramento da infra-estrutura de mercados e feiras locais;
- Organização de eventos especiais



Projetos Agricultura “Km 0”

EXECUTOR E PARCEIROS

I Fase: UNICAFES (União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e economia solidária, PRONAF (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar), associações de agricultores, associações de moradores, Municípios locais, conselho de Desenvolvimento Sustentável do Ipojuca, UFPE (Universidade Federal de Pernambuco), MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário).

II Fase: Governo Federal BNDES (Banco do Nordeste), PRONAF, Secretaria de turismo, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), B-REED, UFPE, UNICAFES, Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável de Ipojuca.

III Fase: Secretaria de Turismo, BNDES, Municipalidades Locais, PRONAF, Conselho Municipal de desenvolvimento Sustentável Ipojuca, e UFPE.

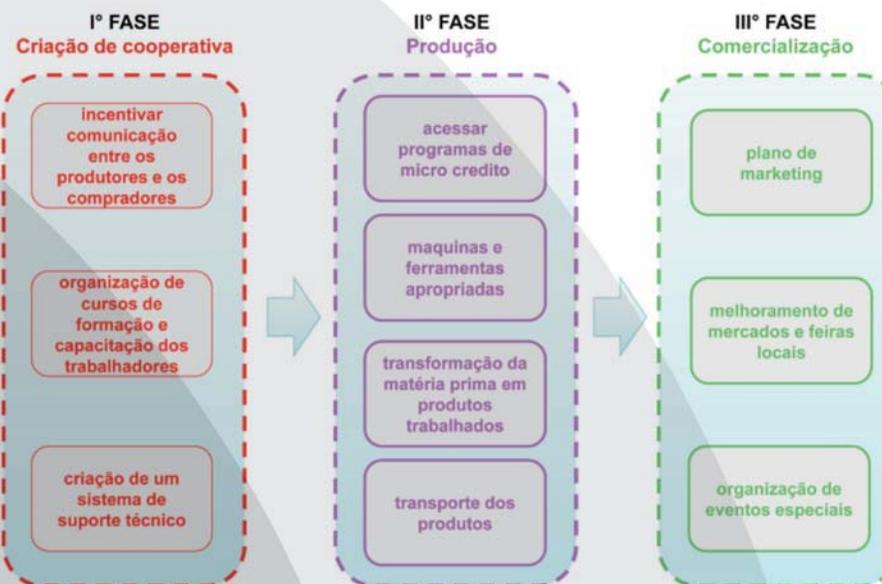
BENEFICIÁRIOS

Agricultores familiares e suas famílias, operadores de turismo da zona, turistas, e a comunidade local.

RESULTADOS ESPERADOS

- criação de cooperativos e fortalecimento da capacidade dos agricultores familiares
- introdução de sistemas agro-ecológicos de cultivo
- aumento da produção
- acesso e o consumo de alimentos orgânicos produzidos localmente e de forma sustentável
- desenvolvimento de agro-turismo e eco-turismo, ampliando a oferta do setor turístico
- integração com a visão do marketing territorial
- selo de produção orgânico dentro de uma marca turística

Esses resultados ao longo prazo podem contribuir ao



BOA PRÁTICA COOPEAGRO

Semear a Vida - Maragogi - Alagoas - Brasil

Em 1997, a Associação das Irmãs Filhas do Sagrado Coração de Jesus iniciou, nos assentamentos rurais de Maragogi-Alagoas, um trabalho cujo princípio fundamental é a conquista da dignidade e da cidadania do povo do campo. Com o apoio e a confiança de cidadãos e ONG's italianas, foi viabilizado no ano 2001, o projeto "Pequenos Agricultores Organizados" (PEAGRO), com o objetivo de tornar os trabalhadores rurais verdadeiros agricultores. Criar condições para a organização dos trabalhadores, prestar assistência técnica, viabilizar projetos, para melhorar a produção e a comercialização de frutas, verduras, hortaliças e até mesmo de alguns pequenos animais, além de fortalecer o espírito cooperativo, são ações concretas da iniciativa da Associação das Irmãs e do Projeto PEAGRO. No dia 7 de setembro de 2003, no âmbito do projeto PEAGRO, foi criada Cooperativa dos Pequenos Agricultores Organizados (COOPEAGRO), que atualmente conta cerca 95 sócios/as. Hoje, a cooperativa COOPEAGRO fornece assistência agrícola a cerca 150 famílias e sustenta os sócios na comercialização dos produtos. Por isso, além da distribuição as posadas, hotéis, restaurantes, supermercados e fabricas de polpas e de sorvetes, organizados feiras semanais para venda direta dos produtos à Maceió e Recife. Depois da abertura de uma sede da cooperativa, a pouco a pouco foram realizados vários outros projetos como: a construção de um pequeno armazém que serve como a sede administrativa e social da cooperativa e guardar as maquinas usadas em a transformação e conservação dos alimentos ;quatro pequenas estruturas a transformação das frutas do interno da área rural em doces e polpas; um moinho para produção de farinha de mandioca; poços de água, cisternas, barris para coleção de chuva e pequenos sistemas de irrigação; 150 colméias para apicultura. As atividades de formação dos sócios e não sócios continuam constantemente graças ao apoio de uma equipe técnica. Além de oferecer cursos em agricultura e cooperativismo e organizar debates e viagens, a cooperativa também promove cursos de informática para os sócios e suas famílias, as crianças da favela Deda Paes, e para as mulheres de Maragogi. Em fim, o projeto foi integrada na cadeia produtiva turística sustentável, oferecendo um percurso na floresta atlântica aonde a possível degustar os produtos agrícolas e gastronômicos locais.

Fonte: <http://www.coopeagro.org>; www.semearavida.org

Projetos Suape, Paisagem do Açúcar – Litoral Sul de Pernambuco

ANTECEDENTES CONTEXTO

Historicamente o Estado de Pernambuco desempenhou um papel de destaque no cenário nacional, sempre relacionado à cana-de-açúcar. Se mais recentemente o foco deste cultivo voltou-se prioritariamente à produção de combustíveis, por outro lado, durante praticamente cinco séculos, a cana esteve intrinsecamente ligada à produção do açúcar, decorrendo disto uma série de transformações não somente na paisagem, mas principalmente no modo de vida e na sociedade que persistem até os dias de hoje. A região sul do estado de Pernambuco tem uma significativa importância neste contexto, seja pelo peso histórico que o território carrega e o que representou para a colonização e o desenvolvimento do Brasil, como também pela conjuntura atual de investimento e desenvolvimento relacionada com a instalação do pólo portuário-industrial de Suape. Esta situação privilegiada no tempo, longe de ser uma coincidência, está relacionada com a implantação estratégica e conformação geográfica do sistema natural da região de Suape com seu porto abrigado e extensos caminhos fluviais que interligavam os engenhos produtores de açúcar, com os mercados consumidores europeus. As marcas que este sistema produtivo deixou no território nem sempre são facilmente visíveis, mas estão presentes e interligam uma cadeia

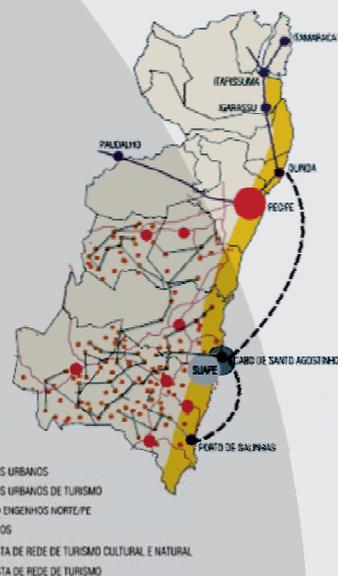


"Brasil", 1565.



Mapa de Pernambuco, 1643

complexa de edificações – os engenhos, casas-grandes, senzalas e capelas dos grandes latifúndios coloniais, mas ao mesmo tempo o intrincado sistema de fortificações criadas para defender o "ouro branco português". Mais além dos testemunhos materiais, a mescla cultural – decorrente do processo colonizador e da indissociável contribuição negra e mesmo índia vinculada ao processo produtivo escravista – permanece no território como característica identitária relacionada às festas, à comida, enfim, ao modo de vida de vida de maneira marcante ainda nos dias de hoje. Esse imenso patrimônio que associa o sistema natural às transformações humanas neste ambiente conforma uma paisagem cultural (os rios, as matas, a cana nas encostas, os engenhos, as festas, etc.) que, mesmo em contínua evolução, representa uma relação sensível desta sociedade com seu meio.



Sistema de engenhos na região de Suape

PROGRAMAS

Programas em curso e possibilidades de integrar o novo projeto

1. Categoria Paisagem Cultural (UNESCO)
2. Civilização do Açúcar
3. Rede de Cooperação Técnica para Roteirização Pernambuco Conheça Pernambuco – Rota dos Engenhos e Maracatus
4. Pernambuco Conheça Pernambuco – Rota Costa dos Arrecifes

Outros projetos relacionados no Estado:

1. Requalificação Urbana do Alto da Sé (EMPETUR/ SETUR/ PRODETUR)
2. Plano de Preservação de Vila Velha (EMPETUR/ SETUR/ PRODETUR)
3. Requalificação do Engenho Monjope em Igarassu (EMPETUR/ SETUR/ PRODETUR)
4. Projeto de requalificação do Engenho São João (EMPETUR/ SETUR/ PRODETUR)

PROBLEMÁTICAS

Atualmente falta uma visão integrada do território e uma atenção específica ao seu patrimônio histórico cultural. As atividades que envolvem a valorização turística até agora desenvolvidas foram direcionadas ao setor sol e praia somente. Em particular se evidenciam os seguintes problemas:

- falta de integração de políticas de preservação pelas diferentes instituições competentes abordagem superficial e não integrada em relação ao patrimônio cultural pelos instrumentos de planejamento vigentes na região;
- falta de secretarias municipais específicas para gestão de patrimônio cultural
- visão prioritária na área voltada para o turismo de sol e praia e pólo industrial
- frágil sensibilidade e consciência de preservação cultural por parte da população e dos órgãos governamentais em relação às carências de saúde, habitação e saneamento presentes no território
- presença de Engenhos (historicamente produtivos) na área de preservação e compensação do pólo industrial de suape – contradição preservação natural e manutenção da paisagem cultural)

Outro problema que deve ser levado em consideração é a dificuldade de gerir empreendedores e investimentos de forma a viabilizar economicamente a preservação de móveis sem **elitizar** e **descaracterizar** o patrimônio local.



Projetos Suape, Paisagem do Açúcar – Litoral Sul de Pernambuco

OBJETIVOS

Valorizar o potencial histórico-cultural e turístico na região de Suape através do conceito de Paisagem Cultural, aliando a preservação do patrimônio e seu papel social com desenvolvimento econômico.

Este objetivo permite: recuperar e evidenciar o patrimônio histórico, artístico e cultural na região litoral sul de Pernambuco; gerar desenvolvimento econômico local aliado à preservação e valorização do patrimônio cultural da região; oportunizar conhecimento histórico relacionado ao território e incentivar pesquisas direcionadas ao patrimônio cultural da região.

AÇÕES

I Fase: Recuperação do patrimônio histórico

- integrar os diferentes pontos de interesse cultural da região, que se encontram dispersos fisicamente e desvalorizados, e associá-los ao planejamento estratégico do território para garantir sua preservação e retorno social;
- definir áreas de cultura de cana-de-açúcar num plano de manejo ambiental compatível com as áreas de preservação e de compensação do pólo industrial de Suape e que permita a viabilidade do sistema produtivo;
- mapeamento e diagnóstico (estado atual, acessos, etc.) dos pontos de interesse cultural da região (engenhos, capelas, fortes, etc.);
- criação de Centro de Interpretação (requalificação de ponto estratégico) que sirva como estímulo para usuários (moradores e turistas) prosseguir no roteiro;
- criação um itinerário cultural dos engenhos da região de Suape e incluí-lo no roteiro dos engenhos da região norte (Programa Pernambuco Conhece Pernambuco – SETUR/PE e Civilização do Açúcar – Min. Turismo) e de um itinerário cultural (que poderia ser naval) do sistema de fortificações na região.

II Fase: Desenvolvimento econômico local

- Integrar a produção artesanal de produtos locais (cachaça, rapadura, artesanato, etc.) – de preferência ligados à cana-de-açúcar – aos pontos de interesse cultural (engenhos e fortes) para afirmação de uma identidade que possa subsidiar uma marca de qualidade própria do território;
- promoção e formação de pessoal técnico local

- (fiscais, guias, restauradores, etc.) qualificado para subsidiar a conservação e valorização do patrimônio cultural da região (SEBRAE).

III Fase: Conhecimento e sensibilização

- Planejar, incentivar e coordenar, com visão estratégica, projetos de iniciativa cultural (IPHAN, FUNDARPE, Municípios) que possam decorrer de compensações por parte das empresas instaladas no pólo de suape Promover trabalho continuado de sensibilização (educação patrimonial (IPHAN, FUNDARPE), responsabilidade empresarial (SEBRAE), etc.) e divulgação relacionadas ao patrimônio cultural da região;
- envolver universidades da região para subsidiar o Centro de Interpretação reunindo e estimulando pesquisas referentes ao patrimônio cultural da região.

ATUAÇÃO

Executores e Parceiros

Governo Federal – Ministério do Turismo (Civilização do Açúcar), Governo do Estado de Pernambuco - SETUR (Pernambuco Conhece Pernambuco) SEBRAE, UFPE, IPHAN, FUNDARPE, PREFEITURAS MUNICIPAIS, empresas atraídas pelo pólo industrial de Suape.

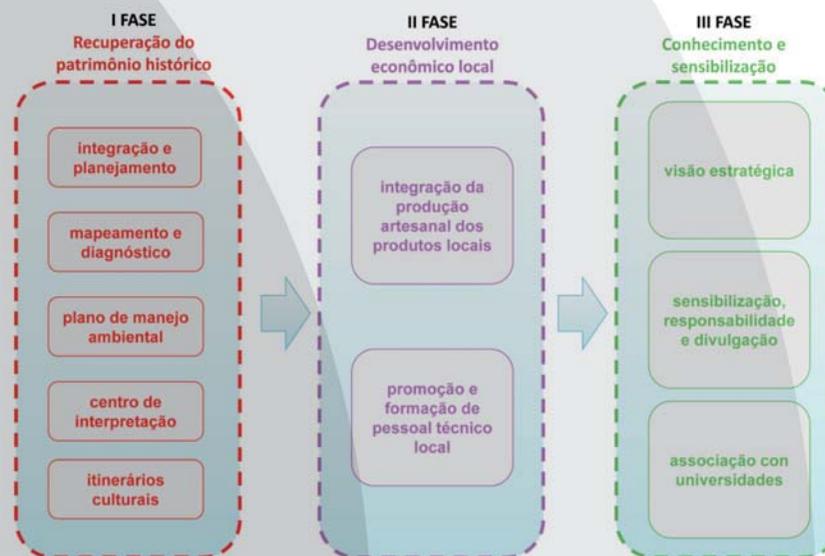
RESULTADOS ESPERADOS

- Empresas instaladas no pólo industrial de Suape, promotores de turismo (empreendedores turísticos), órgãos públicos competentes e população local sensibilizados sobre a importância da preservação do patrimônio cultural e atuando nesta direção;
- incremento e demanda por novos serviços prestados pela população local (guias, oferta de alimentação, pesquisa e documentação histórica, gestores, etc.) e

- relacionados aos itinerários culturais realizados e em funcionamento;
- engenhos e fortificações são incluídos como categorias a conservar em planos de manejo ou planos territoriais;
- centro de Interpretação de referência regional e nacional para pesquisas na área e estímulo turístico alternativo em funcionamento;
- pesquisas sobre importância da paisagem cultural da região e do estado de Pernambuco financiadas pelas Universidades.

À longo prazo, os resultados esperados são:

- reconhecimento e conseqüente aumento da auto-estima dos habitantes em relação ao seu patrimônio;
- fruição social do patrimônio cultural local/ regional;
- incremento e diversificação da oferta turística na região;
- maior desenvolvimento econômico local.



Projetos Marca Territorial de Qualidade

ANTECEDENTES

CONTEXTO E PROBLEMÁTICAS

O território sofre, portanto, uma falta de reconhecimento próprio que possa identificar-le e projetar-le de maneira decisiva para fora do território. Além disso, falta um sistema de certificação da qualidade dos serviços oferecidos no território. Os programas já existente são ao momento, desunidos entre eles; as ações, relativa à qualificação da receptividade da gastronomia e artesanato, tenham com foco a formação de um arranjo produtivo local (APL). Esse APL poderia alcançar uma maior eficiência através à criação de uma marca do território, que também possa ser utilizado para certificar a qualidade dos bens e serviços turísticos.

OBJETIVOS

O objetivo do projeto é propor a construção de uma oferta turística diferenciada, incluído em uma marca territorial único, através da promoção de um processo de comunicação e colaboração que envolve os municípios interessados e todos os operadores.

O projeto, consequentemente, pretende à criar, disseminar e promover uma marca territorial de qualidade, valorizando não somente as atividades turísticas, mas em conjunto com a produção típica local e os recursos: naturais, artesanais e empresarias criando uma imagem reconhecível.



AÇÕES

I Fase: Capacitação dos atores e operadores

- Formar uma mesa de dialogo; com ajuda dos Núcleos de Governança que trabalham nos projetos de qualificação de turismo para identificar as produções e serviços mas relevantes no território;
- Realizar cursos de formação específicos à qualidade e sensibilizar sobre a importância de ter um certificado de qualidade.

II Fase: Criação de uma imagem que identifica-se

- Investigação dos elementos característicos do território, através das mesas de dialogo já estabelecidas, recolhendo opiniões do: publico, dentro e fora do território; funcionários e operadores privados do sector turístico; comunicadores; personalidades da cultura e das artes; residentes e turistas entre outros para identificar os elementos mas relevantes da imagem territorial;
- propor a formulação do desenho visual, incluindo logotipo, normas de desenho e uso da imagem em todos tipos de materiais promocionais para produtos e serviços turísticos, tanto do sector publico como o privado, a partir da atividade anterior.

III Fase: Criação de uma Marca Territorial de Qualidade

- Criação de um sistema de normalização e certificação que pode ser aplicado à produtos agro-alimentares, estabelecimentos de turismo o determinados serviços que superam uma serie de requisitos, de modo que podam adotar esse distintivo para "posicionar-se e diferenciar-se" contra outros em o mercado;
 - incluir também um critério aplicado às instituições, lugares, e elementos da paisagem cultural;
- criar manuais de boas praticas em os diferentes âmbitos.

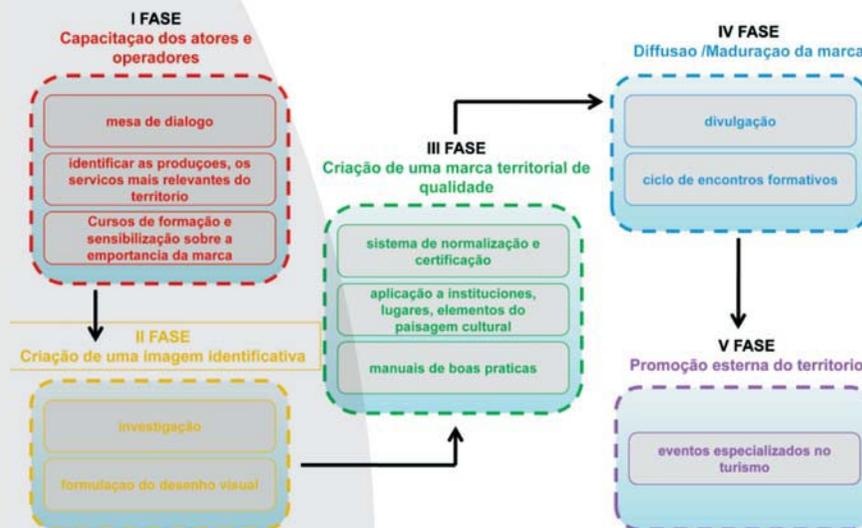
IV Fase: Difusão/Maduração da Marca

- Se deve fortemente apontar o "empowerment" da marca, tanto em o setor empresarial como em a população local, através da divulgação em os distintos modos de prensa e comunicação direta, alem da sua utilização em todas as classes de materiais promocionais para produtos e serviços;
 - Desenvolver um ciclo de dias informativas no território dentro da cadeia produtiva de turismo para a população local conhecer essa iniciativa entre seus beneficiários potenciais

V Fase: Ações de Promoção do Território no Exterior

- Promover o território pela participação conjunta em eventos especializados em turismo, como Salones de Turismo, ABAV, ferias internacionais e panfletos;
- Criar uma central de atenção ao turista que também seja um ponto de exposição e venda de produto.

MARCA TERRITORIAL DE QUALIDADE Fases de atuação



Projetos Marca Territorial de Qualidade

EJECUTOR Y PARCEIROS

SEBRAE, a Secretaria de Turismo do Estado, considerando que os mesmos realizam programas, projetos e ainda mais possuem uma estrutura que poderia ser aproveitada.

Outros parceiros que poderiam formar parte de esta mesa são:

- Municipalidades do território de Suape com a Secretaria de Turismo Municipal;
- Secretaria de Turismo do Estado;
- Conselhos de turismo municipais, Conselho de turismo do Estado;
- Núcleos de Governança;
- Associação de Comerciantes e Amigos de Porto de Galinhas (ACPG), Câmara de Comercio de Ipojuca, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).



BENEFICIÁRIOS

Diretos:

- os operadores de turismo já presente no território poderiam beneficiar dos efeitos positivos derivados de um melhoramento qualitativo da oferta turística;
- novos operadores turísticos que criam novas atividades turísticas ligada ao patrimônio, cultura e gastronomia.

Indiretos:

- atividade produtiva ligada a cadeia produtiva de turismo: fornecedores para as pousadas, alimentos e serviços gerais;
- a comunidade local.



RESULTADOS ESPERADOS

A breve prazo

- Operadores turísticos formados;
- logo criado, aplicado e depositado dos órgãos competentes;
- certificado de produção local.

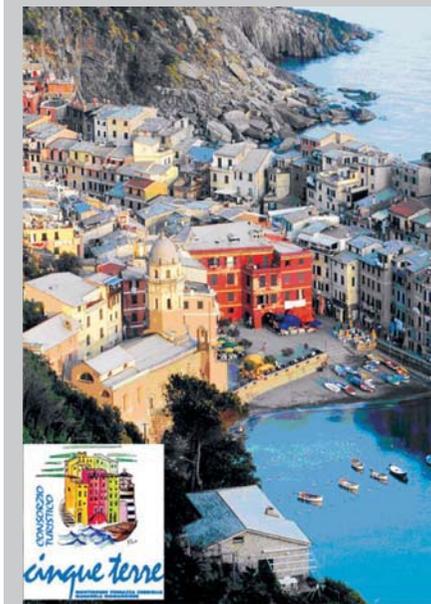
A longo prazo

- A geração de uma identidade territorial, homogênea em o território que pode ser utilizado como imagem comercial;
- a criação de uma rede de cooperação empresarial para compartilhar suas experiências e participar ao benefício comum;
- melhoramento das condições e qualidade de vida dos cidadãos; respeito ao patrimônio e em volta.



BOA PRÁTICA CINQUE TERRE, ITALIA

- O caso da marca territorial de Cinque Terre è considerado emblemático por evidenciar as potencialidades de um projeto de esse tipo:
 - o recuperu de terra não cultivada com uma produção de vinhos de qualidade: vinho Sciacchetrà, símbolo do Parque e do renascença do território;
- diferenciação da produção agrícola ligada a produção de excelência da marca Cinque Terre: licores de limão, manjeriçã e mel;
- diversificação da oferta turística: mar, cultura, ambiente e gastronomia;
- introdução de uma marca de qualidade ambiental, que certifica as estruturas receptivos empenhados na proteção do ambiente e que vendem os produtos gastronômicos locais que tenho a marca Cinque Terre.



Fonte: <http://www.cinqueterre.it/info.php>

CONCLUSÕES

Para concluir as propostas apresentadas, tentamos sintetizar uma visão sobre as distintas competências; de forma a entender como envolver as distintas competências e como aproveitar todas as potencialidades que o território e seus atores oferecem.

A seguir é apresentada uma série de sugestões para os diversos âmbitos e setores.

O SISTEMA CNI – FIEPE / IEL:

Em termos conceituais se recomenda favorecer iniciativas que:

- desconcentração espacial das atividades econômicas;
- diversificam as atividades produtivas;
- comportam uso de tecnologias e processos de trabalho mais inovadores;
- cuidam do meio ambiente.

Entre as propostas que foram elencadas, destacamos alguns pontos específicos, quais:

1. coordenar ou acompanhar o processo de governança estratégica para chegar a um verdadeiro Pacto para o Desenvolvimento de Suape;

2. realizar um Observatório de Estudos Econômicos do Território de Suape para monitorar a situação das empresas em todo o território estendido de Suape. Seria importante implementar um sistema SIG como no exemplo mostrado;

3. Favorecer o surgimento e consolidação de empresas que investem em atividades ecossustentáveis (como reciclagem e geração de energia a partir do lixo); estas empresas podem ser inseridas, por parte do estado, nas listas dos setores industriais de desenvolvimento prioritário, para que possam usufruir de incentivos fiscais.

4. Lançar, em acordo com municípios e Estado, um projeto de constituição de Áreas Produtivas Ecologicamente Equipadas (APEE), que podem ser implantadas nas novas áreas industriais adjacentes ao território já previstas nos Planos Diretores municipais. A FIEPE / IEL pode intervir com incentivos, capacitação, linhas guiadas, etc. As APEE podem transformar-se em parques industriais ecossustentáveis.

5. Favorecer, junto às universidades, a implantação de Incubadoras de Empresa para ajudar o surgimento de idéias inovadoras, favorecer o empreendedorismo juvenil, de mulheres, etc. Estas Incubadoras podem ser implantadas em APEE, que podem vir a ser áreas modelos, também na pesquisa sobre meio ambiente.

6. Capacitar e formar os empreendedores para ajudá-los no desenvolvimento das atividades ligadas ao meio ambiente desfrutando do conceito da green economy (possibilidades no setor de monitoramento, gestão, componentes tecnológicas, serviços ambientais, energias renováveis).

7. atuar num projeto piloto, por exemplo o cluster da reciclagem de resíduos. Esse cluster incorpora de forma transversal diversos setores e sub-setores industriais (químico, metal-mecânico, etc.), além da visar à redução dos impactos ambientais.

8. No que diz respeito às empresas estabelecidas em Suape, sugere-se organizar, em colaboração com o SEBRAE, a Secretaria do Meio Ambiente e representantes de Suape, uma série de encontros de formação e capacitação sobre os temas de inovação ambiental e realizar um centro de monitoramento ambiental.

O SISTEMA S

1. Promover cursos de formação para:

- pessoal técnico local (fiscais, guias, restauradores, etc.) qualificado para subsidiar os serviços do setor turístico;
- trabalhadores em tecnologias de produção orgânica e compostagem, transformação da matéria prima em novos produtos artesanais, aplicação de técnicas de manipulação higiênica dos alimentos e administração empresarial;
- sensibilizar sobre a importância de ter um certificado de qualidade.

2. Promover trabalho continuado de responsabilidade empresarial e divulgação relacionadas às atividades ecossustentáveis;

3. Atividade de conscientização relacionada às atividades de coleta de resíduos e reciclagem;

4. Envolver universidades da região para subsidiar o conceito de paisagem cultural para valorizar o potencial histórico-cultural e turístico na região de Suape e criar um centro de interpretação de paisagem.

O SETOR PÚBLICO:

1. Promoção de um processo de governança que responda à exigência de um planejamento e gestão estratégica que envolva todos os atores presentes no território;

2. Promoção de novos instrumentos:
-para a gestão do meio ambiente (Avaliação Multicritériada, Avaliação Ambiental Estratégica); para a gestão de grande quantidade de informações espaciais (SIG) em três setores críticos (assentamentos informais, sistema econômico produtivo, meio ambiente).

3. Sistema de incentivos:
incentivar a coleta seletiva, fundamental para a política da reciclagem para empresas que trabalhem em todo processo de reciclagem, da coleta de resíduos até o produto final; para criação de Área Produtiva Ecologicamente Equipada; para atividades ecossustentáveis.

4. Promoção de programas de micro-crédito:
para agricultura familiar; para atividades turística ecossustentáveis;

5. Capacitação do corpo técnico dos municípios;

6. Suportar e coordenar:
os programas de habitação atualmente existentes no sul do território e novas iniciativas com particular atenção à qualidade do espaço público; intervenções de requalificação no tecido urbano existente, com atenção particular ao melhoramento da infraestrutura de saneamento ambiental seja no emcremento aos equipamentos públicos para educação, saúde e atividades sociais.

BIBLIOGRAFIA

DOCUMENTOS:

- Dados do observatorio Empresarial Sebrae
- Cenários Economicos Sebrae
- Pernambuco Competitivo
- Metrópoli Estratégica
- Regulação Fundiária
- Municípios Saudáveis
- Encadenamento Produtivo S.Buarque su Ipojuca
- Planta Diretora do Município de Ipojuca
- Planta Diretora do Município de Escarda
- Planta Diretora do Município de Cabo de Santo Agostinho
- Diagnostico Plano Habitacional do Pernambuco
- Territorio Estrategico de Suape, Agencia Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco- CONDEPE/FIDEM, 2008
- A implantação de uma refinaria de petróleo em Suape-Pe: Uma avaliação dos impactos socio-economico-ambientais a partir de interpretação de Agendas21Locais, Marianna Hipolito A. Ramos, Andreas Sales S. de Melo eFrancisco de Sousa Ramos, 2007
- Projeto NUCODEMA, Nucleos Comunitarios de Defesa do Meio Ambiente,3º seminário Popular do Projecto NUCODEMA
- Conselho Municipal deDesenvolvimento Sustentavel do Ipojuca –CMDS, Planejamento Estratégico 2009-2010, Marco2009
- Valpedra Edda Claudia, Sistema de información geográfica (sig)-teledetección y evaluación multicriterio (emc) en un estudio de evaluación de impacto ambiental (eia), Instituto de Cartografía, Investigación y Formación para el Ordenamiento Territorial (CIFOT), Facultad de Filosofía y Letras, Universidad Nacional de Cuyo.
- Santos Preciado, José Miguel, El planteamiento teórico multiobjetivo/multicriterio y su aplicación a la resolución de problemas medioambientales y territoriales, mediante los S.I.G. Ráster.
- Linee guida per la valutazione ambientale strategica dei piani urbanistici comunali maggio 2007, assessorato della difesa dell'ambiente servizio sostenibilitá ambientale e valutazione impatti.
- Dossier informativo per le Autorità preposte, gli organi di informazione e i Cittadini residenti nella zona industriale Augusta-Priolo-Melilli e Siracusa.
- Relazione al convegno "Contemporary Society and Cultural Shifts in Public Policies", 22-23 giugno 2009
- Michael Morris, Valerie Kelly, Ron J. Kopicki, and Derek Byerlee, Fertilizer Use in African Agriculture: Lessons Learned and Good Practice Guidelines. Directions in Development: Agriculture and Rural Development, 39037, <http://www-wds.worldbank.org>.
- Project to Support Sustainable Development in Pernambuco's Mata Region, Inter American Development Bank: BR-0246
- Canas Martins Marina. Paisagem em Circulação: O imaginário e o patrimônio paisagístico de São Francisco do Sul em cartões-postais (1900-1930). Dissertação defendida no Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS em novembro de 2008.
- Lustosa Barreto Rosyonne R. O. Processo nº 875-T-73: Continuidade de estudos para instrução do processo de tombamento federal do "Conjunto das áreas da Baía de Suape e do Cabo de Santo Agostinho. Programa de especialização em patrimônio IPHAN/UNESCO – PEP.
- RECIFE: 5ª SR/IPHAN/MINC, 2007.
- Scherz João Paulo. Valores e Conflitos na Preservação do Patrimônio Cultural: O olhar técnico e o olhar comum na identificação do patrimônio arquitetônico de Agudo/ RS. Dissertação defendida no Programa de Pós-graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC em abril de 2009.
- Sérgio Buarque, "Cidade do futuro" Sebrae, Recife 2008

WEB SITES:

- Sistemas de Información Geográfica aplicados a la Arquitectura y Urbanismo:
<http://t-game.ub.edu.ar/espaa/cursos/ub1.htm>,
- Rivista elettronica de ecologia e meio ambiente:
http://www.infoecologia.com/Empresa/aplicacion_sig.htm,
- Los Sistemas de Información Geográfica al servicio del Medio Ambiente.
El uso del gis en proyectos de mejoramiento de barrios, Venezuela:
www.cartografia.cl
- Aplicaciones Estratégicas del GIS:
<http://www.camaracaceres.es/>
- Ministero ambiente, Italia:
www.ministeroambiente.it
- Ministerio Do Meio Ambiente, Brasil:
www.mma.gov.br
- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Brasil:
www.ibama.gov.br/
- Secretaria deCiencia, Tecnologia e Meio Ambiente, Brasil:
www.sectma.pe.gov.br
- Agencia Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hidrico,Brasil:
www.cprh.pe.gov.br
- Sistema de informacion ambiental de Colombia – SIAC-, Primera Generación de Indicadores de la Línea Base de la Información Ambiental de Colombia", Ministro del Medio Ambiente de Colombia, Julio 2002
- Provincia Brindisi, Italia:
<http://www.provincia.brindisi.it>>www.provincia.brindisi.it
- Salute Pubblica, Italia:
<http://www.salutepubblica.org>>www.salutepubblica.org
- Regione Emilia-Romagna, Italia:
<http://www.regione.emiliaromagna.it/>
- Provincia Milano, Italia:
<http://www.provincia.mi.it/>
- Programa Vinculos Pernambuco, Brasil:
www.vinculope.com.br
- SEBRAE, Pernambuco,Brasil
www.pe.sebrae.com.br
- Município de Ipojuca, Brasil:
www.ipojuca.pe.gov.br
- Portal da Cidadania Ipojucana,Ipojuca, Brasil:
www.ipojucanos.com
- Município de Cabo de Santagostino, Brasil:
www.cabodesantagostino.pe.gov.br
- Município Escada, Brasil:
www.escada.pe.gov.br
- Autostrada pedemontana Lombardia, Italia:
www.pedemontana.com
- Milano metropolitana, Italia:
<http://www.milanomet.it/index.php>
- Provincia Modena, Italia:
www.territorio.provincia.modena.it
- Agência de Apoio ao Empreendedor e Pequeno Empresário, Sistema de Informacao da Gestao Estrategica Orientada para Resultados:
<http://www.sigeor.sebrae.com.br>
- SETUR- Secretaria de Turismo de Pernambuco,Brasil:
<http://www2.setur.pe.gov.br/web/setur>

Eco-Polis Parcerias

El Master ECO-POLIS
esta realizado por:



Con la
Colaboración de:



Con el apoyo de:

